



UNIVERSIDAD DE  
COSTA RICA

CICOM

Centro de  
Investigación en  
Comunicación

ALAIC

# ALAIC 2018

30 JUL-01 AGO | COSTA RICA



XIV Congreso de la Asociación  
Latinoamericana de Investigadores  
de la Comunicación

Comunicación en sociedades diversas:  
Horizontes de inclusión, equidad y democracia

Memorias

Grupo Temático 15  
Comunicación y Ciudad



UNIVERSIDAD DE  
COSTA RICA

CICOM

Centro de  
Investigación en  
Comunicación

ALAIC



## GRUPO TEMÁTICO 15

### ***Comunicación y Ciudad***

Universidad de Costa Rica  
San Pedro

**ISSN 2179-7617**

# ÍNDICE

---

<b>Regulações e táticas nas ruas musicais do Rio de Janeiro</b> <i>Jhessica Reia, Micael Herschmann &amp; Cíntia Sanmartin Fernandes</i>	<b>5</b>
<b>Comunicación y sustentabilidad urbana: un análisis sobre los elementos comunicacionales insertados en las políticas públicas de reciclaje de residuos sólidos del municipio de Tupã (Brasil)</b> <i>Natália Dadario, Renato Dias Baptista</i>	<b>10</b>
<b>Os Invisíveis: A (não) representação da população de rua na mídia do estado do Rio de Janeiro</b> <i>Lucas Eduardo Dantas</i>	<b>15</b>
<b>Quebras no cotidiano: políticas de corpo e espaço nos vagões do MetrôRio</b> <i>Leandro Carmelini, Tayanne Cura</i>	<b>22</b>
<b>Las parabólicas. Saberes tecnicos y comunicación en el consumo de medios en Bogota, Colombia en los noventas.</b> <i>Fabian Mauricio Prieto Ñañez</i>	<b>28</b>
<b>Jornalismo e coesão social na cidade do século XX</b> <i>Sinara Sandri</i>	<b>34</b>
<b>Tópicos sobre lo local en revistas de una ciudad mediana (Villa María, Argentina)</b> <i>Jimena Castillo, Fabiana Martínez</i>	<b>40</b>
<b>Construcción de ciudadanía y prácticas comunicativas en un espacio público en la ciudad de San Juan, Argentina</b> <i>Ana Celina Puebla, Daniel Osvaldo Gimeno</i>	<b>45</b>
<b>Territorios y territorialidades en Casavalle: aportes para pensar las distintas tácticas de los habitantes-habitados, del barrio Primero de Mayo de la periferia de la ciudad.</b> <i>María Lucrecia Ithurbide García</i>	<b>52</b>
<b>Perfil do assédio sexual de rua em Curitiba segundo o mapa colaborativo "Chega de Fiu-Fiu"</b> <i>Adriana Túlio Baggio</i>	<b>58</b>
<b>Discursos y proyectos migratorios en la Región Metropolitana de Chile: aportes para reflexionar sobre la articulación entre gobernanza y subjetividades diversas</b> <i>Ximena Andrea Pío Figueira</i>	<b>66</b>
<b>Las territorialidades barriales y sus espacios de creación</b> <i>Eduardo Álvarez Pedrosian</i>	<b>72</b>
<b>Dinâmicas comunicacionais urbanas no bairro do Bixiga (São Paulo/Brasil): música, produção de multiterritórios e derivas</b> <i>Simone Luci Pereira, Milena Signor Avelar</i>	<b>78</b>
<b>La narrativa estética de los muros y el hacer-andante urbano: Una cartografía del graffiti en la ciudad de Cachoeira (Br)</b> <i>Hanna Cláudia Freitas Rodrigues</i>	<b>84</b>
<b>Entre ruas e passarelas: a produção da cópia e da diferença na moda</b> <i>Fernanda Martinelli</i>	<b>93</b>

<b>Caso Anglo : una aproximación a la comunicación y la información en el contexto de las Smart Cities</b>	100
<i>Lafluf, Marcos, Barber Sarasola, Gabriela &amp; Rodríguez Fleitas, Maximiliano</i>	
<b>Comunicação, cidade e educação: o caso do Campo Grande</b>	107
<i>Mary Weinstein</i>	
<b>Imaginarios urbanos, entre el emprendimiento y el empoderamiento</b>	112
<i>Yamilé Ferrán Fernández, Lissette Hernández García &amp; Emma Yecenia Lerena Insua</i>	
<b>Comunicación en tiempos de catástrofe: el paisaje urbano desde la interdisciplina</b>	158
<i>Ana Rita Vidica, Lisbeth Oliveira</i>	
<b>A mulher e o direito à cidade: A luta feminista pela vivência nos espaços públicos através da construção do comum</b>	163
<i>Carla Patrícia Serqueira Lima</i>	
<b>La sacralización del miedo en el espacio urbano: el culto a la Santa Muerte</b>	170
<i>Lara Mireles María Concepción, Mirabal Martínez Jorge Arturo</i>	
<b>A cidade do Recife e os desafios da Economia Criativa: um resgate histórico</b>	176
<i>Aline Grego LINS, Maria Júlia de Queiroga VIEIRA</i>	
<b>Nuevas experiencias gastronómicas en Puerto Rico. El caso de Mona Lisa: Pizza, arte y cerveza</b>	183
<i>Luis E. Rivera Figueroa</i>	
<b>Desplazamientos geográficos y culturales de pueblos indígenas en Colombia. Alternativas desde el reconocimiento, la comunicación y la educación</b>	190
<i>María Victoria Rugeles Gélvez</i>	
<b>Organizaciones Sociales y Participación como Temáticas en los Estudios de Comunicación y Ciudad: una metodología para la construcción de un Estado del Arte</b>	197
<i>Juan David Zapata-Agudelo, Laura Gómez Ramírez, Juan Pablo Pineda &amp; Simón Moreno Salinas</i>	
<b>Presentificar el pasado: las culturas urbanas de re-significación histórica</b>	204
<i>Everly Pegoraro</i>	

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## Regulações e táticas nas ruas musicais do Rio de Janeiro

### Regulations and Tactics in the Musical Streets of Rio de Janeiro

*Jhessica Reia<sup>1</sup>;  
Micael Herschmann<sup>2</sup>;  
Cíntia Sanmartin Fernandes<sup>3</sup>*

**Resumo:** Adotando uma perspectiva que conjuga comunicação, cidade e música, este trabalho tem como objetivo central analisar as dinâmicas entre regulação e táticas da música nas ruas do Rio de Janeiro em um contexto de megaeventos e transição política e econômica. A análise construída aqui busca compreender os processos de ocupação e mobilização política que gravitam em torno da música tocada nas ruas cariocas.

**Palavras chave:** Comunicação, Música, Cidade.

---

A proposta de se pensar o espaço urbano enquanto espaço comunicativo para além dos meios de comunicação de massa e das novas tecnologias permite explorar outras relações entre estruturas e mediações. Na análise apresentada por Shannon Mattern (2015) propõe-se uma “arqueologia da mídia urbana” – em referência à Kittler e Griffin (1996), que desenvolveram a ideia da “cidade como meio”, permeada por redes de informação – que busque em profundidade a história material da cidade, para além dos dispositivos e de encontro às redes e ondas que constituem (e sempre constituíram) as cidades. Mattern (2015; 2017) também afirma que os espaços urbanos têm sido “inteligentes” e mediados por milhares de anos, ao analisar as redes e estruturas (físicas e simbólicas) que as compõem. Não menos importante para esta discussão é a perspectiva de Georgiou (2013), cujo trabalho colabora para o entendimento de que grande parte do que sabemos sobre as cidades é mediado por representações e práticas comunicacionais. As cidades seriam, então, constantemente reconstruídas e ressignificadas através de variadas formas de comunicação entre os indivíduos e entre eles e o espaço urbano midiatizado e mediado.

A partir dessa perspectiva que entende os processos comunicacionais de maneira mais ampla dentro da comunicação, é possível analisar performances musicais que acontecem nas ruas como práticas de diálogo e comunicação entre atores e audiência, assim como entre estes e o espaço urbano, capaz de engajar, incomodar e cativar aqueles quem passam pelas performances que acontecem nos espaços públicos. A música nas ruas pode transmitir mensagens e gerar interação, transformando temporariamente a percepção do espaço público no qual ela ocorre, interagindo com os sentidos humanos (PICKER, 2003; URRY, 2003), e sendo, portanto, uma prática comunicacional que ajuda a conectar as pessoas umas às outras e ao próprio ambiente urbano (AIELLO e TOSONI, 2016, 1254).

Assim, múltiplas abordagens, que tecem sentidos dos usos e apropriações das cidades contemporâneas, têm se aproximado do conceito de direito à cidade que, desde seu aparecimento décadas atrás, vem sendo ampliado e incorporado em políticas públicas. A perspectiva de uma cidade que deva acolher a diversidade, que permita uma experiência cidadã baseada em múltiplas práticas socioculturais, exacerba-se nas disputas pelos espaços públicos urbanos. Ainda que, atualmente, não exista uma definição única e simples de “espaço público”, assim como de “espaço privado”, há uma literatura que aponta para a importância de reflexões sobre as transformações dos espaços públicos, uma vez que ruas, avenidas, calçadas e praças podem ter seus usos modificados e ressignificados ao longo das décadas, de acordo com quem utiliza determinado espaço, com diferentes intuições (DUNEIER, 1999).

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação pela UFRJ e pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getulio Vargas (CTS-FGV).

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação pela UFRJ, coordenador do PPGCOM da UFRJ, onde também dirige o NEPCOM (e-mail: micaelmh@pq.cnpq.br).

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia Política pela UFSC, professora do PPGCOM da UERJ e pesquisadora do CAC-PPGCOM/UERJ (e-mail: cintia@lagoadaconceicao.com).

Algumas práticas e manifestações culturais que ocorrem nos espaços públicos evidenciam disputas pelo direito à cidade, justamente por apontarem para dinâmicas de poder e controle desses espaços. O caso que será brevemente analisado aqui é o da música nas ruas do Rio de Janeiro, que engloba tanto o que comumente se identifica como música de rua e música que acontece nas ruas. Muitos dos músicos que se apresentam nas ruas e se consideram artistas de rua também trabalham em eventos privados, salas de show, bares e restaurantes, por exemplo. Na cidade, estas práticas e espaços se entrelaçam, criando uma complexa rede cultural que congrega experiências legais e ilegais, bem como formais e informais, abertas e fechadas, públicas e privadas.

Ao ocupar as ruas, essas práticas acabam gerando tensões, uma vez que sua ocupação é não apenas espacial, mas também sonora, social e cultural. Para lidar com os conflitos de interesse criados pela música que ocupa as ruas, muitos municípios tem optado por regular e controlar essas práticas, gerando debate público, leis, burocracia e, em alguns casos, truculência policial na observância das leis. O Rio de Janeiro aparece, aqui, como um importante objeto de estudo, por ser uma cidade historicamente ligada à uma cultura de “ocupação das ruas” (HERSCHMANN e FERNANDES, 2014), pelo lugar que ocupou recentemente na readequação das cidades aos megaeventos, pelos desdobramentos da política do choque de ordem e, ainda, por ser a primeira cidade do Brasil a regular a arte de rua.

Ao mesmo tempo em que existe a regulação e as tentativas de controle da música nas ruas do Rio, há de se destacar também as persistências dos artistas através de diversas “táticas e astúcias” (DE CERTEAU, 1995). Da desobediência civil ao hábito de andar com a lei dobrada no bolso ou salva no celular, ou menos a própria participação dos artistas na criação da lei que os regula e nas políticas públicas de fomento, os músicos da cidade acabam existindo e resistindo nas brechas possíveis.

Tendo essas discussões em mente e partindo de reflexões anteriores que conjugam abordagens interdisciplinares entre comunicação, cidades e música, este trabalho tem como objetivo central analisar como tem ocorrido a regulação e o fomento da música nas ruas do Rio de Janeiro em um contexto de megaeventos e transição política e econômica, ao mesmo tempo em que discute a experiência dos músicos e suas “táticas de tensionamento e até de resistência” (HERSCHMANN e FERNANDES, 2017; REIA, 2017a, 2017b). A análise construída aqui busca compreender as dinâmicas de ocupação e mobilização das ruas cariocas que gravitam em torno da música. Estas reflexões tomaram como referência entrevistas que foram realizadas – com artistas, produtores culturais, lideranças locais e autoridades – e observação de campo levadas a cabo entre 2013 e 2017 neste território.

### Rio de Janeiro: ruas que encantam, segregam e resistem

Segundo Gaffney (2010, p.18), a tendência mundial da produção de megaeventos sugere que esses projetos deixam as comunidades envolvidas com grandes dívidas e reduções do espaço público. Os benefícios desses eventos acabam indo para áreas e moradores de classes mais abastadas, bem como para os turistas internacionais que procuram esse tipo de entretenimento. Portanto, as consequências desses processos continuam mesmo depois que os eventos acabam e os turistas vão embora, deixando como parte do legado perdas significativas dos espaços públicos e o aumento do uso de tecnologias de vigilância e controle. No caso do Rio, além desses problemas, a crise econômica que se agravou após a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, deixando a cidade em uma situação ainda mais complicada.

Assim, assiste-se na cidade do Rio de Janeiro a apostar em um projeto de construção de uma cidade globalizada dos mega eventos com um *branding* territorial fortalecido, a qual não leva em consideração as dinâmicas culturais presentes – os ecossistemas socioculturais existentes, de pouca visibilidade e/ou pouco institucionalizados – na metrópole. Diferente do que foi planejado pela tecnocracia do município, muitos atores vêm questionando – com o aprofundamento da crise econômica do Rio e do país – se esta área não viria se configurando em um espaço com muitas “conchas vazias”, acessível apenas para um turismo elitizado.

A preocupação com a ordem pública tem ganhado espaço e visibilidade na agenda política do Rio de Janeiro, apesar de já existir há muitos anos. Mesmo que as manifestações musicais tomem as ruas da cidade há décadas, a busca da ordem pública tem avançado cada vez mais nas ações regulatórias dos representantes do poder público municipal. Na tentativa de ordenar o Rio, muitas práticas tidas como irregulares pelo poder público e pela sociedade acabam sendo perseguidas e reprimidas. Neste contexto, a música tocada e vivenciada nas ruas acaba sofrendo com o peso da regulação de forma mais intensa, uma vez que os conflitos em torno do silêncio e da vida cultural acirram a disputa pelo direito à cidade.

O Rio de Janeiro é conhecido por sua efervescência cultural: especialmente por uma vibrante vida urbana e uma “cultura musical de rua” (HERSCHMANN e FERNANDES, 2014). O carnaval de rua do Rio é notório por tomar as ruas da

cidade anualmente, mas vale destacar que várias outras manifestações artísticas têm usado os espaços públicos cariocas para promover seus trabalhos, criar novas experiências e impulsionar os encontros entre as pessoas. Em um cenário de disputa da espacialidade urbana, a música *nas e das ruas* vem ganhando visibilidade em algumas cidades brasileiras – muitas vezes de forma negativa, como algo a ser controlado, cerceado ou mesmo extinto. Consequentemente, muitos municípios começaram a pensar formas de controlar e organizar apresentações que acontecem nos espaços públicos, e assim surgem diversas leis e regulamentações que tentam de alguma forma tornar as performances mais previsíveis, assegurando que elas não distorçam a mobilidade e a ordem esperada no espaço urbano. Com o destaque midiático e a nova posição do município enquanto lugar para se estar, muitos artistas de rua escolheram o Rio como local de trabalho nos últimos anos. Vários grupos musicais que atuam na rua começaram a ganhar visibilidade na década passada através não só das apresentações realizadas em espaços públicos, mas também dos conteúdos divulgados nas redes sociais e da cobertura da mídia tradicional. Apesar de continuarem trabalhando informalmente e dependendo das doações para financiarem sua arte, os artistas contam com a ideia de proteção contra os abusos da polícia. Por mais que se apresentar em espaços públicos não fosse uma atividade ilegal, também não significava que fosse legal. As fronteiras dos ilegalismos (FOUCAULT, 1999; TELLES, 2011) da ocupação do espaço público para ganhar a vida com arte de rua não eram muito evidentes até o fim da primeira década do século XXI. Justamente por ocupar esses espaços liminares (BYWATER, 2007) que escapavam aos binários formal e informal, legal e ilegal, profissional e amador, vagabundo e artista, essas pessoas acabavam sujeitas às arbitrariedades daqueles responsáveis pela observância da lei e manutenção da ordem pública, afetando diretamente o modo como as pessoas usam as ruas para sobrevivência.

### Regulações e astúcias

Ao falar da cidade do Rio de Janeiro, das normas e políticas que impactam na organização e usufruto dos espaços públicos, se faz necessário mencionar os esforços tanto de regulação de atividades vista como “desordeiras”, quanto a instauração e observância da ordem pública. Em 2009 foi criada a Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), pelo então prefeito Eduardo Paes, com o intuito de atuar em conjunto com outros órgãos municipais de transporte e limpeza e com a Guarda Municipal para manter a ordem da cidade através da “Operação Choque de Ordem”. O choque de ordem, como ficou conhecido, reacendeu debates sobre o direito à cidade e a ocupação de espaços públicos cariocas, principalmente pelos indivíduos que fazem usos das ruas para ganhar a vida.

No caso dos artistas que se apresentam nas ruas, diante da repressão policial, da falta de apoio da prefeitura e da escassez de políticas de fomento, eles identificaram uma alternativa na proteção e legalização de suas atividades através de uma norma jurídica municipal, discutida juntamente com articulações em torno de uma política cultural que proporcionasse sustentabilidade financeira e legitimação das atividades desenvolvidas por diversos grupos de artistas no Rio de Janeiro. Importante ressaltar que os artistas que se apresentam nas ruas enfrentam os impactos de normas jurídicas que não dizem respeito apenas às performances no espaço público, mas também outros temas acabam enquadrando-os, como normas sobre silêncio (lei municipal 3.268/01 e lei estadual 126/77), comércio ambulante (lei municipal 1.876/92 e decreto municipal 31.519/09), monitoramento e segurança pública, ordem pública (lei municipal 6.235/17), apresentações dos espaços públicos (lei municipal 5.429/12) ou no metrô (projeto de lei estadual 2.958/14), entre outras. Há também a questão do design e mobiliário urbano, de áreas de zoneamento, espaços privados de acesso público e outras dinâmicas que vão interferir no cotidiano dos artistas na cidade. Essa trajetória e debate jurídico é relevante porque o Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a criar uma lei municipal que regula a atividade dos artistas de rua, a lei 5.429 de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do município, com três artigos que, entre outras coisas, regulam as manifestações culturais sem autorização prévia, desde que sigam alguns requisitos, como horários, potência de equipamentos sonoros, disposição espacial da apresentação, etc. O caso do Rio de Janeiro é emblemático não apenas por ter sido a primeira cidade, mas também pelo engajamento dos artistas no processo de regulação da arte de rua no município. No caso do Rio, a lei veio do esforço coletivo de muitos atores que se envolveram de fato na formulação e implementação da lei, assim como atuaram posteriormente com *policymaking*, para garantir os direitos dos artistas de rua na cidade. A “Lei do Artista de Rua”, como ficou conhecida, não surgiu de cima para baixo, como imposição do poder público: foi negociada com os artistas, assim como foram negociadas políticas de financiamento da arte de rua que promovessem a continuidade das atividades nos espaços públicos cariocas. Tudo isso dentro de um movimento que surge no Fórum de Arte Pública encabeçado por Amir Haddad, com participação intensa de grupos como o *Tá na Rua*, *Off-Sina*, *Grande Companhia Brasileira de Mysterios e Novidades* entre outros.

O conceito de Arte Pública como uma política em construção, um serviço público oferecido à cidade e seus cidadãos, retira a marginalidade da rua de seu nome e incorpora uma visão da arte que acontece nas ruas como aquela sendo dada como parte da vida cultural urbana – movimento que contribui para a legitimação e reconhecimento da arte de rua. Algumas das frases mais emblemáticas do movimento de arte pública carioca sublinham a força que a ideia do

público adquire enquanto um bem para a cidade e para a população, ao mesmo tempo em que se colocam como “forças desarmadas da população” para construir uma cidade “para quem vive nela”. Também enfatizam a proposta de que não se pode vender o que se tem de melhor para dar: nesse caso trata-se da arte apresentada nos espaços públicos.

As propostas, conceitos e “lemas” do movimento da arte pública carioca deram respaldo para a criação da Lei do Artistas de Rua e de seus desdobramentos junto à prefeitura e à Secretaria Municipal de Cultura, como a criação do Festival Carioca de Arte Pública. A constante oposição entre “protesto” e “proposta” está enraizada nas atividades do Fórum de Arte Pública, colocando a arte pública como uma alternativa para a cidade. Essa mudança de perspectiva sobre a arte de rua representa também uma atuação política que ressalta parceiros e opositores, enquanto ajuda a fragmentar o cenário da arte de rua carioca, que já é bastante complexo, fluído e multifacetado.

Apesar de todos os pontos positivos da aprovação da “Lei do Artista de Rua” em termos de regulação e proteção de diversas performances que acontecem na cidade, ela também aponta problemas importantes ao se discutir direito à cidade. Mesmo que a regulação possa proteger os artistas em uma cidade como o Rio, ao mesmo tempo ela exclui outras práticas, estando todas sujeitas à arbitrariedade da observância da lei por todo o sistema que se encontra entre a lei e a rua – uma vez que a norma jurídica, em si, não garante a legalidade e normalidade da atividade dos artistas aos olhos de todos os agentes públicos, levando os artistas a andarem com a lei no bolso. Além disso, ao ter uma lei que os protegem, os artistas também se distanciam de outros trabalhadores que trabalham na marginalidade dos espaços, lidando com ilegalismos (tais como os vendedores ambulantes).

A marginalização enfrentada por muitos artistas ao longo dos anos também vale ser mencionada, já que por mais que a arte de rua venha recebendo crescente atenção da mídia, do governo e da academia, ela ainda é considerada uma atividade marginal, sem grande relevância cultural, uma condição transitória rumo ao sucesso, enraizada na pobreza ou sendo a “última opção” de vários artistas. Embora essas visões não sejam completamente verdade e não cubram a multiplicidade de práticas artísticas que acontecem nas ruas, a informalidade enfrentada por muitos dos artistas os empurra para uma condição marginal, tentando fazer as contas fecharem no fim do mês, ao mesmo tempo em que a rua não é uma garantia de palco nem de reconhecimento social e cultural.

Além disso, existem também ameaças recorrentes à legalidade da música que é apresentada nas ruas, como projetos de lei que buscam silenciar os espaços públicos: a vida noturna e barulho, por exemplo. Em maio de 2015 a vereadora Leila do Flamengo (do PMDB) – responsável, por exemplo, pelo projeto de lei que pretendia cercar a praça São Salvador, conhecida por sua efervescente vida noturna, muito ligada à música – propôs o Projeto de Lei 1.267/15, que visava alterar o artigo 1º da Lei do Artista de Rua para que os artistas se apresentassem apenas em espaços públicos que não apresentassem “moradias em seu entorno”. A vereadora coloca a arte de rua em uma posição de “bagunça generalizada em alguns logradouros públicos da nossa Cidade Maravilhosa”, usando mais uma vez a praça São Salvador como centro da discussão, e tentando inviabilizar uma atividade garantida por lei em todo o município. Se essa lei vier a ser aprovada, avalia-se que ficaria muito difícil, para os artistas, se apresentarem em espaços públicos que não tivessem moradias próximas.

## Considerações finais

Ao se olhar para a música que acontece nos espaços públicos urbanos e os mecanismos existentes para controlá-la, muitas questões sobre as dinâmicas de poder e desigualdade nas cidades contemporâneas vêm à tona. Justamente por ocupar um lugar de disputa espacial e simbólica, os músicos e sua luta pelo direito à cidade, contra políticas culturais problemáticas e diante das dificuldades de acesso aos espaços públicos merece uma análise atenta, principalmente se considerarmos a música nas ruas como um processo comunicacional. As tentativas de regular e controlar essas práticas podem nos dizer muito sobre as lógicas de determinados momentos históricos, evidenciando a complexidade do cotidiano em ambientes urbanos densos e complexos.

Apesar do Rio de Janeiro ter sido uma cidade pioneira na regulação da arte de rua, vem enfrentando uma grave crise econômica, uma arbitraria política de ordenamento urbano que nem sempre leva em conta o interesse público e, ainda, a instabilidade de políticas que fomentem a música feita nas ruas de forma duradoura e independente do gestor que assume a prefeitura. Mesmo as apresentações musicais históricas, ligadas à territórios específicos enfrentam problemas de continuidade em função da falta de apoio da atual gestão municipal. Esse cenário faz com que a regulação das performances que acontecem nas ruas evidencie, por um lado, que a “Lei do Artista de Rua” ainda não é completamente respeitada e pelos agentes de segurança pública, pois os artistas frequentemente devem apresentá-la para não serem cerceados ou punidos; e por outro lado, os músicos do metrô aguardam uma lei que tarda a ser discutida

e sancionada, mantendo uma situação de marginalidade e irregularidade nas apresentações dos vagões, empurmando os artistas para a desobediência civil.

De todo modo, não somente as disputas continuam e tendem a se intensificar - na medida em que a busca pela ordem pública enxerga os músicos como parte da desordem a ser contida – como a pluralidade de práticas de ressignificação e “(r)existência” dos artistas nos espaços da cidade seguem sendo realizadas com criatividade e astúcia, ainda que na condição de iniciativas pouco visíveis e situadas nas fronteiras da ilegalidade.

### Referências Bibliográficas:

- AIELLO, Giorgia; TOSONI, Simone. Going about the City. In: International Journal of Communication, v. 10, p. 1252-1262, 2016.
- BYWATER, Michael. Performing Spaces: Street Music and Public Territory. In: Twentieth-Century Music, v. 3, n. 1, p. 97-120, 2007.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- DUNEIER, Mitchell. Sidewalks. New York: Straus and Giroux, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GEORGIOU, Myria. Media and the City. Cambridge: Polity Press, 2013.
- HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia S. Música nas ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Intercom, 2014.
- HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia S. Repensando a relevância dos microeventos para a cidade do Rio de Janeiro. In: COUTINHO, Iluska; PEREIRA, Ariane (orgs.). Comunicação e Cidade Espetáculo. São Paulo: Ed. Intercom, 2017.
- KITTLER, Friederich; GRIFFIN, Matthew. The City as a Medium. New Literary History, v. 27, n. 4, p. 717-729, 1996.
- MATTERN, Shannon. Deep Mapping the Media City. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.
- MATTERN, Shannon. Code and Clay, Data and Dirt. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.
- PICKER, John M. Victorian Soundscapes. New York: Oxford Univesity Press, 2003.
- REIA, Jhessica. We Are not a Protest: Street Performance and/as Public Art in the City of Rio De Janeiro. In: IANNELLI, Laura; MUSARÒ, Pierluigi (Org.). Performative Citizenship. Fano: Mimesis International, p. 133-150, 2017a.
- REIA, Jhessica. Os palcos efêmeros da cidade. In: ECO-PÓS. Rio de Janeiro: PPGCOM/UFRJ, 2017b.
- TELLES, Vera. Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: Robert Cabanes et al. Saídas de Emergência. São Paulo: Boitempo, p. 155-167, 2011.
- URRY, John. City Life and the Senses. In: Gary Bridge and Sophie Watson (eds.). A Companion to the City, Wiley Online Library, p. 388-397, 2008.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

# **Comunicación y sustentabilidad urbana: un análisis sobre los elementos comunicacionales insertados en las políticas públicas de reciclaje de residuos sólidos del municipio de Tupã (Brasil)**

**Communication and urban sustainability: an analysis of the communicational elements inserted in the public solid waste recycling policies of the municipality of Tupã (Brazil)**

**Comunicação e sustentabilidade urbana: uma análise sobre os elementos comunicacionais inseridos nas políticas públicas de reciclagem de resíduos sólidos do município de Tupã (Brasil)**

*Natália Dadario<sup>4</sup>*

*Renato Dias Baptista<sup>5</sup>*

**Resumen:** El objetivo de esta investigación es analizar el papel de la comunicación en la ejecución del Programa de Recolección Selectiva de Residuos Sólidos Urbanos, teniendo como objeto de estudio la ciudad de Tupã / SP.

**Palabras Clave:** Comunicación, Residuos sólidos urbanos, Recogida selectiva.

**Abstract:** The objective of this research is to analyze the role of communication in the execution of the Program of Selective Collection of Urban Solid Waste, having as object of study the municipality of Tupã / SP.

**Keywords:** Communication, Urban solid waste, Selective collect.

---

## **INTRODUCCIÓN**

En las últimas décadas, el proceso de cambio en la sociedad ha sido intensificado, resultado de una nueva realidad globalizada, que presenta un significativo grado de incertidumbres y mutabilidad. Esta transformación genera impactos ambientales en la sociedad y en razón de esto hay una necesidad en compatibilizar las actividades humanas con el crecimiento económico y el mantenimiento eco sistémico.

En el contexto urbano, a medida que la población se aleja del ecosistema natural y pasa a convivir en los ecosistemas urbanos, hay un distanciamiento personal que desvincula al individuo de su entorno y acarrea descompromiso con la preservación del medio ambiente. Es responsabilidad de todos (poder público, empresa y población) respectar el ambiente que vivimos, por lo tanto, es imprescindible el diálogo (corresponsabilización) de todos

---

<sup>4</sup> Natália Dadario. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Maestranda en Agronegocios y Desarrollo: Línea: Desarrollo y Medio Ambiente, Brasil, e-mail: nataliadadario@gmail.com

<sup>5</sup> Renato Dias Baptista. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Doctor en Comunicación y Semiótica PUC/SP, Brasil, e-mail: rdbaptista@tupa.unesp.br

los actores involucrados en el proceso, ya que los valores individuales, competitivos y consumistas llevan a una actividad ecológicamente predatoria (Jacobi, 1997).

Uno de los impactos ambientales más recurrentes es el des compromiso con la disposición final de los residuos sólidos urbanos. Sin embargo, a pesar del gran esfuerzo en establecer cooperativas de reciclaje, concientizar a la gente sobre la separación de los materiales aún es uno de los desafíos de las ciudades. Es necesario repasar informaciones a la sociedad para que este conocimiento pueda ser transformado en creencias, y según Moscovici (2007), sólo cuando el conocimiento es convertido en creencias es que ocurre la transformación de ciudadanos pasivos en activos.

En ese proceso de cambio, está el rol de la comunicación en posibilitar que las estrategias de gestión pública sean integradas a la población. Bueno (2012), Dorantes y Aguilar (2012), Bakhov (2013), Kunsch y Moya (2014), Fernandes (2015) y Romanenko (2016) son enfáticos sobre la importancia del proceso comunicacional en las políticas públicas, pues no basta que las mismas sean técnicamente y políticamente viables, ellas tienen que ser cognitivamente absorbidas.

De esta forma, el objetivo del presente trabajo fue entender la articulación entre la comunicación en los programas de recogida selectiva, mediante un estudio de caso en la ciudad de Tupã, ubicada en el estado de São Paulo, Brasil.

## DISCUSIÓN TEÓRICA PROPUESTA

Los residuos sólidos urbanos (RSU) han aumentado en todo el mundo durante las últimas décadas. Este factor es consecuencia del impacto del aumento de la población y del consumo intensificado en que una gran cantidad de materiales desechables está siendo incorporada a los hábitos sociales.

Consumir es algo instintivo y presente en cualquier sociedad, y tiene por finalidad la satisfacción de las necesidades del individuo (Bauman, 2008). Sin embargo, hay que considerar la distinción en cuanto al consumo y al consumismo. El primero, puede ser caracterizado como el acto de contentamiento de las necesidades básicas, esenciales para la subsistencia, mientras que el segundo estaría relacionado a la obtención de productos superfluos, para atender las demandas de "exceso" del individuo. Para el mismo autor, esta cultura de excesos nunca es atendida, pues el anhelo de consumir nunca es saciado.

En este escenario, la "cultura del desechar" permea a la nueva sociedad, pues el sentimiento de volubilidad, hace que la durabilidad de los bienes sea disminuida, contribuyendo para el descarte precoz de los objetos y subsidiando una costumbre de desperdicio.

La sociedad debe repensar el tipo de consumo, de la efemeridad, de la reverencia al nuevo y al desechar, pues este nuevo patrón de la sociedad moderna es ambientalmente insostenible (Portilho & Russo, 2008).

Este aumento en la generación de los RSU puede causar crecientes impactos cuando no se realiza la disposición adecuada de los RSU, como por ejemplo, contaminación del suelo, del aire, de las aguas superficiales y subterráneas, problemas de salud pública debido a la proliferación de vectores, generación de malos olores, la contaminación visual, entre otros impactos (Mucelin & Bellini, 2008).

Los datos de la Asociación Brasileña de Empresas de Limpieza Pública y Residuos Especiales [ABRELPE] (2017) muestran que la generación media de los RSU es creciente a lo largo de los últimos años. En el año 2016 ya cuantificaba una generación media de 78,3 millones de toneladas.

En Brasil, los responsables de la gestión de los RSU son los municipios y ellos deben proporcionar un sistema de gestión de RSU eficaz y eficiente para los habitantes (Guerrero, Maas & Hogland, 2013). Sin embargo para que el manejo sea efectivo, es imprescindible la participación de la población en segregar y disponer correctamente los mismos.

La recogida selectiva es uno de los instrumentos de gestión de los RSU que auxilia el compromiso de la población. Barros (2012) la define como un tipo de tratamiento dado al residuo, que se inicia en la fuente generadora con la separación de los materiales en orgánicos e inorgánicos y luego con su disposición para la recoger. El mismo autor afirma que la recogida selectiva en Brasil viene siendo implementada desde la década de los 80, pero la misma viene siendo efectuada de manera muy lenta. En el año 2016, en comparación con el año 2015, la cobertura de servicios en Brasil

aumentó del 90,8% al 91,2%, sin embargo la recogida selectiva no avanzó en la misma proporción, continuando con sus índices estancados (Abrelpe, 2017).

Además de estas causas, hay que considerar que la reciclabilidad de los residuos sólidos urbanos no se debe sólo al poder de recuperación de los mismos, sino también a factores económicos involucrados en el proceso. Es común, como señala Bimbati (2017), que gran parte de los residuos después de pasar por las etapas de recoger y clasificación y ser clasificados como materiales pasibles de ser reciclados, no son aprovechados por la industria y acaban por ser dispuestos en vertederos. Algunos de los factores que la autora apunta al fracaso del reciclaje de estos materiales son relacionado a los factores económicos, como el precio de los materiales, pago, poder y frecuencia de comercialización, costo, incentivos tributarios y viabilidad económica.

Al parecer, el reciclaje de los residuos sólidos urbanos estaría mucho más relacionado a atender las perspectivas mercadológicas que propiamente las cuestiones ambientales. Con base en la cultura funcionalista, sólo es posible transformar un antiguo residuo y reinsertarlo al mercado, si la práctica tiene una función económica.

Bueno (2012) cree que para alterar el escenario desfavorable de la relación actual de la sociedad con el medio ambiente, es necesario incorporar una perspectiva política que busca movilizar, concientizar e informar sobre conceptos y procesos comunicacionales. Según Kunsch y Moya (2014) la comunicación, en todas sus dimensiones, es primordial para promover la sostenibilidad de manera efectiva.

En el caso de los RSU, la Política Nacional de Residuos Sólidos (PNRS) de Brasil, trajo consigo la cuestión de la participación de la sociedad al proponer el principio de la responsabilidad compartida por el ciclo de vida de los productos, pues afirma que para minimizar el volumen de residuos sólidos, todos (incluso los consumidores) deben contribuir de forma individualizada. Sin embargo, a pesar de la PNRS prever el compromiso de la sociedad, transformar las prácticas y acciones de la población es un gran desafío para las políticas de comunicación y de educación ambiental junto a la sociedad.

Hay una proposición asignada a Einstein que dice que "Todo lo que el hombre ignora, no existe para él. Por eso el universo de cada uno, se resume en el tamaño de su saber". El mensaje es oportuno para entender la falta de visibilidad de los ciudadanos para la cuestión del destino de los RSU. Por el hecho de que los RSU están dispuestos, en la mayoría de las veces, en áreas alejadas del centro de la ciudad, y muchos no tienen el contacto directo con el local, el descarte incorrecto de este residuo no desperta el interés, así ignoran todo lo que sucede y consienten aquello que no ven.

Cabe al poder público municipal, ampliar el universo de cada individuo para que él amplíe su visión para ser capaz de convertirse en un sujeto crítico y modificar el ambiente. Para ello, inicialmente, se debe apostar en comunicación, para que a partir del momento que el individuo obtenga la información, pase a modificar sus hábitos y posteriormente la transformación de la cultura ocurre.

El gran problema de la comunicación realizada en los municipios, es que en gran medida, ella tiene más intereses políticos que disposición para intentar cambiar concepciones, y con ello, la ciudad acaba siendo penalizada, pues la comunicación se vuelve mucho más arbitraria que propiamente efectiva.

En los Programas de Recolección Selectiva (PCS) la comunicación también sigue esta línea en que el interés político sobresale a lo social. Es común en las ciudades brasileñas un gobierno adoptar una "imagen verde" y dar enfoque en su plan de gobierno a las cuestiones ambientales. Sin embargo, cuando el mandato de esta administración termina, algunas acciones y proyectos iniciados acaban por perderse en la próxima gestión. Esta discontinuidad política afecta a todas las prácticas que venía instaurándose en la ciudad e interrumpe el proceso comunicacional ya instituido. El espacio público entonces se convierte en una arena política.

En los PCS, según Bringhenti (2004), la comunicación junto al público de interés ocurre a partir de la percepción de los técnicos involucrados, lo que hace que los objetivos propuestos no sean alcanzados, principalmente en el aspecto de involucrar y motivar la participación de la población. De esta forma, es necesario que la comunicación se produzca de una manera integrada, para que profesionales del área de comunicación actúen de forma a identificar la percepción de la comunidad involucrada sobre la cuestión de los residuos sólidos ya partir de ahí promuevan, conjuntamente con profesionales del área técnica, acciones para que los conceptos anhelados sean internalizados por los individuos.

Esta idea de integrar la comunicación es corroborada por Kunsch y Moya (2014), al afirmar que los cambios necesarios a nivel de gobierno, de iniciativa privada y de segmentos de la sociedad sólo es posible por medio de la

comunicación, por lo que es imprescindible repensarla de una manera integrada. Baitello (1998) también advierte que el proceso comunicativo posee un espectro cada vez más amplio y que solamente una visión transdisciplinaria puede comprender el proceso comunicativo del ser humano que se presenta paulatinamente como un objeto plurifetado.

## METODOLOGÍA DE ABORDAJE

Para la consecución del objetivo fue realizado un análisis del referencial teórico, a partir de la literatura especializada, una investigación documental del Plan Director de la Agenda 21 y del Plan Municipal de Gestión Integrada de Residuos Sólidos y una entrevista semiestructurada con empleados y liderazgos de la Secretaría de Agricultura y Medio Ambiente y de la Sección de Prensa, subordinada a la Secretaría de Relaciones Institucionales, del Municipio de Tupã / SP en Brasil, para detectar la amplitud en que la comunicación está insertada dentro del PCS de este municipio.

## RESULTADOS Y REFLEXIONES

La metodología descrita anteriormente permitió identificar resultados que demostraron que a pesar de la Secretaría de Agricultura y Medio Ambiente y de la Sección de Prensa de la Municipalidad de Tupã estar en constante contacto, las materias realizadas por los técnicos del área de comunicación para informar a la población en cuanto a la segregación de los RSU, se desarrollan sin tener la noción real del motivo por el cual la campaña se hace necesaria, demostrando que las políticas comunicacionales relacionadas con la recogida selectiva del municipio demandan por reestructuración, pues los subsistemas del poder público municipal no están integrados.

Con relación al enfoque sobre los métodos informativos integrados a la población, la Sección de Prensa afirmó que durante la fase de implantación del proyecto (principios de los años 2000), la concientización con relación a la recogida selectiva era constante, pues había divulgación con la viñetas del programa en los camiones que hacían la recolección del material reciclable, se realizaba la concientización en las escuelas del municipio e incluso sacos plásticos eran suministrados a la población. En la actualidad ya no existe un trabajo continuo (lo que hubo fueron algunas acciones pequeñas en algunas gestiones, sin embargo las mismas no han tenido continuidad en los gobiernos subsiguientes), sólo se realizan materias sueltas, conforme a la demanda. Esta declaración permite concluir que la información transferida a la gente no es eficaz a largo plazo, pues permite solucionar sólo un problema puntual. Además, las acciones implementadas en las gestiones anteriores no tienen continuidad debido a las disputas políticas entre grupos distintos de gobiernos.

De acuerdo con la Secretaría de Agricultura y Medio Ambiente hay diferencia en la separación de los residuos por parte de la población conforme a las diferentes regiones de la ciudad, en que barrios que hay un mayor nivel de escolaridad la separación de la basura es más satisfactoria que en los demás. Sin embargo, a pesar de estar conscientes de la realidad actual, la campaña realizada para la segregación de los RSU, por la Sección de Prensa, es la misma en todas las regiones de la ciudad, no habiendo un estudio previo de la mejor forma de abordar la información para las diferentes localidades del municipio.

Con respecto a las campañas actuales, se constató que el repaso de la información de la Secretaría de Agricultura y Medio Ambiente a la Sección de Prensa no es realizado solamente por un profesional técnico. Los datos son transmitidos por cualquier miembro que esté disponible en el momento, sea el ingeniero ambiental, empleados de la oficina de la Secretaría o incluso joven aprendiz. A pesar de la información pasar por el Secretario de Agricultura y Medio Ambiente, antes de ser encaminada a los profesionales de comunicación, es esencial que el técnico del área presente su opinión, pues su percepción es esencial para apuntar la situación real del problema, para que así la prensa pueda realizar una campaña realmente eficaz.

La investigación documental realizada con la Agenda 21, el Plan Director y el Plan Municipal de Gestión Integrada de Residuos Sólidos del municipio demostró que no hay directrices prácticas en el campo comunicacional se en lo que se refiere a la comunicación organizacional o estrategias de comunicación pública para el programa de recogida selectiva del municipio y eso lleva a fallas por parte de la gente en separar los mismos, pues no hay la participación ni el cambio de comportamiento.

El trabajo reveló que hay una brecha comunicacional entre la acción y la planificación. Sin la vinculación entre comunicación y sustentabilidad urbana son obstáculos a la política pública propuesta. Así, para ejercer la comunicación pública no basta sólo informar, sino establecer interacción y diálogo permanente entre los actores involucrados en el proceso.

## CONCLUSIONES

Los resultados de la investigación apuntaron que las políticas comunicacionales relacionadas con la recogida selectiva del municipio en cuestión demandan por reestructuración, ya que los subsistemas de la Municipalidad no están integrados. La identificación de la ausencia de un proceso de comunicación efectivo caracteriza una de las fallas en la implementación de esa política pública en la ciudad analizada.

La propuesta del trabajo fue explorar el tema de comunicación en los PCS, a fin de incorporar nuevas discusiones a esta temática, sin tener la pretensión de agotarla, pero enfatizar el rol de la comunicación como un factor determinante para el éxito de las políticas públicas relacionadas a la recogida selectiva

## BIBLIOGRAFIA

- Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. (2017) Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2016. São Paulo: Abrelpe.
- Baitello, N., Jr. (1998) Comunicação, mídia e cultura. São Paulo em Perspectiva. **Comunicação & Informação**, 12(4), 11-16.
- Bakhov, I. S. (2013) Government multicultural policy in Canada in the period of 1970–2000s. Middle East Journal of Scientific Research, 15(10), 1450–1454.
- Barros, R. T. V. (2012) Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos. Belo Horizonte: Tessitura.
- Bauman, Z. (2008) Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bimbati, T. A. V. (2017) Por que os recicláveis não são reciclados? – uma abordagem da reciclagem de materiais na cadeia produtiva. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Bringhenti, J. R. (2004) Programas de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos: aspectos operacionais e da participação da população. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Bueno, W. C. (2012) Comunicação e sustentabilidade: aproximações e rupturas. Razón y Palabra, 79, 1-17.
- Dorantes y Aguilar, G. L. (2012) Agenda comunicativa para la implementación exitosa de políticas públicas. Convergencia Revista de Ciencias Sociales, 59, 117-139.
- Fernandes, J. H. C. (2015) Os domínios de poder e a formulação de políticas públicas de informação e comunicação. Ciência da Informação, 42 (2), 210-231.
- Guerrero, L. A., Maas, G., & Hogland, W. (2013) Solid waste management challenges for cities in developing countries. Journal of Waste Management, 33, 220–232.
- Jacobi, P.R. (1997) Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: Cavalcanti, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez.
- Kunsch, M. M. K., & Moya, I. M. S. (2014) Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas: principais resultados da pesquisa empírica. Anais do Congresso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, Lima, Peru, 12.
- Moscovici, S. (2007) Representações Sociais: Investigações em psicologia social (5a ed.) Petrópolis: Vozes.
- Mucelin, C. A., & Bellini, M. (2008) Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. Sociedade & Natureza, 20(1), 111-124.
- Portilho, F., & Russo, F. F. (2008) Processo Marrakech: O Consumo Sustentável Visto pelos Organismos Internacionais. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Brasília, Brasil, 4.
- Romanenko, Y. O. (2016) Place and role of communication in public policy. Actual Problems in Economics, 2(176), 25–32.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **Os Invisíveis: A (não) representação da população de rua na mídia do estado do Rio de Janeiro**

### **The Invisibles: The (non) representation of the street population in the media of the state of Rio de Janeiro**

### **Los Invisibles: La (no) representación de la población de calle en los medios del estado de Río de Janeiro**

*Lucas Eduardo Dantas<sup>6</sup>*

**RESUMO:** O objetivo foi discutir acerca da abordagem dada pela mídia no que tange a temática da população em situação de rua no Rio de Janeiro. Realizou-se análise de conteúdo visando entender como este grupo social foi retratado nos media.

**PALAVRAS-CHAVE:** Invisibilidade; Cotidiano; População de Rua.

**ABSTRACT:** The objective was to discuss the approach given by the media regarding the theme of the street population in Rio de Janeiro. Content analysis was carried out in order to understand how this social group was portrayed in the media.

**KEYWORDS:** Invisibility; Daily; Street Population.

---

### **1. INTRODUÇÃO**

Discutir acerca de grupos em situação de risco é sempre uma tarefa delicada. É necessário estar sempre atento não só às denominações, mas aos argumentos usados para defender o tema. O tema da população de rua se comporta como um segmento dentro das discussões já existentes no que tange a situação de pobreza. Comum à área de estudo em Direitos Humanos, vemos que as abordagens relacionadas à comunicação ainda se apresentam de forma singela, visto que a temática só começou a ter visibilidade dentro do campo de estudo da comunicação nos últimos 10 anos.

A necessidade de colocar em pauta a temática da População em Situação de Rua (PSR) dentro da comunicação, se dá pela justificativa de tentarmos inserir mais temas voltados para a grande área das ciências sociais – área da qual pertence a comunicação – nas discussões do jornalismo, ressaltando a sua função principal, o serviço à sociedade. Problematiza-se este tema também para analisarmos como o jornalismo enxerga o referido grupo, e de que forma ele o enquadra.

Este trabalho busca expor a maneira como a mídia representa a população de rua dentro de seus produtos midiáticos. Assim, foi feita uma pesquisa de análise de conteúdo visando as notícias referentes ao estado do Rio de Janeiro dentro dos veículos digitais, com o objetivo de detectar o discurso adotado por essa mídia no tratamento destes acontecimentos, ou, a ausência deste em relação à PSR que, de certa maneira, também pode ser caracterizado como uma forma de discurso.

---

<sup>6</sup> Pesquisador do Laboratório de Pesquisas Aplicadas LAPA / PPGMC-UFF. Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense – PPGMC UFF. E-mail: [lucaseduardodantas@gmail.com](mailto:lucaseduardodantas@gmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5371622217950772>

Os métodos escolhidos para proceder com a série de análises e estudos propostos por esta pesquisa foram selecionados de acordo com a adequação do tema e situação específicos, de forma que a metodologia escolhida possa adquirir o máximo de informação possível que seja relevante para a pesquisa. Como ponto de partida, uma pesquisa bibliográfica constrói a base para os conceitos teóricos nos quais este projeto se baseia. A pesquisa qualitativa procurou trazer os números que dizem respeito às inserções sobre o tema PSR na mídia. A partir disso, uma pesquisa qualitativa sobre o material recolhido procurou refletir a questão.

## 2. A MÍDIA COMO FERRAMENTA DE CONSOLIDAÇÃO HEGEMÔNICA E IDEOLÓGICA

Como ponto de partida para as discussões que aqui serão elucidadas, faz-se necessário entender como funciona o sistema em qual hoje estamos vivendo. O que quero dizer a partir de tal afirmação é que, os media, em suas plataformas de com comunicação, quando executam o ato de noticiar ou ocultar algo, da maneira x ou y, estão apenas reafirmando um sistema hegemônico já presente no imaginário da sociedade. Obviamente que essa maneira e seleção ocorre através do direcionamento ideológico de cada um desses veículos ou setores midiáticos, mas em suma, todos seguem padrões sociais subjetivamente impostos pelo Estado, tais refletindo os padrões sociais, morais e éticos que dizem respeito as classes mais bem colocada dentro desta estrutura.

De acordo com Gruppi (1978), ao trabalhar o conceito de hegemonia em Gramsci, o autor defende que o mesmo consiste em expor um ideal ideológico intrínseco na organização social, política e financeira da sociedade. A Hegemonia não é vista como um elemento dominador obrigatório, mas como um conjunto de normas e regras que estão subjetivamente introjetadas no cerne do pensamento social. Porém, beneficia apenas alguns.

*O conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômico e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978, p.3)*

Alves (2010), trabalha a mesma perspectiva a partir da ótica do dominado, que desconhecendo a relação de dominação que possui dentro do contexto social no qual se insere, adota a postura e as práticas de seu dominador, entendendo tais elementos como figurantes do imaginário coletivo e do conjunto de norma se práticas de determinada sociedade.

*Gramsci afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ademais, ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional. Dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva (ALVES, 2010, p.74)*

Retornando aos argumentos defendidos por Gruppi, o autor deixa claro como este aparato hegemônico de direção, é na verdade, o aparato estatal, a ideologia do Estado dissolvida através da hegemonia e colocada como o paradigma da organização social, política e econômica vigente.

*Gramsci acrescenta que a realização de um aparato hegemônico, isto é, de um aparato de direção – pode-se dizer, do aparato de estado –, enquanto cria um novo terreno ideológico determina uma reforma das consciências, novos métodos de conhecimento, sendo assim um evento filosófico. (GRUPPI, 1978, p.4)*

A partir daí, pode-se compreender em parte, dentro do cenário da comunicação e da imprensa, de onde provém os preceitos básicos com relação ao tratamento de notícias com relação a população de rua: do imaginário social, construído hegemonomicamente pelas ferramentas do Estado, tendo a mídia apenas como um elemento de manutenção desses pensamentos, logo que esta reproduz os padrões já construídos existentes.

Para poder exemplificar como este Estado interfere e interferiu ao longo dos anos acerca da concepção da sociedade e da mídia acerca da visão da população de rua, basta voltarmos o olhar para a formulação da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua e para a maneira como as discussões e o discurso da população de rua vem ganhando espaço – por menor que ainda seja – de acordo com o avanço em políticas públicas.

Uma breve contextualização histórica acerca da relação entre Estado e população de rua esclarece de forma concomitante, como a mídia passou a remodelar também o enquadramento e o agendamento de notícias acerca da PSR. Antes de 2004, a população de rua era vista apenas como um problema social não resolvido pelo Estado, sendo relegado a atuação das ONGs do segmento. Foi apenas a partir desta data, com a alteração na LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social – a mesma foi alterada, tendo agora também o grupo de pessoas em situação de rua sendo abarcados e beneficiados por ela – que o cenário começou a mudar de figura. No entanto, apenas em 2009, com a Política Nacional, que a PSR veio a obter mais atenção do Estado – o Próprio termo PSR foi formulado apenas em 2009, com a intenção de substituir nomenclaturas consideradas pejorativas e também para normatizar a caracterização do grupo em projetos do governo.

A partir daí a PSR começa a ter um tratamento diferenciado pela mídia, em parte de acordo com algumas definições submetidas pela lei. Portanto, crê-se que não há dúvidas com relação a essa estrutura onde o Estado hegemônico determina a maneira como as relações e os discursos devem ser organizados dentro da sociedade, incluindo assim também a mídia e a maneira que esta entende a PSR.

Outro elemento presente dentro da maneira que a mídia retrata a população de rua – sendo esta, um pouco mais distante do pensamento do Estado e mais ligada ao próprio veículo de comunicação – é a invisibilidade ou a baixa representação que tal grupo possui dentro do espaço midiático. Talvez aqui possamos entender este processo de ocultação, que também será tratado mais a frente após a análise dos dados colhidos, como o viés ideológico dos setores de comunicação sobre o acontecimento a fim de tolher a opinião e o pensamento de seu público alvo.

### 3. A COBERTURA MIDIÁTICA SOBRE A PSR

Ao buscarmos notícias que se referem a PSR dentro dos grandes veículos de comunicação – entendendo os grandes grupos corporativos de comunicação – iremos perceber a frente que, geralmente, existe um agendamento já construído para notícias que digam respeito a esta temática. Uma espécie de molde, onde as notícias sobre a PSR são colocadas, tendo sempre um desfecho semelhante. Consequentemente, os acontecimentos construídos pela mídia também são muito semelhantes, dando a ideia de que os fatos relatados são parte do cotidiano destes grupos. Para definirmos a questão relacionada ao acontecimento, Berger (2010) explica a relação tecida entre o acontecimento social e o que a autora define como acontecimento jornalístico:

*[...] percebe-se a existência de no mínimo dois “tipos de acontecimentos”, o acontecimento experienciado no cotidiano e o acontecimento jornalístico. O primeiro, pensado pela História, a Filosofia e as Ciências Humanas, tem sido objeto de estudo e investigação, tangenciando reflexões que perpassam uma relação com o tempo, objetivo e/ou (inter)subjetivo. Corresponde à emergência e as afetações do acontecimento na realidade tangível e em suas reverberações cognitivas. Já o segundo, localiza-se principalmente nas reflexões dos estudos de jornalismo, ou em textos em que o acontecimento midiático ilustra a natureza da sociedade contemporânea. Diz respeito à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento. (BERGER; TAVARES, 2010, p.122)*

Maurice Mouillaud discute a questão apresentando a ótica dada ao leitor para enxergar estes acontecimentos. Mouillaud defende que “nós não vemos o mundo real, o que vemos é o mundo que os meios de comunicação enxergam, o que varia é a posição do olhar sobre a realidade e a moldura colocada” (MOUILAUD, 2012).

Logo, entende-se que a partir do acontecimento social puro é que a mídia inicia o seu processo de construção da notícia, originando assim o acontecimento jornalístico, que repercute da mídia para a sociedade, caminho inverso trilhado pelo acontecimento social. Interessante notar que há uma seleção dentro do acontecimento social para se originar o acontecimento midiático. Acerca dessa seleção, Nelson Traquina *apud*. Leal postula que “as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto, as notícias (LEAL, 2012, p. 463).

Pode-se analisar dois processos semelhantes dentro da conjuntura apresentada: o primeiro se refere ao processo de construção das notícias, refutando totalmente a Teoria do Espelho (WOLF, 1999), que defende as notícias como representação fiel da realidade e os jornalistas como cães de guarda desprovidos de elementos e aspectos ideológicos e culturais. O segundo, de maneira mais objetiva, é em relação ao processo de seleção dos fatos e o questionamento que fazemos acerca desta seleção: por que relatar esses acontecimentos dessa forma?

Para responder à questão e entender como se dá o processo de construção da notícia, podemos avaliar tais situações usufruindo do uso da teoria construcionista do jornalismo e de outra teoria ainda mais importante nesse cenário, que seria a teoria do *newsmaking*, expondo os critérios de noticiabilidade, também chamados de valores-notícia. (WOLF, 1999)

O caráter espetacular também pode ser analisado como uma característica muito presente neste tipo de notícia, pois não traz apenas uma informação, traz algo fora do comum, que não representa uma ação cotidiana ou elemento que compõe a vida social. A partir da análise e da exposição de resultados a serem colocados neste artigo, poderemos ver, de forma clara, que os acontecimentos passaram por um processo de alocação classificatória para serem caracterizados como notícias e ganharem visibilidade. Esta alocação pode ser definida como os critérios de noticiabilidade que são adotados para caracterizar um fato relevante ou não, no que diz respeito a sua exposição e transformação em notícia.

*Definida a noticiabilidade como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias, podemos definir os valores/notícia (newsvalues) como uma componente da noticiabilidade. Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? Antes de se examinar em pormenor a sua articulação, é necessário fazer algumas considerações gerais sobre o seu papel. (WOLF, 1999, p. 195)*

Porém, é importante salientar, no exemplo da PSR, existe um grupo de critérios relevantes perante outros que não são levados em consideração. Este processo expõe a corrente ideológica desses media, que através do direcionamento do discurso, imprimem a sua visão acerca do tema tratado para a sociedade. Acerca desse viés ideológico dentro da comunicação, Kellner pontua acerca da existência de uma variedade de ideologias, que não estão somente ligadas ao discurso político econômico, mas também vem arraigada dentro do discurso midiático, e consequentemente, jornalístico.

*A cultura da mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir a anuência de certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas ideologias “o modo como as coisas são” (ou seja, governo demais é ruim, redução da regulação governamental e mercado livre são boas, a proteção do país exige intensa militarização e uma política externa agressiva, etc.). (KELLNER, 2001, p.81)*

Logo, fica exposto que o ato de noticiar acontecimentos a respeito da População em Situação de Rua, na maioria das vezes, não representa uma cobertura pautada nos preceitos básicos do jornalismo, de interesse público e interesse do público em primeiro momento, e sim, em interesses próprios destes meios que visam o sensacionalismo como maneira de atrair o público pela espetacularização dos fatos, e, desta forma, construir um pré-conceito acerca da situação.

A seguir, será exposto o estudo feito acerca de tal temática, onde foram selecionadas notícias acerca da PSR durante a primeira semana do mês de julho de 2016, entre os dias 03 e 09, noticiadas e ocorridas no estado do Rio de Janeiro.

#### 4. PESQUISA E RESULTADOS

A presente pesquisa buscou realizar uma análise a partir das notícias relacionadas a população em situação de rua do estado do Rio de Janeiro, durante um período de uma semana, entre os dias 03 e 09 de julho de 2016, em veículos de comunicação do próprio estado, dentro do ambiente digital.

A data escolhida para a realização de tal pesquisa se justifica pelo fato de o autor procurar expor a abordagem que estes veículos usam no tratamento de notícias acerca da PSR no cotidiano, distante de qualquer tipo de situação excepcional ou extraordinária. Buscou-se também realizar tal análise partindo do ambiente midiático digital por entender que, diante do cenário de convergência digital e hiperconectividade entre os cidadãos e a internet, este meio pode ser considerado hoje como a principal plataforma de comunicação usada na busca pela informação. Portanto, os conteúdos publicados a partir dela (ou não publicados) possuem, talvez, uma relevância mais eficaz atualmente.

Partindo para a exposição dos dados quantitativos da pesquisa, ressalta-se em um primeiro momento, a baixa quantidade de notícias acerca da PSR no Rio de Janeiro. Durante o período de amostragem, foram publicadas um total de 4 (quatro) notícias nos veículos de comunicação do estado acerca do tema. Para usarmos de comparativo, no estado de

São Paulo, na mesma data, foram registradas um total de 22 notícias, enquanto o estado de Minas Gerais registrou 15 notícias. Logo, o total de quatro notícias deve ser sim considerado como um número muito abaixo do comum no que tange a cobertura de assuntos ligados a PSR. Outro fator relevante que acentua essa omissão da mídia fluminense acerca do tema é a quantidade de pessoas em população de rua no estado, aproximadamente 8000 (oito mil) pessoas, sendo mais da metade apenas na capital carioca.

Publicadas todas em veículos diferentes, sendo eles G1, Agência Brasil (republicado em Jornal do Brasil), Manchete online (Volta redonda) e Ego, duas notícias não foram enquadradas em nenhuma editoria, enquanto as outras foram publicadas como Cultura (JB) e entretenimento (Ego).

A respeito da temática, é perceptível o efeito temporal das olímpiadas Rio 2016 na construção das narrativas, logo que em duas das notícias, o tema dos Jogos serve de pano de fundo para acontecimentos paralelos quais as olimpíadas afetaram. Em uma delas (anexo 1), a abordagem diz respeito a uma atividade ligadas a uma Organização Não Governamental londrina que vem ao rio trabalhar música com os moradores de rua. Enquanto a outra (anexo 2) trata de um ensaio fotográfico produzido sobre a população de rua e o impacto das olímpiadas na cidade. Com relação as demais notícias, (anexos 3 e 4), o tema do assistencialismo com relação aos moradores serve de base para saltar a outras questões, como no caso do anexo 4, onde a notícia aborda a ação promovida por uma celebridade.

Interessante notar que, exatamente nestes dois casos (anexos 3 e 4) onde se aparenta haver uma maior preocupação com a questão da PSR, a fala do morador não se faz presente. Se avalia como um caso do que poderíamos chamar de um “protagonista coadjuvante”, no momento em que este parece ser o centro da narrativa, mas, no entanto, não é inserido de forma objetiva no decorrer da mesma.

Ao partir para análise qualitativa das notícias, o que se pode perceber foi que a todo tempo, o conteúdo aqui exposto busca sempre tratar da questão da população de rua a partir de algum ponto externo a mesma, seja ligado a uma ação social, um megaevento ou alguma campanha assistencialista. O morador de rua, como foi mostrado, não possui muita importância dentro das matérias, logo que percebeu-se a intenção dos veículos em questão em dar uma visibilidade maior aos assuntos secundários.

Outro ponto importante e que pode ser considerado agravante, e a visão de promoção de ações assistencialista com o forte apelo ao sensível, com viés de salvação do morador de rua, como se este estivesse necessitando sempre de ajuda. Em nenhum momento dentro dos conteúdos apresentados foi apresentada alguma pesquisa ou mesmo entrevista informal buscando saber do morador de rua qual seria os problemas que o assolam.

No entanto, é possível perceber o uso de expressões que exprimem juízo de valor e analogias sem base para justificar um possível uso de entorpecentes pelo grupo em questão. Em uma das matérias por exemplo, (anexo 3) o frio se apresenta como principal prerrogativa para justificar o uso de drogas pelos moradores de rua. Tal afirmação vem seguida de um apelo para doação de agasalhos. Desmitificando tal comparação, de acordo com a Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua, realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, apenas 35% das pessoas em situação de rua se encontram em tal contexto devido ao uso de algum entorpecente ou dependência química.

Pode-se perceber, a partir daqui, como a idealização hegemônica construída pelo Estado, do morador de rua sempre necessitado e problemático com relação ao convívio social, se faz presente na construção de notícias como esta.

Pode-se constatar a partir dos dados e análises colhidos pela pesquisa que, o morador de rua, quando não é criminalizado ou silenciado, tem sua imagem relacionada para promoção de ações externas a si e sua condição ou apenas, é invisibilizado. No entanto, tal invisibilização, da mesma maneira, também emite um juízo de valor, um discurso dito pelos media, subjetivamente. A seguir tratar-se-á de tal questão.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, foi feita uma discussão priorizando sempre refletir a sociedade ao partir das análises sobre a população de rua, onde procurei expor modelos de agendamentos relacionados a comunicação, sob formas que a sociedade enxerga e trata esse grupo.

Houve o esforço de executar a desconstrução de estruturas simbólicas sociais acerca dos moradores de rua. As discussões buscaram expor o processo de invisibilidade sofrido pela população de rua dentro da mídia, refletindo de certa maneira, sua invisibilidade dentro do meio social.

Busquei aqui demonstrar a partir dos autores discutidos, a maneira como a notícia é construída, se apoando no extraordinário, nos fatos que fogem ao cotidiano, mesmo que ele seja construído pelo olhar de quem fala, e dessa forma influencia, em parte, a percepção da realidade dos indivíduos que o consomem como fonte de informação.

O estudo aqui exposto abordou a maneira como a mídia, em especial a fatia da mídia chamada de “grande mídia” ou “mídia hegemônica”, se comporta no que tange a assuntos relacionados a PSR.

É pertinente analisar a partir destes pressupostos, a maneira que o imaginário coletivo é construído tendo como base estas duas vertentes dentro do jogo social: o Estado e a mídia. A construção da imagem da PSR no cotidiano da maioria dos cidadãos é feita partindo dos ideais e das estruturas criadas por estes dois setores, que se comportam como esferas acima do convívio urbano. Com uma população de rua expressiva (acima de 4000 pessoas) diretamente ligada ao espaço determinado da cidade do rio de janeiro, e com seus problemas rotineiros relacionados à questão, é surpreendente a invisibilidade constatada nos conteúdos pesquisados, visto que, o jornalismo, em alguns casos, é colocado como o detentor da informação e da verdade, instância de poder que vigia a sociedade e expõe os acontecimentos por ele considerados pertinentes para o interesse público. Portanto, a mídia e o jornalismo deveriam apresentar forças suficientes para trazerem à tona o conhecimento e a reflexão de temas de relevância social que podem contribuir para uma sociedade melhor.

Por fim, é importante salientar que este trabalho não representa o início da discussão sobre este tema, muito menos se apresenta como um trabalho de fato conclusivo. Acredita-se que todo tipo de conhecimento é construído para ser posto à prova e reformulado, sempre sendo aprimorado para oferecer a maior utilidade social que lhe venha caber.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia:** de Gramsci a Laclau e Mouffe. São Paulo. Lua Nova, 2010. p.71-96.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M.B.. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pardelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento:** Mapeamentos críticos. Florianópolis, SC. 2010. p.121-142.
- BOURDIEU, Pierre. Pós-escrito. In: \_\_\_\_\_(org.). **A miséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.733-736.  
\_\_\_\_\_. O estúdio e seus bastidores. In: \_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 15-54.
- CHAMPAGNE, Patrick. A Visão Mediática. In: Pierre Bourdieu (org.). **A miséria do Mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 63-79.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia –Estudos Culturais:** identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- LEAL, Bruno Souza; VAZ, Paulo Bernardo. Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pardelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento:** Mapeamentos críticos. Florianópolis, SC. 2010.
- META, Instituto de Pesquisa de opinião. Relatório final. Pesquisa Censitária e Amostral. População em situação de rua, 2008.
- MOUILAUD, M. e PORTO, S. D. (Orgs.). **O Jornal. Da forma ao sentido.** Brasília: Editora da UnB,2012.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 1998.

## 7. ANEXOS

### Anexo 1

08/07/2016 08:21 - Atualizado em 08/07/2016 08:21

#### Paralelo à Rio 2016, coral resgata autoestima de moradores de rua

WithOneVoice surgiu em Londres como parte das Olimpíadas Culturais. No Rio, coral irá se apresentar em importantes espaços públicos da cidade.

Daniel Silveira  
UOL G1



Entre os dias 19 e 23 de julho, diversos pontos da cidade do Rio serão palco das apresentações do coral WithOneVoice Brasil, iniciativa que surgiu uma Olimpíada Cultural de Londres e cuja legado será abrigado também pelo Jeju, próximo país a sediar os Jogos.

Com um só voz, é nome, em português, do projeto que tem propriedade e resgate da autoestima de moradores de rua por meio da música. Idealizada pela ONG Ingresa Streetwise Opera, ele faz parte da agenda paralela da Rio 2016, na charada Olimpíadas Culturais.

"É um novo fio narrativo vida sobre que tem alguém que tá dançando pra gente e que a gente não tá esquecendo", afirma Alexandre Souza dos Santos, de 41 anos (veja no vídeo acima depoimento de Integrantes do coral).



Integrante do projeto WithOneVoice Brasil durante ensaios para apresentação no Parque Escolar, no Centro do Rio. Integrantes realizam programação que inclui shows musicais e encenações de rua voltadas para pessoas que vivem nas ruas e sem-teto (Foto: Daniel Silveira/G1)

Alex, como gosta de ser chamado, conta que por mais de 20 anos marcou suas ruas e que graças ao envolvimento com o coral, nos últimos seis meses, tem vislumbreado novas oportunidades de vida.

**Fonte:** [G1](#)

### Anexo 2

#### JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891  
Quinta-feira, 20 de agosto de 2015

Cultura

03/07/2016 10:46

#### Exposição revela olhar de moradores de rua sobre o impacto das Olimpíadas no Rio

Arthur Brasil

A pouco mais de um mês da abertura dos Jogos Olímpicos, uma exposição em cartaz na Biblioteca Parque Estadual, no centro do Rio, revela o olhar de os moradores de rua sobre o impacto que as Olimpíadas terão no desenvolvimento esportivo vêm causando na vida da cidade. A produção das 27 imagens que integram a mostra tem mote olhar sobre as Olimpíadas feito o olhar final do cartaz de fotografia de cuiar. 17 homens, com idade entre 16 e 30 anos, participaram nos meses de abril e maio deste ano.

O curso foi uma iniciativa da [Ação Brasil](#), projeto social do Banco do Brasil que promove a reinserção social de moradores de rua do sexo masculino. Localizada em Corderóli, na zona norte do Rio, Brasil acolhe homens adultos que vivem nas ruas e estão com seu vínculo familiar desfeitos, em grande parte dependentes de álcool e metoo destes anos.

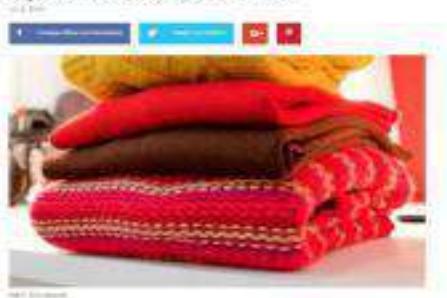
Além do tratamento para a dependência, eles recebem ajuda psicológica, capacitação para o mercado de trabalho e treinam sua autonomia para viver fora das ruas. A metodologia empregada pelo projeto do Banco do Brasil, instituição criada em 1959 por com Hélio Camara, escritor, historiador e deputado do Rio de Janeiro, procura reconhecer e desenvolver as habilidades de cada acoitado.

  
Para a realização do trabalho, os participantes do curso fizeram duas saídas fotograficas, sempre orientados pela instrutora do projeto, a educadora e psicóloga Wellington Góes. A primeira foi à comunidade Brasil, no alto da passarela 9, para retratar os transtornos que as obras de construção para os jogos causaram para os moradores da comunidade, a outra, na comunidade de São Cristóvão, no bairro da Praça Olímpica.

**Fonte:** [Jornal do Brasil](#)

### Anexo 3

#### Campanha da Associação AMAR: agasalhe crianças de rua



As crianças são a força viva para mudar o mundo e a juventude é um instrumento de luta que pode mudar o mundo. É hora de agasalhar, doar, presentear e dignificá-las, porque elas merecem.

Nós juntamos esforços para dar a elas o direito a respeito, educação, saúde, direitos humanos, diversidade, juventude, liberdade, amor, felicidade, resiliência, diversidade, liberdade de expressão. Elas devem poder ter um futuro.

Nós sabemos que muitas vezes elas têm que viver de maneira precária, alienadas, sem lar, sem família, sem amigos, sem direitos, sem respeito, sem liberdade, sem amor, sem saúde, sem educação, sem futuro. Elas são lutadoras, mas também precisam de ajuda.

Silvana Moreira falando sobre essa campanha no Jornal. André Moraes/Agência Brasil

**Fonte:** [Manchete](#)

### Anexo 4

#### FAMOSOS

03/07/2016 10:46 - Atualizado em 03/07/2016

MENU | ego.

#### Munik faz bazar com roupas usadas no 'BBB' para ajudar moradores de rua

Vencedora da décima sétima edição do reality show planejou o evento online em rede social com a intenção de arrecadar fundos para pessoas carentes.

Rafael Godinho / OEGO no Rio



Munik Nunes (Foto: Reprodução / Instagram)

Os fãs de campeã da 16ª edição do "Big Brother Brasil", Munik, tiveram a oportunidade de adquirir as roupas usadas por ela na casa mais vigiada do Brasil. A ex-BBB, que recentemente mostrou estar em ótimo forma ao posar de biquíni, está seguindo ando um bazar no Instagram com as roupas que ela usava no reality show com a intenção de arrecadar fundos e comprar agasalhos para moradores de rua, no Rio de Janeiro.

"Eu coloquei as roupas que tem mais a minha cara e eu acho que as pessoas vão comprar. A minha intenção é vender as peças todas em um dia só para no dia seguinte eu ir ao Correio e enviar para os compradores. Não estou colocando um preço muito caro nas roupas. Elas são na média de R\$ 30 a R\$ 60", contou a ex-

sister, que acabou de completar 20 anos.

A ideia do bazar surgiu porque Munik ficou preocupada com as pessoas que moram na rua e passam frio no inverno, que está mais rigoroso este ano. "De alguma forma, eu gostaria de contribuir na vida dessas pessoas. Conversa com a minha família pensamos em organizar o bazar. Eu mesma vou tirar um dia para fazer a distribuição dos agasalhos. Agradeço muito a carinho e o apoio de todos os fãs que nunca me abandonaram", agradeceu a ex-BBB.

**Fonte:** [Ego](#)

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## Quebras no cotidiano: políticas de corpo e espaço nos vagões do MetrôRio

### Roturas en el cotidiano: políticas de cuerpo y espacio en vagones del MetrôRio

### Routine breaks: politics of body and space in wagons of MetrôRio

Leandro Carmelini<sup>7</sup>

Tayanne Cura<sup>8</sup>

**Resumen:** Propomos uma reflexão acerca do encontro entre o corpo urbano e estratégias de ordenamento no interior de transportes coletivos, tendo as multiplicidades corporais do *break* como foco analítico.

**Palabras Clave:** Circulação, Corpo, Cidade.

#### Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre o encontro do corpo urbano com as estratégias de ordenamento que operam no interior dos transportes coletivos, tendo como escolha empírica a análise da atuação clandestina de grupos de breakdance nos vagões do metrô da cidade do Rio de Janeiro. Entendemos que há, neste encontro, neste modal e nesta cidade específicos uma tensão entre o que é sugerido pela normatividade arquitetônica dos transportes – em sintonia com as instâncias governamentais e mercadológicas – e a multiplicidade dos corpos que povoam estes espaços cotidianamente. De modo mais amplo, nos interessará justamente a fricção histórica e cotidiana – na qual o corpo é elemento central – entre o governo, a mercantilização e os usos dos espaços urbanos.

A pesquisa foi desenvolvida em dois movimentos metodológicos complementares, que se imbricam ao longo do texto: um mais historiográfico, onde nos aproximamos tanto do contexto de surgimento e expansão do *hip-hop* e do *break*, quanto da conjuntura histórico-político do desenvolvimento das cidades e dos transportes modernos – que, ao longo do século XX, seguiram sintonizados na ambição de produzir um espaço de circulação ordenada e funcional, bem como sociabilidades de baixa intensidade e pouca interpelação<sup>9</sup>; e outro, mais empírico, no qual recorremos a um grupo de dançarinos/as de *break* – a *Formou Crew*<sup>10</sup> – para, a partir de entrevistas e observação direta, discutir a potência sensível e política de suas performances, principalmente no que diz respeito ao uso tático e inventivo dos espaços internos do modal e à produção de outros modos possíveis de sociabilidade dentro desses equipamentos coletivos de circulação.

Os principais conceitos trabalhados ao longo do texto serão: *estratégias e táticas* (CERTEAU, 1994), *espaço vago* (DELIGNY, 2016), *performance*, *corporeidade*, *temporalidades* (ZUMTHOR, 2014; FABIÃO, 2008; RANCIÈRE, 2009).

<sup>7</sup> Leandro Carmelini. ECO-UFRJ, Doutorando, Brasil, lcarmelini@gmail.com.

<sup>8</sup> Tayanne Cura. ECO-UFRJ, Mestranda, Brasil, tayannecura@gmail.com.

<sup>9</sup> Mais detalhes sobre a *disciplina da circulação*, ver CARMELINI (2016).

<sup>10</sup> Grupo carioca ativo na cultura *break*, cujos espaços de atuação são os vagões de transportes coletivos.

## Materialidade estratégica dos transportes e ordenamento social

Desde o desenvolvimento das cidades modernas, os transportes são considerados importantes mediadores do encontro do corpo com o espaço público urbano. Essa mediação, entretanto, sobretudo por sua função disciplinar<sup>11</sup>, inclui uma tensão insolúvel entre a materialidade dos equipamentos – que, em sintonia com as forças governamentais e capitalísticas, sugerem certo posicionamento e certa conduta de seus usuários – e a multiplicidade dos corpos que experienciam cotidianamente esses espaços. Em síntese, uma tensão entre as *estratégias* e as *táticas*, ou, se preferirmos, entre o *a priori* e o contingencial. Será esta problemática que discutiremos a seguir, analisando o caso específico do uso dos vagões do MetrôRio por grupos de *breakdance*.

Dentre os modais coletivos do Rio, o metrô é o que traz a marca mais enfática da *regulação*. Trata-se de um espaço *exigente*, que requer do corpo comportamentos, noções e habilidades normativas que precisam ser conhecidas e obedecidas para que o fluxo de pessoas se dê de forma ordeira. É também um espaço marcado pela higiene e pela tecnologia, sobretudo referente à luminosidade, à limpeza e aos sistemas eletrônicos de bilhetagem e sons, que, juntos, vão produzir certa comoção coletiva de normatividade e uma esterilidade espacial e relacional (CAIAFA, 2013).

No geral, falamos de uma paisagem que se apresenta ao público como *especial*: limpa, tecnológica, ordenada, segura, silenciosa, ou seja, que contrasta com outros espaços da cidade do Rio, inclusive com outros transportes coletivos, como os ônibus ou os trens, normalmente caracterizados pelo duo precariedade/desordem. O ar condicionado forte, a luz branca intensa, o mobiliário bem conservado e as barras de inox reluzentes e geladas se conjugam em uma arquitetura esfriada, quase laboratorial, convocando os passageiros a adotarem, entre si, um modo mais polido de interação. Entendemos esse conjunto ordenador como um dispositivo disciplinar, no sentido foucaultiano.

A função disciplinar histórica desses equipamentos se dá, primeiramente, pela produção de *quadros vivos*: esquadronhamento dos espaços, organização dos corpos em filas, em grupos categorizados, etc. São estratégias que visam, por um lado, evitar aglomerações imprevisíveis, isto é, transformar “multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas [...]”; e, por outro, criar espaços e corpos produtivos, úteis, funcionais” (FOUCAULT, 2004, p.127). A multidão que os transportes coletivos parecem querer ordenar é justamente a que circula e sempre circulou de maneira confusa pela cidade, esse intenso formigar dos grandes centros, esse uso cotidiano do chão urbano, a princípio, repleto de indeterminações.

O esquadronhamento do interior do modal, além de criar um ambiente visualmente organizado, parece se relacionar com a produção de certo conforto para os corpos em trânsito. Tal noção de conforto, nos fala Beguin (1991), surge em meados do século XIX, quando as elites econômicas e políticas passam a intervir nos espaços e, consequentemente, nos modos de vida a partir de confirmações científicas da relação entre bem-estar e produtividade. O corpo do trabalho deveria ser poupadão quando não estivesse exercendo essa função, justamente para exercê-la com maior eficiência. Tanto a retirada deste corpo do espaço público quanto a inclusão dele em um espaço normativo fazem parte desse processo.

Considerando a produção do conforto no interior dos transportes, Sennett (2014) vai dizer que um modo mais cômodo de viajar, com mobílias confortáveis e lugares destinados ao repouso, permitiam que se recuperasse as forças exauridas, além de funcionar como um eficaz sistema de individualização. Os transportes – e, a partir de sua configuração mais *confortável*, a própria circulação urbana – alteraram-se drasticamente. Em perspectiva histórica, o autor também vai abordar o imperativo do silêncio nesses espaços: “nos carros lotados, cujos ocupantes liam e olhavam para a janela, deu-se uma grande mudança social: o silêncio passou a resguardar a privacidade” (SENNETT, 2014, p.342). Lembra-nos ainda que antes dos transportes de massa, raramente as pessoas eram obrigadas a sentar juntas, caladas, por longos períodos de tempo, apenas trocando olhares. Há algo na produção dessa aglutinação ordenada de corpos, dessa sociabilidade individualizada e silenciosa, mais do olhar que da fala, que reflete uma organização que se espalha por todo o corpo social e se relaciona profundamente com o conforto e com a função governamental e produtivista dos transportes coletivos.

Se considerarmos que os sistemas de transportes são mediadores cada vez mais necessários para se deslocar pelos extensos perímetros da cidade, talvez possamos dizer que a sua disciplinização se relaciona diretamente com o processo de ordenamento disciplinar do próprio espaço público. Não são poucos os autores que acusam os espaços urbanos de terem sido esvaziados de suas funções políticas e coletivas ao tornarem-se meros locais de passagem. De fato, na cidade do Rio, existem pessoas que passam mais tempo dentro dos coletivos que nas ruas, logo, nesta cidade, tão

<sup>11</sup> Foucault (2004).

importante quanto a convivência e as disputas nas ruas, são as tramas políticas e sociais que se desenrolam no interior dos transportes.

Até aqui tratamos brevemente de *estratégias*, tendo como referência, muitas vezes, um contexto ideal, com exemplos europeus, históricos, cuja genealogia está mais profundamente vinculada à produção de ordem que o contexto latino-americano contemporâneo. Se pensarmos na conjuntura brasileira atual, as falhas ou brechas desse modelo de circulação, seja no sentido da incompetência operacional ou da subversão tática desse ordenamento, os usos são tão ou mais importantes que a dimensão estratégica. E é justamente isso que enfatizamos adiante.

### A tática *break* e as contingências do vagão

É de Certeau (1994) que adotamos as noções de *tática* e *estratégia*: a estratégia, diz ele, se faz pela produção de um *locus* próprio, de uma delimitação operacional dentro da qual um elemento – um corpo, uma coisa, uma palavra ou um pensamento – será encaixado e deverá permanecer. Trata-se, dito de outro modo, de produzir um esquema de previsibilidade sobre algo, a partir, primeiro, de seu deslocamento espaciotemporal imediato e, a seguir, de sua fixação neste ponto de isolamento: “gesto da modernidade científica, política e militar” (CERTEAU, 1994, p.93). Já a tática está ligada à contingência. “A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...] é o movimento dentro do campo do inimigo” (Idem), considerando a ocasião imediata, os erros e as lacunas do plano ordenado.

A ação dos dançarinos nos vagões do MetrôRio se encaixa bem nessas noções. Isso fica evidente em diversos momentos: no posicionamento e nas condutas sagazes para evitar a vigilância, na negociação ora cuidadosa, ora acalorada com os passageiros antes e após as apresentações, no desvio das seguranças e até mesmo na postura de respeito com estes quando são descobertos e retirados. Segundo os *b-boys*, aliás, muitos dos seguranças relatam serem admiradores da dança e da música, mas precisam retirá-los por obrigação, já que obedecem ordens.

A situação da *linha 4* também é interessante. É a linha dos vagões mais modernos e espaçosos, além de ter trechos mais longos entre uma parada e outra. Previstos para transportar mais passageiros – e, obviamente, atendendo à expectativa por maiores ganhos da empresa –, esses vagões acabaram, curiosamente, sendo também os preferidos dos coletivos de dança, já que as condições de espaço e tempo são favoráveis. Nos horários entre às 14h e 17h é raro vermos algum vagão em que não esteja ocorrendo uma performance de *break*. Nem mesmo a ação constante dos guardas parece ser capaz de evitar essas ações. Um movimento estratégico que acabou instigando ações táticas.

Na disciplina dos vagões, os passos do *break* parecem desafiar, de dentro, o uso puramente funcional deste equipamento. O vão central dos carros, assim como as barras de ferro do interior do vagão, de um instante para outro, tornam-se partes de um cenário performativo: uma espetacularidade é criada, o espaço programado torna-se espaço fictício de apresentação.

Infiltrados nos vagões, os *b-boys*<sup>12</sup> propõem outros usos para esses espaços, estimulam experiências menos cerradas e lineares, seja por meio da movimentação insólita de seus corpos em um espaço de inércia, seja pelas trajetividades e táticas, que enxergamos como um jogo combativo de velocidades e lentidões. Em síntese: percebemos a emergência de “um espaço de afectos, mais que de propriedades [...], uma percepção *háptica*, mais do que *óptica*” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p.198). O que esses corpos parecem fazer é justamente ocupar esses espaços com intensidades, outros ritmos e outras qualidades sensitivas, tátteis e sonoras.

Os *ataques artísticos* parecem estimular uma dimensão sensível no interior do modal. Além de inserirem música e movimentos corporais não previstos, ou melhor, proibidos, pela gerência do metrô, a dança – e isso se evidenciou no campo – cria um contexto interativo e relacional completamente avesso ao que é cultivado nesses equipamentos. A ocasião extraordinária disparada por eles nessas curtíssimas, porém intensas, apresentações de 2 a 5 minutos, parece, ao menos por um instante, fragilizar o automatismo daquelas interações.

Ao longo de três horas acompanhando o grupo pelos vagões, perdemos parcialmente as referências de espaço-tempo. Em certos momentos não sabíamos mais em que bairro estávamos, que horas eram ou quanto tempo havia se passado desde o início do expediente. Certamente, a profundidade de nossa imersão na temporalidade e na espacialidade

<sup>12</sup> *Break-boys* – ou apenas *b-boys*, como são popularmente conhecidos – são dançarinos de rua que dançam durante os *breakbeats*, cujas origens trataremos mais a seguir.

performativa dos dançarinos, bem como a intensidade do deslocamento espaciotemporal que experimentamos no campo, têm relação com nossa função particular de pesquisa e investigação. Porém, durante todo o período em que estivemos com eles, ficou nítido – tanto pelos calorosos aplausos ao fim de cada performance, quanto pelos olhares que repentinamente desligavam-se dos celulares e tornavam-se atentos às coreografias – que, em certa medida, aquela sensação que nos acometia em profundidade era compartilhada por muitos dos que ali estavam. Parecia mesmo que aqueles jovens dançarinos/as instauravam outra ambiência naquele espaço de previsibilidades. As evidências disso são claras, como dissemos, mas também sutis: sorrisos, pequenos diálogos, registros fotográficos, olhares curiosos, corpos que se levantam dos assentos (e arriscam alguns passos), enfim, breves sinais de quebra desse automatismo interacional próprio dos vagões do metrô.

O termo *vagão* deriva etimologicamente do verbo *vagar*. Nos dicionários, *vagar* seria vaguear, deambular, errar, andar sem rumo ou destino certos. Também significa ficar vago, sem proprietário, sobrar ou restar, tratando-se de tempo. O grupo *Arte no vagão* entende que o espaço dos comboios representa “um vago propício para a expressividade cultural e debates sobre cidadania, arte e humanidade”, contrapondo-se enfaticamente à lógica disciplinar dos transportes coletivos.

Deligny (2016) propõe o conceito de *espaço vago* para argumentar em favor de uma *indeterminação* dos espaços e dos movimentos. Esse modo espacial de que fala o autor, no entanto, não pressupõe um terreno vazio ou um esvaziamento do terreno, como poderíamos intuir, mas, ao contrário, emerge junto de certa atitude errática, experimental que preenche esse espaço de outra coisa. Embutido nesse conceito, existe a proposta teórica de uma radical inseparabilidade entre corpo e espaço e uma defesa do não funcional, que, para ele, é um elemento capaz de convocar e incitar a dimensão comum, constituinte do ser. Mais que uma oposição entre vazio e cheio, o autor propõe, na conjunção corpo-espacô, outra política territorial, um território a ser construído com balizas mínimas, que existam sobretudo para garantir a variedade infinita das possibilidades. O *espaço vago*, assim, está, ao mesmo tempo, cheio e vazio, completamente preenchido de usos, mas ainda assim fértil para possibilidades. É o espaço das multiplicidades, dos gestos, das práticas, mais que da solidão, do vazio ou, ao contrário, das totalidades e da determinação.

É nesse sentido que pensamos o espaço proposto pelo *break* nos vagões: um espaço que adiciona possibilidades de uso onde parecia não caber mais que o limite do previsível. São *linhas de errância* – de que fala Deligny, aqui lembrado por Certeau (1994) –, pois traça “*trajetórias indeterminadas* aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam” (CERTEAU, 1994, p.97).

O próprio surgimento do *hip-hop* – tendo no *break* um de seus pilares – pode ser considerado uma dessas linhas erráticas. A cultura *hip-hop* emerge de um cenário de crise urbana e descaso público, persistente no distrito nova-iorquino do Bronx, entre 1960/70. Prédios arruinados e ruas tomadas pelo trânsito e violência entre gangues predestinavam uma vida sem perspectiva para muitos dos jovens negros e latinos daquela zona: uma realidade muito próxima das periferias brasileiras, onde o *hip-hop* veio à tona na década seguinte.

A cidade, sobretudo os aspectos associados à circulação, sempre esteve ligada ao princípio do *hip-hop*, tendo na pichação que *envelopava* os vagões dos trens e metrôs de Nova York o exemplo mais plástico disso. A construção da *Cross-Bronx Expressway*, no fim dos anos 1950, também pode ser lida como outro fator catalisador da conjuntura que abriu brechas para que uma cultura jovem e periférica se aflorasse. A via expressa, planejada por R. Moses, é considerada por muitos uma catástrofe urbana, um *rasgo geográfico* ao longo do Bronx, intensificando ainda mais o abismo social; um desastre urbanístico que deixou como legado o barulho insuportável do tráfego rodoviário. Contudo, foi essa paisagem sonora que estimulou as primeiras experiências de DJs, que passaram a produzir seu próprio barulho – e seu próprio ritmo – em resposta ao ruído mecânico vindo da autoestrada (KATZ, 2012). O som manipulado nas *turntables* se estrutura como um mecanismo de poder delimitador de territórios, demarcando o espaço e, por consequência, os limites de atuação das gangues; momento em que batalhas passam a ser travadas no âmbito simbólico, a partir da aferição da potência dos sistemas de som. Assim, o *hip-hop* estabelece uma espécie de *trégua* entre gangues que, no impulso de sobrevivência, buscam na arte, na cultura e na retomada do espaço público, uma existência mais digna.

O *hip-hop* nasce de forma festiva, mas que nem por isso seria um movimento despolitizado. Certas especulações em torno das origens dos movimentos do *break*, como o clássico giro da cabeça em analogia às hélices dos helicópteros da Guerra do Vietnã, a popularidade dos filmes de artes marciais e a influência da capoeira, reforçam “o *break* como uma dança politicamente engajada, combativa e bem ancorada em suas raízes africanas” (TEPERMAN, 2015, p.20). O *hip-hop* está etimologicamente ligado ao movimento dos quadris e é inseparável da dimensão política, assim como da própria condição de *reexistência* de grupos étnicos, onde “a arte, a musicalidade e a corporeidade representam formas de criar e manter a sociabilidade, algo fundamental para a sustentação cotidiana” (SOUZA, 2011, p.75).

O início das experiências dos *breakbeats* – colagem de *breaks* ou solos percussivos – é creditado ao DJ Kool Herc que, com o auxílio de dois toca-discos, um *mixer* e discos de vinil idênticos, criava longos trechos instrumentais que inspiravam os *b-boys* a aprimorarem suas coreografias. O *break*, também conhecido como *the get down part*, foi popularizado pelos *b-boys*, mas somente possível pela técnica de mixagem dos DJs. O *break* era essa força que mantinha unificados todos os elementos musicais do *hip-hop*.

A repetição de excertos sonoros, que fundamentou a criação de um novo estilo musical e de dança popular entre jovens dos guetos, é também considerada por Katz (2012) forma de resistência apropriada pelo *hip-hop*, em resposta a uma estrutura de opressão, principalmente, do tempo cronológico, linear e produtivo do capital. Para ele, ao se estender a duração do *break*, o DJ desafia a física, assim como os corpos de ponta-cabeça dos dançarinos suspendem o ritmo do tempo, criando, assim, a sensação de um presente estendido. Pausa, trégua ou descanso; *breaks* são quebras subversivas no rotineiro urbano.

De modo similar, Zumthor (2014) pensa a performance poética – e nisso se inclui o conto, a canção, o rito e a dança – como um ato presente, que implica, necessariamente, a presença ativa, concreta e imediata dos participantes. O engajamento do corpo na prática poética busca formas de se emancipar da linguagem do tempo imperativo, e que, ao jogar com as ocasiões, enseja tempos plurais e subjetivos. “Performances fazem política, quaisquer que sejam as intenções que as regem, os tipos de inserção social dos artistas ou o modo com as formas artísticas refletem estruturas ou movimentos sociais” (RANCIÈRE, 2009, p.18/19).

A performance é orientada para uma percepção corpórea, isto é, a um corpo que, mais que passar uma mensagem, *comunica*, estabelece vínculos e conexões, é capaz de afetar e ser afetado. O corpo, no sentido espinosiano, é conjunto orgânico de diferentes arranjos de velocidades e intensidades interacionais, nunca uma forma completamente finalizada. O corpo é relacional (com si e com o mundo), é *corpo-mídia* e potência de transformação (FABIÃO, 2008).

Da noção de uma incompletude/indeterminação do ser/corpo – e, desse modo, por uma estética que preconize o diálogo e encare o dissenso mais como possibilidade de abertura do que fator de segregação e enclausuramentos –, o artista de rua percorre os espaços do cotidiano, por fora dos regimentos canônicos outrora instituídos. Para Rancière (2009, p.37), “a temporalidade própria ao regime estético das artes é a de uma co-presença de temporalidades heterogêneas”, é o confronto do antigo e do novo, a realização de um comum humano pela arte, que se encontra entremeada nos interstícios da vida ordinária e de práticas cotidianas; a arte não constitui mais domínio separado da vida, mas representa e reconfigura as demais práticas e ocupações do social. O artista acompanha, participa, ocupa, reivindica o espaço político das discussões públicas, faz micropolíticas com o corpo.

## Considerações finais

Tratamos de analisar o encontro entre o espaço normativo e ordenado do MetrôRio e a atuação cotidiana dos grupos de breakdance no interior dos vagões. Dessa tensão, entre um ambiente estratégico e uma ação tática, identificamos um confronto entre duas políticas de sociabilidade, que se relacionam diretamente com respectivas políticas de corpo e espaço: por um lado, a sugestão disciplinar da arquitetônica e da regulagem estratégica do sistema metropolitano e, por outro, a convocação do *comum* e o questionamento da normativa corpo-espacial feita por esses grupos que dançam e giram clandestinamente no centro desses ambientes regulados.

Além das tensões cotidianas, enxergamos nessa colisão o embate político entre duas genealogias: a genealogia disciplinar que acompanha os equipamentos coletivos de transporte desde a emergência das cidades modernas, e a genealogia do *hip-hop* que, produto também do contexto urbano, carrega em si, desde seu surgimento, forças que questionam as tramas do poder. Além de uma ocasião local, portanto, nos interessam essas questões por compreendermos que há nelas forças ainda vivas de atritos histórico-políticos que, desde muito tempo, estruturam a sociedade em que vivemos.

## Referências

- BEGUIN, F. (1981). As maquinarias inglesas do conforto. In.: Espaço e Debates. São Paulo: NERU.
- CAIAFA, J (2013). Trilhos da cidade: viajar no metrô do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras.
- CARMELINI, L. (2016) Corpo-Bicicleta-Cidade: circulação urbana e políticas do pedalar. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
- CERTEAU, M. (1994). A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (2012). Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5. São Paulo: Editora 34.
- DELIGNY, F. (2016). O Aracniano e outros textos. São Paulo: n-1.
- D'ALVA, R. E. (2014). Teatro hip-hop: a performance poética do ator-MC. São Paulo: Perspectiva.
- FABIÃO, E. (2009). Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea. In: Revista USP, v.8. PPGAC: Sala Preta.
- FOUCAULT, M. (2004). Disciplina. In.: Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.
- KATZ, M. (2012). Groove music: the art and culture of the hip-hop DJ. New York: Oxford University Press.
- RANCIÈRE, J. (2009). A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Editora 34.
- SENNETT, R. (2014). Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso.
- SOUZA, A. L. S. (2011). Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop. São Paulo: Parábola Editorial.
- TEPERMAN, R. (2015). Se liga no som: as transformações do rap no Brasil. São Paulo: Claro Enigma.
- ZUMTHOR, P. (2014). Performance, recepção e leitura. São Paulo: Cosac Naify.
-

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **Las parabólicas. Saberes tecnicos y comunicación en el consumo de medios en Bogota, Colombia en los noventas.**

### **The Dishes. Technical Knowledge and media consumption in Bogota, Colombia in the nineties.**

### **As parabólicas. Conhecimento técnico e consumo da media na Bogotá, Colômbia nos noventas.**

*Fabian Mauricio Prieto Ñañez<sup>13</sup>*

**Resumen:** A finales de la década de los ochenta, Bogotá registró un incremento en la instalación de antenas parabólicas para la recepción de señales satelitales que circulaban sin demasiada restricción a lo largo del continente americano. En medio de vacíos legales y de interés por la circulación de contenidos mediáticos, pequeñas empresas localizaron estas tecnologías para el tendido de redes cableadas de televisión en diferentes barrios de la ciudad. En esta presentación, sigo la trayectoria de estos objetos para observar un proceso en el que tecnología y política se unen con la comunicación. Al centrarme en las técnicas detrás de estos dispositivos, considero el lugar del conocimiento técnico profano en las experiencias mediáticas en Latinoamérica, previo a los procesos de privatización y libre mercado de la década de los noventas. En esa medida, mi presentación apunta a seguir la historia de las técnicas como correlato de las prácticas comunicativas que han dado forma a la comunicación urbana en nuestro continente.

**Palabras Clave:** Cultura Material, técnica, televisión satelital, consumo.

---

#### **Tema central**

A finales de la década de los ochenta, Bogotá registró un incremento en la instalación de antenas parabólicas para la recepción de señales satelitales que circulaban sin demasiada restricción a lo largo del continente americano. A medida que la tecnología se adaptó y distribuyó en Colombia a través de la costa Caribe, vía Miami y Panamá, periodistas y habitantes de la ciudad comenzaron a notar la transformación del paisaje urbano con la instalación de estas antenas. Frente a un vacío jurídico que determinaría si obtener esas señales era legal o ilegal, las antenas poblaron los techos de los edificios, hoteles y centros comunitarios a lo largo y ancho de la ciudad, creando un boom en la aparición de negocios de instalación de redes cableadas para la distribución de los contenidos capturados en las antenas. En esta presentación sigo parte de esta historia como un ejemplo para pensar el lugar de la tecnología en los estudios de comunicación en América Latina, desde una perspectiva de los estudios en tecnología que critican la centralidad de los dispositivos.

#### **Objetivos.**

El principal objetivo de esta presentación es evidenciar las técnicas que permitieron la apropiación de estos dispositivos para así trazar vínculos con las prácticas comunicativas en Bogotá en este momento de su historia. Si bien existe una crítica justificada al determinismo tecnológico en el estudio de la comunicación, observar los artefactos comunicativos como cultura material puede revelar prácticas socio materiales emergentes. Más aun, el análisis de esas emergencias resulta central en las discusiones sobre las historias de las tecnologías en Latinoamérica en donde el reciclaje

---

<sup>13</sup> Fabian Mauricio Prieto Ñañez, Universidad de Illinois en Urbana-Champaign, Candidato a doctor en Comunicación y Medios, Estados Unidos, prieton2@illinois.edu.

tecnológico y la copia no-autorizada han caracterizado gran parte del desarrollo tecnológico en América Latina (Thomas, 1995). Dado que estas prácticas se dan en la cotidianidad de los talleres y pequeñas industrias, otro de los objetivos es indagar cómo las experiencias mediáticas de las ciudades latinoamericanas, con particular énfasis en el caso de Bogotá, recurren a innovaciones locales donde los diseños de artefactos personalizados cumplen con las expectativas de usuarios y audiencias de diferentes clases sociales.

### **Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta.**

En los últimos años, la investigación sobre medios ha promovido el estudio de las materialidades sobre las que se fundamentan los procesos comunicativos (Packer & Wiley, 2012; Parks & Starosielski, 2015). Desde propuestas que excavan las múltiples capas que constituyen las experiencias mediáticas a lo largo del tiempo, como la arqueología de medios (Parikka, 2012), hasta consideraciones sobre las infraestructuras por las que circulan señales electrónicas, el giro hacia lo material cuestiona la centralidad de los análisis textuales centrados en la representación y sus interpretaciones. Sin descartar la intención política que significa la lucha por la representación en los estudios culturales, el estudio de la materialidad de la comunicación se conecta con preguntas sobre la constitución de lo político bajo una integración cada vez mayor de técnicas y tecnologías con acciones políticas (Barry, 2001; Winner, 1986).

Una puerta de entrada, y de lectura es la propuesta Shirin Shenassa (2001), quien de la mano de autores como Harold Innis, Marshall McLuhman y Friedrich Kittler entre otros, ha señalado el poco interés que sobre los estudios de medios en América Latina han tenido en el estudio de la materialidad. De acuerdo con Shenassa, el análisis sociocultural de Néstor García Canclini, por ejemplo, podría ganar en la definición de lo híbrido con el reconocimiento de que los nuevos medios impondrían su lógica operativa particular en la sociedad, sin importar el ambiente social. En esa dirección, la mayor parte de críticas a esta aproximación ha sido el posible determinismo tecnológico sobre el que recae este argumento.

De otro lado, los estudios sociales de ciencia y tecnología, en particular la teorías actor-red, han formulado una nueva disposición de los elementos en la cual entender los enredos en los que participamos al interactuar con las tecnologías (Suchman, 2014). Esta revisión sobre lo que es tecnología se encuentra en trabajos sobre historia de la tecnología que toman como referencia no los artefactos per se, sino las técnicas y las relaciones que con lo material que en las interacciones se generan. Tal es el caso de la propuesta del argentino Hernán Thomas (1995), quien, a mediados de los noventas, formuló una interpretación del desarrollo tecnológico en América Latina como Surdesarrollo, en donde prácticas de reciclaje tecnológico y de copia no-autorizada eran centrales a la hora de entender la tecnología en el continente. De la misma manera, al entender las técnicas como un sistema, no sólo se cuestionaba la constante referencia a la aplicación de conocimiento científico, sino que se abría lugar a otro tipo de conocimientos participantes en el diseño y apropiación tecnológicas en países en vía de desarrollo. En esa lectura, una revisión del apartado sobre "la no-contemporaneidad entre tecnologías y usos" en *De los medios a las mediaciones* (Martín Barbero, 2003), permite reconocer puntos de partida para considerar el lugar de los artefactos en las prácticas de lectura, vistos no como unidades cerradas, sino como abiertos a múltiples interpretaciones e intervenciones.

Pensar en esta integración de los estudios de ciencia y tecnología con la comunicación no sólo procede de una importación de las categorías anglosajonas para entender esa relación, sino que pone en contacto muchas de las líneas teóricas que en los últimos años se han articulado en nuestros países. A este decir, la comprensión de la producción de conocimiento como lo propone Boaventura Sousa de Santos (2009) con su sociología de las emergencias, nos permite fundamentar estudios que reconozcan el carácter excluyente que tienen las categorías para entender lo tecnológico como residual en países que no producen lo que se conoce como tecnología de punta. Enfatizar en el sistema de técnicas como un tejido con costuras, como sugiere Tania Pérez-Bustos (Pérez-Bustos, 2016), hace evidente que muchas de estas prácticas consideradas marginales crean nuevas formas de intervenir en las relaciones entre tecnología y política.

Es por esta razón, que el estudio de una infraestructura como la de las antenas parabólicas en Colombia, devela una de las más interesantes trayectorias en la circulación de mercancías y conocimientos tecnológicos que intervinieron en el desarrollo de la televisión como una política de estado. Como señala un artículo de la Revista Semana, las antenas parabólicas anticiparon el proceso de privatización de la televisión en Colombia, al promover el consumo masivo de televisión por suscripción. En ese momento, el Gobierno afrontó la paradoja de considerar esta formal espontanea de creación de redes como ilegal, y gran parte de la transformación de estas infraestructuras, radico en su formalización como empresa o como proveedor de televisión comunitaria. A este respecto, las medidas en torno a las antenas parabólicas coinciden con las políticas de libre mercado, por un lado, y de democratización por el otro, que caracterizaron la llegada del neoliberalismo al continente. (Portes, Roberts, Grimson, & Aliaga, 2005)

En esa medida, la comunicación ofrece uno de los campos más fructíferos para explorar estos acondicionamientos y apropiaciones, en tanto que implica una búsqueda del lugar que los usuarios jugaron en el desarrollo de estas infraestructuras para acoplarse a los ritmos de la globalización. Más aun, al considerar las tecnologías como sistemas de técnicas, muchas de las adaptaciones y circulaciones no solo son apropiadas para la resolución de desafíos y necesidades prácticas, sino que generan diseños localizados que buscan satisfacer experiencias estéticas particulares. En gran medida, aunque los grandes centros de producción y distribución de dispositivos electrónicos se encuentran localizados fuera de América Latina, el uso de partes y acondicionamientos ha funcionado a través de industrias y emprendimientos locales que toman en cuenta elementos de la vida cotidiana, tanto para la solución de problemas como para la imaginación de experiencias de entretenimiento locales.

### **Enfoque y/o metodología de abordaje.**

A partir de las consideraciones teóricas presentadas anteriormente, este trabajo se centra en una exploración histórica sobre la introducción de las antenas parabólicas para la recepción de señales satelitales en Bogotá, la capital de Colombia. Estas antenas, que inicialmente fueron diseñadas para la distribución de contenidos en los Estados Unidos, fueron rápidamente vendidas a lo largo y ancho de Centroamérica y el Caribe. Luego de llegar a Colombia, desde Miami y a través de Panamá a Barranquilla, la tecnología detrás de las antenas parabólicas fue apropiada y adaptada para capturar las señales transmitidas para el público de los Estados Unidos. Dado que, en términos de transferencia tecnológica, se puede decir que la televisión hasta entonces era un asunto primordialmente estatal, me interesa seguir la trayectoria de objetos, personas y conocimientos que permitieron que las antenas colonizaran la recepción de imágenes en una gran parte de los hogares colombianos.

El primer enfoque parte del apartado teórico en cuanto a considerar la tecnología dentro del espacio de las prácticas comunicativas. Como señala Freire para el caso de la televisión, preguntas sobre las condiciones, lugares y las rutinas de consumo televisivo hacen parte de lo que él denomina una arqueología de la recepción televisiva. En esa dirección, Mirta Varela (1999) muestra distintos modos de apropiarse de la televisión, y las estrategias para volverlas familiares, que siguiendo el concepto de “domesticación” acuñado por los estudios británicos de televisión. Esta aproximación a lo tecnológico, resulta de gran importancia dado que vincula a las audiencias con un trabajo donde la técnica aparece articulada a los modos de ver, llevando consigo la idea expresada por Jonathan Sterne (2006) de que las tecnologías “están asociadas con hábitos y prácticas, en algunos casos cristalizándolas, en otros promocionándolas o contrarrestándolas. Están estructuradas por prácticas humanas, por lo que pueden, asimismo, estructurar prácticas humanas. (p.95)

En términos del disfrute técnico, explorado por Beatriz Sarlo en la radiodifusión a comienzos del siglo XX, traslada estas prácticas a la articulación de los dispositivos con las infraestructuras necesarias para la comunicación a distancia (p.112). En el caso de la radio, se produjo una verdadera locura, grandes expectativas de incorporación de know-how, importación de aparatos y sobre todo un impulso de construcción e investigación casera”. En aquel momento, la incorporación del sonido radial en el espacio urbano, contribuye a modificar el sistema perceptivo, en el que el uso profano de la técnica reorganiza la jerarquía de saberes encabezada por la cultura artística letrada. (p.13) Si algo caracteriza a estas infraestructuras, fundamentadas en dispositivos ensamblados localmente, es su naturaleza transitoria, que sin embargo se anticipan a la expansión motivada por el estado o las empresas. Más recientemente, estas infraestructuras transitorias, de la que hacen parte las antenas parabólicas, los cibercafé, o los teléfonos monederos, mercancías que circulan en la sociedad, y a los que solo tienen acceso ciertos grupos sociales, son reinterpretadas y adaptadas a las exigencias de las ciudades globalizadas.

De allí que la divulgación periodística y la ciencia popular que son parte del corpus de Beatriz Sarlo, sean parte de una red de circulación de conocimiento técnico articulada a la circulación de materiales con los cuales crear dispositivos ensamblados localmente. Aunque que los procesos de globalización económica, la producción de dispositivos electrónicos se haya centralizado en compañías localizadas en Estados Unidos, China y Corea, su circulación no está determinada únicamente por la compra-venta. Los modos de acceso, que Varela recuerda podrían darse por concurso, deuda, un viaje a Estados Unidos o un amigo capitán a quien se le encarga, (Varela, 1999) aun hacen parte de las prácticas de consumo de tecnologías en Bogotá. Más aun, la circulación y venta de dispositivos electrónicos usados o incluso robados que se dan en mercados como el de Ciudad del Este en Paraguay (Ribeiro, 2009), esta complementado por servicios de reparación y acondicionamiento donde más que dispositivos, circulan como partes tanto para la reparación y personalización como para el ensamblaje de nuevos dispositivos.

En esa medida, la copia no-autorizada converge con la copia pirata, cuya exposición en el espacio público es capaz de crear distinciones al mismo tiempo que identidades. Como ha indicado Paula Vera (2016), una de las características de

las ciudades tecnificadas es la dimensión semiótica de lo tecnológico. Aunque en la aproximación de Vera los elementos privilegiados son los de proyectos de ciudades inteligentes o smart cities, lo cierto es que la construcción de los ensamblajes urbano-tecnológicos, como ella los llama, no se agotan en la producción o importación de tecnologías de punta. Por el contrario, históricamente se puede comprobar que han sido pequeños negocios quienes diseñan soluciones temporales en la adopción de esas tecnologías de punta, e incluso el diseño de artefactos particulares para el goce mediático. Si extendemos la mirada sobre la técnica al lugar que la autoconstrucción ha tenido en la constitución los espacios urbanos latinoamericanos, podremos verificar el lugar que estos desarrollos tecnológicos tienen en el presente y futuro de nuestras sociedades.

### **Principales resultados, reflexiones y conclusiones.**

Al proponer entonces una revisión de la tecnología, a través de las técnicas que las constituyen, la mirada sobre la televisión satelital en Bogotá vincula finales de los ochentas varios de los elementos que anteriormente he querido enfatizar. Para esta década, la televisión ya se había consolidado como referente cultural como reflejan los debates sobre su lugar en la sociedad. La importación de series sumado al incremento en las producciones nacionales, mantenía la idea de una televisión nacional, que sin embargo comenzó a ser cuestionada desde las regiones. Sin embargo, la llegada de las videocaseteras amplió el rango de opciones visuales. Este cambio en los modos de ver, asociados a una mayor circulación de contenidos audiovisuales encajó con las motivaciones por poner en marcha sistemas de televisión satelital, diseñadas para la expansión de la televisión comercial en los Estados Unidos. Esta entrada de contenidos en la experiencia cotidiana de la televisión abre un gran número de preguntas sobre una nueva etapa de domesticación alrededor de dispositivos e infraestructuras que expandieron el uso de la televisión en estas décadas.

En términos técnicos, la pregunta radica en la forma como se constituyeron las redes que distribuyeron las señales satelitales, que para entonces circulaban con pocas restricciones. Nuevamente, en comparación con las redes de televisión nacional caracterizadas por su diseño centralizado, las redes que surgieron a finales de los ochenta, fueron gestionadas por organizaciones barriales, algunas de ellas surgidas de procesos comunitarios, otras aprovechando la idea de acción comunal para solicitar los permisos para su instalación. Paralelamente, frente a la creciente oferta de conjuntos cerrados o condominios, las constructoras ofrecían las antenas parabólicas como un servicio adicional. A pesar de que, en 1986 el gobierno nacional autorizó a varias empresas la implementación de la televisión por cable, las empresas encargadas del montaje de estos sistemas, se anticiparon a los requerimientos legales que luego se establecerían.

La emergencia de estas redes recayó igualmente sobre la circulación de personas, objetos y conocimientos que transitaron desde los Estados Unidos hasta los barrios de Bogotá, en una red de intermediarios y emprendedores que tradujeron esas tecnologías para su disseminación y apropiación. Mientras que las partes electrónicas eran transportadas desde los Estados Unidos, vía Miami y Panamá, localmente se ensamblaban las antenas que, por estar en los límites de cobertura de la señal, debían ser de mayor tamaño. En ese proceso de localización, jugaron un papel importante técnicos y comerciantes locales que observaron la oportunidad y el modelo adecuado para su disseminación en el país. Más aun, en efectos de ser adquiridas, el negocio se centró en la venta de la antena y el sistema de distribución de la señal a través de cable. Las características de esta implementación, así como la legitimidad de la retransmisión de las señales, reflejaron una ambigüedad inicial sobre si considerarlas legales o ilegales.

Algo fundamental en esa ambigüedad fue que si legalmente no había una mirada estatal sobre estas antenas (Scott, 2008), si representaban aspiraciones de clase de diferentes poblaciones que buscaban acceder a los contenidos de la televisión satelital (Brunsdon, 1997). En particular, las primeras antenas parabólicas fueron asociadas con la importación de estas tecnologías con dineros del narcotráfico, convirtiéndose en otro símbolo de su ascenso social y su estética (Rincón, 2009). Pese a esa estigmatización, múltiples emprendedores locales montaron negocios para el desarrollo de estas infraestructuras. En 1997, cuando el gobierno inició los procesos de regulación de la televisión por cable, solo el 5 por ciento de los 4.5 millones de suscriptores, estaban legalmente conectados, mientras el restante 95% por ciento pertenecía a sistemas "informales" o ilegales. (Calero Aparicio, 2002, p. 100)

Precisamente, este proceso de formalización y legalización evidencia la anticipación que estas infraestructuras tuvieron frente al desarrollo de la televisión por cable. Una mirada sobre la informalidad, en la línea de pensamiento de autores como Hernando de Soto (1991), refiere a esta iniciativa como una forma de emprendimiento desde abajo, que demuestra las capacidades de las poblaciones de bajos recursos para sobrevivir. En esa medida, las antenas parabólicas pese a ser condenadas por los proveedores oficiales de televisión por cable, también fueron celebradas por haber impulsado la privatización de la televisión. Antes de las reformas de libre mercado introducidas en los noventa, estos sistemas surgieron desde distintos ámbitos como respuesta a la regulación del estado en materias de acceso.

Este argumento, que favoreció la creación de empresas que gestionaron el proceso de formalización y que luego fueron adquiridas por compañías como Telmex, no fue sin embargo la única vía en este proceso. Además del cierre de muchas antenas por no cumplir con los requisitos de transmisión, el gobierno propuso el uso de estas infraestructuras para la creación de canales comunitarios. De esta manera, la historia de la televisión comunitaria en Colombia tiene como inicio la creación de estas infraestructuras, caracterizadas por una multiplicidad de historias sobre la forma como nacieron. (Téllez G., 2003)

En esa dirección el conocimiento técnico aún es de gran relevancia, dadas las características que deben tener las antenas parabólicas de los canales comunitarios, en las cuales convergen elementos jurídicos y tecnológicos para su regulación. Sin embargo, lo que también se hace evidente es que esta regulación hace parte de las prácticas del ver regulada por lo que puede llamarse los “usos correctos de la tecnología”, en particular al consumo de contenidos protegidos por el derecho de autor (Philip, 2005). La introducción de la televisión por suscripción, ha coincidido con el pago sistematizado en otras infraestructuras urbanas (Graham & Marvin, 2009, p. 199), y de sistemas de prepago o por minutos, como sucede en Latinoamérica.

En muchos casos, ha sido a través del conocimiento técnico en donde las tecnologías son resistidas. Como señaló Jesús Martín-Barbero (2003), el rediseño es posible, si no como estrategia siempre al menos como táctica (p.201). Esta verificación sobre el lugar de los dispositivos tecnológicos en su relación con la cultura, nos permite continuar el camino por establecer las formas particulares de crear escenarios futuros mediados por lo tecnológico. A ese respecto, la investigación en la historia de los medios como dispositivos tecnológicos, no son gfgtun apéndice a la historia urbana. Su integración a las ciudades, como objetos en los hogares o como infraestructuras redefinen los usos, apropiaciones y experiencias de lo urbano. En esa integración no solo se reflejan las aspiraciones de Estados modernizadores o de corporaciones en proceso de expansión, sino también una imaginación que se renueva en las demandas frecuentes por el derecho a la ciudad. El uso profano de la técnica, a decir de Beatriz Sarlo, está presente en esas historias transitorias y parciales.

## Bibliografía

- Barry, A. (2001). *Political machines : governing a technological society*. London; New York: Athlone Press.
- Brunsdon, C. (1997). *Screen tastes : soap opera to satellite dishes*. London ; New York: Routledge.
- Calero Aparicio, F. (2002). The Colombian Media. Modes and perspective in television. In E. Fox & S. Waisbord (Eds.), *Latin Politics, Global Media*. Austin: University of Texas press.
- Graham, S., & Marvin, S. (2009). *Splintering urbanism : networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition*. London: Routledge.
- Martín Barbero, J. (2003). *De los medios a las mediciones : comunicación, cultura y hegemonía*. Bogotá, Colombia: Convenio Andrés Bello.
- Packer, J., & Wiley, S. B. C. (2012). *Communication matters: materialist approaches to media, mobility, and networks*. London ; New York: Routledge.
- Parikka, J. (2012). *What is media archaeology?* Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press.
- Parks, L., & Starosielski, N. (2015). *Signal traffic: critical studies of media infrastructures*. Urbana: University of Illinois Press.
- Pérez-Bustos, T. (2016). El tejido como conocimiento, el conocimiento como tejido: reflexiones feministas en torno a la agencia de las materialidades. *Revista Colombiana de Sociología*, 39(2), 163.
- Philip, K. (2005). What is a technological author? The pirate function and intellectual property. *Postcolonial Studies: Culture, Politics, Economy*, 8(2), 199-218.
- Portes, A., Roberts, B. R., Grimson, A., & Aliaga, L. (2005). *Ciudades latinoamericanas : un análisis comparativo en el umbral del nuevo siglo*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Ribeiro, G. L. (2009). Non-hegemonic globalizations: Alter-native transnational processes and agents. *Anthropological Theory*, 9(3), 297-329.
- Rincón, O. (2009). Narcos. estética y narco. cultura en Narcos. lombia. *Nueva Sociedad*, 222, 147-163.
- Santos, B. d. S. (2009). *Una epistemología del Sur : la reinención del conocimiento y la emancipación social*. México DF; Buenos Aires: Siglo XXI ; CLACSO.
- Scott, J. C. (2008). *Seeing like a state : how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven, Conn. [u.a.]: Yale Univ. Press.
- Shenassa, S. (2001). The Lack of Materiality in Latin American Media Theory. In E. Paz Soldán & D. A. Castillo (Eds.), *Latin American literature and mass media* (pp. 322 p.). New York: Garland Pub.
- Soto, H. d. (1991). *El otro sendero : la revolución informal*. México: Editorial Diana.
- Sterne, J. (2006). Communication as techné. In J. Shepperd, J. St, Jeffrey, & T. G. Striphas (Eds.), *Communication As....: Perspectives on Theory* (pp. 91-98). Thousand Oaks,CA: Sage Publications.
- Suchman, L. (2014). Mediations and their others. In T. Gillespie, P. J. Boczkowski, & K. A. Foot (Eds.), *Media technologies : essays on communication, materiality, and society*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Téllez G., M. P. (2003). *La televisión comunitaria en Colombia: entre la realidad y la utopía*. Bogotá: Ministerio de Cultura, Comisión Nacional de Televisión.
- Thomas, H. (1995). *Sur-desarrollo-Producción de tecnología en países subdesarrollados*: Centro Editor de América Latin, Buenos Aires.
- Varela, M. (1999). De cuando la televisión era una cosa medio extraña. Testimonios sobre la primera década de la televisión en la Argentina. In A. Grimson & M. Varela (Eds.), *Audiencias, cultura y poder : estudios sobre la televisión*. Buenos Aires: EUDEBA.
- Vera, P. (2016). Imaginarios urbanos tecnológicos: los hilos de las construcciones socio-técnicas de la ciudad. *Horizontes Sociológicos*(8), 147-164.
- Winner, L. (1986). *The whale and the reactor : a search for limits in an age of high technology*. Chicago: University of Chicago Press.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **Jornalismo e coesão social na cidade do século XX**

### **Periodismo y cohesión social en la ciudad del siglo XX**

### **Journalism and social cohesion in the twentieth century city**

*Sinara Sandri<sup>14</sup>*

**Resumen:** O artigo revisa as formulações de Robert Park sobre a cidade e seu modelo de jornalismo como ferramenta para conhecimento do real.

**Palabras Clave:** Interacionismo, Ecología Urbana, Jornalismo.

---

Ao questionar a lógica que legitima a apropriação do espaço urbano e a rede discursiva envolvida na vivência conflituosa deste ambiente, consideramos necessário recuperar a contribuição do Interacionismo Simbólico que, diante das mudanças na configuração urbana e do receio de um possível efeito de esfacelamento social, advogou a criação de novos dispositivos comunicativos para o controle social. Em diálogo com a biologia e o darwinismo, Robert Park firmou o conceito de Ecología Urbana traçando um paralelo entre a dinâmica das cidades e o processo biológico, além de dar à notícia uma função de orientação para adaptação ao meio. O ser humano era visto como parte do ambiente, mas sua integração seria viabilizada por mecanismos de competição e coesão social realizados pela comunicação.

Neste entendimento que considera a cidade como um organismo vivo cuja manutenção do conjunto depende do desempenho satisfatório de cada órgão, é fundamental recuperar a contribuição de Park, elemento central na configuração da cidade como campo de observação. Jornalista e teórico, Park desenvolveu um pensamento intrincado que vincula a dinâmica urbana ao seu modelo de comunicação, postulando que a imprensa deveria funcionar como dispositivo de aglutinação e a notícia ganharia importância como forma de conhecimento da realidade em uma conjuntura onde transformações drásticas e aceleradas fariam crescer a necessidade de compreender o presente.

#### **Interacionismo Simbólico**

O Interacionismo Simbólico propõe identificar os significados que emergem das interações que constituem a vida social. Para Rizzo (2011), no campo da comunicação, sua leitura abriu possibilidade para construção de um modelo de análise que prioriza o viés relacional, escapando das abordagens centradas nos processos midiatisados. As transformações no cenário urbano da cidade de Chicago foram fundamentais para construção teórica da chamada Escola de Chicago<sup>15</sup>, pois motivaram a realização de estudos dedicados à compreensão dos impactos da migração, da industrialização e a dinâmica das relações sociais. Entre 1915 e 1935, o grupo desenvolveu investigações importantes com pesquisas qualitativas focadas nas pequenas interações cotidianas que conformam os grupos urbanos. Costuma-se dizer que a Escola estudou a cidade como um “laboratório social”, tentando apreender a “rede de vida” ou “estado de espírito” que a conforma.

No contexto de instalação da Escola, havia um debate teórico relacionado ao darwinismo que colocou as relações sociais sob crivo dos processos de seleção, adaptação e transformações entre os sujeitos e o meio. França e Simões (2014) identificam uma interface com a tradição filosófica e sociológica europeia, através da obra do alemão

---

<sup>14</sup> Sinara Sandri. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda do PPGCOM, Brasil, [sinara.sandri@gmail.com](mailto:sinara.sandri@gmail.com)

<sup>15</sup> Pesquisadores do Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade de Chicago, instituição fundada em 1892 com recursos de John Rockefeller.

George Simmel e do francês Gabriel Tarde, dedicados ao estudo da dimensão intersubjetiva das trocas realizadas na vida social, a partir de ações recíprocas entre indivíduos, temas que se tornariam os objetos da microssociologia. Outra influência em Chicago foi o pragmatismo<sup>16</sup> que preconiza a ação como base do pensamento e enfatiza a importância da interação entre os seres vivos e o ambiente. Esta dimensão interativa da experiência é recuperada pelas pesquisas de George Mead (1993) e está bastante relacionada ao conceito de comunicação do grupo de Chicago.

Mead discute o ato social e concebe a comunicação como um processo de interação, construído a partir de gestos significantes e marcado pela reflexividade. A ação dos indivíduos seria orientada pelos significados oferecidos pelo mundo. Em vez de dados a priori, estes significados seriam construídos a partir de processos interpretativos desenvolvidos no âmbito da ação social. Mead quebra a dicotomia entre indivíduo e sociedade com uma personalidade social que junta características individuais e expectativas coletivas internalizadas (outro generalizado) em uma relação simbólica marcada pela circularidade entre os sujeitos (MEAD, 1993, p. 320).

Estas noções configuram um processo comunicativo concebido como troca simbólica, realizada através da linguagem, por ações recíprocas de sujeitos conscientes dessa mútua afetação. A comunicação, entendida como um processo baseado na reflexividade e na constituição de acordos pelo compartilhamento de costumes, assumiria um papel central na experiência que constitui os sujeitos e a sociedade. A partir deste conceito, vamos aproximar o foco do pensamento de Robert Park, para compreender a aproximação entre comunicação e ambiente urbano.

### **Ecologia Urbana**

Em Robert Park, a noção de comunicação é o “conceito-chave” sobre o qual constrói “sua teoria e fundamenta todo o seu sistema intelectual” (CONDE 2008, 32). Essa centralidade é construída por um duplo movimento articulado em torno da formulação do conceito de Ecologia Humana<sup>17</sup>. Park investe na abordagem da cidade como um ambiente complexo, levando a análise para além do fenômeno populacional ou geográfico e dando atenção às possibilidades de integração como estratégia para redução de conflitos. Por outro lado, dedica-se a compreender a função da imprensa na sociedade moderna e defende seu potencial como elemento de integração e preservação cultural, defendendo sua função como dispositivo de coesão social.

Park se preocupa com as condições que afetam e controlam o tamanho da população, reconhece a importância das interrelações com o habitat e considera a pressão demográfica fator de incremento da competição e alteração da divisão do trabalho. Esse instrumental teórico, montado para dar conta do desafio de adaptação de novas populações à sociedade norte-americana, aplica o modelo das ciências naturais aos temas sociais e, a partir de conceitos biológicos, enxerga a sociedade como uma organização em que uma base cultural atua sobre um substrato biótico – através da comunicação e do consenso - para manter o equilíbrio, moldar a competição e integrar os indivíduos.

*A comunicação e a competição constituem processos sociais elementares que asseguram e mantém a continuidade da comunidade urbana como unidade orgânica e funcional (PARK, 1999, p. 144)*

Enquanto a competição funcionaria como um mecanismo para “regular o número de seus membros e preservar o equilíbrio entre as espécies competitadoras” (PARK, 1999, p. 130), permitindo a manutenção da integridade do grupo e criando as condições para a emergência de relações de cooperação, a comunicação seria o vetor de interação nos grupo humanos cuja função é “gerar o acordo entre os membros de uma sociedade” (PARK, 1999, p. 142). Coerente com o postulado interacionista da reflexividade, o autor preconiza a comunicação como um processo psicossocial que permite a adoção de atitudes e perspectivas do outro em uma dinâmica em que uma ordem racional e moral substituiria uma ordem puramente psicológica e instintiva. Estes acordos assumiriam a forma de costumes, tradições e solidariedade, capazes de ligar entidades muito diversas e “preservar o centro da agitação e da confusão de nosso mundo moderno” (PARK, 1999, p. 142).

É nítida a preocupação de Park com os processos que asseguram a manutenção da estabilidade já que o equilíbrio garantiria a preservação da identidade da comunidade e sua integridade como unidade individual, mesmo diante das ameaças do “mundo moderno”. O equilíbrio biótico e social dependeria da interação de quatro fatores:

<sup>16</sup> Nos anos 70 do século XIX, Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey reunidos no Clube Metafísico desenvolveram um pensamento filosófico antiautoritário avesso às generalizações.

<sup>17</sup> Conceito expresso em *Human Ecology*, publicado no American Journal of Sociology, 42 (1936), p. 1-15 e recompilado em *Collected Papers of R.R. Park (vol II), Human Communities*, p. 145-158. (PARK, 1999, p. 132)

população, artefatos (cultura tecnológica), costumes e crenças (cultura não material), além dos recursos naturais do habitat. Para entender o mecanismo, criou um conceito operativo da ecologia urbana (algumas vezes referido como ecologia humana), com o qual pretendia investigar as dinâmicas sociais durante seu desenvolvimento.

*A ecologia humana é, fundamentalmente, uma tentativa de investigar os processos pelos quais o equilíbrio biótico e o equilíbrio social se mantêm uma vez alcançados e, os processos pelos quais a transição se realiza de uma ordem relativamente estável a outra, quando estes equilíbrios se alteram (PARK, 1999, p. 139)*

Park tenta explicar as diferenças culturais entre as chamadas raças e os obstáculos à constituição de relações de simbiose capazes de viabilizar gente diferente em papéis específicos de uma economia comum. Mesmo considerando a migração um agente de progresso por liberar energias controladas pela tradição, enxerga a dificuldade de fusão das novas populações. Por isso, quer estudar o homem marginal, tipo humano específico, que teria surgido nos processos migratórios e seria a manifestação da turbulência moral provocada pelo contato com as novas culturas.

*É na mente do homem marginal – onde as mudanças e fusões da cultura estão em andamento – que podemos estudar melhor os processos de civilização e progresso (PARK, 1928, p. 893)*

Para o autor, as cidades são o habitat específico desse homem marginal, resíduo dos processos incompletos de aculturação provocados pelas ondas migratórias, pois são o ambiente onde os tradicionais clãs e grupos de parentesco foram quebrados e substituídos por uma “organização social baseada em interesses racionais e predileções temperamentais” (PARK, 1928, p. 890). Esta cidade favorece a divisão do trabalho, a especialização e a libertação do controle que a natureza que impunha sobre os homens primitivos, mas é terreno para a liberação descontrolada de energias e, portanto, precisa ser estudada detidamente.

*Nestas grandes cidades, onde todas as paixões e toda a energia da humanidade são liberadas, estamos em condições de investigar os processos de civilização, por assim dizer, sob microscópio (PARK, 1928, p. 890)*

Há certo determinismo na ideia de que um ambiente urbano criaria um tipo específico. O homem marginal, habitante dos guetos e eterno estrangeiro é caracterizado pela dificuldade em assimilar novos traços culturais. A diferença provocada pelo contato entre culturas distintas, inicialmente vista como propulsora de progresso, é considerada resíduo ou foco de desconforto individual. A manutenção da ordem e a constituição de consensos é o foco nas investigações de problemas como a assimilação de imigrantes, a desorganização familiar, o conflito étnico, a segregação e a mobilidade urbana.

*Boa parte das investigações de Park e da escola ecológica seguem esta direção: os processos de aculturação e desintegração moral da cidade. As mudanças introduzem uma nova ordem que contém as pulsões do homem e os comportamentos indecentes. O controle social adota uma forma indireta, mas não menos efetiva: a moda e a opinião pública. O rumor da aldeia como instrumento de controle é substituído pela imprensa (MARTINEZ, 1999, p. 34)*

## Comunicação, cidade e ordem

Na ecologia de Park, a cidade é locus de ativação de uma comunicação destinada a garantir a ordem política e moral, configurando mecanismos de coesão social que, somados às antigas instituições e às dinâmicas de controle ecológico, permitiriam uma ação concertada, conciliando o desenvolvimento individual e o coletivo. O jornal e a cidade moderna seriam o resultado de um processo adaptativo “não totalmente racional” (PARK, 2008, p. 33), cujo conhecimento seria viabilizado pela reconstituição de sua história natural.

A urbanização era desafio e oportunidade para a imprensa que, diante de um novo perfil populacional, precisaria extrapolar o caráter de reunião de trivialidades e relatos sobre ações individuais – impossível na nova conjuntura – e tornar-se uma narrativa impessoal sobre uma dada maneira de viver. A sobrevivência do jornal estaria condicionada à ampliação de circulação, onde as comunidades de imigrantes eram potencial consumidor. Para Park, o crescimento dos meios de comunicação poderiam ampliar a interação de pessoas que mesmo em lugares remotos poderiam “participar dos eventos – pelo menos como ouvinte, senão espectador - enquanto esses acontecem em alguma outra parte do mundo” (PARK, 2008, p. 69).

Park relaciona a circulação da notícia à extensão da participação coletiva, atribuindo à imprensa o poder de influenciar a formação da opinião pública e mobilizar a comunidade. Nesse jogo de forças, a ação política não está baseada apenas no consenso, mas exige que a sociedade esteja apta a agir “não apenas em uníssono, mas de forma consistente de acordo com um objetivo na busca de um fim racional” (PARK, 2008, p. 61). O interesse despertado pela notícia seria pragmático e não apreciativo e o resultado de sua operação sobre a realidade seria orientar mais que informar. Potencializada pelo desenvolvimento da ciência e da técnica, a notícia favoreceria a participação e a interação social, contribuindo para a implantação da democracia. Ao orientar o homem em um mundo real, a notícia “tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade” (PARK, 2008, p. 69).

Ao estabelecer o território da notícia, o autor diferencia história e sociologia e define a abordagem do repórter. Trabalhando com um tempo curto, a notícia trata de eventos “isolados num todo e não busca relacioná-los uns aos outros” (PARK, 2008, p. 58), enquanto historiadores e sociólogos teriam interesse nos fatos e nas suas conexões. A notícia trata do presente perecível e transitório e ganha importância diante da aceleração nos processos de transformação.

A formulação de Park é sintoma de uma mudança na função narrativa da história, identificado pela historiografia do final do século XX. Hartog (1997) descreve os regimes de historicidade<sup>18</sup> e postula que o paradigma da história como exemplo, vigente desde a Grécia Antiga, em que o passado serviria como lição para orientar as condutas do presente foi alterado na modernidade. A partir da Revolução Francesa, o importante era entender o presente para projetar um futuro de prosperidade, prometido pelo domínio técnico e científico. É nesse registro que Park identifica a vigência de uma “era da notícia” em que um dos “mais importantes eventos da civilização americana é o surgimento do repórter” (PARK, 2008, p. 70).

É interessante observar que ao estabelecer a referência de reportagem, o autor mobiliza de forma bastante ligeira a figura do historiador grego Tucídides, referencial da história magistra vitae<sup>19</sup> ao sistematizar o que julgava ser as razões da vitória na guerra do Peloponeso. A questão a recuperar desta aproximação aparentemente contraditória é o efeito da legitimidade do relato do historiador em detrimento da testemunha. Desconfiado da imprecisão das testemunhas na Grécia Antiga, Tucídides propõe uma narrativa histórica sistematizada e baseada em documentos passíveis de comprovação, deslocando o referencial anterior estabelecido por Heródoto cujo relato era baseado na experiência direta e nas informações sobre o que via ou ouvia. O mesmo desejo de legitimização parece mobilizar Park ao estabelecer a distinção entre a notícia e outros tipos de conhecimento que compartilham a capacidade de circular, mas seriam “menos autênticos, notadamente o boato e a fofoca”.

*Para que um relatório de eventos atuais tenha a qualidade de notícia, ele não deve apenas circular – possivelmente por canais subterrâneos – mas deve ser publicado, seja pelo arauto da vila ou pela imprensa pública. A publicação dará a notícia o caráter de documento público. A notícia é mais ou menos autenticada pelo fato de ter sido exposta ao exame crítico do público ao qual ela se dirige e cujos interesses ela trata (PARK, 2008, p. 62)*

A operação preconizada por Park legitima a notícia como forma de interpretação autorizada da realidade imediata. Ao apresentar os eventos com um método passível de aferição, a notícia seria capaz de dirigir os conflitos suscitados pelas discussões interpessoais e informar a opinião coletiva na constituição de consensos e na criação de uma unanimidade. Pelo seu raciocínio, essa engrenagem é efeito e contribuinte do processo de urbanização. É a cidade que oferece condições ambientais para a reportagem ao mesmo tempo em que demanda soluções capazes de garantir a sobrevivência e a unidade em uma dinâmica de crescimento e modificação do perfil populacional.

## Considerações finais

Ao dar centralidade à Comunicação e ao “jornal” como fator de agregação social, A Escola de Chicago, em especial Robert Park, ganharam importância nos estudos da Comunicação e estão relacionados a entendimentos posteriores como a função de agendamento desempenhada pela imprensa e a contribuição do desenvolvimento dos meios de comunicação para o estabelecimento de uma rede comunicativa global.

<sup>18</sup> HARTOG, François (1997, julho). O tempo desorientado. Tempo e História. Como escrever a história da França. **Anos 90**. Porto Alegre. PPG em História. UFRGS, n.7, p. 7-29.

<sup>19</sup>GAGNEBIN, Jeanne-Marie (1997). O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: \_\_\_\_\_. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Imago, Rio de Janeiro, p. 13-37.

Park aborda a imprensa e o cenário urbano como resultado de mecanismos adaptativos. A cidade é um "organismo social" e uma espécie de laboratório pelo jornalismo. Nesse ambiente controlado, a notícia faz uma interpretação autorizada que ajuda a constituir consensos e orientar a ação política dos indivíduos, garantindo condições de sobrevivência e a realização de finalidades racionais. No seu modelo explicativo, era importante compreender o processo adaptativo que teria no homem marginal um terreno para investigação. Portanto, diante da instabilidade provocada pela urbanização, a sociologia urbana e o jornalismo de inspiração interacionista desenvolvem dispositivos para homogeneizar as experiências vividas na cidade, em vez de potencializar os elementos formadores de diferença.

Identificar esta engrenagem teórica é importante já que vivemos a sensação de falência dos mecanismos democráticos e da capacidade de assimilação de populações pelo ambiente urbano. Vítima do mesmo esgotamento, o jornalismo agoniza em uma narrativa que já não é capaz de interpretar, orientar ou criar consensos. Na busca de alternativas, é apropriado mobilizar teóricos que consideram a narrativa jornalística como forma de conhecimento do mundo, mas não enxergam o jornalismo como ferramenta para representação ou instituição da realidade e sim como forma de experiência. A ajuda vem da mesma matriz pragmática associada aos interacionistas.

O pragmatismo percebe a narrativa como uma forma de organização discursiva da realidade em função de estratégias comunicativas, desenvolvidas em situações de cognição de reciprocidade entre narrador e destinatário. Entretanto, em vez de uma ferramenta para assimilar culturas e estabilizar processos sociais, Motta (2012) defende que a narrativa jornalística pode apreender a complexidade do mundo imediato e configurá-la em enredos coerentes, formados a partir de verdades provisórias testadas em um movimento de contínua revisão, constituindo assim uma atualidade instável e experimentada como um ato de "abandonar-se" à precariedade do acontecer.

A partir do mesmo John Dewey, inspirador dos pioneiros de Chicago, Motta estabelece a experiência como uma atitude empírica da mente que pode tender para o racional-reflexivo ou para o subjetivo-estético e acrescenta que, na sua percepção, a experiência está sempre em estado nascente. A tradição não é o critério de validação da verdade e a distinção entre o fático e o fictício está nas atitudes e perspectivas dos narradores e destinatários, borrando a fronteira da leitura de uma narrativa como ficcional ou realista.

*Este conceito nos afasta do sentido como algo já construído e cristalizado e remete para a contínua problematização do verdadeiro e do falso (MOTTA, 2012, p. 220)*

Essa formulação seria uma possibilidade de alterar o estatuto de um jornalismo tributário de um processo que cria efeito de realidade a partir da produção e circulação de discursos que assumem formas estabilizadas de relato. A ideia de narrativa jornalística como experiência afasta-se da condição do jornalismo emergente no século XIX em que os relatos de fatos atuais deveriam ser pautados pelo realismo em uma tentativa de constituir um "espelho da vida". Dessa forma, é um movimento interessante que se dobra a partir de uma mesma origem pragmática e resulta em um efeito de renovação. Se o jornalismo preconizado por Park propunha a abordagem da realidade urbana e seu escrutínio como problema científico em ambiente de laboratório, como uma lupa instalada a partir de um foco externo, cujo objetivo seria oferecer um guia para adaptação humana à cidade, a proposição de Motta nos leva a um terreno distinto em que o jornalismo teria como efeito o questionamento e a desestabilização da realidade.

## Referências

- CONDE, Maria R. Berganza (2008). A Contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da Comunicação. In. BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A Era glacial do Jornalismo. Teorias Sociais do Jornalismo.** Editora Sulina, Porto Alegre (p. 15-32).
- MARTÍNEZ, Emilio (1999). Introducción. In PARK, Robert. **La Ciudad y otros Ensaios de Ecología Urbana.** Ediciones Serbal, Barcelona.
- MEAD, G.H. (1993). **Espiritu, persona y sociedad.** Editorial Paidós, México.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (2012). Narrativas jornalísticas e conhecimento do mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA; F. MOURA; ADGHIRNI, Z. (Orgs) **Jornalismo e sociedade. Teorias e metodologias.** Insular, Florianópolis.
- FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (2014). Escola de Chicago. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa. **Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores.** Editora Contexto, São Paulo (p138-146).
- PARK, Robert (1999). **La Ciudad y otros Ensaios de Ecología Urbana.** Ediciones Serbal, Barcelona.
- PARK, Robert (2008). A história natural do jornal. In. BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz, **A Era Glacial do Jornalismo. Teorias Sociais do Jornalismo.** Editora Sulina, Porto Alegre, p. 33-50, v.2.
- PARK, Robert (1928, May). Human Migration and the Marginal Man. **The American Journal of Sociology.** Vol XXXIII, n.6, pp 881-893. Recuperado em 10 de dezembro de 2017 de <http://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/214592?journalCode=ajs>
- RIZO, Marta (2011). **El interaccionismo simbólico y la Escuela de Palo Alto. Hacia un nuevo concepto de comunicación.** Portal de la Comunicación. Recuperado em 10 de dezembro de 2017 de [http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/17\\_esp.pdf](http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/17_esp.pdf)

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **Tópicos sobre lo local en revistas de una ciudad mediana (Villa María, Argentina)**

**Topics about the local in magazines of a medium-sized city (Villa María, Argentina)**

**Tópicos sobre o local em revistas de uma cidade média (Villa María, Argentina)**

*Jimena Castillo<sup>20</sup>*

*Fabiana Martínez<sup>21</sup>*

**Resumen:** Este trabajo presenta un análisis realizado desde una perspectiva Sociosemiótica acerca de los sentidos postulados en los discursos mediáticos, y más concretamente, en tres revistas de producción local, acerca de la imagen de ciudad y “ciudadanos villamarienses”.

**Palabras Clave:** lo local - revistas – ciudad mediana

---

### **Introducción y problemática central**

Esta indagación se ubica en un campo más amplio de estudios sobre “industrias” y “consumos culturales” realizados por nuestro equipo de investigación en la ciudad de Villa María, y en este caso, se propone el análisis de los sentidos que adquiere “lo local” en los contratos de lectura de las revistas que allí se producen. Nuestro objeto se recorta en relación a un nutrido trayecto de trabajos que recurrieron a distintas metodologías, y cuyos aportes reseñamos a continuación. Por un lado, un relevamiento cuantitativo amplio realizado sobre tiempo libre y consumos culturales en los años 2010 y 2015 permitió realizar una descripción generalizada de los distintos medios y comprobar la vigencia de los hábitos de lectura de los habitantes de la ciudad, y en particular la preferencia por aquellos “contratos de lectura” interpelativos en función de una identidad “local” o “vecinal” (Verón, 1984, 1985, 2002). En segundo lugar, se realizaron unos años después investigaciones cualitativas sobre procesos de recepción, a partir de la implementación de distintos grupos focales, en las que se indagó sobre las formas de reconocimiento de diferentes espacios socioeconómicos y etarios de los dispositivos de enunciación ofrecidos por los diarios del lugar. En este caso, también se constató la identificación y preferencia de los lectores con las temáticas regionales y las noticias vinculadas a la propia ciudad, es decir, con los diarios que presentaban un perfil local más nítido. Tanto jóvenes como adultos, mujeres y hombres, describen como un componente de sus gramáticas de reconocimiento la particular “fruición” que les provocan las noticias sobre vecinos, instituciones, figuras destacadas de la ciudad y la región. La axiología de una ciudad pujante en lo económico y lo cultural, que destaca en la región, y se instituye como centro del mismo territorio imaginario que los soportes mediáticos construyen, circula con fluidez entre los lectores de los diarios. La encuesta permitió especificar estas tendencias, evidenciando la preferencia sobre la producción mediática local (trasversal a todos los soportes, pero más evidente en

---

<sup>20</sup> Universidad Nacional de Córdoba – Universidad Nacional de Villa María Dra. en Estudios Sociales de América Latina – CEA - UNC

<sup>21</sup> Universidad Nacional de Córdoba - Universidad Nacional de Villa María. Dra. en Letras – FFyH – UNC Argentina.

falianam2011@gmail.com

gráfica y radio)<sup>22</sup>. Como ya se ha dicho, del 74% de personas que leen diarios, el 61% elige El Diario de Villa María. En un estudio cualitativo posterior, se confirmó que los lectores valoran particularmente la aparición de acontecimientos, protagonistas y lugares que son conocidos previamente en la esfera de la experiencia intersubjetiva (planteando una inversión de la confirmación de la noticia: primero se conocen los escenarios, y luego el reconocimiento en lo mediático del personaje proporciona un plus de placer, y el fundamento para una poderosa identificación con la modalidad de enunciación villamariense, particularmente en el caso de El Diario). Para la mayoría de los entrevistados, aparece como una necesidad saber qué es "*lo actual*" de la ciudad, no sólo en un sentido acotado sino también en vinculación con problemas referidos al desarrollo y el crecimiento urbano, como así también a diversas actividades institucionales. En esta modalidad de recepción es importante un componente pathémico que reviste a la identidad local y al "nosotros, los villamarienses" e interpela a los lectores en términos de una pertenencia regional. Así, la presencia de este medio es significativa para la construcción de un nosotros comunitario y una autorepresentación valorativa, que se diferencia imaginariamente de otras zonas y de los ámbitos provinciales y nacionales. La dimensión social de una ciudad mediana, en la que no sólo es clave una percepción de centralidad y desarrollo, sino también el lazo vecinal, aparece de modo particular en este caso. De hecho, para varios entrevistados –tanto jóvenes como adultos– es significativo el sencillo hecho de que ellos mismos o algún conocido pueden aparecer en esta particular agenda, lo que no sería posible en una gran ciudad; en este sentido, la construcción mediática de la actualidad social se cruza de modo significativo con la experiencia subjetiva (Verón, 1984, 1985, 2002).

Así, partimos de la afirmación de la vigencia de la lectura de revistas y del interés por las agendas locales, y en este caso intentamos describir de qué modo este componente es significado en los contratos de lectura de las distintas revistas producidas en la ciudad. Nuestras preguntas son las siguientes: ¿qué lugar ocupa en estos "contratos de lectura" lo local (Verón, 1984, 1985, 2004)? ¿Qué asuntos tematizan, priorizan o enmarcan en referencia a lo local y lo regional en distintos rubros? ¿De qué manera se construyen las fronteras geográficas de las regiones y simbólicas de ese "nosotros, los villamarienses" o "nosotros, los productores locales" en distintas producciones gráficas de este tipo? ¿Qué interacciones activan, y qué figuras de emprendedores, jóvenes y otras subjetividades configuran estas revistas, algunas de las cuales han perdurado por más de dos décadas?

### Análisis de tres soportes gráficos: revistas *Cátedra Libre*, *Wam* y *Todoagro*

Para esto, presentamos en este caso un análisis discursivo, recurriendo fundamentalmente al concepto de "contrato de lectura", sin dejar de considerar el enunciado, tal como esta categoría ha sido propuesta por Eliseo Verón en sus diferentes artículos, y en el contexto teórico de una Sociosemiótica. Estrechamente vinculada a una teoría de la enunciación, se trata de una propuesta orientada a describir qué es lo que hace posible un cierto posicionamiento de un soporte en un espacio estrecho de competencia con otros medios, para comprender su diferencia específica y su eficacia relativa. Para este autor, el vínculo de un lector con un producto no se plantea en relación con el contenido, lo dicho, sino en referencia a unas ciertas "modalidades de enunciación" o "dispositivo", un cierto estilo. Este dispositivo está compuesto por tres entidades discursivas: la configuración del enunciador, del destinatario y del vínculo que se establece entre éstos (de pedagogía, de pedagogía sin distancia, de complicidad). Vinculado a un análisis de las gramáticas de producción (aunque orientado a una descripción de los efectos en los lectores, es decir, en el campo de una semiótica de tercera generación), la noción de "contrato de lectura" apunta a "conocer en detalle las propiedades de un discurso de soporte tal como se ofrece al lector" (Verón, 1985). Este "espacio imaginario" (Verón, 2004) ofrece a un lector múltiples recorridos, un conjunto de acciones posibles, y aparece como "un espacio habitado, rebosante de actores, de escenarios, de objetos", donde leer "es poner en movimiento ese universo, aceptando o rechazando" (Verón, 2004). Lo "singular" de cada medio es una cierta estrategia enunciativa que se hace cargo de una regularidad temática global y propone un cierto vínculo a los lectores, que estos aceptan o negocian. Por razones de espacio, presentaremos el análisis de algunas de las revistas locales más significativas en el espacio mediático-cultural de Villa María: *Cátedra Libre*, *Revista Wam* y *Todoagro*, las que abarcan las áreas de educación, arte y cultura, y economía regional. Estas revistas comparten algunas características: son temáticas y específicas, tienen una larga presencia de quince años o más en la región, y desde hace poco tiempo han sido complementadas con sitios digitales de importante producción y diseño. En términos de Eliseo Verón podría afirmarse que cada una construye la "actualidad" en relación a su campo temático y a la vez local: qué es lo actual en educación, cultura, economía, etc., en los límites de esta ciudad mediana.

<sup>22</sup> Nos referimos a los resultados obtenidos en el marco del proyecto "Estudio cuanti-cualitativo de recepción y consumo de medios y tecnologías en la ciudad de Villa María", desarrollado por el equipo de investigación en el año 2010, con subsidios del Instituto de Investigación de la UNVM y PICTO-FONCYT.

En primer lugar, la revista Cátedra Libre construye la “actualidad educativa” de la región, incluyendo acontecimientos y personajes de todos los niveles educativos de Villa María y de varias ciudades aledañas o “del interior” (Bell Ville, Marcos Juárez, Embalse, Etruria, General Deheza, Carlos Paz, etc.). Por su parte, la revista Wam existe desde el año 2015, y es un original emprendimiento dedicado a cultura, arte y modas desde una mirada juvenil y local. Se presenta a sí misma como “un medio gráfico para la difusión de las producciones artísticas y culturales de la provincia de Córdoba. Entrevistas en profundidad, crónicas de eventos, reseñas de discos y libros, fotoreportajes, calendario cultural”. Finalmente, TodoAgro se define como un “periódico quincenal de formato tabloide que refleja al sector agropecuario, agroalimentario y mecánico-agrícola argentino. Es una herramienta de difusión de tecnología de procesos e insumos; y de gestión, que ayuda a tomar mejores decisiones. Posee un espacio exclusivo de mercados, único a nivel país, y hay un gran esfuerzo por publicar contenidos de alta calidad”. Como veremos a continuación, la escenificación de lo local contribuye a configurar ciertos imaginarios: ciudad pequeña, pero de ethos democrático y de instituciones educativas progresistas; cultura innovadora, de jóvenes que transgreden fronteras y disciplinas, marcan tendencias, exhiben producción de alta calidad y “mercantilizan” su producción cultural; imaginario de zona empresarial y económica productiva, nuevos emprendedores y antiguos productores convergen en un imaginario de progreso constante.

En el caso de *Cátedra Libre*, encontramos una enunciación perfectamente didáctica, según Verón, en la que predomina la posición complementaria entre enunciador y destinatario, a partir de la permanente preminencia de enunciados delocutivos (en tercera persona). Se configura un destinatario al que hay que proveerle el saber, a partir de un espacio ordenado, un índice que indica la prioridad y el orden de los temas, el diseño simétrico tanto de la tapa como de cada una de las hojas, los trayectos de lectura que hacen saber y evidencian una “voluntad informativa” a cada paso, y un conjunto de imágenes testimoniales y realistas. En los titulares figuran ya los principales “operadores semánticos” del hecho en cuestión: “Operativo Nacional de Evaluación Aprender 2016: Miradas y pareceres”, “ESI: A 10 años de su promulgación, impactos y estado situacional dentro de las escuelas”, “Estudiantes y docentes de Bellas Artes intervinieron vagones en barrio Las Playas” (Año 13, nov/dic 2016). Estos fragmentos textuales son siempre informativos: anuncian un acontecimiento singular, identifican el acontecimiento mediante un operador (Verón, 2004: 138). Este enunciador clasifica, jerarquiza, cuantifica, ordena; ya desde el índice se configura “un enunciador pedagógico que preordena para el lector el universo del discurso; que va a guiarlo, que va a contestar sus preguntas, a explicarle, en suma a informarlo, manteniendo sin embargo con él una distancia objetiva” (Verón, 2004: 176).. Es posible afirmar que en el nivel de la enunciación no encontramos operaciones discursivas que den lugar a la simetría o complicidad entre enunciador y destinatario a través de un *nosotros*. Sin embargo, en el orden del enunciado, la cercanía territorial, axiológica e ideológica predomina en casi todas las notas, pues la mayor parte del contenido refiere a la ciudad de Villa María. Así, indirectamente, va construyéndose una *deixis* en la que las huellas de la condición de producción local constituyen lo específico de este contrato de lectura. Distancia, sí, objetiva: pero de un enunciador villamariense que construye a un destinatario reflejo de sí. En primer lugar, casi la totalidad de las temáticas, al menos un 80%, refieren a las instituciones educativas de Villa María (escuelas secundarias, terciarias, Escuela Superior de Bellas Artes, la Universidad Nacional); con menos peso, aparecen ocasionalmente algunas referencias a la provincia (como el Ministerio de Ciencia y Tecnología). La presencia de lo local es preponderante, y opera como referencia inmediata de la agenda que aquí se presenta. Por un lado, en una configuración metonímica que marca la contigüidad imaginaria, la escuela aparece como un fragmento de una totalidad social más amplia con la que comparte problemáticas y cuestiones: la inclusión, la violencia de género, la memoria. Esta entidad abarcativa es la ciudad misma. Así, múltiples cuestiones constituyen una agenda educativa, pero marcan a la vez el ethos y la “actualidad” de la comunidad villamariense, incluso a partir de definiciones (*lo que somos*) que engloban pronominalmente tanto al enunciador como al destinatario en una misma entidad imaginaria. Pero, en otro sentido más diferencial que metonímico, se remarcán las acciones y proyectos propios de una comunidad muy preocupada por la escuela, construida como institución política e integradora. Aquí lo local muestra *lo propio* y define sus fronteras, al presentar lo específico. En este dispositivo, no caben dudas: un enunciador (*villamariense*) preocupado por la educación, la democracia y una variedad de colectivos (jóvenes, profesionales, docentes, expertos) configura y hace saber a un destinatario de la misma condición, investido de las mismas propiedades. En este sentido, el enunciado ponen permanentemente en escena *lo local*, y en posiciones complementarios, dos figuras discursivas identificadas en el recorte imaginario de un espacio habitado por iguales.

Por su parte, la revista Wam ofrece, en cambio, la construcción de “la actualidad” en el campo de la cultura, desde una estética transgresora, en la que lo visual y lo fotográfico ocupan un lugar central, caracterizada por una enunciación opaca, que coloca a enunciadores y destinatarios en un vínculo de complicidad y reconocimiento de un mundo y una axiología en común. Su mismo nombre no exhibe ningún contenido referencial, no se completa con ninguna intertextualidad: remite, puramente, al propio soporte. Por otro lado, como veremos, los límites de “cultura” que construye esta publicación son amplios y flexibles, incluyendo tanto las artes clásicas (teatro, música) como la moda y la fotografía. Esta revista es indiscernible de las transformaciones en las subjetividades de los jóvenes, y de ciertas condiciones propias de esta ciudad, como es una activa vida cultural y la oportunidad de formación en el campo de la

comunicación y las artes (música, lenguajes audiovisuales) que ofrece tanto a nivel terciario como universitario, lo que ha generado un nutrido movimiento productivo, organizado fundamentalmente alrededor de algunas carreras universitarias (UNVM). En su estrategia enunciativa se encuentran múltiples huellas de estas condiciones: revista hecha por jóvenes, para jóvenes, sobre actividades y producciones culturales (de jóvenes!). Así, como señala Canclini (2012), debemos situar esta revista entre “las tácticas y estrategias creadoras en las nuevas generaciones, que ofrecen vías distintas de las encuestas de públicos y los balances de ventas”, es decir, forma parte de una nueva tendencia en el campo de la producción cultural que tiene como principal protagonista a los jóvenes. En este caso, la identificación con la ciudad es explícita, y se transforma en criterio de noticiabilidad, es decir, de selección y jerarquización de acontecimientos, tal como se explica en varias editoriales: su objetivo es “apoyar la difusión de la cultura local, que tiene un rol más que importante en el desarrollo y crecimiento social” (Nº 7); “con el objetivo de ubicar en un lugar de privilegio a los artistas que se desenvuelven en Villa María y Villa Nueva. La idea fue ofrecer una alternativa diferente que revalorizara las producciones independientes y autogestionadas que suceden a nuestro alrededor, convencidos de que mirar hacia adentro de la comunidad produce un crecimiento cultural recíproco, tanto de los artistas como de los públicos” (Nº 12). Por un lado, lo local, pues todos los artistas e instituciones nombradas pertenecen a la ciudad de Villa María; por el otro, la condición de una producción cultural independiente y de calidad; finalmente, una multiplicidad de rubros conforman una concepción híbrida de “cultura local”. Cualquiera de las ediciones permite confirmar la diversidad de producciones incluidas, pues la noción juvenil de “cultura” es amplia y porosa, y puede incluir diseño de, fotografía a cielo abierto, museos, exposiciones de artes visuales y plásticas, instalaciones, el “arte ecológico”, cines, libros, la ciudad como paseo histórico, productoras editoriales y audiovisuales independientes y de autogestión, el “indi villamariense”, las puestas en escena en distintos teatros locales. Junto a estas formas, la literatura local ocupa en todas las ediciones un lugar central. El propio soporte, de modo cómplice, se pregunta: “¿Qué es la cultura local?, ¿Existe en Villa María una identidad cultural?, ¿Qué es lo propio?, ¿Cuántas culturas conviven en la ciudad?”. La respuesta a las preguntas es la agenda sostenida por la revista: sí, existe lo local, y este local se constituye como una comunidad de artistas jóvenes, de una sociedad que habita los espacios y los eventos, de una variedad artística pujante, todo contenido en el “nosotros” que el propio soporte pone en escena, en una escena *rebosante*, al decir de Verón, esta vez de jóvenes locales emprendedores culturales.

Y finalmente, encontramos que la revista Todoagro conjuga un repertorio que reúne información sobre cultivos, datos sobre ganadería, aportes en torno a maquinaria específica para las funciones abordadas, así como las indicaciones en torno a la realización de eventos y jornadas. Esta información, por su parte, va delimitando una circunscripción local que no excluye a las localidades de la zona, pero las recoloca en una cartografía regional. De esta manera, el trazado definido excede el límite cordobés y señala asimismo otras provincias, de tal manera que el radio implicado queda definido ya desde la tapa: “Córdoba, Santa Fe, Entre Ríos y oeste de Buenos Aires”. Las características desarrolladas ofrecen una descripción de la región signada por la intensa actividad del agro, así como por el posicionamiento protagónico de esta zona en el mapa nacional y aun internacional. La definición de lo local se ofrece así como sinónimo de una de las zonas más destacadas en relación con la productividad en los ámbitos señalados. La configuración enunciativa ofrece características particulares. Se constituye un enunciador local en la medida en que ofrece precisiones sobre diferentes aspectos que subrayan la condición regional en su pujanza. Asimismo, esta pertenencia acusa la elección de nombres propios y su correspondiente explicación. En algunos casos, la inclusión de aclaraciones sobre los nombres (de sujetos, de empresas), se superpone a nominaciones familiares, deudoras de un ámbito común. Da cuenta de ello, por ejemplo, la expresión “el Flaco Castillo”, para referirse al Ingeniero Agrónomo Alejandro Castillo (Nº 684). Por su parte, esta información ofrecida da cuenta de un saber determinado que incluye, aunque no de manera exclusiva, aspectos técnicos en su abordaje. En este sentido, el enunciador se configura como un sujeto de saber que no obstante la inclusión de tecnolectos, presenta accesibilidad desde el lenguaje que lo constituye como tal. En esta dirección, el discurso se organiza a lo largo de las diferentes páginas, de acuerdo con criterios temáticos generales. De esta manera, el orden se distribuye entre “Lechería”, “Generales”, “Agromáquinas”, “Eventos”, “Institucionales”, “Sector Porcino”, por mencionar algunos ejemplos. Esta organización presenta una división en secciones diferenciadas. La condición de tales, no obstante, no ocupa un espacio destacado en la presentación en cada página, ni en la organización de un índice o en los adelantos de primera página. Asimismo, la jerarquización ofrece cierta regularidad en vinculación con recuadros, cromatismos y tipografía, sin que ello defina una sistematicidad sostenida.

El destinatario postula asimismo sus rasgos propios. Se lo configura primeramente desde la inclusión local, en relación con la información supuesta y añadida. Por su parte, la delimitación geográfica definida contribuye también a este rasgo. En esta dirección, se presenta un destinatario desde la postulación de ciertos conocimientos especializados, los cuales posibilitan sumar a su vez otra información al respecto. Asimismo, se lo posiciona desde saberes comunes que propician cierta equiparación con el enunciador, rasgo que la pertenencia local refuerza también. En relación con este sujeto discursivo, se subrayan a lo largo de los números algunos comportamientos alocutivos orientados a una segunda persona, desde la pregunta atribuible a la recomendación explícita. De esta manera, por ejemplo, algunos interrogantes se ofrecen como títulos y subtítulos (“¿Por qué es tan importante esta fecha?”, en relación con el Día Mundial de la Leche,

Nº684) o bien se incluyen sugerencias que incorporan un programa de acción posible (“Y no descuidar...”, en relación con el cuidado de terneros, Nº 684). La relación entre los sujetos discursivos se presenta así como una vinculación con cierta asimetría en lo que respecta a la administración de los datos ofrecidos, que marcan la distancia del no saber al saber, entre enunciador y destinatario. No obstante ello, un conocimiento común y una visión de mundo compartida establecen una deseable equiparación entre ambos sujetos, que de esta forma desplazan la opción pedagógica hacia la complicidad.

Desde las imágenes se prolonga asimismo esta oscilación entre opciones complementarias y simétricas. De esta manera, a las fotografías presentadas desde su orientación referencial, con incorporación de epígrafes, se suman otras cuya iconicidad desplaza el agregado verbal. En síntesis, Todo agro, como su nombre lo señala, se ofrece como el vocero en este ámbito de una región geográfica claramente circumscripta, signada por el continuo crecimiento productivo. En relación con ello, la vinculación enunciativa se caracteriza por los rasgos de complicidad entre enunciador y destinatario, más allá de la desequiparación con respecto a la información técnica o novedosa que propone la publicación.

A modo de cierre, quisiéramos presentar unas breves reflexiones. En primer lugar, en el campo de los consumos culturales, se comprueba la vigencia de la mirada sobre lo local en “ciudades medianas”, la que a su vez es ofrecida por distintos soportes, y para el caso de Villa María, esto está particularmente vigente en el campo de los soportes gráficos. En este caso, se ofrece una interpellación desde *villamarienses* a un destinatario plenamente identificado con esta posición; un ethos aquí se configura, el nosotros inclusivo y la presencia de la simetría en la enunciación favorecen también la construcción de una comunidad en un territorio acotado, que marca sus fronteras y establece su identidad. Pujante, emprendedora, actualizada y tecnificada, marcando rumbo en lo económico; democrática, inclusiva, educativa, con cuidadosos diagnósticos sobre las instituciones en el presente, pero también instituyéndose como promesa en el futuro de formación de ciudadanos (y no sólo de profesionales o egresados); creativa, innovadora, transgresora, híbrida, prolífica, dando cuenta de prácticas culturales atravesadas por las nuevas tecnologías digitales, marcando rumbo esta vez en lo cultural; Villa María se configura en estas revistas como espacio/ciudad de avanzada, siempre en progreso, en lo económico, lo creativo y lo educativo. En segundo lugar, las revistas se vinculan a un imaginario de la lectura como acceso privilegiado a la información, pero reconocen a la vez los múltiples soportes de acceso. En rigor más temáticas que el diario, presentando agendas orientadas a comunidades delimitadas (el estudiante, el docente, el productor/inversor agrícola, el joven creativo), algunas están en un proceso de fuerte transposición al lenguaje digital, aún así, es posible afirmar que los principales componentes de este contrato de lectura no se modifican, aunque ciertamente se ven influídos por nuevas materias significantes heterogéneas.

## Bibliografía

- Baudelot, Christian, Cartier, Marie y Détrez, Christine. (1999) *Et pourtant ils lisent...* París: Editions du Seuil.
- García Canclini, Néstor (2006). *Leer ya no es lo que era*. En: Goldin, Daniel (2006). Encuesta nacional de lectura. Informes y evaluaciones. México: Conalcuta.
- García Canclini, Néstor et al (2012) *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Editorial Ariel, Barcelona.
- Logan, Robert (2009). ¿Qué es un libro? ¡Pasado, presente y futuro!. En: Carlón, Mario y Scolari, Carlos (eds.) *El fin de los medios masivos*. Buenos Aires: La Crujía.
- LUCHESSI, Lila y RODRIGUEZ, María Graciela (2008) *Fronteras globales*. Ed. La Crujía, Buenos Aires.
- Martínez, Fabiana (2014) “Hacia una semiótica de tercera generación: contrato de lectura y prácticas lectoras en un medio gráfico local”, en Benasayaga, Ariel (comp), *Memorias del XII Encuentro Nacional de Carreras de Comunicación*, UMAZA.
- Martínez, Fabiana y Sgammini, Marcela (2016) “Prácticas de consumo de prensa y uso de TICS en Villa María”. En: *Públicos. Aproximaciones empíricas desde la Comunicación en Argentina*. INESCO; Aníbal Ford, La Plata.
- Moreno, Hilario et al (2012) *Lectores, libros, lecturas. Cambios en las prácticas y cambios en la lectura*. Universidad Nacional Tres de Febrero.
- Sistema Nacional de Consumos Culturales (2006) Secretaría de Medios de Comunicación presidencia de la Nación: *Informe sobre Consumos Culturales*. Buenos Aires: Quevedo, Luis y Barman, Roberto.
- Verón, Eliseo (1974). “Para una semiología de las operaciones translingüísticas”. En: Revista *Lenguajes*, Nº 2. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Verón, Eliseo (1985) “El análisis del contrato de lectura. Un nuevo método para los estudios de posicionamiento de los soportes de los media”. *Les Medias: experiences, recherches actuelles, applications*. IREP, París.
- Verón, Eliseo (2004) *Fragmentos de un tejido*. Barcelona, Gedisa.

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## Construcción de ciudadanía y prácticas comunicativas en un espacio público en la ciudad de San Juan, Argentina

## Citizenship's Construction and Communication Practices in a Public Space Into the City of San Juan, Argentina

## Construção da cidadania e práticas comunicativas em um espaço público na cidade de San Juan, Argentina

Ana Celina Puebla<sup>23</sup>  
Daniel Osvaldo Gimeno<sup>24</sup>

### Resumen:

Esta ponencia forma parte de un trabajo de investigación en un espacio urbano de la ciudad de San Juan a partir de la inauguración del Teatro y de la Plaza del Bicentenario. El objetivo es: Comprender el proceso de construcción de ciudadanía que se genera a través de una práctica comunicativa concreta, "Intervención Veranesca", llevada a cabo por un colectivo social que se apropiá de un espacio público y disputa sentido con las políticas culturales instituidas, tanto a través del uso de dicho espacio, como de las redes sociales en la ciudad de San Juan. A partir del uso de este lugar impuesto por el orden político institucional, como así también por los medios de comunicación como un "deber ser", un grupo de artistas se expresó a través de intervenciones urbano-callejeras a modo de "tácticas" para disputar la apropiación del territorio. Dicha intervención generó una visibilización de la experiencia a través de las redes sociales y de los medios digitales desde donde provocó una discusión del "uso social" de dicho espacio público.

**Palabras Clave:** construcción de ciudadanía – prácticas comunicativas – espacio público

### 1 -Tema central y objetivo.

A lo largo del tiempo, y luego de las dos últimas investigaciones llevadas a cabo<sup>25</sup> en nuestro equipo hemos podido observar las transformaciones de la ciudad de San Juan, tanto en lo físico construido, como en las prácticas sociales de sus habitantes. En ellas, pudimos focalizar nuestra mirada en un espacio en el que advertimos la necesidad de interrogarnos y profundizar acerca de temáticas tales como nuevas prácticas comunicativas y construcción de ciudadanías.

Desde un abordaje de la geopolítica del conocimiento y de los Estudios Culturales Críticos Latinoamericanos, los conceptos de construcción de ciudadanía, prácticas comunicativas y los discursos sociales que circulan en los espacios públicos y medios y redes digitales, son estrategias que nos permiten reflexionar sobre los intercambios y vinculaciones

<sup>23</sup> Ana Celina Puebla. Docente -investigadora del Departamento de Ciencias de la Comunicación. Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de San Juan, Argentina. Doctoranda en el Doctorado de Estudios Sociales en América Latina, (línea: Comunicación y Cultura), en el Centro de Estudios Avanzados de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de San Juan.

<sup>24</sup> Daniel Osvaldo Gimeno. Docente- investigador del Departamento de Ciencias de la Comunicación. Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de San Juan, Argentina. Doctorando en el Doctorado en Comunicación Social de la Facultad de Comunicación Social de la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.

<sup>25</sup> "Nuevos escenarios en la ciudad de San Juan. Prácticas sociales urbanas, sujetos y discursos en torno a un socio hito urbano sanjuanino", (2014-2015) y "Resignificación de prácticas sociales urbanas y espacio público en la ciudad de San Juan. El Teatro del Bicentenario y sus adyacencias" (2016-2017)

simbólicas de los sujetos sociales que se dan en un espacio público de la ciudad de San Juan, el Teatro y la Plaza del Bicentenario con la fuente que los vincula. De acuerdo con ello, el objetivo de este trabajo es: *Comprender el proceso de construcción de ciudadanía que se genera a través de una práctica comunicativa concreta, "Intervención Veranesca", llevada a cabo por un colectivo social que se apropió de un espacio público y disputa sentido con las políticas culturales instituidas, tanto a través del uso de dicho espacio, como de las redes sociales en la ciudad de San Juan".*

## **Contextualización**

A partir de la decisión del gobierno de la provincia de finalizar la construcción del Teatro del Bicentenario se definió que se remodelara todo el predio en el que se asentaba la ex Estación San Martín y la plaza. Es así como, dicha decisión implicó la construcción del Teatro y de la Plaza del Bicentenario y la Fuente que las vincula, emplazados en lo que se denomina como una zona emblemática de "Polo Cultural". Ello llevó no solo a un desplazamiento de lo físico construido, sino también a las acciones concretas de las políticas culturales que implementaba la Secretaría de Cultura. Una de ellas fue el "desplazamiento" de grupos de artistas callejeros.

Estos artistas decidieron realizar diferentes acciones contraculturales frente a la decisión política del estado provincial. Surgió así, el proyecto MONTONERAS XXI, que expresan:

*"Es el nombre que recibe una serie de intervenciones urbano-callejeras en el socio-hito urbano de la capital de la ciudad de San Juan. El proyecto se dirige a tejer un diálogo multidisciplinario entre el lenguaje y la estética del arte urbano-callejero y la lógica de los espacios institucionales contenidos en el denominado socio hito urbano de la capital de la ciudad de San Juan, en el que el recientemente inaugurado Teatro del Bicentenario se ha convertido en uno de los puntos estratégicos para el desarrollo de las políticas culturales".*

Este colectivo social ha desarrollado diferentes prácticas comunicativas para visibilizarse e interpelar al orden instituido como parte del proceso de construcción de ciudadanía.

## **2 – Discusión teórica y metodológica.**

### **2.1. La comunicación, la ciudad y las prácticas de resistencia. La construcción de la mirada.**

En el mundo de hoy irrumpen en la vida cotidiana de las sociedades prácticas de resistencia y de lucha. Cómo acercarse a ellas y cómo recordarlas para su estudio es la pregunta que se hace Reguillo Cruz (2007, p. 2-3) cuando presenta su propuesta de *mirar los cambios y las transformaciones producidas en la ciudad* para entender, desde ahí, las relaciones entre la práctica social de la investigación, las prácticas cotidianas de los sujetos y los saberes de la comunicación.

La ciudad debe ser problematizada en su papel co-constitutivo de las formas de socialidad específicas y para que esto sea posible es necesario el reconocimiento de dos elementos. Por un lado, el actor de la comunicación como sujeto histórico, situado en espacio y tiempo; por el otro, el papel central que juega el territorio. Este último debe ser considerado como una mediación para la constitución de identidades urbanas y para la movilización política.

A partir de una mirada territorial, explica Reguillo Cruz (2007, p. 3), se define un lugar desde donde el sujeto debe ser pensado. Aquí hace su aparición el concepto de *sociedad civil* como vertiente de estudio que permite entender a los nuevos movimientos sociales, sus formas de vinculación con el espacio urbano y sus modos de usar la comunicación para movilizarse políticamente.

El desafío está en poder interpretar las representaciones colectivas a través de las cuales estos sujetos construyen lo urbano - en sentido simbólico- como así también analizar las luchas que ellos liberan contra los poderes establecidos. Este enfoque toma en consideración tres elementos: *el territorio, la acción colectiva y la identidad*.

Las prácticas sociales pueden ser aprehendidas a partir de ciertos ejes de los cuales, para este trabajo, sólo tomamos dos: "*lo institucional-lo emergente*" y "*lo legítimo-ilegítimo o la lucha por la moral pública*", "*Lo institucional-emergente*", nos permite ver que asistimos a la emergencia de formas de agregación social no partidarias y no institucionalizadas que erosionan el ejercicio del poder y desbordan las categorías científicas orientadas por la racionalidad.

Con respecto a “lo legítimo-ilegítimo o la lucha por la moral pública”, consideramos que este eje devela los conflictos por la construcción legítima de los sentidos sociales de la vida cotidiana y coloca en el centro del debate la complicada relación entre Estado-mercado-sociedad civil. Por un lado, emergen los grupos conservadores que se erigen en portavoces de una moral pública “única”. Por el otro, el mercado que interpela a la sociedad con productos, modelos y pautas de comportamiento que alteran las fronteras entre lo legítimo-pensable y lo ilegítimo-impensable. Y en tercer lugar aparece el Estado que se ve rebasado por ese mercado en expansión.

## **2.2. Prácticas sociales y comunicativas.**

Para los estudios culturales las prácticas sociales son importantes porque resultan fundamentales para la construcción de contextos como formas de construcción de poder, son una dimensión clave para la transformación de la realidad, siempre en relaciones tensionales, tanto con instituciones sociales como con otros sujetos.

Adoptamos el concepto de prácticas comunicativas en interrelación con el de prácticas social. En consonancia con diversos autores, y en especial con Washington Uranga, acordamos que:

*Las prácticas comunicativas en una sociedad son muchas y diversas. No existe un modelo dentro del cual se las puede encasillar porque responden a la esencia misma del ser humano como sujeto libre de condición humana, compleja y, básicamente, social. Tales prácticas se recrean por los hábitos propios, de la cultura y generan nuevas ritualidades por el desarrollo de técnicas, tecnologías de comunicación y por el entrelazamiento y la interacción de ambos campos del ámbito de la vida cotidiana de las personas. Tales prácticas pueden describirse como el ser y actuar de los sujetos. Son las personas, varones y mujeres quienes tejen y generan los procesos comunicacionales en toda su complejidad. (Uranga, 2017)<sup>26</sup>*

## **2.3. La comunicación, la ciudadanía y el poder: su articulación**

En el marco de la teoría política, el ejercicio de la ciudadanía hace tiempo que ya ha desbordado la estrecha esfera de la titularidad y ejercicio de los derechos civiles y políticos de carácter universal, íntimamente relacionados con el sistema de gobierno y la estructura social y económica de un país y se ha complejizado al incorporar la problemática de la diversidad y la diferencia. En este escenario, la noción de ciudadanía se ha vuelto una estrategia para pensar el intercambio y la vinculación simbólica de los individuos en un espacio vuelto común por las tecnologías de producción y distribución de información y productos mediáticos. (Mata, 2002, p. 66).

Desde la última década el siglo XX, la ciudadanía comenzó a nombrar un modo específico de aparición de los individuos en el espacio público, caracterizado por su capacidad de constituirse como sujetos de demanda y proposición en diversos ámbitos. Esta ampliación ha llevado a algunos pensadores a hablar de "nuevas ciudadanías" definidas en el marco de la sociedad civil. Asociada con esta remozada noción de ciudadanía, la comunicación se reconoce como fundante de la ciudadanía en tanto interacción que hace posible la colectivización de intereses, necesidades y propuestas al tiempo que dota de existencia pública a los individuos visibilizándolos ante los demás, lo que les permite verse-representarse ante sí mismos. Ese reconocimiento de la comunicación como condición de posibilidad de la ciudadanía es, al mismo tiempo, condición de posibilidad de la política.

El análisis de los dispositivos de representación mediática de las prácticas políticas y ciudadanas y de los sujetos que las encarnan resulta una tarea insoslayable si tratamos de comprender de qué modo ellas se inscriben productivamente en la definición de dichos sujetos, en sus modos de constituirse y actuar como tales. El desafío en esta tarea consiste en reconocer algunas zonas de articulación, en el campo de la producción de la cultura; es decir, en el campo donde se construyen las convenciones colectivas.

Bajo los dispositivos regulatorios de las lógicas del mercado, los medios tradicionales –sobre todo radio y televisión- no pueden dar valor a lo que todavía no está definido, incluido en el orden existente, en los lenguajes codificados (Mata, 2002, p.72-73). Lo que no puede construirse, pensarse, es otra idea de comunidad y de acción expresiva que no sea la de quien interactúa en base a interacciones normalizadas y virtualizadas. Frente a esa lógica dominante,

---

<sup>26</sup> Conferencia dictada por Washington Uranga, sobre: “Estrategia comunicacional. Gestión de la comunicación de los nuevos escenarios”. 24/11/2017. Facultad de Ciencias Sociales. UNSI, en el 1º Encuentro Binacional de Investigación Científica.

existen movimientos, agregaciones y luchas colectivas que refiguran práctica y simbólicamente los modos de expresión y representación de actores, interacciones, intereses y demandas, que entrelazan dimensiones políticas y ciudadanas.

Lenta y desigualmente, las prácticas ciudadanas novedosas, realizan una conjunción de discurso y acción que confiere poder. En ciertos casos, a través de medios y tecnologías de información -emisoras, publicaciones, redes sociales- o a través de los cuerpos, hay una ciudadanía que se constituye desde lugares diferenciados y que desde ellos busca no solo su expresividad y su identidad, sino también imaginar un futuro común y diferente. Sin embargo, ello no borra completamente las representaciones que se construyen hegemonicamente acerca del poder político y el rol ciudadano, una construcción en la cual el espacio de los medios y redes sociales es central. (Mata, 2002, p. 73).

#### **2.4. La reproducción simbólica de los contextos sociales**

En nuestro análisis del modo en que las redes sociales y los medios digitales reproducieron el hecho de la intervención, es necesario advertir que la producción y recepción de los mensajes –que son construcciones simbólicas– son procesos creativos de participación ciudadana. Al respecto, John Thompson expresa que la inserción de las formas simbólicas en los contextos sociales implica que, además de ser expresiones de un sujeto, son producidas por agentes situados en un contexto socio-histórico específico y dotados de recursos y habilidades de diversos tipos; las formas simbólicas pueden portar, de distintas maneras, las huellas de las condiciones sociales de su producción (Thompson, 2002, p. 217). Estas formas simbólicas son a su vez recibidas e interpretadas por individuos que se sitúan también en contextos socio-históricos específicos y que están en posesión de diversos tipos de recursos. Las formas simbólicas son valoradas y evaluadas, aprobadas y refutadas constantemente por los individuos que las producen y reciben en un proceso activo de participación.

### **3 – Principales resultados**

La fuente de la Plaza del Bicentenario fue inaugurada formalmente el día 19 de enero de 2017, (época estival en la que la temperatura ronda entre los 38° y 40°C). Unos días posteriores a su inauguración los medios sanjuaninos se ocuparon ampliamente de cubrir las prácticas realizadas por algunas personas, quienes habían usado a la fuente para refrescarse.

Este hecho, instaló un debate en los medios acerca del uso que el público debía hacer de ese espacio y, además, generó numerosos comentarios en los medios digitales. A partir de este debate, las autoridades decidieron que hubiese custodia policial alrededor de la fuente para impedir que nadie se “bañara”. A la semana siguiente, siete jóvenes, que ingresaron en horario nocturno a la fuente, fueron detenidos e incomunicados por más de seis horas en la Comisaría.

Estos acontecimientos llevaron a que el grupo Montoneras XXI, desplegará una serie de acciones e intervenciones en ese espacio público; una de las cuales se llamó “*Intervención Veranesca*”, que tuvo lugar el domingo 12 de febrero a las 21. Realizaron una convocatoria, a través de un grupo secreto en facebook, mediante la cual proponían hacer una performance, de 3/5 minutos de duración. La fecha coincidía con gran afluencia de público ya que se vendían entradas para la Fiesta Nacional del Sol. Luego de atravesar la fuente, el público aplaudió. Tras lo cual, los bailarines se dispersaron rápidamente y dos policías que intentaron reaccionar frente al factor sorpresa, fueron interceptados por el abogado representante de los artistas, lo que impidió la intervención policial.

Algunas personas del público filmaron la performance, las subieron a las redes. Fue recién a partir de dicha viralización, que los diarios tematizaron en su agenda este hecho y comenzó a cuestionarse el uso público de la fuente del Teatro.

Para el estudio de este trabajo, hicimos observaciones in situ, entrevistas a informantes claves, relevamiento fotográfico, videográfico y capturas de pantallas de los discursos que circularon en las redes sociales y medios digitales antes y después de la intervención.

Para el análisis, identificamos tres momentos: a) la tematización del uso de la fuente y posterior decisión política de custodia policial del lugar; b) la intervención contracultural como práctica comunicativa y c) la visibilización de dicha intervención a través de las redes sociales y de los medios de comunicación digitales.

**a) La tematización del uso de la fuente y posterior decisión política de custodia policial del lugar:**

Los titulares de los diarios digitales, con fechas 22 y 23 de enero de 2017, se sintetizan en: “Desubicadas: se metieron en la fuente de la Plaza del Bicentenario” (Tiempo de San Juan); “La fuente de la Plaza del Bicentenario será custodiada para evitar que la usen como piletas”. “La decisión fue tomada a raíz de que unas mujeres utilizaran el espejo para refrescarse” (Tiempo de San Juan); “Indignación por mujeres que se bañaron en la fuente del Teatro Bicentenario” (Diario El Zonda); “Después del escándalo: Ahora dicen que en la fuente de la Plaza del Bicentenario también bañan perros”. “Un lector de Tiempo de San Juan envió al diario una fotografía de una sanjuanina bañando a sus perros en la fuente de la Plaza del Bicentenario”. (Tiempo de San Juan).

En consonancia con Reguillo Cruz advertimos que hubo una instalación de agenda que construyó una serie de representaciones y un imaginario colectivo que orientó a la acción; que, en este caso, instaló un “deber hacer” en relación con el uso de la fuente. Al mismo tiempo pretendió instaurar una serie de valores en torno a los cuales los grupos eran convocados. En diálogo de la autora mexicana con Thompson, advertimos que esta producción mediática situada en un contexto histórico determinado forma parte de un proceso de “reproducción simbólica de los contextos sociales”.

**b) La intervención contracultural como práctica comunicativa:**

Descripción del plan de intervención para el día 12 de febrero:

... “El llamado lo hará un tambor desde el vértice suroeste de la fuente a un ritmo tranquilo (paso de “hombre”) para iniciar la caminata de todo el grupo hacia la fuente con las velas encendidas. Una vez que llegue la procesión al borde de la fuente y se ubique cada uno en su lugar, se producirá un silencio e inmovilidad total de los cuerpos...

... Continuará la procesión con el ingreso a la fuente, en la que bailarín@s podrán improvisar utilizando como energía disparadora al mar, al río o a las aguas. L@s bailarín@s que no ingresen a la fuente pueden permanecer improvisando en las escalinatas junto con actores/trices, justo enfrente de los músicos...

... Una vez que sale del agua el último artista por el sector este, luego de atravesar la fuente, la performance se dará por finalizada y cada uno debe abandonar su personaje, literalmente dejar el espacio escénico y alejarse de las inmediaciones de la fuente”.

Tal como ya lo expresamos en el ítem anterior, el 6 de febrero el grupo Montoneras XXI, convocó a una intervención artística, a través de un grupo secreto en facebook, denominada: “Intervención Veranesca”.

Reguillo Cruz nos propone interpretar los discursos y prácticas en las representaciones de los actores urbanos, mediante tres elementos: el territorio, la acción colectiva y la identidad. En el caso analizado, emerge un colectivo social, a través de una intervención artística como práctica comunicativa y del uso de sus cuerpos para disputar sentidos frente a otros grupos que aparecen como portadores de una moral pública única. Gracias a Intervención Veranesca se alteran las fronteras de lo legítimo pensable y, al mismo tiempo, el uso del territorio “fuente” puede ser considerado como una mediación para la constitución de una identidad “de intervención callejera urbana” como condición para la movilización política y construcción de ciudadanía.

**c) La visibilización de dicha intervención a través de las redes sociales y de los medios de comunicación digitales.**

“Otra vez la fuente del Teatro del Bicentenario en el medio de la polémica”. “Los sanjuaninos que ayer disfrutaban del espacio se sorprendieron ante una supuesta “intervención artística”. (Diario de Cuyo). (Esta nota va acompañada del video que subió un observador viralizada en las redes sociales bajo el título “¿Intervención artística en la Plaza del Bicentenario?); “Polémica: Veinte personas irrumpieron con una danza Latinoamerica en la fuente del Bicentenario” (Sanjuan8.com, nota acompañada del mismo video publicado en los otros medios, pero titulada como “Artistas irrumpen en la fuente del Bicentenario”); “En patas”, artistas realizaron una “intervención artística” en la fuente de la Plaza del Bicentenario”. “El grupo, de veinte personas, brindó un show que duró poco más de dos minutos”, (Tiempo de San Juan).

Destacamos cómo la “Intervención Veranesca” se viralizó rápidamente por las redes sociales a través de la difusión de un video registrado por un observador en la Plaza. Este hecho, llevó a que los medios sanjuaninos instalaran nuevamente en su agenda el tema del uso de la fuente.

Transcripción de algunos de los comentarios en los medios digitales:

*“Es una vergüenza. Semejante teatro y gente sin educación y sin cultura que se creen con derecho a hacer lo que les da la gana solo espero que las autoridades hagan algo yaaa!!!”. (Diario de Cuyo digital, 13/02/17); “Que mala imagen, un poco de respeto y coherencia por favor!!! Es un teatro no una piletá pública. A las autoridades les decimos que hagan algo, apliquen alguna multa, para que esto no siga pasando”. (Diario de Cuyo digital, 13/02/17)*

Las acciones expresivas de las construcciones mediáticas estudiadas responden, según Mata, a interacciones “normalizadas” bajo dispositivos regulatorios de las lógicas dominantes del mercado y de los medios tradicionales. En el caso estudiado, la intervención contracultural, aparece como fruto de luchas colectivas cuyas prácticas están en permanente tensión con esos modos tradicionales de expresión y representación de actores sociales. Es en este entramado donde debemos buscar las dimensiones política y ciudadana.

Las construcciones mediáticas que circularon en los medios y redes digitales, tal como lo expresamos con Mata, responden a una lógica tradicional de lo político. Dichas construcciones son formas simbólicas que, al decir de Thompson, son recibidas e interpretadas por los receptores, situados en contextos socio histórico específicos y que poseen diversos tipos de recursos. Vale decir, que estas formas simbólicas son constantemente valoradas y evaluadas por aquellos que reciben los mensajes en un activo proceso de participación que, en diálogo con lo que expresa Mata, es también un proceso de construcción de ciudadanía.

#### **4. Reflexiones y conclusiones.**

Como primera reflexión, consideramos importante darle voz a los actores que interviniieron en la performance, quienes forman parte de Montoneras XXI:

*“Por empezar, tuvimos nuestro primer combate cuerpo a cuerpo en febrero de este año cuando decidimos intervenir uno de los espacios más controvertidos en las adyacencias del teatro, con el fin de registrar el impacto de dicha intervención en el imaginario popular; hecho que desató un conflicto y el consiguiente asesoramiento legal para evitar mayores consecuencias ... elegimos significar y apropiarnos del espacio público desde una mirada artística”.*

Como ya expresamos en el desarrollo del trabajo, la noción de ciudadanía es una estrategia que nos ha permitido reflexionar sobre el intercambio y vinculación simbólica de los sujetos sociales que se da en este espacio público, tanto en lo físico construido como en el espacio que se vuelve común gracias a los medios y a las redes sociales.

La práctica comunicativa estudiada logra construir ciudadanía desde su apropiación de un espacio público: la polémica Fuente de la Plaza del Bicentenario. A su vez, la visibilización de la “Intervención Veranesca” a través de los medios digitales y las redes sociales logra instalar un debate acerca de los usos democráticos de los espacios públicos (como lugares comunes) y, de este espacio.

Mientras los medios continúan con sus lógicas tradicionales del “deber ser” de los usos del espacio público y condicionan con sus discursos a las acciones políticas y a la constitución de los sujetos, el colectivo Montoneras XXI logra interpelar al poder político y a l@s otr@s ciudadan@s. Este proceso de construcción de ciudadanía está atravesado por los discursos que circulan y vinculan a las redes sociales, los medios digitales y a los sujetos sociales donde, la ciudad, es protagonista y constitutiva de la acción política. Estos conceptos teóricos y el análisis de diversas prácticas comunicativas en espacios públicos nos permiten debatir y reflexionar acerca del derecho a la ciudad.

## 5 – Bibliografía

- BORJA, Jordi y MUXI, Zaida. (2000). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*, en [www.sistemamid.com](http://www.sistemamid.com) (consultado el 31.03.2017).
- MATA, María Cristina. (2002). *Comunicación, ciudadanía y poder. Pistas para pensar su articulación*. Diálogos de la comunicación. ISSN 1813-9248. N° 64. Pág. 65-76 ([www.felafacs.org](http://www.felafacs.org))
- REGUILLO CRUZ, Rossana (2007). *Ciudad y Comunicación: densidades, ejes y niveles*. Diálogos de la Comunicación ISSN 1813-9248 N° 74. Felafacs. Edición On line. ([www.felafacs.org](http://www.felafacs.org)).
- THOMPSON, John B. (2002). *Ideología y cultura moderna. Teoría crítica social en la era de la comunicación de masas*. México. DF. Universidad Autónoma Metropolitana. Unidad Xochimilco.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **Territorios y territorialidades en Casavalle: aportes para pensar las distintas tácticas de los habitantes-habitados, del barrio Primero de Mayo de la periferia de la ciudad.**

**Territories and territorialities in Casavalle: contributions to think about the different tactics of the inhabited inhabitants of the Primero de Mayo neighborhood on the outskirts of the city.**

*María Lucrecia Ithurbide García<sup>27</sup>*

### **Resumen**

Mediante un abordaje teórico, pretendo aproximarme a las distintas dinámicas que se despliegan en las tramas socio-territoriales. Para de esta forma, inferir algunas relaciones que pueden estar operando en los habitantes de un barrio periférico de la ciudad de Montevideo, llamado Primero de Mayo ubicado en la zona de Casavalle.

Partiendo de la falsa dicotomía entre lo físico y lo social, pretendo indagar sobre el papel de la memoria colectiva, en las formas de habitar y ser habitados por nuestro entorno. Considero que, somos sujetos que construimos las distintas experiencias y estas se encuentran provistas de pensamientos, relatos, recuerdos que nos fueron trasmítidos y en ocasiones vividos. Estos aspectos se actualizan y re-actualizan en nuestras formas de pensar y actuar y son combinados con lo novedoso, singular y creativo que nos proporciona la experiencia, en el devenir de la cotidianidad.

A lo largo del trabajo, me nutriré de distintos aportes, como es el caso de las tácticas cotidianas, *astucias* en palabras de Certeau (1980), que develan formas de ser y que se materializan en las prácticas, del día a día. Este junto a otros planteos, los abordare, para pensar la dialogicidad entre la memoria colectiva y los entramados socio-territoriales.

**Palabras clave:** Trama socio-territorial, Barrio Primero de Mayo, Memoria Colectiva.

### **Abstract**

Through a theoretical approach, I intend to approach the different dynamics that unfold in the socio-territorial plots. In this way, infer some relationships that may be operating in the inhabitants of a peripheral neighborhood of the city of Montevideo, called Primero de Mayo, located in the area of Casavalle.

Starting from the false dichotomy between the physical and the social, I intend to investigate the role of collective memory, in the ways of inhabiting and being inhabited by our environment. I believe that we are subjects who build different experiences and these are provided with thoughts, stories, memories that were transmitted to us and sometimes lived. These aspects are updated and re-updated in our ways of thinking and acting and are combined with the novelty, unique and creative that the experience provides, in the evolution of everyday life.

Throughout the work, I will nurture different contributions, as is the case of everyday tactics, *cunning* in the words of De Certeau (1980), which reveal ways of being and that materialize in the practices of day to day. This together with other proposals, I will address them, to think about the dialogicity between the collective memory and the socio-territorial frameworks.

**Keywords:** Socio-territorial plot, Barrio Primero de Mayo, Collective Memory.

---

<sup>27</sup> Licenciada en Psicología, Maestranda en Psicología y Educación. Facultad de Psicología, Universidad de la República. Uruguay. E-mail: luithurbide@gmail.com

## 1. Introducción

Este trabajo se enmarca es uno de los productos de un proceso que me encuentro transitando, en la Maestría de Psicología y Educación, de la Facultad de Psicología- Universidad de la República.

En este recorrido, pretendo dejar en evidencia la complejidad que involucra a nuestras ciudades, la que debe enfocarse desde la interdisciplinariedad, de modo tal de establecer diálogos entre las distintas disciplinas para poder abordar y conocer nuestros imaginarios urbanos y espacialidades heterogéneas.

Partiendo de la insociabilidad entre el espacio, los sujetos y las prácticas (Frugòli, Peixoto, Texeira de Andrade, 2006), de tal forma de superar la dicotomía entre lo físico y social que en nuestros días sigue prevaleciendo desde algunos discursos, apelamos a la dimensión compositiva, de los territorios que habitamos (Álvarez Pedrosian, 2016).

Por todo lo antedicho, a través de un enfoque etnográfico, busco pensar las distintas dimensiones que conforman a los sujetos -las distintas prácticas espaciales y sus significados que nos habitan y habitamos-, dándose a través de relaciones dialógicas, los modos de ser, sentir y actuar en nuestro devenir en el mundo que no cesa de construirse y de construirnos.

A lo largo de este trabajo, recorreré conceptos e ideas en relación a los distintos imaginarios que circulan en las ciudades, el papel de la memoria en la construcción de las espacialidades junto a las distintas tácticas que posibilitan la vida cotidiana en las periferias de las ciudades. Teniendo en cuenta el barrio en el cual realizaré el proyecto de investigación- enmarcado en la Maestría de Psicología y Educación-, me centraré en la zona de Casavalle, específicamente en el barrio Primero de Mayo

Para ello abordaré esta temática, desde la metáfora de la cartografía, buscando entender y acercarnos a las tramas e interconexiones complejas y cambiantes que son atravesadas por distintas líneas y movimientos que desconstruyen y reconstruyen los distintos tejidos que sustentan las prácticas sociales.

Para comenzar mi trabajo, primero realizaré una breve presentación del barrio, seguidamente señalaré los aportes de autores que me permiten pensar la complejidad de las formas de habitar los territorios, para después reflexionar en torno a los entramados socio-territoriales que se despliegan en nuestras ciudades.

Es importante señalar que este trabajo no es acabado, ni tampoco tiene esa finalidad, se trata de aportes y acercamientos teóricos-vivenciales, en el tránsito de la cursada la Maestría de Psicología y Educación que me encuentro cursando. Recorrido en el cual, los habitares y las distintas especialidades, es uno de los uno de los ejes centrales que conforman mi proyecto de investigación.

## 2. Desarrollo

Para sumergirnos en el desarrollo de algunos conceptos que consideré pertinentes abordar para entender las distintas tramas socio-territoriales, me gustaría resaltar que visualizamos en todo momento, el integreño entre los territorios y las territorialidades.

Entendemos las territorialidades como las configuraciones materiales e inmateriales, vinculadas a narrativas, a universos de significaciones, y los imaginarios colectivos y singulares que se encuentran asociados al papel de las memorias colectivas, individuales e históricas. Estas configuraciones se imbrican en los montos afectivos y los recuerdos, delineando formas de habitar de los sujetos en el/los territorio/s (Álvarez Pedrosian, 2016).

Por lo tanto los territorios y territorialidades constituyen la cotidianidad de cada sujeto. Mediante sus dinámicas se crean procesos de formas de ser y estar en el mundo partiendo de prácticas que delinean nuestros entramados existenciales (Álvarez Pedrosian, 2013b).

## **2.1 Presentación del Barrio Primero de Mayo: el papel de la memoria colectiva en la conformación del barrio**

El barrio Primero de mayo se encuentra ubicado entre las calles San Martín, Capitán Tula, Pedro Mendoza y Domingo Arena .En sus orígenes, se constituyó como un asentamiento que empezó a formar parte de la región norte de Casavalle en el año 2006 (Álvarez Pedrosian, 2013a).

Más tarde, desde el año 2010 -producto del enclave en dicho lugar de una política habitacional llamada Plan Juntos- se generaron distintos procesos con el involucramiento y participación de los pobladores, que conllevaron al pasaje de asentamiento a barrio Primero de Mayo (Presidencia de la República Oriental del Uruguay, 2013). En este diseño y ejecución de la política habitacional, no podemos dejar de mencionar en palabras de Frugoli et al., que los sujetos responden y elaboran sus experiencias mediante un conjunto de significados que vienen enraizados a sus tradiciones (2006).En esta instancia nos encontramos con la injerencia de la memoria colectiva, la cual queda evidenciada a través de una conversación mantenida con vecinos del barrio, en un evento del barrial. En ella, pudimos visualizar como el acceso a los servicios y las pavimentaciones de las calles que se han realizado, obedecen a la idea de barrio, en los habitantes de Primero de Mayo (conversación personal, agosto de 2016).

Pensamos que, la imbricación de la memoria colectiva, individual e histórica, se construye desde la experiencia. La cual se actualiza y reactualiza en la cotidianidad. Siguiendo los planteos de Halbwachs (2004) y pensando en este trabajo, voy a realizar un énfasis en la memoria colectiva, ya que considero que es la que va delineando las experiencias que los sujetos tienen en el momento actual. En otras palabras, mediante la memoria colectiva, la reconstrucción “mágica”, de experiencias que ha tenido cierta comunidad, influye en el aquí y ahora de cada sujeto o grupos de sujetos que conforma la “comunidad” actual (Halbwachs, 2004; Betancourt, 2004).

La memoria individual por su parte reactualiza a la memoria colectiva. La primera se sitúa en una trama sincrónica de nuestra existencia actual, es en donde se combinan los elementos sociales que nutren a nuestras conciencias y determinan la emergencia de los recuerdos, los que a su vez se combinan con distintas vivencias y recorridos actuales, delineando formas de pensar y actuar. En palabras de Duvignaud “La rememoración personal se sitúa allí donde se cruzan las redes de las solidaridades múltiples en las que estamos implicados”(2004, p. 12).

Entonces podemos decir que en esas direcciones de conciencia colectiva y conciencia individual es que se va conformando las distintas memorias, las cuales se modifican de acuerdo a los momentos sociales e intereses que acarrean (Halbwachs, 2004).

Por lo tanto, entendemos que no sólo somos sujetos de la experiencia, que vamos siendo en el devenir de nuestras vidas, sino que también somos sujetos históricos y por lo tanto nuestras experiencias siempre están embebidas en las memorias, relatos y vivencias (Betancourt, 2004).

## **2.2 Procesos de fragmentación, segregación y estigmatización**

El barrio Primero de Mayo, se encuentra conformando la polisemia de las formas de habitar en Casavalle, junto a barrios tradicionales, asentamientos, entre otros (Álvarez Pedrosian, 2013a). Dicha condición, queda demostrada en la presencia de distintas espacialidades fragmentarias, que se homogenizan en su interior y que comparten con los otros espacios, las condiciones de hacinamiento y de precariedad. De tal forma de que Casavalle se configura por la superposición espacios conllevan una segregación socio-espacial entre ellos y de la construcción de “fronteiras físicas e simbólicas, efetivados pelo grupos sociais em sus respectivos territórios” (Frugoli et al, 2006, p. 18). Al respecto podemos inferir que la memoria colectiva es funcional a la diferenciación con otras comunidades Esto último lo visualizamos, en el estatus diferencial -trasmitido por los habitantes- ,de pertenecer al barrio Primero de Mayo, o al barrio veintidós de Mayo, a pesar de que se encuentran separados físicamente por una calle y que comparten condiciones de vida muy similares.

Sin embargo la distinción de vivir en uno u otro barrio, es resaltada sobre todo, en relación a la convivencia y a la identidad de arraigo al barrio por parte de los pobladores.

Estas relaciones se entrelazan y modifican mutuamente componiendo, produciendo, reproduciendo y descomponiendo las tramas, generando dinámicas que articulan y producen sentidos y expresiones que se materializan en la vida cotidiana.

Tomando los aportes de (Fraiman,Rossal, 2009) y refiriéndonos a los barrios periféricos, podemos afirmar que los mecanismos de estigmatización conducen a la creación de imaginarios sociales, que relacionan a dicha población con la peligrosidad y la delincuencia. Sobre esto último y en relación a la polarización en las márgenes de la ciudad Gravano (2005) afirma que los “lunares” o los depósitos espaciales como los denomina (Álvarez Pedrosian, 2013), actúan como chivos expiatorios de los dificultades que atraviesa la ciudad, atribuyéndoles a estos barrios por ejemplo la inseguridad u otros malestares sociales (Gravano, 2005).

Es así como las relaciones entre los saberes, poderes y formas de subjetivación (M Foucault, 1992), se entrelazan con nuestras tradiciones y nos constituyen como sujetos.

A propósito, no podemos olvidarnos del papel de la memoria histórica en los mecanismos de estigmatización planteados, ya que mediante los datos recabados en el tiempo social actual, se proyectan en el pasado que es reinventando (Betancourt, 2004). Estos mecanismos de estigmatización son alimentados por la injerencia de las memorias colectiva, histórica e individual que se retroalimentan continuamente.

Adherimos a la propuesta de pensar a los sujetos como entidades abiertas y creativas, que nos vamos construyendo y en esa construcción de las subjetividades, en donde internalizamos mediante ciertos mecanismos lo que viene de afuera, pero esto no se da como algo mecánico, es decir un simple traslado del exterior al mundo interno, sino que se “genera un adentro como torsión y pliegue del afuera” (Álvarez Pedrosian, 2013b, p. 3).

Para aludir al vínculo entre territorios y territorialidades, es de utilidad pensar en tramas (Álvarez Pedrosian, 2016) y en la noción de ritornelo -que como componente de la música- nos ofrece ritmos que cambian de acuerdo a las temporalidades, concepto que ha sido trabajado por Deleuze y Guattari (1997). Dichos autores distinguen tres líneas que de forma compositiva, operan en el territorio, conllevaron movimientos de territorialización, desterritorialización y reterritorialización, según la prevalencia de líneas que se encuentren actuando. Estas líneas son de tres tipos: las de segmentariedad, las más duras, más estables y que son las más difíciles de cambiar pero más fáciles de aprehender; las segundas corresponde a los microdevenires, en donde se producen pequeñas modificaciones que dan lugar a la comunicación, pero siempre dentro de ciertos parámetros de territorio; y por último las líneas de fuga, que son las que posibilitan las revoluciones, los cambios, el devenir de los territorios en otra cosa.

### **2.3 Composición-Descomposición-Recomposición entre lo liso y lo estriado. Pensando en la conformación de tácticas para habitar la cotidianidad del Barrio Primero de Mayo**

Para pensar las relaciones que se componen y recomponen en los territorios, nuevamente traemos a los autores Deleuze y Guattari. Ellos nos aportan la noción de lo liso y lo estriado, pensándolo como las relaciones de compositivas que se establecen entre ellos, pero no como opuestos sino que las espacialidades puede pasar de ser un tejido liso a uno estriado, reconfigurarse a liso y viceversa (Deleuze,Guattari, 1997). Lo liso alude a los espacios organizados, más cerrados y en cierta forma estable. Lo estriado es más abierto, horizontales, conformado con línea, por flujos direccionales. Es importante resaltar – y de ahí la dinamización de los territorios- que entre ambos se lleva a cabo un interjuego de transmutaciones y de remisiones (Álvarez Pedrosian, 2016).

Consideramos que las distintas líneas- segmentarias, microdevenires y de fuga-, nos posibilitan pensar y aproximarnos a las modificaciones que surgen en el devenir de la construcción de territorios, la desterritorialización y la reterritorialización en el interjuego entre lo liso y lo estriado.

Al respecto, la proxemia como disciplina, nos habilita a pensar en los espacios como “lugares practicados” (Delgado, 1999, p.39). Mediante ésta, podemos inferir como los distintos habitares colectivos se construyen en relación las prácticas de los sujetos. Además teniendo en cuenta los aportes de Álvarez Pedrosian, refiriéndose al repliegue sobre si mismos de los espacios en la zona de Casavalle, podemos visualizar como estos espacios practicados no son neutros, ni se caracterizan por ser estables en el tiempo. Tal es así que en relación a un asentamiento por ejemplo, podemos decir comienza conformándose como estriado, pero de acuerdo a coordenadas temporales se va homogenizado y se vuelve un tejido liso, un espacio más cerrado. Este movimiento de lo estriado a lo liso, se observa con claridad en ese pasaje de asentamiento a barrio Primero de Mayo, pasaje en el que han contribuido las políticas sociales. Sin embargo es importante resaltar que ese tránsito de estriado a liso no es uniforme, pudiéndose ver en lo liso, pasajes que aluden al estriaje.

En esta composición espacio-temporal es necesario pensar al espacio como una confluencia de múltiples direcciones, líneas transversales, que es inestable, es un cruce de trayectos, es decir el carácter heterópico del que hablaba Michel de Foucault (Delgado, 1999). Entendemos que la heterotopía como como un lugar donde se yuxtaponen espacios distintos, por ejemplo Foucault nos trae el ejemplo del cementerio, lugar en donde se encuentran los muertos, pero que son un reflejo de la ciudad de los vivos (todos tenemos algún familiar en el cementerio). En dicho lugar, encontramos al igual que en nuestras ciudades, relaciones de vecindad, calles, etc. (Michel Foucault, 1999). Cada heterotopía de vincula y desarrolla en determinados "recortes de tiempo" (Michel Foucault, 1999, p. 22), que reciben el nombre de heterocronías.

En estos *lugares otros*, inferimos que los usos de la memoria colectiva, tienen un papel fundamental, ya que se encuentran en estrecha relación con la heterocronías y contribuyen a determinar las heteropías que se construyen.

Este carácter heterópico, -pensando específicamente en los barrios-, nos habilita a pensar las distintas tácticas, las distintas técnicas que se van creando, posibilitando 'atajos', o vías para el cumplimiento de ciertos deseos que se escapan de la 'norma'. Estas sutilezas que pueden dar cabida, posibilitar a las líneas de fuga que se producen en la cotidianidad. Dichas tácticas "Circularan, van y vienen, se desbordan y derivan en un relieve impuesto, como olas espumosas de un mar que se insinúa entre los riscos y los laberinto de un orden construido" (De Certeau, 2000, p.45). Se distinguen de las estrategias, que aluden algo más estructurados, más concernientes a la norma. Las tácticas en palabras De Certeau son *astacias, jugarretas*, que proliferan o se escapan por los intersticios de lo planificado.

Entiendo que estas tácticas se hacen visibles en las prácticas del día a día y son trasmitidas mediante la memoria colectiva de determinado eje temporal y que se pone en juego gracias al inconsciente colectivo que emerge en nuestras sociedades, en el entramado del doble lenguaje, lo dicho y lo no dicho, los secretos. En Palabras de De Certeau "Mientras más débiles son las fuerzas sometidas a la dirección estratégica, más capaz será ésta de astucias. Traduzco: más se transforma en táctica"(De Certeau, 2000,p 44). A esto agregaría que los ritmos de las tácticas se caracterizan por ser heterogéneos así como sus duraciones que van oscilando según la pertinencia en nuestra cotidianidad.

Pensando en las distintas tácticas podemos inferir que las mismas se enraízan y materializan en las distintas prácticas sociales de los sujetos en donde operan otras mediaciones como lo son los medios de comunicación por ejemplo, que contribuyen a conformar determinados hábitos de consumo y *lugares otros*.

### 3. Reflexiones

En este recorrido he buscado, aproximarme a los diferentes conceptos que, enriquecerán mi trabajo investigativo en el barrio Primero de Mayo.

Considero que es imposible pensar de forma disociada, los sujetos que habitan y que son habitados por los territorios físicos y simbólicos. Es decir que las ciudades no se encuentran descarnadas, o como dice Gorelik (2004) "vacías", sino que el ritmo, la forma de *comportarse* de las ciudades, tienen que ver con las distintas formas de vivir de los sujetos que la habitan. Es claro, que existen múltiples dimensiones que se retroalimentan en la construcción de la vida cotidiana de los habitantes de los barrios, pero en este trabajo he traído a influencia de los procesos de estigmatización y segregación social en la periferia de la ciudad, ya que los considero un ejemplo cabal de como los mecanismos tienen y condicionan a las demás dimensiones del sujeto habitante y habitado en la cotidianidad.

Por lo tanto, entendemos que el espacio no es neutro, habitamos desde la experiencia que vivimos día a día. Esa experiencia se encuentra conformada por las tradiciones y las costumbres. La injerencia de la memoria colectiva se hace visible en nuestra forma de comportarnos con las otredades entre otras cosas.

Otro factor que se agrega es el de fragmentación social y los mecanismos de segregación que esto determina. Los aportes de Álvarez Pedrosian (2013a), en relación a los territorios en Casavalle que se tornan homogéneos cuando se pliegan en sí mismos, nos lleva a pensar en el flujo o en el cambio entre lo liso y estriado que nos plantea Deleuze y Guattari (1997). En este devenir de los espacios, entre lo liso y lo estriado, se van construyendo sentidos y prácticas junto a nuevas subjetividades.

En la producción de subjetividades es donde se evidencian las relaciones conscientes pero también inconscientes, lo dicho y lo no dicho, se manifiestan ciertas tácticas que hacen a las distintas prácticas que se despliegan en la cotidianidad y son posibilitadas mediante el cruzamiento de distintas líneas que conforman a los territorios, habilitantes de revoluciones – como las líneas de fuga- o escasamente propensas a los cambios como las líneas segmentarias.

En suma, podemos decir que podemos visualizar las tramas socio-territoriales como entramados, que se caracterizan que son heterogéneos y que cambian produciendo lo novedoso. En las cuales, los sujetos son producto y producidos en esta relación dialógica, en donde el adentro y el afuera operan en este habitar y ser habitados continuamente.

Entiendo que estas palabras hacen eco de lo que he trabajado en este ensayo: considero que es indispensable, tomar “La vida como obra de arte en definitiva, implica el análisis de prácticas y hábitos, pero es fundamental hacerlo alcanzando a deconstruir la especialización, los territorios y territorialidades que nos constituyen como sujetos” (Álvarez Pedrosian, 2013b, p.1).

## Referencias

- Álvarez Pedrosian, E. (2013a). *Casavalle bajo el sol : investigación etnográfica sobre territorialidad, identidad y memoria en la periferia urbana de principios de milenio.*. Recuperado a partir de [https://drive.google.com/file/d/0BynR23wV\\_WpMSnpkajNodU5NNjg/edit](https://drive.google.com/file/d/0BynR23wV_WpMSnpkajNodU5NNjg/edit)
- Álvarez Pedrosian, E. (2013b). El ser habitado : diseño existencial y procesos de subjetivación. ALTHEA – Farq-Udelar: Montevideo. Recuperado de [http://eduardoalvarezpedrosian.blogspot.com.uy/2013/06/el-ser-habitado-diseno-existencial-y.html](http://eduardoalvarezpedrosian.blogspot.com.uy/2013/06/el-ser-habitado-diseno-existencial-y.html#!/2013/06/el-ser-habitado-diseno-existencial-y.html)
- Álvarez Pedrosian, E. (2016). Las tramas socio-territoriales en las que habitamos: aportes para pensar la composición urbana en clave comunicacional. *Informatio*, 21(2), 69-87. Recuperado a partir de <http://informatio.eubca.edu.uy/ojs/index.php/Infor/article/view/189>
- Betancourt, D. (2004). Memoria individual, memoria colectiva y memoria histórica. Lo secreto y lo escondido en la narración y el recuerdo. *La práctica investigativa en ciencias sociales*, 123-134. Recuperado a partir de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/dcs-upn/20121130052459/memoria.pdf>
- De Certeau, M. (2000) [1980]. Primera parte:Una cultura muy ordinaria (Cap. III. Valerse de : usos y prácticas. En *La Invención de Lo Cotidiano. 1 Artes de Hacer* (pp.35-45). México: Universidad Iberoamericana. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente .
- Deleuze, G., Guattari, F. (1997) [1980]. 1837- Del ritornello. En *Mil Mesetas. Capitalismo y esquizofrenia II* (pp. 317-358). Valencia: Pre-textos.
- 1440- Lo liso y lo estriado. En *Mil Mesetas. Capitalismo y esquizofrenia II* (pp 483-509).Valencia:Pre-textos.
- Delgado, M. (1999). *El animal público*. Barcelona: Anagrama.
- Duvignaud,J. (2004)[1950] Prefacio. En Halbwachs, M. (2004) [1950]. *La memoria colectiva* (pp. 7-15). Zaragoza: Prensas universitarias de Zaragoza.
- Foucault, M. (1987 [1971]. *El orden del discurso*.Buenos Aires:Tusqueteros
- Foucault, M. (1999). Espacios otros. *Espacios otros. Versión: estudios de comunicación, política y cultura*, (9), 15-26. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Fraiman, R. Rossal, M. (2009). Si tocás pito te dan cumbia. Esbozo Antropológico de la violencia en Montevideo. Recuperado a partir de <http://www.pim.edu.uy/files/2013/07/Si-tocas-pito-te-dan-cumbia-Fraiman-Rossal-web.pdf>
- Frugoli, H, Peixoto, F. Texeira de Andrade, L. (orgs.) (2006). Apresentação. En *As ciudades e seus agentes, prácticas e representações* (pp. 9-20). São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/PUCMINAS.
- Gorelik, A. (2004). Imaginarios urbanos e imaginación urbana: Para un recorrido por los lugares comunes de los estudios culturales urbanos. *EURE (Santiago)*, 28(83), 1-9. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612002008300008>
- Gravano, A. (comp .) (2005). *Imaginarios sociales de la ciudad media. Embemas, fragmetaciones y otredades urbanas. Estudio de Antropología Urbana*. Universidad del Centro de a Provincia de Buenos Aires. Tandil- Olavarria: Red de Editoriales de Universidades Nacionales.
- Halbwachs, M. (2004) [1950]. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas universitarias de Zaragoza .
- Presidencia de la República Oriental del Uruguay. (2013). Plan Juntos inauguró viviendas en barrio 1.º de Mayo en Montevideo. Recuperado a partir de <http://www.presidencia.gub.uy/sala-de-medios/fotografias/plan-juntos-inauguro-viviendas-barrio-mayo-montevideo>

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## Perfil do assédio sexual de rua em Curitiba segundo o mapa colaborativo "Chega de Fiu-Fiu"

### Profile of street harassment in Curitiba according to the "Chega de Fiu-Fiu" collaborative map

Adriana Túlio Baggio<sup>28</sup>

**Resumen:** O assédio sexual de rua afeta profundamente a vida das mulheres. O tema vem ganhando maior visibilidade com o lançamento de iniciativas comunicacionais que buscam desnaturar esta prática. Uma delas é o mapa colaborativo Chega de Fiu-Fiu, no qual as pessoas podem sinalizar e consultar locais de ocorrência de assédio. O artigo apresenta um perfil do assédio sexual de rua a partir de dados deste mapa, com foco em Curitiba, maior cidade do sul do Brasil. O perfil mostra que: o Centro é o bairro com mais casos de assédio; o tipo mais praticado é o verbal; o nível econômico dos bairros não parece influenciar a sua ocorrência. Por fim, propõe-se que o poder público observe estes dados para subsidiar as necessárias ações de enfrentamento ao problema.

**Palabras Clave:** Assédio sexual de rua, mapa colaborativo Chega de Fiu-Fiu, Curitiba.

**Abstract:** Street harassment profoundly affects the lives of women. The issue has gained increased visibility with the launch of communication initiatives that seek to denaturalize this practice. One of them is the "Chega de Fiu-Fiu" ("Stop Catcalling") collaborative map, by which people can point out and also see places where harassment is occurring. This paper presents a profile of street harassment based on data from this map, focusing on Curitiba, in southern Brazil. The profile shows: the city center is the neighborhood with the most cases of harassment; the most practiced type is verbal; and the economic level of the neighborhoods does not seem to influence its occurrence. Finally, it is proposed that the government observe these data to support the necessary actions against the problem.

**Key words:** Street harassment, "Chega de Fiu-Fiu" collaborative map, Curitiba.

#### 1 Apresentação

O ir e vir é um direito básico dos cidadãos das sociedades livres. Às cidades, no entanto, este direito é menos acessível, devido ao assédio sexual de rua. O problema afeta principalmente aquelas que se deslocam a pé, de bicicleta ou no transporte coletivo, a ponto de exigir que alterem seus trajetos ou modais de transporte, pensem a roupa que vão usar ao sair de casa, evitem certos locais e, eventualmente, abram mão de atividades de lazer, educacionais e profissionais (Piva, 2016).

Tornar o assédio visível é um dos primeiros passos para seu enfrentamento. Esta visibilidade vem aumentando há alguns anos, especialmente com o maior acesso a tecnologias de comunicação em rede e a popularização do uso de dispositivos móveis. Espaços de compartilhamento de conteúdo como redes sociais e plataformas de vídeos passaram a receber e disseminar uma grande quantidade de produtos comunicacionais sobre o assédio (Baggio, 2015).

Na esteira destes produtos surgiram também os aplicativos de mapeamento de assédio. Um levantamento realizado por esta pesquisadora entre 2015 e 2017 mostrou que, no Brasil, foram propostas quatro iniciativas deste tipo: o mapa *Chega de Fiu-Fiu*, idealizado pela ONG Think Olga e lançado em abril de 2014; o aplicativo e site *Clique 180*, lançado em maio de 2014 pela ONU Mulheres em parceria com a então Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da

<sup>28</sup> Adriana Túlio Baggio. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pesquisadora de pós-doutorado, Brasil, atbaggio@gmail.com.

República (SPM-PR); o aplicativo *Sai Pra Lá*, proposto por uma então estudante do ensino médio e lançado em março de 2015; e, por fim, o aplicativo *Assédio Zero*, surgido em junho de 2016 numa parceria entre a Microsoft Brasil e o Instituto Eldorado.

Hoje, apenas o mapa *Chega de Fiu-Fiu* permanece em funcionamento. Além de contribuir para a visibilidade do assédio sexual de rua, as informações inseridas nesta ferramenta possibilitam a sua caracterização. Estas são informações importantes, já que não existem outras fontes para coleta destes dados. O assédio é pouco ou nada representado nas estatísticas sobre violência, na medida em que não é adequadamente tipificado como crime e recebe pouca atenção nas delegacias quando as vítimas tentam registrar um boletim de ocorrência.

O objetivo deste artigo é contribuir para a produção de informação sobre o assédio sexual de rua a partir da elaboração de um perfil desta prática, utilizando como base os dados do mapa *Chega de Fiu-Fiu*. O foco do estudo é Curitiba, maior cidade do sul do Brasil e oitava cidade mais populosa do país, com 1,8 milhões de habitantes.

Curitiba já foi reconhecida mundialmente pelos índices de qualidade de vida e excelência do transporte público (Macedo, 2017). No entanto, assim como outros grandes centros urbanos brasileiros, a capital sofre com a violência, a desigualdade social e as dificuldades de mobilidade urbana. O assédio está relacionado a estes três problemas.

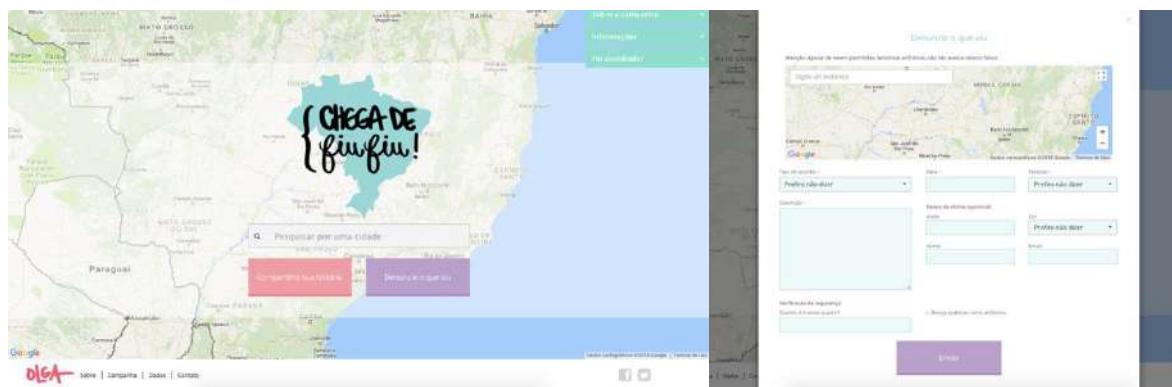
## 2 O mapa *Chega de Fiu-Fiu*

O *Chega de Fiu-Fiu* é uma ferramenta colaborativa baseada na plataforma do *Google Maps*. Além de acolher denúncias, também permite consulta dos dados e dos depoimentos registrados em cada cidade brasileira.

A função deste mapeamento não é alertar as mulheres sobre espaços pelos quais não devem circular; ele visa pressionar o poder público sobre a necessidade de estabelecer políticas públicas efetivas de combate ao assédio. Tais objetivos já teriam começado a ser atingidos no início do funcionamento da ferramenta (Think Olga, 2014).

Quem deseja relatar uma agressão sofrida ou testemunhada entra no mapa (figura 1a) e preenche um formulário (figura 1b) em que especifica o tipo de agressão<sup>29</sup>, o lugar em que ocorreu, o período do dia. Há campos para informar faixa etária, renda, nível educacional e cor. As denúncias podem ser identificadas ou anônimas. Mesmo nas identificadas, o nome e o e-mail de quem denuncia não são exibidos nos testemunhos publicados no mapa. Há também um campo de verificação de segurança, para evitar postagens feitas por "robôs".

**FIGURAS 1A E 1B – MAPA CHEGA DE FIU-FIU: TELA INICIAL DE CONSULTA E REGISTRO DE ASSÉDIO;  
FORMULÁRIO DE REGISTRO DO ASSÉDIO**

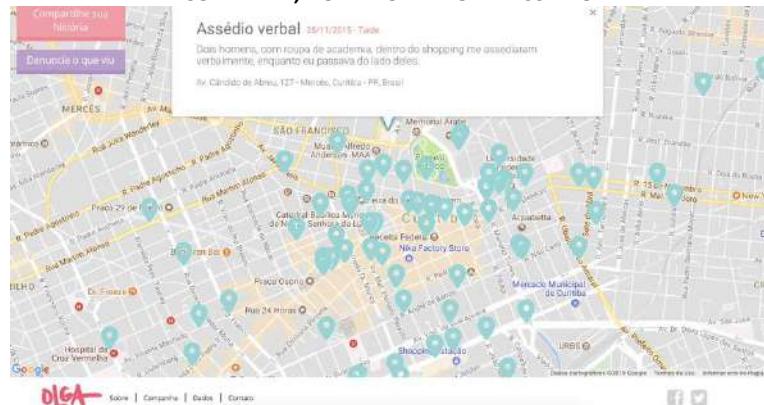


Fonte: Olga (2014). Impressão de tela feita pela autora.

Na consulta ao mapa, quando se clica em um dos pontos aparece o depoimento correspondente, a classificação do tipo de agressão, a data, o período do dia e detalhes da localização (figura 2).

<sup>29</sup> Os tipos são: "ameaça", "assédio físico", "assédio verbal", "atentado ao pudor", "estupro", "exploração sexual", "homofobia", "racismo", "stalking", "tráfico de mulheres", "transfobia", "violência doméstica", "outro" e "prefiro não dizer".

**FIGURA 2 – TELA DO MAPA CHEGA DE FIU-FIU MOSTRANDO REGISTROS FEITOS EM CURITIBA E UM DEPOIMENTO COM DATA, HORÁRIO E TIPO DE ASSÉDIO**



Fonte: Olga (2014). Impressão de tela feita pela autora.

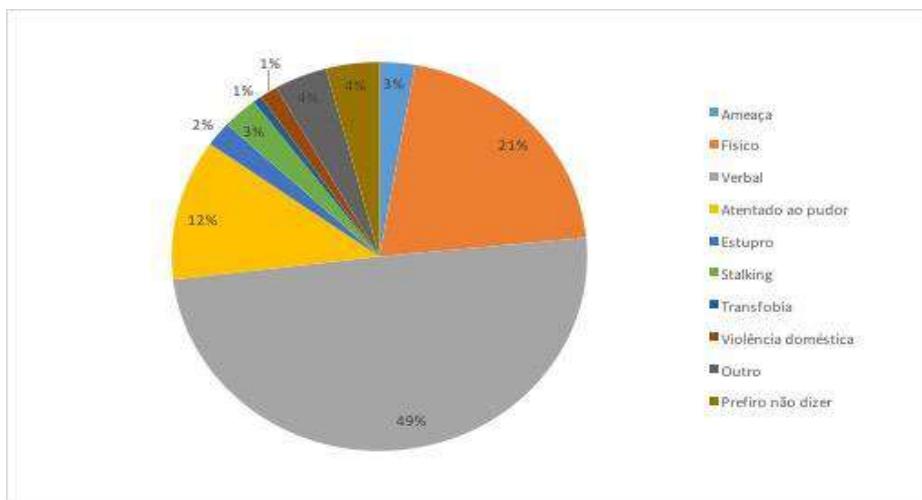
Estes dados também podem ser "baixados" do site a partir do menu "Dados", localizado na parte inferior da página (ver figura 1a). Eles são apresentados em uma planilha de Excel contendo todas as variáveis do formulário. Os dados trabalhados neste artigo foram coletados em janeiro de 2018 (Threats, 2018). A planilha obtida apresenta 3773 registros, correspondentes a depoimentos de todo Brasil. Destes, 145 são de Curitiba (3,8% do total nacional), que é a quinta cidade com mais registros.

O mapa recebeu a maior parte das colaborações nos anos iniciais de seu funcionamento. Em 2017 foram feitos 7 registros, 19 em 2016, 50 em 2015 e 69 em 2014, o que indica uma progressiva diminuição no seu uso.

### 3 Perfil do assédio sexual de rua em Curitiba

A maior parte (quase 70%) dos registros em Curitiba foi feita por pessoas entre 15 e 29 anos, com distribuição equilibrada entre as faixas 15-19, 20-24 e 25-29 anos (aproximadamente 23% em cada faixa). A grande maioria (67%) se autodefine como branca e, em segundo lugar, vêm aquelas que preferem não informar a cor (22%). Quanto à educação, 47% têm formação superior e 19% preferiram não informar. Sobre a renda, 21% delas recebem de 1 a 5 salários mínimos e 44% preferiram não dizer.

**GRÁFICO 1 – TIPOS DE ASSÉDIO REGISTRADOS NO MAPA CHEGA DE FIU-FIU EM CURITIBA**



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EM THREATS (2018).

Os dois tipos de assédio mais registrados<sup>30</sup> (gráfico 1) são o verbal, com praticamente metade das ocorrências, e o físico (20%). Quase 47% dos assédios ocorreram à tarde, 25% pela manhã e 22% à noite (5% dos registros não informam período). No assédio verbal, as ocorrências à tarde são 60%.

Quanto à localização, 38% dos assédios teriam acontecido no Centro. De acordo com outro índice, o de ocorrências atendidas pela Guarda Municipal<sup>31</sup> (Centro, 2017), este foi o bairro mais violento da cidade no primeiro quadrimestre de 2017.

O segundo local mais assinalado é o bairro turístico de Santa Felicidade, na região noroeste da cidade. Tanto no Centro como em Santa Felicidade a maior parte dos assédios marcados é verbal (estes e os próximos dados sobre a relação entre tipos de assédio e os bairros em que foram registrados, e as ocorrências atendidas pela Guarda Municipal e os atendimentos de violência doméstica nestes bairros, podem ser vistos na tabela 1). No Centro, em segundo lugar vem o assédio físico, totalizando 21% das ocorrências do bairro.

Depois do Centro, os bairros em que este tipo de assédio mais ocorre são Cajuru e Cristo Rei, geograficamente próximos, mas de realidades bem distintas. O Cajuru é o quinto bairro mais violento da cidade e seus domicílios têm renda média na faixa mais baixa (2 a 3,9 salários mínimos) das estatísticas governamentais (estes e os próximos dados sobre a relação entre a quantidade de registros de assédio e a renda domiciliar média do bairro podem ser vistos no gráfico 2). Já no Cristo Rei os domicílios têm renda média de 7 a 9,9 salários mínimos e o bairro conta com melhor infraestrutura, níveis de segurança e valorização social.

"Atentado ao pudor" é o terceiro tipo de assédio mais frequente na cidade e ocorre de maneira mais distribuída. O bairro em que mais aparece é o Cabral, com renda média domiciliar entre 10 e 14 salários mínimos e 33 ocorrências atendidas pela Guarda Municipal.

---

<sup>30</sup> No mapa de Curitiba não foram registrados os tipos "exploração sexual", "homofobia", "racismo" e "tráfico de mulheres".

<sup>31</sup> Ocorrências atendidas pela Guarda Municipal de Curitiba entre janeiro e abril de 2017.

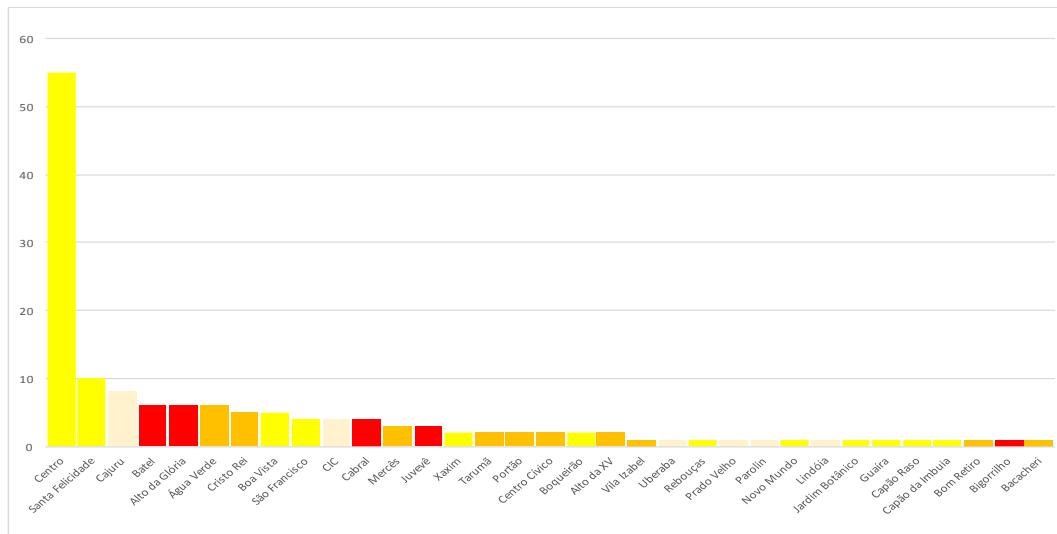
**TABELA 1 – TIPOS E QUANTIDADE DE ASSÉDIO POR BAIRRO DE CURITIBA SEGUNDO REGISTROS DO MAPA CHEGA DE FIU-FIU (2018); QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA GUARDA MUNICIPAL (JAN/ABR 2017); ATENDIMENTOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2015)**

Bairro	Tipos e quantidade de assédio											Ocorrências Guarda Municipal	Violência Doméstica Contra a Mulher
	A	F	V	AP	E	S	T	VD	O	PND	Total		
Centro	1	12	31	2	1	1	1	2	2	2	55	1131	54
Santa Felicidade		2	7	1							10	90	35
Cajuru	1	4	1	2							8	341	141
Batel		2	4								6	63	5
Alto da Glória			5							1	6	76	7
Água Verde			5	1							6	129	33
Cristo Rei		4		1							5	16	10
Boa Vista		2	1						1	1	5	99	26
São Francisco	1		1			2					4	233	5
CIC			2						1	1	4	432	162
Cabral		1		3							4	33	5
Mercês			2	1							3	35	8
Juvevê			2						1		3	12	1
Xaxim	1			1							2	106	43
Tarumã			2								2	18	6
Portão			1						1		2	129	20
Centro Cívico			2								2	63	3
Boqueirão	1			1							2	409	61
Alto da XV			2								2	70	10
Vila Izabel		1									1	29	12
Uberaba		1									1	106	68
Rebouças				1							1	105	14
Prado Velho			1								1	33	7
Parolin									1	1	1	50	14
Novo Mundo					1						1	62	28
Lindóia					1						1	8	8
Jardim Botânico					1						1	105	8
Guaíra	1										1	52	19
Capão Raso					1						1	155	20
Capão da Imbuia	1										1	54	17
Bom Retiro			1								1	13	2
Bigorrilho						1					1	103	13
Bacacheri						1					1	131	12
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>30</b>	<b>72</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>145</b>	<b>4491</b>	<b>877</b>

Legenda tipos de assédio: A = ameaça; F = assédio físico; V = assédio verbal; AP = atentado ao pudor; E = estupro; S = stalking; VD = violência doméstica; O = outros; PND = prefiro não dizer.

**Fonte:** Elaborada pela autora com base em Threats (2018); Centro (2017); Ministério Público do Estado do Paraná (2015).

**GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE REGISTROS DE ASSÉDIO POR BAIRRO EM CURITIBA SEGUNDO O MAPA CHEGA DE FIU-FIU (2018); CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS BAIRROS (2010)**



Legenda: cor vermelha = 10 a 14 salários mínimos; cor laranja = 7 a 9,9 salários mínimos; cor amarela = 4 a 6,9 salários mínimos; cor bege = 2 a 3,9 salários mínimos.

**Fonte:** a autora com base em Threats (2018) e Prefeitura Municipal de Curitiba, Ippuc (2012).

Quando estes dados são comparados aos registros de violência doméstica contra a mulher (Ministério Público do Estado do Paraná, 2015) – também apresentados na tabela 1 –, nota-se que não há uma proporcionalidade entre os registros do mapa, a ocorrência de violência "geral" e a ocorrência de violência doméstica. Um bairro com índices altíssimos nestas duas últimas categorias – a Cidade Industrial de Curitiba – teve poucos registros de assédio no mapa. Já o Centro, o bairro com mais registros de assédio e com o maior número de ocorrências de violência geral, fica atrás de outros em termos de violência doméstica.

Ainda que os registros de assédio não tenham a mesma validade estatística que os outros dois índices, pode-se tirar daí algumas hipóteses sobre as características distintas dos tipos de violência. Uma delas é que o assédio e a violência doméstica são baseados na desigualdade de gênero, diferente de furto, roubo e arrombamento, crimes incluídos nas ocorrências da Guarda Municipal. Outra é que o assédio ocorre no espaço público, configurando uma interação entre pessoas estranhas, enquanto a violência doméstica é causada majoritariamente por cônjuge ou familiar da mulher e ocorre no espaço privado. Neste sentido, como o Centro é frequentado por uma grande quantidade de pessoas que não mora nele, mas que passa por ali diariamente, é neste bairro que mais ocorre a violência no espaço público, incluindo o assédio.

#### 4 Discussão dos resultados

Ainda que não possa ser tomado como uma fotografia "real", este perfil constitui um esboço das feições do assédio na cidade. Na média, a pessoa que registrou assédio é majoritariamente jovem, tem cor branca, educação superior e preferiu não informar a renda.

Possíveis explicações para a predominância dessa faixa etária podem ser o hábito mais frequente de uso da internet e maior propensão ao engajamento em campanhas feministas. Outra hipótese é que as mulheres jovens tendem a sofrer mais assédio que as mais velhas, o que não teria a ver com beleza, e sim com a aparência de vulnerabilidade (Solnit, 2016).

Os dois tipos de assédio mais registrados são o verbal e o físico. O bairro com maior quantidade registros, mais de 1/3 do total, é o Centro. Quando cruzados com informações sobre renda média domiciliar, os dados do mapa mostram que o menor poder aquisitivo do bairro não é um fator relacionado a mais assédio, e nem o maior poder aquisitivo equivale

a menos assédio. Por outro lado, o menor poder aquisitivo também pode sugerir menor acesso tanto à internet quanto à informação sobre a possibilidade de denunciar o assédio e, portanto, menos participação na ferramenta colaborativa.

Também não se percebe uma relação proporcional obrigatória entre assédio sexual de rua e violência doméstica nos bairros. Apesar de serem ambas violências baseadas na desigualdade de gênero, o fato de uma ocorrer no espaço público e outra no espaço privado influencia a dinâmica da prática destas violências. Uma hipótese, discutida em outro trabalho (Baggio, no prelo), sugere que o assédio de rua é baseado numa programação (um dos tipos de interação proposto pelo sociosemiótico Eric Landowski [2014]) que destina o exercício da masculinidade normativa. Um dos aspectos dessa masculinidade é a capacidade de exercitar a violência de forma visível e coletiva, diferente da violência doméstica. E enquanto a mulher vítima de violência doméstica tem seu agressor reconhecido como culpado, a vítima de assédio de rua é frequentemente considerada a própria responsável pela violência sofrida (Faria, Castro, 2014).

A maior parte do assédio acontece à luz do dia. Uma possível explicação para isso é a sensação de impunidade ou até a não-consciência sobre o caráter de violência do assédio. O assédio pode ser feito abertamente, à vista de todos. Também a ausência de reação individual (por medo) e coletiva (por naturalização do assédio ou insensibilidade aos seus efeitos) faz com que continue sendo realizado sem maiores constrangimentos.

## 5 Considerações finais

O principal objetivo deste artigo foi traçar um perfil do assédio sexual de rua em Curitiba a partir de dados apresentados pelo mapa *Chega de Fiu-Fiu*. O estudo mostrou que, ao menos segundo os registros do mapa, o nível de renda dos bairros ou índices de outros tipos de violência não são fatores de influência. Isso reforça a ideia, desenvolvida em outros estudos, de que o assédio sexual é uma violência de gênero, transversal às diversas camadas sociais. Sua lógica não obedece àquela que determina ou influencia outros tipos de violência. O enfrentamento, portanto, tem a ver com ações educativas e de comunicação, e não apenas jurídicas ou de policiamento.

Dentre os exemplos de ações de comunicação estão as iniciativas que, conforme mencionado no início, desnaturalizam este tipo de violência. Ferramentas como o mapa *Chega de Fiu-Fiu* cumprem não apenas esta função, mas também oferecem dados sobre o assédio, tanto quantitativos quanto qualitativos, oriundos dos depoimentos registrados pelos usuários (cuja análise está sendo contemplada em outra etapa da pesquisa).

Apesar de sua importância, o mapa *Chega de Fiu-Fiu* é uma iniciativa do terceiro setor, com a qual a população colabora. Ainda falta uma maior participação do Estado na promoção de outras campanhas e ações educativas. Mas enquanto não recolhe os próprios dados, a observação de cenários construídos colaborativamente pode ser um bom ponto de partida para o trabalho do governo municipal.

## Bibliografia

- Baggio, A. T. (2015, Setembro). Não fala com estranhos, mas "canta" as estranhas: perfil do assédio em Curitiba a partir do mapa colaborativo "Chega de Fiu-Fiu". Anais do Encontro de Pesquisa em Comunicação, Curitiba, PR, Brasil, 7. Curitiba: UFPR. Disponível em: <[http://www.enpecom.ufpr.br/arquivos-2015/ANALIS\\_VII\\_ENPECOM.pdf](http://www.enpecom.ufpr.br/arquivos-2015/ANALIS_VII_ENPECOM.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- Baggio, A. T. (no prelo). Assédio sexual de rua: uma abordagem a partir dos regimes de interação.
- Centro é o bairro mais violento de Curitiba em 2017, conforme Mapa do Crime. (2017, Maio 2). G1 Paraná RPC. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/centro-e-o-bairro-mais-violento-de-curitiba-em-2017-conforme-mapa-do-crime.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- Faria, J. de, Castro, B. (2014). Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher. São Paulo: Companhia das Letras.
- Landowski, E. (2014). Interações arriscadas (L. H. O. da Silva, Trad.). São Paulo: Estação das Letras e Cores, CPS.
- Macedo, R. (2017, Outubro 10). De modelo a defasado: o declínio do sistema de ônibus de Curitiba. Gazeta do Povo. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/de-modelo-a-defasado-declinio-do-sistema-de-onibus-de-curitiba-eiptbg8t5o8ks4uv419gaczg1>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- Ministério Público do Estado do Paraná. (2015). Violência doméstica contra a mulher – Relatório de Estatísticas. Curitiba: Autor.
- Olga. (2014). Chega de Fiu-Fiu. São Paulo. Mapa em website. Disponível em: <<http://chegadefiu.com.br>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- Piva, N. (2016, Outubro 28). É preciso pensar as cidades para as mulheres. Gazeta do Povo. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/e-preciso-pensar-as-cidades-para-as-mulheres-6x6el1ebcl0zjoex2ifimimqa>>. Acesso em: 2 jul. 2017.
- Prefeitura Municipal de Curitiba, Ippuc. (2012). Rendimento: comparação Curitiba 2000 e 2010; comparação entre capitais; análise por bairro. Curitiba: Ippuc.
- Think Olga. (2014, Abril 22). Conheça o Mapa Chega de Fiu-Fiu. Olga. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2014/04/22/conheca-o-mapa-chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- Threats. (2018, Janeiro 4). Dados gerais sobre o Brasil [Planilha de Excel]. Disponível em: <<http://chegadefiu.com.br/api/threats.xls>>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- Solnit, R. (2016). A história do caminhar (M. C. Zanini, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

# Discursos y proyectos migratorios en la Región Metropolitana de Chile: aportes para reflexionar sobre la articulación entre gobernanza y subjetividades diversas

**Speeches and migratory projects in Metropolitan Region of Chile: contributions to reflect on the articulation between governance and diverse subjectivities**

Ximena Andrea Poo Figueroa<sup>32</sup>

**Resumen:** Las políticas municipales son relevantes para el orden territorial en Chile. En ese contexto, el Departamento de Extranjería y Migración del Ministerio del Interior y Seguridad Pública otorga desde 2015 el Sello Migrante a las comunas que declaran cumplir con los requisitos necesarios para declararse como espacios inclusivos y libres de discriminación. Esta es una aproximación a los discursos que las Municipalidades han comenzado a instalar para cumplir con compromisos internacionales que promueven buenas prácticas en territorios modificados por la migración. Se observan discursos que privilegian el concepto de integración por sobre el de interculturalidad. Salvo la noticia que informa sobre el Sello Migrante son pocas las Municipalidades que han logrado instalar un sistema administrativo y comunicacional adecuado a la ideología pro migratoria declarada.

**Palabras Clave:** Migración, Municipalidades, discursos

**Abstract:** Municipal policies are relevant to the territorial order in Chile. In this context, the Immigration and Migration Department of the Ministry of the Interior and Public Security grants the Migrant Seal since 2015 to the communes that declare to comply with the necessary requirements to declare themselves as inclusive and free of discrimination. This is an approximation to the speeches that the Municipalities have begun to install to comply with international commitments that promote good practices in territories modified by migration. Discourses are observed that privilege the concept of integration over that of interculturality. Except for the news that informs about the Migrant Seal, there are few Municipalities that have managed to install an administrative and communicational system adequate to the declared pro-migratory ideology.

**Key words:** Migration, Municipalities, speeches

## 1.- Introducción

Las Región Metropolitana (RM) chilena, en donde se ubica su capital, Santiago, se ha ido transformando en un lugar significativo para la inmigración de la última década (especialmente latinoamericana y caribeña). Se trata de una RM dividida territorialmente en comunas, ricas y pobres, y que hoy sostiene una población inmigrante latinoamericana y caribeña que desafía a las gobernanzas locales con discursos de integración que buscan materializarse en las vidas cotidianas por la vía administrativa que privilegia la inclusión por sobre el diálogo intercultural (crítico, político y horizontal).

<sup>32</sup> Doctora en Estudios Latinoamericanos, académica del Instituto de la Comunicación e Imagen de la Universidad de Chile, Chile, xpo@uchile.cl

Así, y por lo general, para reconocer un territorio en que se basa un proyecto migratorio se tienen en cuenta dos variables; población residente inmigrante y prácticas laborales (comercio, servicio). Ambas pueden coincidir en un mismo espacio o bien estar disociadas (trabaja en un territorio pero reside, utiliza una vivienda, en otro). Dos variables que se sostienen a nivel administrativo (municipal) y subjetivo (vida cotidiana), estructurándose de acuerdo con el contexto de gobernanza que comienza a generar y reproducir relatos perfiladores de discursos pro-migratorios, con enfoque derechos con un encuadre restrictivo y supeditado a una legislación obsoleta.

## 2.- Objetivos

Esta ponencia está destinada a abrir la reflexión sobre los discursos explícitos e implícitos que se organizan en contextos migratorios diversos en la Región Metropolitana, donde se ubica la capital de Chile, a partir de los programas pro integración que sostienen las Municipalidades certificadas con Sello Migrante, otorgado el por Departamento de Extranjería y Migración del Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Se caracterizará este Sello Migrante para luego dar a conocer algunos casos representativos de lo que significa este Sello para la gobernanza y su articulación con la vida cotidiana. En consecuencia, el siguiente objetivo es analizar la incidencia que este Sello Migrante ha tenido a nivel comunicacional de cada portal municipal en tanto los relatos que porta el discurso pro integración que, por lo general, privilegia políticas subsidiarias (inherentes al modelo neoliberal) y estrategias de inclusión verticales por sobre articulaciones interculturales horizontales.

## 3.- Fronteras al interior del territorio: un enfoque crítico a los emplazamientos

Los inmigrantes se organizan en un “espacio de juego”, en donde las relaciones urbanas son “estructuras estructurantes, puesto que proveen de un principio de vertebración, pero no aparecen estructuradas –esto es, concluidas o rematadas-, sino estructurándose, en el sentido de estar elaborando y reelaborando constantemente sus definiciones y sus propiedades, a partir de los avatares de la negociación ininterrumpida a que se entregan unos componentes humanos y contextuales que rara vez se repiten” (Delgado, 1999).

Un “espacio de juego” en una ciudad como Santiago y en un centro urbano capitalino en constante movimiento de sentidos; una ciudad y un centro urbano que podrían ser leídos como “heterotópicos” por quienes buscan aquí mejores condiciones y posibilidades de vida. Una búsqueda que tiene consecuencias directas en el espacio público, en el privado y en el social en el que intervienen, resignificando lo que Foucault llama la “ciudad heterotópica”, diversa y desigual (Foucault, 1984). En consecuencia, los juegos de frontera en la ciudad, donde la exclusión y el poder institucional tensionan el concepto de identidades (Hall), remiten a dualidades que permitirían, en grados diversos y dispersos, puntos de (des)encuentros, aludiendo a que “las identidades se construyen a través de la diferencia, no al margen de ella (...)” (Hall, 2003).

Comunas como Santiago, Estación Central, Quilicura, Recoleta, Independencia y Quinta Normal son solo algunas de las zonas que han ido adquiriendo una significativa presencia migratoria, transformándose en zonas de contacto o bien en zonas de incipiente relación intercultural. De acuerdo al Reporte Migratorio del Departamento de Extranjería y Migración del Ministerio del Interior y Seguridad Pública chileno (DEM, 2017), “los permisos de Permanencia Definitiva (PD) suponen un proyecto de residencia de mediano o largo plazo y nos permiten establecer tendencias en cuanto a la población extranjera que se ha asentado en el país. Entre los años 2005 y 2016 en Chile se otorgaron 324.932 Permanencias Definitivas (PD) a un total de 323.325 personas”.

En cuanto a la distribución geográfica de las personas migrantes, el Reporte informa que “se observa que las regiones de residencia declaradas por las personas al momento en que se le otorga una Permanencia Definitiva, se visualiza como principal zona de residencia la Región Metropolitana, con un 63,6%. Luego figuran las regiones del norte del país: en Antofagasta reside el 12,6% de las personas y en la región de Tarapacá el 7,6%. Por otra parte, si se observan las tendencias de los cinco países principales en términos de la cantidad de personas que obtuvieron una PD en los distintos años de este reporte, entre los años 2010 y 2016 se observa un importante crecimiento de Colombia, Venezuela y Haití, que para el año 2010 contaban con 1.081, 333 y 81 PD, pero que para el año 2016 alcanzaron los 12.155, 3.699 y 3.646 personas, respectivamente. En el caso de Colombia este crecimiento le permite consolidarse como la segunda comunidad con mayor cantidad de PD otorgadas en años recientes”.

En cuanto a los países de origen de las personas a quienes se les otorgó PD, el Reporte agrega que “se observa que entre las diez comunidades principales en el período entre 2005 y 2016 la comunidad que recibió más permisos fue la peruana, con 123.401, equivalente a un 38% de las personas. En un segundo orden de prevalencia figuran Bolivia, con el 13,5% y Colombia, con el 13% de los permisos”.

En tanto espacios, recurrimos a Tello para señalar que “al reconocerlos, simbolizarlos, utilizarlos y apropiarnos de ellos, construimos el marco cultural donde se desarrollan estas múltiples relaciones que al mismo tiempo hacemos y rehacemos bajo pautas y saberes también construidos y reconstruidos constantemente como proceso cultural” (Tello, 2005). En ese contexto, se yuxtaponen dos formas en dos niveles distintos, pero articulados, de ir comprendiendo y sosteniendo territorios como espacios migratorios a partir de los relatos que se movilizan para ir dinamizando discursos diversos. Lo que sigue se centra en el nivel discursivo de las políticas públicas-municipales.

El espacio va, por lo tanto, siendo apropiado o utilizado para configurarse en un territorio dotado de normativas administrativas y códigos de uso cotidiano, subjetivos y materiales. En ese territorio conviven lo residual, lo emergente y lo dominante tanto a nivel del espacio reconocido como a nivel de espacio en construcción desde el viaje migratorio que se cruza con el viaje de quienes ya habitaban ese espacio. En consecuencia, ese espacio se vuelve más denso y complejo.

La red primaria que sostiene a colectivos de inmigrantes está determinada por lazos de parentesco, amistad, afectos, que se cruzan con los lazos laborales para “enganchar” desde el país de origen a quienes deciden seguir el viaje migratorio de quienes viajaron primero. Esa red es posible de rastrear en barrios específicos de la Región Metropolitana porque la red primaria implica una serie de elementos a considerar: afectos, cercanía a lugares de trabajo o zonas de contacto para acceder a uno, confianza y sujetos que ven en la inmigración un negocio y, por lo mismo, ofrecen viviendas (deterioradas, la mayoría) a quienes van a generar espacios de solidaridad y pertenencia en poco tiempo, fidelizando formas de considerar la vivienda.

En ese sentido, y siguiendo a Capel, “la experiencia del sujeto es, pues, fundamental en la construcción de la imagen de la ciudad” (desde el momento previo al viaje hasta su instalación y proyección) en relación con “la formación de las imágenes mentales en función de las acciones del sujeto. Estas acciones del sujeto llevan a la utilización de determinadas formas urbanas, las cuales son percibidas por ello con una mayor nitidez debido precisamente al hecho de su asociación con una actividad concreta” (Capel, 1997).

#### **4.- Sello Migrante: representaciones del discurso de integración (casos)**

De acuerdo con la Asociación de Municipalidades de Chile (AMUCH), para el caso de la RM, se declara en su portal que “podemos observar que en la mayoría de los colectivos la primera preferencia en comuna de asentamiento se encuentra en la Región Metropolitana, salvo en el colectivo boliviano, donde las cinco primeras comunas de preferencia se encuentran en el norte grande del país (...). Esta creciente heterogeneidad en la entrega de Permanencias Definitivas a población migrante en términos de nacionalidad, pero también en otras características como niveles de educación y género, hace que las respuestas locales a la migración no puedan ser homogéneas. Los gobiernos locales están cada vez más enfrentados a tener que dar respuesta a población diversa. Estas respuestas deben tender a la integración de la población migrante. Sólo de ese modo tanto la localidad como el extranjero podrán beneficiarse del proyecto migratorio” (Silva, 2017). Este fragmento da cuenta de un programa donde se otorga relevancia a “integración” y “beneficiarse” en un territorio ya demarcado socialmente por las clases que lo componen. El sector oriente de la RM es aquel que concentra a la población de clase media-media alta (donde los municipios disponen de mayores recursos, incluso a nivel nacional), mientras que el sector, central y poniente se compone de una clase social media-media baja y baja.

Teniendo en cuenta lo anterior, el DEM decidió desde 2015 otorgar a las municipalidades con buenas prácticas migratorias el Sello Migrante, un certificado que reconoce las políticas de integración a nivel administrativo y permite hacer un seguimiento a los planes de gestión de acuerdo con un modelo que, como veremos, más bien privilegia la inclusión por sobre la diversidad del diálogo intercultural en el que los inmigrantes se puedan transformar en actores políticos y sociales clave. Se trata más bien de políticas subsidiarias para mantener cierto orden social bajo el control que supone el diálogo intersectorial. En ellas el discurso de las políticas potencia el papel del mediador y de la instalación de una oficina, siendo que la mayoría de los municipios que han adquirido el Sello cuentan a lo más con dos funcionarios para ser efectiva la política (el Sello certifica, pero no obliga, es voluntario y su implementación queda al arbitrio de las autoridades locales).

Los requisitos que una Municipalidad debe cumplir para adquirir el Sello Migrante (Silva, 2017) son (la mayoría se declaran para cumplir con tratados internacionales vigentes):

1- Requisito de contar a nivel municipal con una institucionalidad que se haga cargo de la migración. El sello migrante busca que las municipalidades creen o fortalezcan, ya sea un programa, una oficina o un equipo profesional destinado al trabajo con población extranjera. Se pretende promover procesos inclusivos, otorgar información y propender a la participación de la población migrante. Todo esto se sustenta en las directrices del instructivo presidencial N° 5 del año 2008.

2. Requisito de contar con un plan comunal de capacitación a las y los funcionarios públicos. Lo que se espera es que los funcionarios municipales estén habilitados en temas de migración, interculturalidad e inclusión. Esto supone que se forme a “formadores” municipales.

3. Requisito de tener políticas públicas locales inclusivas. El contar con este tipo de políticas es un paso para la igualdad de oportunidades, derechos y obligaciones entre los vecinos de la comuna. Para la elaboración de dichas políticas se puede contar con las propuestas del Consejo técnico de Política Migratoria. Este requisito está fundado en la Ley 20.609 de Antidiscriminación.

4. Requisito de contar con planes de regularización. Este requisito busca promover la regularidad migratoria a través de programas específicos en áreas como educación y salud. Una base para esto es el Instructivo presidencial N° 5 y los convenios sectoriales y tratados internacionales.

5. Requisito de apoyo a la asociatividad y participación de la población migrante. Lo que se busca es facilitar y fomentar la asociatividad de la población migrante, junto con su participación en las decisiones locales.

A continuación se despliegan algunos fragmentos de las noticias vinculadas a Sello Migrante de comunas de la RM, recogidas en portales de Municipalidades que han asumido este desafío.

#### **a) Lanzamiento de Sello Migrante**

“Con la presentación del músico Juan Ayala (ex Juana Fe) acompañado por un grupo de niños migrantes de la escuela República de Paraguay interpretando la canción “Yungay”, el Departamento de Extranjería del Ministerio del Interior y Seguridad Pública dio el vamos al lanzamiento del Sello Migrante, una certificación oficial que el gobierno entrega a aquellos municipios que trabajan con una perspectiva intercultural (...).” En <http://www.extranjeria.gob.cl/noticias/2015/10/09/gobierno-lanza-sello-migrante-para-municipalidades-que-trabajan-la-interculturalidad-e-inclusion-de-migrantes/>

#### **b) Municipalidad de Estación Central**

“Gracias al trabajo realizado por los equipos de la Dirección de Desarrollo Comunitario, Estación Central fue certificada como una comuna intercultural, reconocida por su hospitalidad y acogida. Además, fue destacado su desarrollo de políticas inclusivas; programas que promueven la regularidad de los migrantes y el favorecimiento de la asociatividad y participación de las comunidades extranjeras”. En: <http://municipalidadestacioncentral.cl/estacion-central-es-la-primer-comuna-de-chile-en-recibir-sello-migrante/> y <http://municipalidadestacioncentral.cl/direccion-de-desarrollo-comunitario/>

#### **c) Municipalidad de Santiago**

“El Sello Migrante, que le permitirá a la Municipalidad de Santiago obtener la certificación que ya poseen los municipios de Quilicura, Estación Central y Peñalolén. El objetivo de esta distinción es crear y fortalecer la institucionalidad municipal necesaria para ejecutar planes, programas y proyectos orientados a la atención e inclusión de la población migrante, promoviendo así la interculturalidad y reconociendo el aporte que las distintas comunidades pueden hacer al país y a su sociedad (...).” En <http://www.municipalidaddesantiago.cl/municipio-firma-carta-de-compromiso-del-sello-migrante-y-da-a-conocer-lineamientos-de-su-oficina-migrantes/> y <http://www.munistgo.info/dideco/20.php>

#### **d) Municipalidad de Macul**

“Este jueves, en la explanada del edificio municipal Raúl Silva Henríquez, el alcalde de Macul Gonzalo Montoya Riquelme y el director del Departamento de Extranjería y Migración (DEM) del Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Rodrigo Sandoval, firmaron la carta de compromiso del Sello Migrante, certificación otorgada por el Gobierno de Chile a los municipios que trabajan con perspectiva intercultural. Tras la firma, el alcalde Gonzalo Montoya señaló que “Hoy, con la firma de la carta de compromiso por el Sello Migrante, nuestra comuna da un paso fundamental para avanzar en políticas de inclusión. Nuestro objetivo es hacer de Macul una comuna inclusiva, intercultural, tolerante y respetuosa, donde exista un espacio para cada una de nuestros vecinos y vecinas”. En <https://www.munimacul.cl/portal/?p=5958>

#### **e) Municipalidad de Quilicura**

“Somos una comuna diversa que promueve la multiculturalidad. A través de la Oficina de Migrantes y Refugiados, apoyamos a quienes llegan a vivir a nuestra comuna, facilitando su inserción social y asegurando el respeto de sus derechos fundamentales, mediante programas que proporcionen una adecuada información, orientación, asesoría, acompañamiento y vinculación con diferentes redes de apoyo. En ese sentido, se ha trabajado para mantener y aumentar las redes de colaboración con diferentes instituciones y organismo que permiten apoyar esta tarea, tales como actores del mundo académico, ONG, fundaciones, agencias internacionales de las Naciones Unidas, además de la gestión interinstitucional. Gracias a la gestión impulsada por el alcalde Juan Carrasco, contamos con dos grandes reconocimientos: “Ciudad Solidaria” por ONU, a través de ACNUR y “Sello Migrante” por parte de Departamento de Extranjería del Ministerio del Interior”. En <http://www.muniquilicura.cl/migrantes-y-refugiados/>

#### **f) Municipalidad de Recoleta**

“En el marco de la celebración del Día Internacional del Migrante, el Departamento de Extranjería y Migración (DEM) del Ministerio del Interior y Seguridad Pública, reconoció la labor de la comuna de Recoleta en favor de su población extranjera residente y se comprometió a entregar el “Sello Migrante”, compromiso que fue firmado por el alcalde Daniel Jadue y el Jefe Nacional del organismo, Rodrigo Sandoval. Una ceremonia que se realizó en el Zócalo del municipio y que contó con diferentes actividades y muestras artísticas a cargo de agrupaciones migrantes (...). Por su parte, el alcalde Jadue, se mostró orgulloso de firmar este acuerdo, que se suma a la ayuda y aporte que ha realizado la Municipalidad de Recoleta en materia de salud, educación y vivienda, que ya ha beneficiado a más de 100 familias migrantes y de escasos recursos. En <http://www.recoleta.cl/municipalidad-firma-acuerdo-de-sello-migrante-con-el-dem/> y <http://www.recoleta.cl/category/migrantes/>

### **5.- Análisis de fragmentos discursivos**

A la luz de los fragmentos presentados por cada Municipalidad elegida de las comunas de la RM seleccionada se puede apreciar, fundamentalmente, que:

- 
- Existe una intencionalidad explícita por acogerse a la iniciativa del DEM que otorga el Sello Migrante.
- Se constatan programas transversales enunciados en todos los casos, pero al revisar cómo ese discurso se materializa en cada uno de los portales hay diferencias notorias entre ellos (representaciones de las estructuras administrativas para concretar políticas migratorias a nivel de gobernanza). Es decir, existen municipios que han creado oficinas especiales y otros que han decidido que el tema sea abordado transversalmente, por lo que no se pueden encontrar las políticas específicas en los portales, diluyéndose la intencionalidad política.
- A nivel ideológico es “políticamente correcto” para las Municipalidades constituirse en espacios de gobernanza que promuevan buenas prácticas migratorias. Alcaldes, tanto de derecha como de izquierda, asumen discursivamente la migración como un “fenómeno”, un “desafío”, para –sin decir explícitamente que el fin último es mantener el orden social– del que todos debemos hacernos responsables (pese a que Chile no se ha dotado de un Estado de bienestar). Nadie habla de la migración como un “problema” y tampoco se dice en portales o fragmentos de noticias que en Chile la discriminación y el racismo si son problemas que enfrentar drásticamente. Todos los alcaldes hablan de asumir con “orgullo” el Sello Migrante.
- Por lo general, los Municipios fortalecen los discursos de integración relacionados con aculturización e inclusión por sobre la interculturalidad efectiva (pese a que todos invocan el concepto “intercultural”).

- Si se actualiza la información contenida en los portales, se observa que no hay mayor seguimiento a las políticas migratorias (gobernanza) en la mayoría de ellos, y el Sello Migrante se limita a planes acotados sobre inclusión y no discriminación

## 6.- Reflexiones finales

La inmigración apreciada en la Región Metropolitana de Chile ha derivado en un “desafío” para la gobernanza que se expresa en políticas y programas específicos –dirigidos o transversales- que ejecutan las Municipalidades a través de diversos dispositivos. Estos dispositivos dan cuenta de una ideología verificable a través de relatos que se constituyen en discursos que luego son validados desde el nivel estatal con la certificación de Sello Migrante.

Los fragmentos discursivos extraídos de las noticias relacionadas con el Sello Migrante –instalados en portales municipales elegidos- tienen como denominador común el “orgullo” de acceder a este Sello para promocionar los derechos en contextos migratorios y así promover un orden social que permita una vida cotidiana que se haga cargo de territorios sujetos a cambios sociales y culturales relevantes. El propósito final es disminuir al mínimo las posibilidades de conflicto social.

Los portales hablan al mismo tiempo de integración e inclusión, pero no de prácticas efectivas de interculturalidad a largo plazo. Los relatos y, en consecuencia, el discurso, son, no obstante, un primer paso –necesario y exigible en una democracia- para construir y habitar territorios urbanos desde el punto de vista administrativo y a partir de las subjetividades que estructuran las políticas y las dinámicas sociales que han surgido en un país como Chile, protagonista –desde hace unos 15 años y con mayor intensidad hace cinco- de un sistema migratorio intenso a nivel intraregional.

## 7.- Referencias bibliográficas

- Ballesteros, Víctor; Silva, Claudia (2017). Población migrante en Chile. Reportes Migratorios del Departamento de Extranjería y Migración, septiembre 2017. Disponible en: [http://www.extranjeria.gob.cl/media/2017/09/RM\\_PoblacionMigranteChile1.pdf](http://www.extranjeria.gob.cl/media/2017/09/RM_PoblacionMigranteChile1.pdf)
- Capel, Horacio (mayo, 1997). Los inmigrantes en la ciudad. Crecimiento económico, innovación y conflicto social. [En línea]. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. 3(1). Fecha de consulta: 7 de diciembre de 2017. Disponible en: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-3.htm>.
- Delgado, Manuel (1999). “Dinámicas identitarias y espacios públicos” en Revista CIDOB d’Afers Internacionals, núms.. 43-44, pp. 17-33. Barcelona: Fundación CIDOB, 1999.
- Foucault, Michel (1967). “Des espaces autres” (De los espacios otros), conferencia dictada en el Cercle des études architecturales, 14 de marzo de 1967, publicada en Architecture, Mouvement, Continuité, n 5, octubre de 1984. Traducida por Pablo Blitstein y Tadeo Lima. Fecha de consulta: 10 de octubre de 2011. Disponible en [www.urbanoperu.com/system/files/Foucault\\_De+los+espacios+otros.doc](http://www.urbanoperu.com/system/files/Foucault_De+los+espacios+otros.doc).
- Hall, Stuart (2003). “Introducción: ¿quién necesita identidad?”, en Stuart Hall y Paul du Gay (Comps.), Cuestiones de identidad cultural. Buenos Aires: Amorrortu.
- Silva, Claudia (2017). Capítulo 6. Modelos de gestión propuestos y modelos existentes en Chile para la gestión municipal: fortalezas y desafíos para el trabajo con población migrante internacional En La Migración Internacional. Disponible en: [http://www.extranjeria.gob.cl/media/2017/01/Libro\\_La\\_migracion\\_internacional-75-91.pdf](http://www.extranjeria.gob.cl/media/2017/01/Libro_La_migracion_internacional-75-91.pdf)
- Tello, Rosa. Espacios urbanos y zonas de contacto intercultural. En: Nash, Mary, ed.; Benach, Núria, ed. y Tello, Rosa, ed. Inmigración, género y espacios urbanos. Los retos de la diversidad. España, Bellaterra. 2005. p. 85-98. Serie General Universitaria N°44.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## Las territorialidades barriales y sus espacios de creación

**Neighborhood territorialities and his creation spaces**

**As territorialidades do bairro e seus espaços de criação**

*Eduardo Álvarez Pedrosian<sup>33</sup>*

**Resumen:** En esta ponencia proponemos una reflexión conceptual sobre la condición de lo barrial en la ciudad contemporánea, como nudo donde convergen problemáticas de la comunicación, el espacio público y la ciudad. Planteamos concebir las territorialidades barriales en función de un diseño específico de subjetividad y sus mediaciones.

**Palabras Clave:** Territorialidades Barriales, Subjetividad Urbana, Creatividad.

**Abstract:** In this dissertation, we propose a conceptual reflection about the condition of the neighborhood in the contemporary city, like a node when the problematic of communication, public space and the city its encounter. We expose one conception of neighborhood territorialities on function to specific design of subjectivity and his mediations.

**Keywords:** Neighborhood Territorialities, Urban Subjectivity, Creativity.

---

### INTRODUCCIÓN<sup>34</sup>

Ante la crisis permanente en la que se encuentran instaladas las grandes urbes contemporáneas, se apela constantemente a lo barrial como espacio de vida, incluso como patria (Delgado, 2018). Para la cultura iberoamericana se trata de una concepción de lo urbano medular, heredera de la tradición grecolatina y la modernidad, sincretizadas en muchos casos con las formas de habitar de las sociedades originarias en el continente americano, diversificadas con la llegada de migrantes desde diferentes procedencias a escala intercontinental.

Para quienes estamos interesados directamente en las formas de subjetivación urbana, la cuestión de lo barrial es, por tanto, central. Pero, ¿qué es un barrio? O más precisamente desde nuestro punto de vista: ¿qué es una territorialidad barrial? Intentaremos esbozar una propuesta teórica de cómo concebir esta dinámica, un proceso de producción de subjetividad particular, tan valioso para la renovación urbana y la recreación de formas de vida que nos afecta a todos sin distinción.

Lo que resulta hasta sorprendente, por lo menos desde el caso uruguayo, es la omnipresencia de la denominación de "barrio" para concebir cualquier tipo de territorio en principio residencial. La cosa llega incluso a situaciones extremas: habitantes de urbanizaciones cerradas se dicen vivir en "barrios privados" en un fenómeno de "segregación por elección" (Falero, Blanco Latierro, Pérez y Soto, 2016). Habitantes de zonas semi-rurales de larga tradición productiva también se refieren al barrio para hablar de lo que consideran su entorno más próximo. Asentamientos irregulares se autodenominan así o son formalizados por las autoridades territoriales en esos términos. ¿Puede haber algo en común entre todas estas variedades de territorios y territorialidades? Creemos que sí, o más bien,

<sup>33</sup> Eduardo Álvarez Pedrosian. Laboratorio Transdisciplinario de Etnografía Experimental (Labtee), Facultad de Información y Comunicación, Universidad de la República (FIC-Udelar), Uruguay. Pos-Doctor en Antropología (USP). Correo: eduardo.alvarez@fic.edu.uy

<sup>34</sup> Esta propuesta surge en el marco del trabajo colectivo en el Núcleo Interdisciplinario *Territorialidades Barriales en la Ciudad Contemporánea* (Núcleo Tebac, Espacio Interdisciplinario - Universidad de la República), y en especial en la experiencia conjunta con el Observatorio Antropológico del Conflicto Urbano (OACU - Universidad de Barcelona) coordinado por Manuel Delgado. Juntos llevamos a cabo el curso *Reinventando la ciudad* en la Maestría en Psicología Social (FP-Udelar), Montevideo, diciembre de 2017.

es posible precisar un tipo de fenómeno que se produce en determinado rango de variaciones, aunque esta sea infinita en potencia, al mismo tiempo que finita en su actualización concreta. Existen por tanto infinidad de barrios y barrialidades posibles, pero también existen muchas otras espacialidades que no son barriales, incluso los componen como factor más o menos conflictivo en su territorialidad. ¿Cómo precisar entonces esta distinción? Consideramos que la dimensión comunicacional nos ayuda en tal sentido, y una que se establece en el diálogo con la antropología y la arquitectura para pensar desde la espacialidad y la temporalidad como sustratos de la producción de subjetividad.

## 2 ESPACIALIDADES DE PROXIMIDAD

Lo barrial es un tipo de espacialidad de la proximidad, elaborada durante miles de años, que llega a nuestros días y sigue siendo referencia ineludible en la concepción de lo territorial para el habitante de la ciudad contemporánea, y más allá, para el sujeto construido como ciudadano. No es una condición trascendente, por tanto es contingente, híbrida y precaria. Ha ganado escalarmente en presencia en las "narrativas mediáticas" (Rincón, 2006), así como la temática de las formas de habitar en otras dimensiones o esferas. Se ha convertido hace tiempo en mercancía, a través del cine, la música, la televisión principalmente, todo lo cual se ve potenciado en el ciberespacio.

Como hemos planteado en otra ocasión en relación a la producción de territorios y territorialidades, y siguiendo el análisis de Delgado en relación a la conflictividad inherente a la noción y producción de "espacios públicos" (Delgado, 1999), tras ellos se esconde una esencialización estructural: se trata de la conjunción de espacios y públicos, los cuales, a su vez, son plurales (Álvarez Pedrosian, 2014). Seguidamente, pensar este espacio se convirtió en una suerte de legislación del buen vivir, un tipo de filosofía del civismo, aquella que no reconoce lo conflictivo latente en lo social y su necesario despliegue en la inmanencia de lo cotidiano (Delgado, 2007).

¿De qué proximidad estamos tratando? De la socio-territorial en un primer término, la de las tramas de mediaciones constitutivas de nuestras subjetividades como habitantes de tal o cual territorio existencial, surcado por procesos locales, regionales y globales en forma multi-escalal (Álvarez Pedrosian, 2016). La crisis de la ciudad capitalista pone nuevamente en evidencia la compleja y delicada trama de la vida, expresada en la forma de urbícolas que nuestra especie ha adoptado, según los arqueólogos cada vez más tempranamente. El "sinecismo" emerge desde la condición de vivir juntos, de allí la "primacía de lo urbano" que dinamizó, potenció y terminó con ello por transformar a nuestros antepasados remotos (Soja, 2008). Los ambientes de las afueras de las murallas del poder central de la ciudad antigua, eran barrios, donde residía la muchedumbre, el pueblo, los desamparados, ese "todos incontable" que atemoriza (Rancière, 1996), amasándose desde entonces e incluso antes. Heredado del árabe hispánico, etimológicamente barrio viene de "lo exterior", y este del árabe clásico "lo salvaje", según lo indica la RAE. Incorporados en una ciudad moderna plagada de contradicciones, los barrios se convierten en el corazón mismo de la urbanidad tal cual lo conciben habitantes en sus más variadas actitudes (Gravano, 2003), desde actores políticos incluso confrontados. El diseño que ha adoptado este intersticio espacio-temporal no es cualquiera. Cuando nos referimos a lo barrial estamos apelando a ello, desde todas las posiciones posibles. La proximidad no es continua, el intermedio espacial no es lineal. La forma más rica y compleja que esto adopta según los parámetros culturales vigentes en la más amplia gama de posiciones y perspectivas, de un sujeto habitante entre un adentro y un afuera inmediatos, es la de lo barrial.

## 3 INMANENCIA DE LO VIVO Y CREATIVIDAD EN LA CIUDAD

Vivimos en ciudades hace milenios, pero vivimos de formas urbanas en completamente todo el planeta desde la revolución de las comunicaciones. Lo urbano como forma de vida, como máquina de subjetivación, nos ha ido moldeando, al planeta e incluso más allá. "La ciudad produce el destino de la humanidad, tanto sus promociones como sus segregaciones, la formación de sus élites, el porvenir de la innovación social y de la creación en todos los dominios." (Guattari, 2008, p. 226). Cuando descendemos a lo molecular de la ciudad, nos encontramos con las tramas de prácticas materializadas según formas de expresión particulares, reconociendo las más auténticas para los residentes, aquellas que tienen nombre propio, son objeto de identificación por ellos, se les rinde culto y devoción en canciones, escritos y filmes. Como anotamos en un principio, el barrio puede ser la patria, la cuna primordial (Delgado, 2018). Logra esta condición por ser, más ampliamente, lo que corresponde con el plano de inmanencia de la subjetividad, la vida cotidiana del habitar (Heidegger, 1994; Álvarez Pedrosian y Blanco Latierro, 2013).

Esta cualidad de la inmanencia de lo vivo, nos lleva a la comunicación como dimensión de los flujos, de las mediaciones. Para nuestra tarea crítico-comprensiva, resulta fundamental enfrentarse ante la esencialización que genera lo barrial, por todo lo planteado anteriormente. Una suerte de "postal de la edad de oro" lleva recurrentemente a todo

habitante adulto a idealizar el territorio más cercano de crianza y conformación de su personalidad e identidad. Lo mismo puede ocurrir para teorías sociales y de la comunicación si no se cuidan de ser succionadas por esta inmanencia radical, de la que formamos parte todos, en la forma de la "comunidad local" (Tapia, 2013). Es lo que Lefèvre (1978) llamó "ideología barrial". Las tomas de distancia y problematizaciones nos hacen relativizar esta suerte de naturaleza, pero no dejando de captar el sentido para los involucrados, con una objetivación de tipo antropológica. Los barrios son imaginariamente idealizados como el espacio-tiempo de la génesis subjetiva de cada uno, y de hecho lo es, pero esto es "más allá del bien y del mal" al decir nietzscheano, con sus virtudes y sus defectos, todo aquello que es asociado a la falta de convivencia, la violencia y todo lo contrario al cuidado como eje del habitar (Heidegger, 1994). En el caso montevideano, visto a escala rioplatense, el imaginario social urbano que refiere a fines del XIX y principios del XX, tangüero, de la miseria en conventillos y pensiones, inmigrantes del Viejo Mundo a gran escala y la explosión industrial que da origen a la clase trabajadora, sigue vigente entre otros más recientes y de menor intensidad.

El residir, también, no es la única forma de habitar. La relación entre forma y función en lo relativo al diseño arquitectónico, es importante para pensar otro urbanismo, ligado a las prácticas de los habitantes. Es así que no solo tenemos barrios donde residimos, es decir dormimos y tenemos nuestras cosas, así como estamos junto a quienes deseamos o con quienes no podemos dejar de estar (lo doméstico). Las escalas de área doméstica, localidad y zona (Kearns y Parkinson, 2001, p. 2104) se intercalan entre los habitantes. También tenemos un barrio donde trabajamos, otro donde estudiamos, etcétera. Nuestra condición afecta estructuralmente a los otros que comparten el entorno según otras prácticas. De esa forma los territorios urbanos adquieren una riqueza de textura maravillosa. La lógica del capital formatea el territorio, marcando tendencias y disponiendo las posibilidades genéricas, lo que ya se veía potenciado por la invención del damero en tanto malla reticular en principio indiferente, expandida por toda América Latina desde la proyección de los ideales europeos de la dominación colonial según las Leyes de Indias (Capel, 2002, pp. 179-220).

Es así que se puede pensar el palimpsesto territorial (Corboz, 2004) desde lo barrial, o sea, la topología multi-escalal, según prácticas y narrativas con sus géneros y estilos, definitorios de modos de existencia diferencialmente materializados. Una economía política urbana desciende a la micro-economía de lo barrial, sino olvidar los flujos transnacionales de la economía global del sistema-mundo (Marcus, 2001). Lo urbano es un entramado de prácticas constructivas-destructivas, gracias a materiales perecederos, todo lo que según Delgado (1999), reúne lo que hace posible lo social: "materia prima societaria" existiendo como "estructura estructurándose", al decir de Bourdieu. Este "magma social" es radicalmente creativo (Castoriadis, 1997), incluso en sus más estructuradas formas, sus rituales más reiterativos practicados hasta inconscientemente.

Las territorialidades barriales configuran espacios de creación en tanto determinan la conformación de la subjetividad urbana, le dan cabida en su seno. Esta capacidad y los productos generados pueden pasar más o menos desapercibidos, capturados incluso por el capital para convertirlos en mercancía, así como sostienen el habitar de todos nosotros. Del "derecho a la ciudad" a la "rebeldía" (Harvey, 2013), el malestar y el goce se entremezclan en nuestras ciudades contemporáneas. Lo cierto es que en los barrios es posible asistir a dinámicas innovadoras ante la crisis de "los comunes" (Montesinos Llinares y Campanera Reig, 2017), las atroces condiciones del capitalismo salvaje de los desahucios o desalojos, de la expulsión a las periferias pauperizadas de las grandes urbes. Vemos luego grandes producciones cinematográficas donde la miseria de estos tipos de barrios se convierten en los escenarios favoritos para fantasear con la muerte y el sexo. Como ha pasado por lo menos desde los primeros imperios y sus ciudades-Estado, el control aplastante de un territorio ante esa autoridad divina (hoy el capital), es seguido de una captura e incorporación de los elementos subyugados, pues en definitiva son lo que nutre el corazón mismo de ese territorio.

#### 4 PLIEGUE Y APERTURA: EL FLUIR DEL HABITAR URBANO

Lo barrial, por lo menos en la tradición grecolatina, es la construcción que "media" para el urbícola contemporáneo entre los ámbitos de intimidad y la esfera de lo público (Lefèvre, 1978; Delgado, 2018). Este "entre" se despliega, en forma contrastante, según una suerte de "inmediatez" por sucesión, o sea, según el pasaje más directo, lo co-extensivo, lo próximo. Pero no se trata de un entorno homogéneo, todo lo contrario. Más bien es un "espacio liso" (Deleuze y Guattari, 1997), siempre modelado por los estriamientos de todo tipo, pero donde los flujos se liberan a la inmanencia, lo que experimentamos cotidianamente deambulando por entre las calles, locales y plazas de un barrio, en el fluir del habitar urbano. Lo barrial o el "*neighbourhood effect*" (van Ham, Manley, Bailey, Simpson, MacLennan, 2013) se presenta como el agenciamiento -escenario activo, disposición práctica, clave para la acción- (Deleuze y Guattari, 1997) donde se llevan a cabo los mayores encuentros y se posibilita la comunicación entre los habitantes. Como hemos dicho, llama poderosamente la atención que se utilice el término "barrio" para describir espacios diseñados donde esta posibilidad está negada, como los "barrios privados" en Uruguay. Que un asentamiento irregular siempre recurra a esta

terminología es más esperable, entre las ansias de los pobladores y la operativa de las instituciones estatales y municipales. ¿Qué es lo que se busca significar, a pesar y gracias a tantas diferencias?

Podemos concebir al "nosotros" que se expresa en un barrio como el espacio donde pueden darse prácticas de encuentros, de comunicación, inevitablemente. Constituye la base para poder "hacer cosas juntos con", para pensar "lo común". El diseño del vínculo barrial ha adoptado la forma de un doble movimiento, a veces más acentuado uno que el otro, con sus correlatos arquitectónico-urbanísticos, para nada lineales. En un sentido, el repliegue de la intimidad se ve ampliado más allá, a una afuera abierto, donde rigen normas de lo público siempre en conflicto. También resulta una utopía pretender aislarse en una privacidad total, en lo que respecta a la intimidad hacia fuera: "no se puede no comunicar" al decir de Watzlawick (Winkin, 1994). Quedamos expuestos, sobre pasados por una realidad que nos evidencia lo precario del límite establecido con lo que pensamos es nuestro dominio absoluto, un espacio inviolable tras las paredes o las rejas. Esta misma exposición, que puede dar a vergüenzas y decepciones, es fuente de firmeza y voluntad en la apropiación de la calle, del espacio abierto de la polis. Es entonces cuando esa materialidad al parecer ajena, se hace propia para quienes allí se territorializan cotidianamente, adquiere una cualidad de lugar antropológico a los ojos de los demás que pasan por él o incluso se refieren a través de otros medios.

Lo barrial en cada caso etnográfico, debe ayudarnos a repensar la producción de subjetividad urbana a través de las mediaciones constitutivas de las territorialidades involucradas. Nos permite repensar la ciudad a partir de repensar lo íntimo, la generalidad de lo público, en fin, los diversos niveles, esferas y dimensiones que conforman una lógica compleja y rica en su constructivismo. El barrio puede ser pensado, por tanto, como la dimensión de los flujos de territorialización-desterritorialización, como expresión de la vida urbana, el paisaje de su habitar por excelencia. En él se encuentran, se traducen e intercambian lo abstracto y lo concreto, la forma y el contenido, el adentro y el afuera, lo que a su vez permite cuestionar binomios tales como los de global/local y espacio/lugar (Massey en Tapia, 2013).

## CONCLUSIONES: LAS MEDIACIONES DE UNA AUTONOMÍA VINCULANTE

Podemos comenzar viendo la tradicional dualidad adentro/afuera y un espacio-tiempo intermedio, un "entre" con pocas cualidades propias más que las de ser un medio por el que se trasladan seres y cosas. Pero como mediación, exige ser tratado ontológicamente de forma específica: conceptualizar lo que posee de calidad y problematizarlo. Se trata de un doble movimiento: uno de apertura y otro de recogimiento, que tienen como resultado lo concreto en lo cotidiano. Como tal apunta a la predecibilidad, por eso lo barrial es concebido y narrado recurrentemente como una esencialización. Existen variedades y variables múltiples que ponen al tipo de territorialidad siempre en circunstancia, incluso ante su misma condición de existencia.

Allí el debate: es lo más genuino de la ciudad, lo que la sostiene (Mayol, 1999), o se puede aspirar a otros diseños existenciales más allá del "arrago" de un lugar antropológico (Choay, 2009). Sin dudas es necesario pensar todo esto con el extrañamiento como para ver algo en ambas posiciones. Lo cierto es que tras esas formidables esencializaciones, donde se establece el escenario de nuestras vidas en su forma societaria más elemental, el barrio encierra el potencial radical de la creatividad. Si tenemos que imaginar mundos posibles, quizás no es la casa lo primero, o mejor dicho, si es una vivienda donde se proyectan todas las fantasías, deseos y aspiraciones de una "poética del espacio" (Bachelard, 2000), esta nunca viene sola, desprendida de un contexto inmediato. Ese territorio medio, es lo barrial, la comunicación misma entre los habitares de la intimidad y la esfera pública. No se trata de un ida y vuelta lineal, sino de una composición mediacional que produce un tipo de subjetivación: aquella en la cual el sujeto, el habitante, se encuentra a un mismo tiempo abierto a las circunstancias que lo superan y en la certeza de encontrarse en su hogar.

¿No es esto lo que está en el corazón de la crisis de la vida urbana, cuando se apela a la falta de vínculos de solidaridad, tejidos residenciales densos y diversos, una ciudad compacta sustentable, ante la proliferación de urbanizaciones cerradas, tecnologías de vigilancia y control en los espacios públicos, el aislamiento y la soledad contemporánea? Efectivamente. La cuestión pasa, entonces, por si estamos o no de acuerdo en que esta composición existencial, donde se produce una subjetividad a través del doble movimiento de sentirse como en casa un poco más allá de casa, es positiva para el tipo de vida que pretendemos afirmar. Existen otras formas de construirse como habitante, según otras maneras de comunicarse, tanto en expresiones como en contenidos, pero la insistencia de lo barrial, en la vida cotidiana en la ciudad como en las narrativas mediáticas involucradas, nos hace pensar que en ello se juega mucho en relación a las problemáticas de lo urbano. Un barrio puede ser una calle, parte de ella, un cruce de caminos, todo un complejo de manzanas con tipologías similares, un antiguo poblado convertido en parte de la trama más densa en el corazón de una metrópolis, etcétera, etcétera. Los barrios se superponen parcialmente, hay unos dentro de otros, los que existen para unos y no para otros. Pero en todo caso, constituyen la dinámica elemental de la comunicación urbana y por

tanto, la referencia como escenario y sentido de la vida en la ciudad presente en las diversas mediatizaciones generadas sobre ella, desde una noticia informativa en televisión abierta a géneros literarios y cinematográficos.

Lo cierto es que las territorialidades barriales producen y son producto del potencial intersubjetivo de sus habitantes, y cuanto más intensas son, más poderosas resultan. Esto puede alimentar y sostener democracias o no, siempre con la constante de un mercado inmobiliario y del suelo hegemonizando el control de la materialidad de la ciudad. Los barrios generan sujetos libres por la ciudad, en un sentido ideal. Sin miedo, con una seguridad en las calles y ante desconocidos a un tiempo que anclado en un entorno como el más propio de todos los que atraviesa y también habita en su movilidad soberana. Bastión final de resistencia para muchos, en condiciones extremas de ciudades tomadas por la lógica del capital contemporáneo, los procesos de subjetivación barrial parecen sostener la existencia de quienes de otro modo serían expulsados, excluidos de donde llevan adelante sus respectivas vidas y quieren seguirlo haciendo, así como de aquellos que gestan nuevos territorios donde sea posible hacerlo.

## BIBLIOGRAFIA

- Álvarez Pedrosian, E. (2016). Las tramas socio-territoriales en las que habitamos: aportes para pensar la composición urbana en clave comunicacional. *Informatio*, 21 (2), 69-87. En <http://informatio.eubca.edu.uy/ojs/index.php/Infor/article/view/189>
- \_\_\_\_\_. (2014). La gestación de un territorio o de cómo se teje la convivencia. Actas electrónicas del XII Congreso ALAIC. Lima: PUCP. En <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/Ponencia-%C3%81lvarez-Pedrosian-XII-ALAIC-Lima-2014.pdf>
- Álvarez Pedrosian, E. Blanco Latierro, M. V. (2013). Componer, habitar, subjetivar. Aportes para la etnografía del habitar. *Bifurcaciones. Revista de Estudios Culturales Urbanos*, 15. En <http://www.bifurcaciones.cl/2013/12/componer-habitar-subjetivar/>
- Bachelard, G. (2000). *La poética del espacio*. Buenos Aires: FCE.
- Capel, H. (2002). *La morfología de las ciudades. Tomo I: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Castoriadis, C. (1997). *El avance de la insignificancia. Encrucijadas del laberinto IV*. Barcelona: Pre-textos.
- Choay, F. (2009). El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. *Andamios*, 6 (12), 157-187.
- Corboz, A. (2004). El territorio como palimpsesto. En Martínez Ramos, Ángel (Ed.) *Lo urbano en 20 autores contemporáneos* (25-34). Barcelona: Edicions de la UPC.
- Delgado, M. (2018). "Barrionalismo". El barrio como fuente de identidad individual y colectiva. *El País*. Edición del 24 de enero. En [https://elpais.com/elpais/2018/01/14/seres\\_urbanos/1515932437\\_091211.html](https://elpais.com/elpais/2018/01/14/seres_urbanos/1515932437_091211.html)
- \_\_\_\_\_. (2007). *La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del "Modelo Barcelona"*. Madrid: Los libros de la Catarata.
- \_\_\_\_\_. (1999). *El animal público. Hacia una antropología de los espacios urbanos*. Barcelona: Anagrama.
- Deleuze, G. Guattari, F. (1997). *Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia II*. Valencia: Pre-textos.
- Falero, A. Blanco Latierro, V. Pérez, M. Soto, G. (2016). Transformaciones territoriales en el Noreste de Montevideo: ¿Se puede hablar de construcción de ciudad? *Actas XI Coloquio Transformaciones territoriales. Repasando políticas y estrategias*. Salto: AUGM-FCS-Udelar.
- Gravano, A. (2003). *Antropología de lo barrial: estudios sobre producción simbólica de la vida urbana*. Buenos Aires: Espacio.
- Guattari, F. (2008). Prácticas ecosóficas y restauración de la ciudad subjetiva. En *La ciudad subjetiva y pos-mediática. La polis reinventada* (216-234). Cali: Fundación Comunidad.
- Harvey, D. (2013). *Ciudades rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Salamanca: Akal.
- Heidegger, M. (1994). Construir, habitar, pensar. En *Conferencias y artículos* (127-142). Barcelona: Serbal.
- Kearns, A. Parkinson, M. (2001). The significance of neighbourhood. *Urban Studies*, 38 (12), 2103-2110.
- Lefèuvre, H. (1978) Barrio y vida de barrio. En *De lo rural a lo urbano* (195-203). Barcelona: Península.
- Marcus, G. (2001). Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, 11 (22), 111-127.
- Mayol, P. (1999). Habitar. En de Certeau, M. Giard, L. Mayol, P. *La invención de lo cotidiano 2. Habitar, cocinar* (3-132). México: Universidad Iberoamericana.
- Montesinos Llinares, L. y Campanera Reig, M. (2017). Formas de vida, usos y apropiación de recursos. Propuesta para el estudio de los comunes contemporáneos. *Revista de Antropología Social*, 26 (2), 193-216.
- Rancière, J. (1996). *El desacuerdo. Política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Rincón, O. (2006). *Narrativas mediáticas. O cómo se cuenta la sociedad del entretenimiento*. Barcelona: Gedisa.
- Soja, E. (2008). *Postmetrópolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Tapia, V. (2013). El concepto de barrio y el problema de su delimitación. Aportes de una aproximación cualitativa y etnográfica. *Bifurcaciones. Revista de estudios culturales urbanos*, 12. En <http://www.bifurcaciones.cl/2013/03/el-concepto-de-barrio-y-el-problema-de-su-delimitacion/>
- Van Ham, M. Manley, D. Bailey, N. Simpson, L. MacLennan, D. (eds.) (2013). *Understanding neighbourhood dynamics. New insights for neighbourhood effects research*. New York - London: Springer.
- Winkin, Y. (sel. y est.) (1994). *La nueva comunicación*. Barcelona: Kairós.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

## **Dinâmicas comunicacionais urbanas no bairro do Bixiga (São Paulo/Brasil): música, produção de multiterritórios e derivas**

**Dinámicas comunicacionales urbanas en el barrio de Bixiga (São Paulo / Brasil): música, producción de multiterritorios y derivas**

**Urban communication dynamics in Bixiga neighborhood (São Paulo / Brazil): music, production of multiterritories and drift**

*Simone Luci Pereira<sup>35</sup>*

*Milena Signor Avelar<sup>36</sup>*

**Resumo:** Neste artigo discutimos aspectos da pesquisa em curso sobre o bairro do Bixiga (São Paulo/Brasil) e uma crescente reativação de suas áreas e territórios, atraindo grupos de jovens ligados a um certo "ethos alternativo" que conjuga estilos de vida, circuitos musicais e culturais independentes/alternativos. Isto se articula a formas de entretenimento e consumo cultural, formas colaborativas e autogestionárias de produção musical, reivindicação dos espaços da cidade e sentidos políticos. Analisamos algumas ações realizadas por coletivos ligados a estes circuitos musicais e culturais da cidade que vem trazendo novas configurações comunicativas urbanas a esta região. Finalizamos refletindo sobre algumas questões metodológicas que vem sendo utilizadas e discutidas para esta pesquisa, a partir das noções de cartografia e deriva.

**Palavras-chave:** circuitos musicais alternativos; cartografia; cidade

**Abstract:** In this article we discuss aspects of the ongoing research on Bixiga neighborhood (São Paulo / Brazil) and a growing reactivation of its areas and territories, attracting young people groups linked to a certain "alternative ethos" that combines lifestyles, independent/alternative musical and cultural circuits. This is articulated to forms of entertainment and cultural consumption, collaborative and self-managed forms of musical production, claims of the city spaces and political senses. We analyze some actions carried out by groups linked to these musical and cultural circuits in the city that has been bringing new urban communicative configurations to this region. We conclude by reflecting on some methodological issues that have been used and discussed for this research, drawing inspiration from the notions of cartography and drift.

**Keywords:** alternative musical circuits; cartography; city

O bairro do Bixiga (ou Bela vista, como explicaremos mais a frente), na área central de São Paulo, está hoje vivendo uma crescente reativação de áreas e territórios, voltando a atrair grupos de jovens ligados a um certo "ethos alternativo" (Pereira e Pontes, 2017) que conjuga estilos de vida, circuitos musicais e culturais independentes/alternativos,

<sup>35</sup> Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática – Universidade Paulista/ UNIP - Brasil. Email: simonelp@uol.com.br

<sup>36</sup> Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática – Universidade Paulista/ UNIP - Brasil. Email: signormila@hotmail.com

e se articula a formas de entretenimento e consumo cultural e sentidos políticos<sup>37</sup>. Estes sentidos ganham contornos tanto pela ocupação de territórios, usos e reinvindicação da cidade (Lefebvre, 2001), atrelado a maneiras de gerir, organizar e produzir circuitos musicais fora do *mainstream*, em formas outras de associativismo e colaboração e empreendedorismos culturais (Canclini et al, 2012), como também pelas formas de construir comunidades de sentido, socialidades e afetos, em que as corporalidades e estetizações têm forte papel atrelado à musicalidade (Pereira, 2017).

Utilizamos aqui as contribuições de Haesbaert (2002; 2014) para pensar os espaços da cidade valendo-nos do conceito de território e região. Segundo o autor, diante da diversidade global-fragmentadora do mundo contemporâneo a noção de região deve utilizar critérios mais flexíveis que aqueles da Geografia tradicional. Para além da contiguidade espacial, coesão social, cultural e geográfica, a noção de região que aqui nos interessa tenta reconhecer sua característica de “arte-fato” ou seja, tanto como fato quanto como artifício, em que se vislumbram questões políticas de poder e conflito e em que a região é produto e produtora das imbricações entre aspectos locais e globais, gerando suas especificidades como produto e produtora de sujeitos sociais que nela atuam. Neste sentido é que elencamos o Bixiga como lócus de análise, mesmo estando cientes da multiplicidade de territórios aí existentes pois acreditamos que nestes territórios-rede interconectados podemos interpretar coerências materiais e simbólicas, traçando linhas capazes de gerar sentidos a estas localidades (Haesbaert, 2014). Isso se articula às noções de Massey (2004; 2005) que nos auxiliam a pensar sobre as dimensões políticas do espaço, conjugando uma análise das dinâmicas temporais e espaciais que tornam este bairro em particular não uma soma de territórios mas uma complexidade de relações de fluxo, fronteiras, práticas, intercâmbios, vínculos que dão uma especificidade a este bairro e o torna um tema importante de análise das dimensões urbanas e comunicacionais da cidade, em que o local é entrecortado pelas dimensões globais construindo um “sentido global de lugar” (Massey, 2004).

Os usos e as ocupações dos lugares das cidades por estas práticas musicais-midiáticas aqui em tela evidenciam a capacidade artística, estética e sensível de reconfigurar o político e as próprias urbes, re-inventando usos, trajetos, territórios e evidenciando seu caráter relacional, e *lócus* de agenciamentos e comunicação.

Neste artigo discutimos primeiramente algumas das dinâmicas temporais e históricas deste bairro, e depois analisamos as ações realizadas por estes grupos ligados aos circuitos musicais e culturais da cidade que vem trazendo uma crescente ocupação e uso desta localidade e novas configurações comunicativas urbanas a esta região. Finalizamos refletindo sobre algumas questões metodológicas que vem sendo utilizadas e discutidas para esta pesquisa, a partir das noções de cartografia e deriva (Jacques, 2012; Fernandes e Herschmann, 2015; Careri, 2013).

## Trajetos do Bixiga de ontem e de hoje

Em outros artigos (Pereira, 2017- a) já discutimos questões macroeconômicas e urbanísticas que têm levado São Paulo à formação e abandono de centralidades, em direção ao quadrante sudoeste da cidade (Frúgoli, 2000), conjugando-se aí investimentos públicos e privados, bem como um deslocamento paulatino do capital para estas áreas, trazendo um esvaziamento dos investimentos públicos e privados na parte central da cidade.

Com suas delimitações geográficas construídas no imaginário coletivo da capital paulistana, o Bixiga não é reconhecido como bairro nas divisões administrativas oficiais da cidade. Conhecido também como região da Bela Vista, integrante do centro expandido da capital paulistana, corresponde aproximadamente à região localizada entre às ruas Major Diogo, Sílvia, Rui Barbosa, Treze de maio, Avenida Nove de Julho e Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Possui uma área de 2,60 km<sup>2</sup>, 69.460 habitantes (2010) e densidade demográfica de 26,7 (habitantes/km<sup>2</sup>).<sup>38</sup> Há muito estudos sobre a história do bairro e sua ocupação por italianos, negros e outros imigrantes e etnias que participaram na sua formação (Grünspum, 1979). O bairro originado no final do século XIX foi ganhando outros ares, habitantes e frequentadores desde os anos 1950/1960, quando muitos teatros por ali se instalaram junto a outros que já existiam (Teatro Brasileiro de Comédia, Oficina, Maria Della Costa, Sergio Cardoso, Ruth Escobar, entre outros), trazendo uma vida boêmia e cultural com a presença de artistas, produtores, jornalistas, intelectuais, estudantes. Lembramos que esta base artística e boêmia contra cultural foi importante nas resistências a Ditadura Militar, como também para a construção de um certo território

<sup>37</sup> A análise do Bixiga faz parte de uma pesquisa mais ampla (coordenada por Simone Luci Pereira) que busca cartografar as práticas musicais-midiáticas alternativas de coletivos juvenis em territórios da cidade de São Paulo, onde corporalidades e afetos se articulam às formas de consumo e ao lúdico, construindo formas de ação política nos usos e ocupações da cidade, em novas formas de empreendedorismo cultural que geram uma economia política das cenas musicais baseadas no associativismo/collaboração e formas autogestionárias em negociação com outras institucionalidades (Estado, políticas e editais públicos, mercado, ONGs, entre outros).

<sup>38</sup> Dados da Prefeitura Municipal de São Paulo, disponível em <[www.prefeiturasp.gov.br/cidades/secretarias-regionais](http://www.prefeiturasp.gov.br/cidades/secretarias-regionais)> Acesso em Novembro de 2017.

boêmio e musical e espaço para artistas autorais, independentes ou *underground* já nos 1980 por reunir vários locais de apresentação musical. Havia muitas pequenas casas de shows e locais de música e cultura (como cineclubes) nas adjacências da rua 13 de maio (além das famosas cantinas e pizzarias italianas) tais como o *Café Piu-Piu*, *Persona*, *Carbono 14*, *Café do Bixiga*, *Chiquita Bacana*, *Terral*, entre outros, que inclusive colaboraram ou se articularam à cena da Vanguarda Paulista e as atividades do Lira Paulistana, na região oeste.

Após anos considerados como gloriosos, o bairro passou por uma fase um tanto decadente tendo algumas casas noturnas e teatros fechados. Na atualidade, vemos uma agitação cultural-musical começar a se formar no Bixiga novamente. Vale lembrar que o aspecto que aqui destacamos como estando em vias de (re)ativação é o circuito noturno musical alternativo, pois o bairro em todas estas décadas seguiu como polo de teatros, de gastronomia centrada nas cantinas italianas, e numa territorialidade habitada e construída de muitos migrantes nordestinos e de negros, fazendo deste um bairro popular com comércio local, pequenos bares e uma intensa movimentação cultural e material em torno da Escola de Samba Vai-Vai, ícone do bairro e da cidade.

Nos últimos anos, o Bixiga tem despertado a atenção de produtores culturais e musicais, grupos de frequentadores e até de certas áreas da imprensa, por ser uma região da cidade que havendo ficado com sua noite e espaços musicais abandonados nas últimas duas décadas, está vendo nascer e florescer espaços e seus usos que atestam uma reinvenção deste território. Bares, espaços culturais e ateliês têm se instalado em imóveis antigos, atraindo públicos de outras áreas boêmias e culturais da cidade. A *Casa Barbosa*, dedicada às rodas de samba, noites de jazz e vinil e cadeiras nas calçadas é um exemplo, bem como a casa de do artista multimídia Renato Larini (*Espaço Zebra*), que funciona como ateliê todos os dias e abre ao público em alguns dias da semana como espaço para eventos e *speakeasy* (espécie de bar secreto, apenas para os que conhecem). Além disso há ações que já vem ocorrendo há alguns anos, como a música ao vivo mensal da *Escadaria do Bixiga*, que aos domingos traz aulas de dança e *jam sessions* sempre com música ao vivo.

Neste contexto, se destaca ainda a presença do *Al Janiah*, bar/ restaurante, centro cultural e local de resistência de refugiados palestinos e sírios. Antes localizado nas imediações da Avenida Nove de Julho, transferiu-se este ano para o Bixiga num espaço maior trazendo ainda mais atividades culturais e políticas (como rodas de debates sobre feminismo, refugiados e migrações, questões do ativismo negro, lançamento de livros, oficinas de literatura), festas e apresentações musicais alternativas, se articulando a coletivos da periferia que se utilizam deste espaço para realizar festas de *black music* e rap<sup>39</sup>. Não distante dali está o *Mundo Pensante*, que em 2017 abriu um novo e maior espaço no bairro – sem abandonar o antigo espaço, agora chamado *Mundo Pensante Lab* – e que vem desde 2012 abrigando música ao vivo, festas, exposições, ensaios de bandas iniciantes, palestras e cursos de filosofia. O *Mundo Pensante* tem sido um espaço importante para catalisar atividades culturais na região do Bixiga, abrigando festas e *shows* cada vez mais expressivas destas atividades da região que analisamos.

Outras duas ações que vimos acompanhando na região do Bixiga também merecem nota aqui. Estas não estão diretamente ligadas aos circuitos musicais, mas nesta rede de coletivos e socialidades que se constroem na região, mantêm mútuas influências, formas de colaboração e engajamento. Nos referimos aqui à ocupação *PipaSP* – espécie de “praia” urbana, infelizmente proibida e já fechada no fim de 2017 - o movimento *#parquedobixiga* contra a verticalização do bairro. A *PipaSP* foi uma iniciativa do artista, fotógrafo e editor Armando Onofri, morador e idealizador da proposta de ocupar espaços abandonados - e, neste caso, um grande terreno com árvores centenárias e sem construções - com areia de praia, chuveiros, decks, e promoção de atividades esportivas, yoga, música e cinema ao ar livre (em algumas ocasiões em que a programação avançava o horário habitual de fechamento às 18 horas), feira orgânica de pequenos produtores, bazares, horta comunitária, local de encontro, oficinas e intervenções artísticas, enfim, como diziam os organizadores, um jeito de estar e de viver a cidade, estimulando economia colaborativa, o lúdico e sentidos de comunidade e encontro e vida ao ar livre. Em conflito com a associação de moradores do bairro, o espaço foi fechado pelo Ministério Público e Prefeitura, alegando barulho e dano ao patrimônio público, mas que deixa entrever a resistência à existência de espaços públicos e de acesso livre e democrático na cidade. Quanto ao *#parquedobixiga*, surgiu atrelado ao plano da uma grande *holding* empresarial de construir torres de edifícios de mais de vinte andares em torno do Teatro Oficina Uzyna Uzona, que tem seu prédio tombado e é local de resistência política e cultural desde a Ditadura Militar, abrigando uma das mais conhecidas *cias* de teatro, o Oficina, dirigida por José Censo Martinez Correa. A partir deste episódio, uma discussão mais ampla sobre a verticalização do bairro, da invasão do capital financeiro e especulativo, bem como da reivindicação pela cidade e a necessidade de mais áreas públicas, democráticas, verdes e de lazer, foi iniciada e levada à frente, na idealização do parque do Bixiga e vários atos públicos em defesa do Teatro Oficina.

<sup>39</sup> Em outro artigo (Pereira, 2017-b), analisamos as formas reticulares com se se organizam os coletivos ligados à música com outros coletivos ligados às causas migrantes, feministas, étnicas, pelo direito à cidade, pela inclusão digital, articulando diferentes regiões da cidade, em que o Al Janiah surge como um importante epicentro ou nó desta grande rede.

Estas atividades nos ajudam a compreender uma certa noção de circuito e rede que vai se formando na região, estimulada por moradores, produtores culturais e musicais em busca de aluguéis mais baratos, bem como um público que, se a imprensa qualifica como *hipster* de maneira pejorativa, sabemos que não pode ser compreendido em termos absolutos ou nos termos das subculturas do Norte global, mas que revelam cosmopolitismos (aqui pensado num sentido crítico) de estilos, gostos e identidades, mescladas às valorizações das culturais mais locais, bem como sentidos políticos de resistência a modelos hegemônicos e neoliberais de cidade.

Assim, nos últimos anos o Bixiga reverbera um fenômeno bastante interessante sob o ponto de vista social e comunicacional, protagonizando uma mutação ao atrair atores (Latour, 2012), integrando de maneira singular o consumo cultural da região, seja nas cantinas já existentes há muitos anos ou em novos bares e espaços culturais e musicais que vem apoiando esta nova dinâmica de consumo cultural no bairro, seja nas ocupações acima descritas. Atualmente, em uma mesma rua do bairro é possível identificar diversos grupos atuando em territórios de interculturalidade: apreciadores e músicos de samba ou de música popular brasileira, casas noturnas frequentadas por grupos juvenis alternativos, cantinas com música e comidas típicas italianas, gente ligada ao teatro, etc. Esta multiterritorialidade, na dinâmica entre fixos e fluxos (para lembrar a expressão de Milton Santos) ou fluxos e nós, nos faz refletir sobre como se dão as inter-relações dinâmica, descontínua e também conflituosas entre atores e objetos (Latour, 2012), lembrando que o território do Bixiga, em determinados momentos faz a vez de cenário mediado, e em outros momentos assume o papel de protagonista e mediador.

Se a área central da cidade e seu entorno sofre há décadas com a falta de investimentos e interesse público e privado, salientamos que em paralelo a estes planejamentos e organizações dos espaços da cidade pela racionalidade técnica e economicista, está também a ação de atores que, a despeito da ordem fazem usos astuciosos dos lugares da cidade (Certeau, 1994) ressignificando territórios, numa apropriação que inclui subjetividades, experiências e disputas reais e simbólicas na qual ruas, bares, galpões abandonados, praças, esquinas, tornam-se marcos e estão carregados de experiências, sentidos e usos políticos. No dizer de Lefebvre (2001), das “representações do espaço” da cidade pautados na ordem e no institucional, para os “espaços de representação”, como espaços urbanos vividos cotidianamente, onde são possíveis as desobediências e subversões. Os territórios não existem em si, mas nos seus usos, forjados pela ação dos grupos no exercício da vida. Como código a ser lido, o espaço urbano forja-se no cotidiano e seus conflitos, o que aponta para a necessidade de entender seus processos de territorialização, reterritorialização e multiterritorialidades (Santos et al, 2006; Haesbaert, 2014).

### Práticas musicais-midiáticas e sentidos políticos

Herschmann e Fernandes (2014) apontam para a diversificação de formas e estratégias que os atores ligados à música e cultura nas cidades têm inventado para viver e criar em ambientes de crise da indústria musical. Os autores apontam para circuitos colaborativos ou de criação de espaços nas ruas da cidade (no caso, o centro do Rio de Janeiro) como forma de ativismo musical não necessariamente ligado ao assim chamado “setor independente da música”, mas realizada pelos jovens e seus coletivos criando formas alternativas de socialidades, afetos e usos do espaço público. Nos eventos e práticas musicais-midiáticas aqui analisados percebemos aspectos análogos, ainda que não sejam realizadas apenas no espaço público *stricto sensu* (Delgado 2007; 2013), mas em locais fechados e privados, contando com estas formas de associativismo juvenil, em que dimensões lúdicas e estéticas mostram-se articuladas a um conteúdo político seja na forma de ocupar espaços da cidade e de ativar estilos musicais pouco difundidos pela grande mídia e que se mostram como uma certa resistência de culturas excluídas ou marginais, seja na forma de estetizar o corpo ou performatizar suas identidades. Concordamos aqui com Delgado (2013, p. 283) quando salienta que espaços públicos são espaços de “accesibilidad generalizada, cuyos protagonistas son individuos que no se conocen entre sí, que mantienen relaciones inestables y efímeras”. Assim, alguns bares, discotecas, centros culturais, podem ser considerados espaço públicos, pois resultam das práticas que ali ocorrem, um produto dos usos que recebe em usos públicos de locais privados.

Muitos dos jovens que promovem estas festas e eventos aqui contemplados vivem nesta área da cidade. E há uma explícita intenção de reabitar estes locais, levando um público cada vez maior a esta área urbana “abandonada” pelos investimentos públicos e privados no que tange ao lazer (com poucas exceções). Ao mesmo tempo, por ser central e possuir ampla rede de transporte público, é visto como um local que pode agregar um público grande e de várias partes da cidade. A valorização da área central da cidade seria uma forma de democratização dos espaços urbanos, que teriam melhor acesso para um número maior de pessoas, possuindo entradas mais baratas por serem realizadas em locais da cidade com alugueis e preços mais baixos. O que temos verificado é que estas áreas da cidade e seus coletivos não se encontram circunscritos, mas em múltiplas formas de associação e colaboração, mantendo relações ainda com coletivos

ligados aos movimentos LGBT, de ativismo migrante e étnico, enfatizando em seus *flyers* e *releases* de divulgação uma cultura da tolerância, pluralismo e diversidade.

Esta capilaridade das ações e das vinculações entre os grupos juvenis, seus interesses e ativismos nos levam a apensar nas formas de associações que os atores estabelecem na criação de vínculos sociais que, longe de serem fortuitos, efêmeros ou apolíticos, demonstram maneiras outras de convívio, ação política e formas de experimentar as culturas urbanas na atualidade. Uma conexão vai se formando, na qual uma rede dinâmica tecida de muitos vínculos sociais e culturais e aberta a outras redes (com conexão ampliada pelas redes sociais digitais) se constitui em torno de produtos artísticos transdisciplinares (Canclini et al, 2012), onde a música parece catalisar outras ações políticas.

Para muitos destes produtores e integrantes dos coletivos, para além de sustento, seu trabalho é de ativismo político e cultural. Vão surgindo, assim, importantes questões para compreendermos aspectos das experiências juvenis em culturas midiáticas e cidades globais como São Paulo, em que sentidos políticos não se encontram separados dos elementos ligados à estética e ao empreendedorismo cultural em seus projetos de vida, algo muito positivado nas falas de alguns destes jovens. Garcia Canclini et al (2012) atentam para as experiências juvenis em cidades como Cidade do México e Madri, apontando para o quanto jovens de camadas medias, com conhecimentos em tecnologia e algum nível educacional tem reconfigurado as cenas e circuitos culturais destas localidades, atuando como empreendedores culturais que, na conjuntura atual de precarização dos empregos, desenvolvem atividades ligadas ao mundo da cultura e do urbano (música, *design*, editoração, artes plásticas, etc.) trabalhando por projetos temporários, em redes associativas, em forma de colaboração, autogestão e compartilhamentos de *expertises* em que a clássica divisão entre produtores e consumidores já não se mostra tão evidente.

No contexto analisado em São Paulo verificamos realidades semelhantes, onde o público também é coprodutor destes eventos, seja porque são músicos ou DJs amadores que também tocam, seja porque participam de *crowdfundings* para sua viabilização, em projetos musicais que vão se urdindo e criando vínculos sociais entre artistas, DJs, amadores, mediadores, frequentadores. Num momento de impasses como estes tanto pelos cortes de verbas públicas como pela tensão entre o controle social e a vida artística nas cidades, vemos a importância de ações, criatividades, formas de associativismo e inovação nas maneiras de produzir, divulgar e fazer atividades musicais na cidade, em que a atuação de músicos e empreendedores em rede (Fernández, 2015) pode ser colocar como maneiras alternativas de ser e viver na cidade e com a música.

### **Cartografias à deriva**

Muito provavelmente, quando a complexidade de fluxos, vínculos, fronteiras no território do Bixiga forem compreendidas - sendo analisadas como um fenômeno comunicacional, urbano, cultural e social, com definição de alguns sentidos e trajetos – este fenômeno já tenha se alterado ou se transformado, dada a dinâmica da vida urbana e das ações juvenis. Em visitas ao bairro e dias e horários variados, buscamos compreender suas características diversas, suas rotinas e ritualidades, a integração e conflito entre moradores e frequentadores que se dão no cotidiano do Bixiga.

Considerando as limitações que uma pesquisa ou um estudo cartográfico em uma grande área da cidade como a região da Bela Vista necessitaria, nos limitamos a uma região específica, recortando uma área menor e alguns equipamentos culturais públicos e privados que serão foco de maior atenção neste estudo, a saber os estabelecimentos e equipamentos culturais nas ruas Treze de Maio, Major Diogo, Rua Rui Barbosa.

A noção de que o bairro do Bixiga seja um protagonista vem de Latour (2012) e a Teoria Ator Rede, em que consideramos que atores são humanos e não humanos. Sendo ainda objetos mediadores que podem modificar o estatuto das coisas mediadas, tendo um papel ativo sobre um evento. Tal teoria colocaria o Bixiga (suas ruas, seus equipamentos, seus edifícios) em posição de agentes, participando das relações de usos, conflitos, negociações e apropriações entre seus públicos sujeitos. Transformando as relações de interações em associações e para que tais associações possam ser melhor compreendidas, observa-se a necessidade de desconstruir mapas prontos já pré-existentes e considerar tais associações por partes, assumindo a existência de camadas de sentidos e territórios, sem delimitações físicas definidas e fixas. Faz-se necessário considerar que em alguns momentos, tais associações se apresentam supostamente desconexas e até conflituosas, mas que observadas de uma visão amplificada, sob o ponto de vista da comunicação possuem sentido e justificam vinculações e hubs de uma ampla rede de interconexões.

Dialogando com Herschmann e Fernandes (2014) e sua proposição de cartografias e etnografias à deriva (Fernandes e Herschmann, 2015), mais do que chegar a mapas ou argumentos fechados e conclusivos, buscamos

acompanhar os movimentos de associação e agregação dos atores, as ações cotidianas por vezes invisíveis sem um olhar e uma escuta atenta aos pormenores e às miudezas da vida de todo dia. Seja nas suas formas de compor os espaços da cidade, ocupa-los e dar-lhes outros significados, seja nas formas alternativas de gestarem suas produções culturais/musicais, seja nas formas não lineares de performatizar suas identidades acionando gêneros e estilos musicais diversos, seja nas formas de estar com os corpos pela cidade, atuando, resistindo, ressignificando os lugares.

Como estratégia metodológica, colocar-se à deriva e em errância pelas ruas (Jacques, 2012; Careri, 2013) significou aqui uma forma de cartografar experiências urbanas que são dinâmicas e reatualizadas no cotidiano como sistemas não lineares e abertos às dimensões do sensível, da comunicabilidade e das interações que se fazem e refazem a todo o momento. Ao trazer à tona estes circuitos e regiões analisadas, buscamos tanto compreender aspectos outros de economia política, como compreender estilos de vida, práticas e imaginários nas culturas urbanas que conjugam lógicas comerciais de consumo e entretenimento, e também sentidos outros nas formas de interação social e de estar juntos, estetizar o corpo, performatizar identidades e produzir cultura em metrópoles globais.

## Referências

- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Ed. G.Gilli, 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – Artes de Fazer** vol.1. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELGADO, Manuel. El espacio urbano y el trabajo de lo social sobre sí mismo - entrevista con Manuel Delgado Ruiz por Rafael Hernández Espinosa. **Sociológica**, año 28, n. 80, 2013. p. 281-290.
- DELGADO, Manuel. **Sociedades movedizas - pasos hacia una antropología de las calles**. Barcelona: Anagrama, 2007.
- FERNANDES, Cintia e HERSCHEMANN, Micael. Usos da cartografia nos estudos de comunicação e música. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**. v.17. n.3. 2015. p.290-301.
- FERNÁNDEZ, Jose Luis. Música, músicos y redes en el espacio urbano. **Letra. Imagen. Sonido L.I.S. Ciudad Mediatisada**. Año VII, n. 14, 2015.
- FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GARCIA-CANCLINI, Nestor et al. (coords). **Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales**. Madrid: Ariel, 2012.
- GRÜNSPUN, Haim – **Anatomia de um bairro, O Bexiga**. São Paulo, Cultura, 1979.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transferriotorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.
- HERSCHEMANN, Micael e FERNANDES, Cintia. **Música nas ruas do Rio de Janeiro**. São Paulo: Intercom, 2014.
- JACQUES, Paola B. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social - uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MASSEY, Doreen. Filosofía y política de la espacialidad – algunas consideraciones. In: ARFUCH, L. (org.) **Pensar este tempo: espacios, afectos, pertenencias**. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- MASSEY, Doreen. Lugar, identidad y geografías de la responsabilidad en un mundo en proceso de globalización. **Treballs de la SCG - Societat Catalana de Geografia**. 57, 2004. p.77-84.
- PEREIRA, Simone Luci. Circuito de festas de música “alternativa na área central de São Paulo: cidade, corporalidades, juventude”. **FAMECOS – mídia, cultura, tecnologia**. v.24, n.2. 2017(a).
- PEREIRA, Simone Luci. Música, cosmopolismos e cidades: experimentações juvenis das migrações em São Paulo. **Interin – Dossiê Migração e Comunicação**. v.22 n.1. 2017(b). p.23-40.
- PEREIRA, Simone Luci e PONTES, Vitor. Culturas juvenis, identidades e estilo de vida: sentidos do “alternativo” no Baixo Augusta/São Paulo. **CMC – Comunicação, Mídia e Consumo**. v.14 n.40. 2017.
- SANTOS, Milton et al. (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SCHNECK, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias, edifícios e usuários**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2010. 283p.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

## **La narrativa estética de los muros y el hacer-andante urbano: Una cartografía del graffiti en la ciudad de Cachoeira (Br)**

## **A narrativa estética dos muros e o fazer-andante urbano: Uma cartografia do pixo na cidade de Cachoeira (Br)**

## **The aesthetic narrative of the walls and the urban make-walking: A cartography of the Pixo in the city of Cachoeira (Br)**

*Hanna Cláudia Freitas Rodrigues<sup>40</sup>*

**Resumo:** Das fotografias dos muros da cidade de Cachoeira, investiga-se o processo de construção de sentido e identidade da narrativa estética - resultado da soma de uma literatura marginalizada (pichação) e da performance do fazer em movimento.

**Palavras Chave:** Narrativa estética, Urbano, Pixo.

**Abstract:** From the photographs of the walls of the city of Cachoeira, we investigate the process of construction of meaning and identity of the aesthetic narrative - the result of the addition of a marginalized literature (graffiti) and the performance of the doing in movement.

**Keywords:** Aesthetic narrative, Urban, Pixo.

---

### **Tema central**

Cachoeira é uma cidade de 34.394 habitantes (dados de 2013), localizada no Recôncavo Baiano, a 120 km da capital do Estado da Bahia. Às margens do Rio Paraguaçu, esta cidade possui área estimada em 395 quilômetros quadrados e é considerada internacionalmente uma cidade monumento histórico. Conforme dados do IBGE, 60% desta população tem rendimento domiciliar per capita de meio a um salário mínimo.

A população urbana é (de acordo com dados de 2014) um pouco maior que a rural e são estes espaços ocupados majoritariamente por mulheres e em sua maioria com faixa etária de 15 a 59 anos. O IDH é de aproximadamente 0,64, sendo o da Bahia 0,66. Possui distritos e povoados além do distrito-sede do município e tem densidade demográfica de 87 hab/km<sup>2</sup>.

---

<sup>40</sup> RODRIGUES, Hanna Cláudia Freitas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, mestrandona em Comunicação - Mídia e Formatos Narrativos, Brasil, hannacfr@gmail.com.



Fotografia 1: 1 kg de beco

Fonte: Próprio autor (2017)

A pesquisa investiga fotografias das pichações inscritas nos muros de cinco bairros da cidade: Viradouro, Rosarinho, Morumbi, Centro e Levada. O instante capturado nas fotos acolhe a imagem, a an-dança, o tempo volátil do caminhar e a instabilidade do acaso.

Trata-se de conceber os textos pichados como um processo de criação de sentido e identidade da cidade, por um fazer que confronta a estética e o imaginário hegemônicos dos espaços públicos de Cachoeira. Pretende-se dar visibilidade à criação de novas redes relacionais, novas temporalidades, novas narrativas (ou contra narrativas) reinventadas pelos processos sensoriais da experiência do caminhar, que constitui os ritmos e as performances cotidianas.

Antes de delinear a ideia de uma narrativa estética, é necessário aludir que se faz aqui, para além de uma abordagem histórica das falas ou dos silêncios, uma escolha de perceber as narrativas a partir da experiência. Longe de despolitizar a questão da pichação enquanto uma resistência cultural, trata-se de recortar deste mapa, os traços referentes à fugacidade, ao movimento, à alteridade da relação sujeito-espacó, na qual pedaços de si marcam os traços imóveis enquanto o caminho percorrido constitui aquele que anda.

Um olhar em que a narrativa (o relato), destaca Paola Berenstein,

como diz Michel de Certeau ‘não exprime uma prática. Não se contenta em dizer o movimento. Ele o faz. Pode-se, portanto compreendê-lo ao entrar na dança’ [...] O mesmo autor diz que ‘todo relato é um relato de viagem, uma prática do espaço. Onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia. O relato é diegese, termo grego que designa narração: instaura uma caminhada (guia) e passa através (transgride)’. (2012, p. 18)



Fotografia 2: Novo Centro

Fonte: Próprio autor (2017)

Giulio Carlo Argan afirma ser a arquitetura “tudo o que concerne à construção, e é com as técnicas da construção que se intui e se organiza em seu ser e seu devir a entidade social e política que é a cidade”. (2005, p. 243). Se a arquitetura constrói um significado a partir do simbolismo enraizado nas suas formas, então os pixos que invadem esta arquitetura também o fazem. Reivindicam por símbolos, um outro sentido.

## Objetivos

O objetivo desta discussão é, a priori, propor um estudo das dinâmicas sociais da cidade de Cachoeira por meio da análise de uma cartografia contemporânea, na qual o mapeamento se dá pela constituição estética que as pichações dão a cada bairro, admitindo-se – para além do antagonismo entre centralidade e periferia, começo e fim de cada área - os entrelugares, os espaços entre as fronteiras, as mediações, as fissuras e os não lugares da cidade.

Em seguida, fomentar a potência da pichação na cidade de Cachoeira, enquanto ação re-significadora e constituidora de identidades, por coadunar num só ato a denúncia e a poética da literatura marginal, com a poesia do jornadear, a partir da ideia de ser o piso um relato, uma reivindicação de uma diluição de si no mundo. Como desvela Walter Benjamin (1987, p. 11), “a atuação literária significativa só pode instituir-se em rigorosa alternância de agir e escrever”.

E, por fim, visibilizar as narrativas e temporalidades não hegemónicas dos sujeitos atores do cenário urbano, ressaltando seus ritmos cotidianos e suas práticas de uso e ocupação do espaço público, que tencionam os imaginários já configurados histórico e culturalmente.

## Discussão teórica proposta.

### ***Outras narrativas: sobre a cri-ação de sentido e identidade***

A ideia de uma narrativa atrelada à experiência coaduna com o pensar Ricouertiano no qual “não há análise estrutural da narrativa que não adote elementos de uma fenomenologia implícita ou explícita do ‘fazer’”, de modo que “compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’ [...]” (2010, p. 99-100).

Para ele, se a ação é passível de ser narrada é porque antes disso ela já se organizou em signos. A simbologia das palavras pichadas se dá na textura da ação, antes mesmo do próprio texto. Afirma: "antes de serem submetidos à interpretação, os símbolos são interpretantes internos à ação". (RICOUER. 2010, p. 102).

Para se compreender a necessidade de uma reconfiguração do cenário urbano na cidade de Cachoeira e de uma reinvenção da sua identidade simbólica, é necessário, antes de tudo, entender o processo de marginalização do povo, da cultura em que ele se insere e dos corpos que o praticam.



Fotografia 3: Cor-pos em muros

Fonte: Próprio autor (2017)

Ao pensar literatura marginalizada, o termo marginalização diz respeito tanto a uma ideia sociológica dos sujeitos vítimas do processo estrutural de acuação à margem social - seja pela sua condição económica ou por ser membro de minorias étnicas e raciais – quanto ao fato de não ocuparem essas literaturas (especificamente a pichaçao) o território das artes.

Quando uma propaganda inscrita no muro se constitui enquanto ato aprovado legal e socialmente, enquanto uma poesia pinchada é considerada vandalismo e conspurcação dos bens urbanos - portanto dano ao patrimônio ou crime ambiental - fica nítido que o mérito definidor da construção estética de uma cidade é o poder que o Direito brasileiro dá à propriedade privada e o discurso político de "higienização" dos corpos e das ações minoritárias, periféricas e dissidentes.

Quando quem define se a inscrição no muro é grafite ou pichaçao, se é arte ou "poluição visual" (portanto, se é crime ou não) é a polícia, tem-se ainda mais gritante a noção de que o processo de marginalização do povo é, acima de qualquer pretexto normativo, a interdição das falas e das identidades destoantes dos padrões hegemónicos.

Sobre a escrita como coisa política, afirma Rancière:

*Antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a esta ocupação. Não é porque a escrita é o instrumento de poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa política. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição (Rancière, 1996, p.7).*

Neste sentido, afirma o autor ser esta constituição estética uma *partilha do sensível*, sendo esta, tanto a parte individual cabível de um conjunto comum, quanto a separação deste conjunto para a sua distribuição: “. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível, a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas (RANCIÈRE, 1995, p. 7).

Um dos motivos de ser a representação de contra narrativas na literatura marginalizada uma fissura possível, é o movimento, em meados dos anos 80, em que a antropologia passou a ter uma consciência crítica acerca da estrutura da escrita: se ela só é autorizada por outro autor já implicado em teorias e estilos legitimados na escrita, como é possível a insurgência de novos estilos ou contracorrentes teóricas? Ou, se há uma legitimidade presumida de se falar em nome do outro, como esse outro (que nunca falou) relatará sua própria história? São questionamentos que tentam romper uma estrutura etnocêntrica da escrita e seu problemático distanciamento da experiência vivida.

Stuart Hall (2003, p. 179) em se tratando de *Significação, representação, ideologia*, numa análise crítica do pensar Altusseriano sobre a constituição dos sujeitos e de como a ideologia nos interpela no domínio do imaginário, reconhece o caráter discursivo e semiótico dos sistemas de representação, nos quais os sujeitos vivem suas “relações imaginárias com as reais condições de existência”. São eles, os sistemas de representação, um conjunto de significados pelos quais representamos o mundo para nós e para o outro.

Alega ainda, que “o social nunca está fora do semiótico” já que a prática social se dá pela intersecção entre significado e representação. Aponta para o desejo de conservar o pensamento de que as ideologias são sistemas de representação “materializado em práticas”. (HALL, 2003, p. 179)

Portanto, não há criação de sentido sem o caminho do sentir. Uma consciência estética se dá ao intuir presença, ação. E é nesta fluência que se faz possível criar outro sentido às ruas de Cachoeira por meio da performance de uma escrita que reverbera as inquietações de um corpo no mundo.

Fotografia 4: CAHL'S  
Fonte: Próprio autor (2017)



Nas fotografias do Centro de Artes, Letras e Humanidades (CAHL), um prédio da Universidade Federal do

Recôncavo Baiano (UFRB), situado no Centro de Cachoeira, por exemplo, a maioria das frases fechadas reivindicam respeito aos corpos LGBTQ's e irrompem o espaço com discursões sobre gênero e sexualidade.

Analizando este recorte da experiência caminhante fotográfica, é possível visualizar uma contradição apontada pelos grifos nos muros: um Centro universitário tido no imaginário da cidade como núcleo da diversidade sexual, espaço majoritariamente gay, livre e transgredido, possui nas entradas do seu concreto os gritos que acusam uma hostilidade institucional contra os corpos dissidentes. É na intervenção de um falar de si nas paredes que é possível desbanhar um falso imaginário e resignificar o espaço, colorindo-o com novas narrativas.

Na concepção de uma identidade, o processo de analisar a si mesmo perpassa pelo ato de revelar-se, de aparecer. É o que aduz Judith Butler (2015):

*[...] o exame de si não consiste numa crítica de si, ou, com efeito, na interiorização de normas reguladoras, mas se torna uma maneira de se entregar a um modo público de aparição. Mesmo nesse caso, no entanto, não se revela um si-mesmo pré-constituído; em vez disso, a própria prática da constituição de si é realizada.*

Não trata-se de incumbir à escrita da pichação a função de elucubrar o sentido de um espaço e a identidade de um sujeito, a “linguagem não é um meio ou instrumento externo em que despejo um eu e onde vislumbro um reflexo desse eu” (BUTLER, 2016, p. 247)); vai além, é na ação, no lugar indissolúvel do fazer em movimento que o corpo co-cria o urbano, a si mesmo, e um espaço de intersecção entre os dois.

### **Uma ação à deriva: o acaso, o movimento e o anonimato**

A cidade aqui, para além dos traços imóveis que entrelaçados formam um mapa estático, físico e rígido, se dá enquanto suporte de acontecimentos que constitui a vida das pessoas. Os traços, então, são os percursos em movimento de cada sujeito que anda ou que vive nas ruas, que tem a sua caminhada como ferramenta para a construção de subjetividades, como desbravamento do seu próprio território de existência. É o que reitera Perec (2001, p.25), “viver é passar de um espaço a outro fazendo o possível para não se machucar”.

Falando do conceito de deriva, cito a definição dada por Careri (2002) em seu trabalho sobre *O Caminhar como prática estética*, no qual o termo advém, em 1957, da Internacional Letrista (logo depois, Situacional Intervencionista) que admite o perder-se pela cidade como ação estético-política anti-arte. Uma andança de caráter coletivo capaz de subscrever os lugares inconscientes da cidade, com base numa “psicogeografia”, e os afetos derivados destes lugares. Reitera:

*La derive es una construcción y una experimentación de nuevos comportamientos en la vida real, la materialización de un modo alternativo de habitar la ciudad, un estilo de vida que se sitúa fuera y en contra de las reglas de la sociedad burguesa y que se propone como una separación de la deambulación surrealista [...] las potencialidades de la deambulación en tanto que forma artística colectiva, en tanto que operación estética que, llevada a cabo en grupo, podía anular los componentes individuales de la obra de arte[...] (CARERI, 2002, p. 92)*

A pichação na cidade de Cachoeira assim como em outras cidades brasileiras, por ser marginalizada como ato subversor da lei e do bem público, é ação que precede uma fuga, atrelada a uma sequência: caminhar, fazer e caminhar. É possível admitir no caráter da sua experiência a condição de errância, de ação que assume estético e politicamente o erro, o risco, um fazer que não se constitui enquanto arte, nem como discurso, nem como linguagem (pelos contornos hegemónicos). Que é categoria amorfa, portanto narrativa errática:

*A experiência errática, assim pensada como ferramenta, é um exercício de afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de uma condição de estranhamento, em busca de uma alteridade radical. O errante vai de encontro à alteridade na cidade, ao Outro, aos vários outros, à diferença, aos vários diferentes; ele vê a cidade como um terreno de jogos e de experiências. [...] Através das narrativas errantes seria possível apreender o espaço urbano de outra forma, pois o simples ato de errar pela cidade cria um espaço outro, uma possibilidade para a experiência, em particular para a experiência da alteridade. (JACQUES. 2012, p. 24)*

Assim como o erro, as fronteiras possuem também potencial de ressignificação. Fronteira que não é limite, mas sim lugar de encontro, que ao invés de ser demarcação, à deriva, se torna atravessamento (travessia em movimento). Nos

territórios, híbridos e contraditórios, o corpos *praticantes da cidade* (Certeau 2008) fluem e friccionam-se entre as fissuras do visível. O que é final de uma área circunscrita e início de outro bairro, por exemplo, é, na temporalidade da ação, só um passo depois do outro daquele que anda.

A representação do espaço pelo critério da fragmentação reduz, por vezes, a ideia de ocupação do espaço à literal presença dos corpos em territórios pré-definidos e quase que predestinados a uma cultura específica. Os mapas etnográficos são o exemplo de uma ruptura desse modelo, cuja distribuição espacial de tribos, povos e culturas transbordam as marcas territoriais.



Fotografia 6: Rastro  
Fonte: Próprio autor (2017)

A representação do espaço pelo critério da fragmentação reduz, por vezes, a ideia de ocupação do espaço à literal presença dos corpos em territórios pré-definidos e quase que predestinados a uma cultura específica. Os mapas etnográficos são o exemplo de uma ruptura desse modelo, cuja distribuição espacial de tribos, povos e culturas transbordam as marcas territoriais.

Se fossem os espaços e as práticas de ocupação dele, determinados pela mera fixação do corpo no território demarcado, aos habitantes das fronteiras, aos que as atravessam cotidianamente, aos em situação de rua e àqueles viajantes ou peregrinadores, não caberiam a ocupação do espaço físico, do espaço de construção de sentido dos lugares e o de inserção de si no mundo.

Por isso, este fazer à deriva se dá em movimento. Flui por uma ideia de *desterritorialização da identidade* (Cliford, 1988) que desintegra a cristalização de uma conexão essencial entre lugar e cultura, entre cidade e corpo, entre ser e estar. Mas como aduz Gupta e Ferguson in Arantes (2000, p. 37) “[...] a experiência do espaço é sempre socialmente constituída. A tarefa mais urgente é politizar essa observação incontestável. Compreendendo-se a atribuição de sentido como uma prática [...] quem tem poder de tornar lugares os espaços?”

No mesmo sentido, sob o acaso - pelo pensar hegemónico de produção de uma cidade, que para ser “segura” e estável, requer seja planejada – recai a consequência de vulnerabilidade, sendo os corpos no espaço, projetados como blindes, armaduras. Este *corpo armadura* (Diógenes, 2003) não arrisca, não se revela, é sempre um outro observado, que é contemplado em vez de ver, que é espetáculo e não afeto.

Assim, ao acaso, em movimento e no anonimato, as ação do pixo nas rotas das ruas de Cachoeira faz possível a invenção de novas espacialidades que permeiam a poética do cotidiano envolta por uma temporalidade insubmissa às frequências e ritmos impostos aos corpos, por meio da experiência sensorial de um outro espaço-temporal, onde o corpo é, em si, território e instrumento de ação.

### Metodologia de abordagem

A pesquisa se deu a partir de uma imersão de perambular pelas ruas da cidade de Cachoeira, fotografando os muros, os becos, a estética dos bairros e as fronteiras entre eles, através de uma observação corpórea dos tempos, ritmos e acordos gestuais que as pessoas inscreviam naquele território por suas práticas cotidianas.

Aconteceram nessa jornada muitos encontros e anotações das conversas com os moradores, com as senhoras que contemplam por suas janelas as cenas da vida, com as pessoas que atravessam de um lugar a outro, do diálogo com as coisas, as cores, os sons, os vazios e os silêncios.

O foco foi analisar, para além dos fenômenos sociais visíveis no espaço urbano, a relação que tem os andantes deste espaço com tais fenômenos, a participação deles no processo de acontecimento da alteridade corpo-espac, imagem-ação, pixo-narrativa, e o reconhecimento da insurgência de fenômenos não visíveis, porém sensíveis.



Fotografia 7: A rua do brega  
Fonte: Próprio autor (2017)

Foram ressaltados, neste olhar, os usos, ocupações e apropriações dos espaços públicos, a referência simbólica que possui cada bairro e os signos que os tornam reconhecíveis enquanto experiência vivida. Foram utilizados como dispositivos e suportes de registro, memória e análise, as fotos, os encontros, a caminhada e o sentir inscrito no corpo.

No apego à oralidade e à narrativa das pessoas abordadas nas ruas, a construção de pensar o problema perpassa pela memória coletiva e por entender a cidade enquanto objeto social, e a deriva, o acaso e o movimento (estudados na ação da pichação), método condutor do fazer-pesquisa.

### **Principais resultados, reflexões e conclusões**

É relativamente novo, no campo da comunicação, que já é por si um campo novo, a abordagem dos processos culturais, sociais e de uma antropologia do urbano que não analisem a criação de sentido e identidade do processo de afetação e co-criação entre meios de comunicação e os sujeitos. O que se entende nesta pesquisa como processo comunicacional é a trama corpo-cidade pela ação do caminhar enquanto se risca os muros.

Para dar conta de analisar fenômenos tão subjetivos - quase que invisíveis se observados em dados estáticos, se setorizados em um mapa espacial ou totalizados numa rasa noção de cidade enquanto território uno – é imprescindível a utilização de metodologias de atuação do sensível em que o pesquisador, pelos relatos de histórias, pelo fazer artístico, pelos encontros e errâncias, se dilui no objeto pesquisado através do processo corpóreo da experiência. Este processo leva a reflexão de que é possível humanizar, politizar e redirecionar o olhar de uma pesquisa acadêmica em prol de uma aproximação e troca genuína entre a universidade e a sociedade, que desbanca a cisão entre o pesquisar e o viver, potências, na verdade, indissolúveis.

Ao analisar a experiência fotográfica como um todo, fica evidente o processo de construção das narrativas e seus afetos, através do embate político e ideológico de uma re-significação do espaço vivido e a gritante condicional de ser o pixo expressão marginalizada, por serem os corpos dos que a praticam e a reconhecem, coagidos às margens sociais. Como destaca Milton Santos (2002, p. 54) “É por tudo isso que, hoje, seja qual for a escala, o território constitui o melhor revelador de situações, não apenas conjunturais, mas estruturais e de crise, mostrando, como no caso brasileiro, melhor que outra instância social, a dinâmica e a profundidade da tempestade dentro da qual vivemos.”

### **Bibliografia**

- Arantes, A. (2000). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus.
- Argan, G. (2005). *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Pontes.
- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_, J. (2015). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Careri, F. (2002). *Walkscapes: O caminar como prática estética*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Diógenes, G. (2003). *Itinerários de corpos juvenis: O tatame, o jogo e o baile*. São Paulo: Companhia das letras.
- Hall, S. (2003). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Cliford, J. (1988) *The predicaments of culture*. Cambridge: Harvard University Press.
- Certeau, M. (2008). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Jacques, P. (2012). *Elogio aos Errantes*. Salvador: EDUFBA.
- Perec, G. (2001). *Especies de espacios*. Barcelona: Montesinos.
- Ricoeur, P. (2010). *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Walter, B. (1987). *Rua de mão única in Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rancière, J. (1995) *Políticas da Escrita*. Editora 34, Rio de Janeiro RJ.
- Santos, M. (2002). *O tempo nas cidades*. São Paulo: Ciência e Cultura (SBPC).

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## Entre ruas e passarelas: a produção da cópia e da diferença na moda

### Between streets and catwalks: the production of copy and difference in fashion

### Entre calles e pasarelas: la producción de la copia y de la diferencia en la moda

Fernanda Martinelli<sup>41</sup>

**Resumo:** Este artigo discute a apropriação de estilos de vida periféricos como estilos de consumo de “luxo” no mundo da moda de vestuário. Reflete sobre como situações concretas de desigualdade e exclusão se convertem em matéria-prima para a criação da moda de vestuário e indumentária. Nessa dimâmica, aquilo que tradicionalmente é considerado arcaico, atrasado e marginal adquire significados de cosmopolitismo, urbanidade e vanguarda. Discutimos, também, os significados da apropriação do luxo distintivo mais tradicional pela pirataria. O objetivo é refletir sobre os significados simbólicos e as sanções distintas sobre essas duas formas de apropriação. Consideramos a moda como um sistema de comunicação e a cidade como o *locus* da moda.

**Palavras-Chave:** Moda 1, Cidade 2, Cultura 3

#### 1. Introdução

Este artigo discute a apropriação de estilos de vida periféricos como estilos de consumo de “luxo” no mundo da moda de vestuário. Reflete sobre como situações concretas de desigualdade e exclusão se convertem em matéria-prima para a criação da moda de vestuário e indumentária. Nessa dimâmica, aquilo que tradicionalmente é considerado arcaico, atrasado e marginal adquire significados de cosmopolitismo, urbanidade e vanguarda. Nesse horizonte, compreendemos a moda como um sistema de comunicação, no sentido de Barnard (2006), e consideramos, a partir de Simmel (Simmel, 1957; Waibort, 2006), que a cidade é o *locus* da moda<sup>42</sup>.

Nas últimas décadas do século XX um estilo muito particular se consagra como luxo no mundo da moda: é o luxo criado a partir da apropriação de estéticas de grupos sociais específicos, de culturas subalternas, do *folk* e de outras referências de identidades culturais que são glamourizadas e transformadas em estilos de moda. As apropriações desses estilos de vida como estilos de consumo introduzem novas configurações do luxo no campo da moda, que não se enquadraram no *trickle-down* de Simmel (1957). Como bem demarcou Blumer (1969), esta teoria simmeliana revela aspectos importantes para pensar a moda sociologicamente, porém seu escopo é limitado (ilumina dinâmicas sociais da moda europeia nos séculos XVII, XVIII e XIX, mas não se aplica a períodos posteriores), e nesse sentido se configura mais como um estudo esquemático (p. 275).

<sup>41</sup> Fernanda Martinelli. Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Brasil. nandamartineli@yahoo.com.br .

<sup>42</sup> Simmel estrutura uma relação indissociável; entre a moda e os processos de urbanização que emergem com a modernidade. Considera que o ritmo de vida mais acelerado nas cidades e a variedade de culturas e formas de vida diversificadas em relação ao campo influenciam a dinâmica acelerada de criação na moda.

Blumer reconhece como importantes contribuições o fato de Simmel (1) situar a moda e sua difusão em contextos sociais, (2) destacar a importância do prestígio na dinâmica social da moda mencionada acima, e (3) ressaltar que a essência da moda reside em um processo de mudança (*ibidem*). Porém, o sociólogo norte-americano demarca que a moda, uma vez inscrita em um processo de mudança constante, não se enquadra apenas numa hierarquia de classes, e pode seguir cursos os mais diversos, eventualmente “anárquicos”. Destaca ainda uma seletividade que, em última instância, define a adesão aos estilos da moda. Em suas palavras,

*fashion is a very adept mechanism for enabling people to adjust in an orderly and unified way to a moving and changing world which is potentially full of anarchic possibilities. It is suited, par excellence, to the demands of life in such a moving world since it facilitates detachment from a receding past, opens the doors to proposals to the future, but subjects such proposals to the test of collective selection, thus bringing them in line with the direction of awakened interest and disposition. (Blumer, 1969:290)*

A seguir apresento dois casos que exemplificam esse debate: o desfile da coleção masculina outono-inverno 2010-2011 da estilista britânica Vivienne Westwood, batizado como *Homeless Chic*, e o desfile da coleção de inverno 2007 do estilista brasileiro Alexandre Herchcovitch, inspirado nos trabalhadores bôias-frias. Observamos que, mesmo quando o luxo se requalifica pela apropriação de estilos periféricos, isso não substitui outras concepções mais tradicionais de luxo, de modo que elas passam a coexistir. É nesse sentido que discutimos, também, os significados da apropriação do luxo distintivo mais tradicional pela pirataria. O objetivo é refletir sobre os significados simbólicos e as sanções distintas sobre essas duas formas de apropriação.

## 2. Das ruas para a passarela: produção da diferença e estetização da alteridade

Esse movimento de ajustar referências sociais para criar estilos de moda abre caminho para pensar apropriações em muitas direções, de modo que atualmente um novo tipo de luxo têm se inspirado justamente em estéticas de grupos subalternos, como no caso de uma coleção de roupas masculinas criada pela estilista inglesa Vivienne Westwood para o outono-inverno 2010-2011, que foi apresentada como um estilo *homeless chic*.

O fato de ter se inspirado em moradores de rua para criar as roupas de sua luxuosa marca não aproxima Westwood das condições de vida dos *homeless* que não têm o sufixo *chic*, como a própria estilista revela em uma entrevista, ao fazer a seguinte afirmação: “*I have no experience of being homeless [...] My biggest disaster was that once I wanted to enter my house but I had lost my key. But what if your house isn't there at all?*” (Fashionably Homeless, 2011).

O que se percebe no depoimento da estilista não é um uso da moda como denúncia de uma condição de exclusão social, mas uma estetização da alteridade pela apropriação de um estilo de vida marcado pelo abandono e pela desigualdade social que caracteriza o capitalismo. Não existe aí a intenção de reivindicar transformações, mas sim perturbar a lógica desse sistema instituindo novos modelos de distinção que requalificam esteticamente os *status* sociais – pois essas referências de grupos periféricos são usadas pela classe dominante como símbolos de *status* (Goffman, 1951) – mas não modificam as estruturas das hierarquias de classe.



Desfile da coleção Homeless Chic, de Vivienne Westwood

Outro exemplo é o desfile do estilista brasileiro Alexandre Herchcovitch para o inverno de 2007, quando o estilista apresentou uma coleção inspirada na estética dos bóias-frias do sertão brasileiro, com direito a vestidos sofisticados que imitavam sacos de lixo e peças que lembravam papéis de jornal e sacolas de supermercado. O site UOL descreve o desfile da seguinte maneira:

*Os trabalhadores do sertão brasileiro foram alvo de pesquisa de Alexandre Herchcovitch para criar sua coleção feminina para o inverno 2007. Ninguém pense, no entanto, que isto significa doses cavalares de cultura regional literal, cartela de cores de tons amarronzados e outras suposições de interpretação mais óbvia do tema. Embora a dramaticidade da vida difícil dos bóias-frias no campo estivesse presente o tempo todo na coleção, o caminho para alcançar este efeito passou por outro raciocínio de criação, que incluiu sobreposições sofisticadas [...] (Alexandre, 2009)*

O site afirma ainda que Herchcovitch pediu ao maquiador Celso Kamura “meninas com imagem abatida” (Alexandre, 2009) para o desfile. Toda uma estética de glamourização da subalternidade foi construída a partir da releitura da imagem do homem do sertão, sendo que isso não necessariamente questiona a desigualdade social – até porque a moda não tem compromisso com a perenidade, uma vez que as coleções têm vida útil bastante curta e a cada estação são substituídas por novas modas.



Desfile de Alexandre Herchcovitch durante o São Paulo Fashion Week, para o inverno 2007. Coleção inspirada na estética dos bóias-frias

Essas apropriações de estilos – ou antes, de condições de vida estilizadas – seguem um sentido *trickle-up* (McCracken, 2003) e parecem criar uma atmosfera de cordialidade, de “afeto” pela diferença (Sovik, 2009) que encobre os aspectos mais drásticos da desigualdade e são uma metáfora de jogos de poder (Hall, 2003). Nos dois exemplos apresentados a moda se situa como conectora entre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade, entre o periférico e o cosmopolita, entre o arcaico e o moderno.

### 3. Diferentes significados da cópia

O consumo como uma questão política tanto na estética subalterna apropriada e glamourizada por marcas famosas quanto na estética hegemônica das marcas de luxo copiadas pela indústria pirata. Mas seria possível classificar como *fake* a apropriação de uma cultura subalterna como estilo de moda glamourizado? Independente do que se convencione a esse respeito, quando os estilos de luxo das classes mais altas são apropriados pela indústria pirata, o incômodo que isso causa nos setores hegemônicos é bem diverso, assim como as consequências sociais para os setores subalternos cuja sobrevivência depende da venda desses produtos<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> As políticas de combate à pirataria, tal como praticadas hoje no Brasil, afetam não tanto os consumidores, mas principalmente os trabalhadores desse segmento, que sofrem uma dupla insegurança: de um lado, a condição de “ilegalidade” não lhes assegura garantias trabalhistas; de outro, convivem com a tensão permanente das “batidas” policiais que fecham fábricas e distribuidores, e do “rapa” que apreende mercadorias dos camelôs impossibilitando esses brasileiros de trabalhar.

Retomando Blumer e sua perspectiva de que as apropriações em *trickle-down* não significam uma perda de prestígio das elites (1969:281), a impressão que se tem é que uma parcela significativa das elites atuais parece ser consciente disso e de outros aspectos mais amplos que garantem seu prestígio e demarcam sua distinção. Esses indivíduos aparentemente não se incomodam que os bens de luxo que eles consomem sejam copiados porque não vêm nesse consumo do *fake* a aura de sofisticação do luxo que os connoisseurs identificam, nem a característica que parece ser uma das mais atribuídas ao luxo contemporâneo, que é o conforto.

Nas práticas de consumo de bens de luxo piratas nem sempre existe essa tentativa de fazer o pirata passar por original, conforme demonstrou uma outra pesquisa de campo, e isto é central para a compreensão do paradoxo com que as políticas de combate à pirataria se deparam. Na ocasião, alguns entrevistados declararam quase que com orgulho usar objetos de luxo falsificados e trocar dicas com colegas sobre onde conseguir “réplicas perfeitas”. Uma interlocutora chegou a dizer que se considerava “subversiva”, pois “até poderia pagar pela bolsa Marc Jacobs de quatro mil reais que está à venda ali no Shopping Leblon (um shopping de luxo situado em um dos bairros mais ricos na cidade do Rio de Janeiro)”, mas considera que “os preços dessas bolsas no Brasil chegam a ser cafonas”. São por alguns desses motivos que, aparentemente, indivíduos *heavy users* de bens de luxo demonstram não se incomodar com a pirataria e creditar seu *status* distintivo a outros signos além dos bens de consumo, ou até a uma disposição para “viver uma vida simples, porque hoje tudo está muito over”, como declarou outra informante.

A camada dominante que de fato demonstra grande apreensão com as apropriações da pirataria é aquela formada por empresários de multinacionais, grandes comerciantes, executivos de veículos de comunicação, representantes dos setores industriais de luxo e outros atores envolvidos na cadeia de produção, distribuição e comercialização desses bens. Quando declaram publicamente sua preocupação e indignação com “o crescimento da pirataria”, expressam isso muito mais em virtude de uma alegada “perda” de mercado consumidor do que de um estilo distintivo de classe social. Os supostos “prejuízos” causados pela pirataria e usados como argumento pelas instituições que reivindicam providências do poder público no combate a essas práticas são “prejuízos financeiros”. Isso revela um aspecto irônico, pois quando se expressam publicamente nesses termos as empresas de marca registrada situam a indústria pirata como “concorrente”, considerando que as pessoas que adquirem bens piratas comprariam o produto original, mas não o fazem porque o pirata é uma alternativa mais barata. Esse raciocínio das marcas leva em consideração que os indivíduos tomam suas decisões de compra com base numa racionalidade econômica de preço, e isso entra em conflito com toda a lógica de produção e consumo material e simbólico do luxo, pois situa, ao menos discursivamente, os bens de luxo da marca registrada na mesma dinâmica do varejo em larga escala praticado pela indústria pirata. Nesse movimento, paradoxalmente, é a própria indústria da marca registrada quem se desestabiliza, maculando ela mesma o caráter de exclusividade da sua produção.

Essa “desestabilização de si” pode ser pensada ainda por um outro ângulo: ao reconhecer que o lucro das vendas dos produtos piratas são o seu prejuízo, essas empresas sugerem, em alguma medida, uma equivalência entre os produtos *fake* e “legítimos”, e conferem à pirataria o capital simbólico que ela tanto almeja. Esta argumentação afeta a empresa do luxo justamente naquilo que ela evoca ser a sua unicidade, mas que termina por legitimar na indústria pirata: o valor simbólico de sua marca.

Mesmo que o cálculo dos “prejuízos” causados pela pirataria seja tendencioso, no caso dos bens de luxo consumidos por indivíduos das camadas médias urbanas, como óculos de sol, lenços, bolsas e relógios, uma pesquisa de campo com camelôs e na própria loja da marca Louis Vuitton (Martinelli, 2011) revelou que o perfil de muitas pessoas brasileiras que compram “réplicas” é o mesmo de compradores de bens originais. Posteriormente, alguns informantes declararam, de fato, já terem adquirido tanto bens de luxo originais quanto cópias (e este é o caso da informante “subversiva” mencionada acima, que compra suas bolsas originais quando viaja para o exterior). Isso, contudo, é pontual desta pesquisa e não pode ser universalizado na mensuração de “prejuízos”.

Assim como existem variações e ambiguidades nas práticas de consumo de um mesmo indivíduo, isso também acontece na indústria do luxo, especialmente em relação às formas de apropriação de estilos e sua difusão como moda, como foi visto com o *homeless chic* de Vivienne Westwood – que, por sua vez, coloca em cheque a teoria *trickle-down* tal como foi formulada por Simmel (1957).

Vale então retomar, mais uma vez, as reflexões de McCracken (2003), que empreende um esforço em busca de teorias que se apliquem à análise dos processos de difusão da moda na atualidade. O autor lembra que muitos estudiosos criticam a teoria *trickle-down*, mas afirma que o modelo de “seleção coletiva” (*collective selection*) de Blumer (1969b) também deixa a desejar, pois “reconhece que novas modas sucedem as antigas, mas [...] não estabelece bases para dar conta dessa relação” (McCracken, 2003:126). Esse autor se posiciona em defesa da relevância do conceito simmeliano

para o estudo da moda contemporânea, desde que este passe por um refinamento e incorpore outros direcionamentos (p. 127), como o *trickle-up* já citado – que consiste em influências de culturas subalternas sendo incorporadas aos estilos de moda “de baixo para cima” – e o *trickle-across* – que confere mais precisão e amplitude às possibilidades de interpretação da difusão da moda por considerar que as influências surgem em todas as camadas sociais e se espalham entre elas transversalmente.

#### 4. Considerações finais ou Pirataria às avessas

Se o escopo das apropriações da moda e do significado do luxo é amplo, diversificado e ambíguo, isso também se replica na pirataria, que por sua vez se apropria dos significados que as marcas registradas divulgam como “originais”, mas que também são apropriações de estilos de vida “não-patenteados” – ou uma “pirataria às avessas”.

Por “pirataria às avessas” me refiro àquilo que se observa nas ocasiões em que o “popular” é incorporado e corporificado pelas elites. Além do *homeless chic* de Vivienne Westwood e dos bóias-frias de Alexandre Herchcovitch, outros exemplos onde isso se evidencia claramente na indústria da moda são as estéticas *favela hype*, o *look étnico* e o *streetwear*, talvez o mais reproduzidos desses estilos, e que surgiu como moda quando marcas de luxo começaram a copiar o estilo despojado que os *office boys* criaram para se vestir. É possível aqui propor um questionamento: estaria a grande indústria fazendo o caminho inverso, “pirateando” uma ideia de um grupo social menos favorecido economicamente ou apenas reinterpretando um estilo como tendência? Isto seria mesmo uma espécie de pirataria às avessas? De qualquer maneira, a indústria que incorpora esse estilo a seu capital, paradoxalmente, o torna inacessível a quem o criou. E, como o discurso dominante é o oficial, essa “pirataria” não aparece como tal, mas pode-se admitir a hipótese de que se revela como um loco onde surge desejo pelo que é periférico. Isso converge com a perspectiva de Stallybrass e White (1986) em que as hierarquias *high* e *low* se interpenetram na dinâmica social. O outro, ao mesmo tempo em que causa repulsa, causa também atração. Podemos então questionar ainda se essa inversão, configurada como apropriação por uma elite de elementos do popular, não seria um desejo de eliminar o outro, incorporando-o a seu repertório. Ou se acontece aí um padrão de troca desigual entre o popular e a elite, onde as sanções morais da pirataria têm medidas diferentes em estratos distintos da hierarquia social.

De qualquer forma, a apropriação do estilo “popular” pelas elites na verdade mostra que o esquema de dicotomia entre o popular e o não-popular é bastante frágil. Torna-se então delicado considerar que atualmente exista uma separação bem demarcada entre “cultura de elite” e “cultura popular” (Martinelli, 2011).

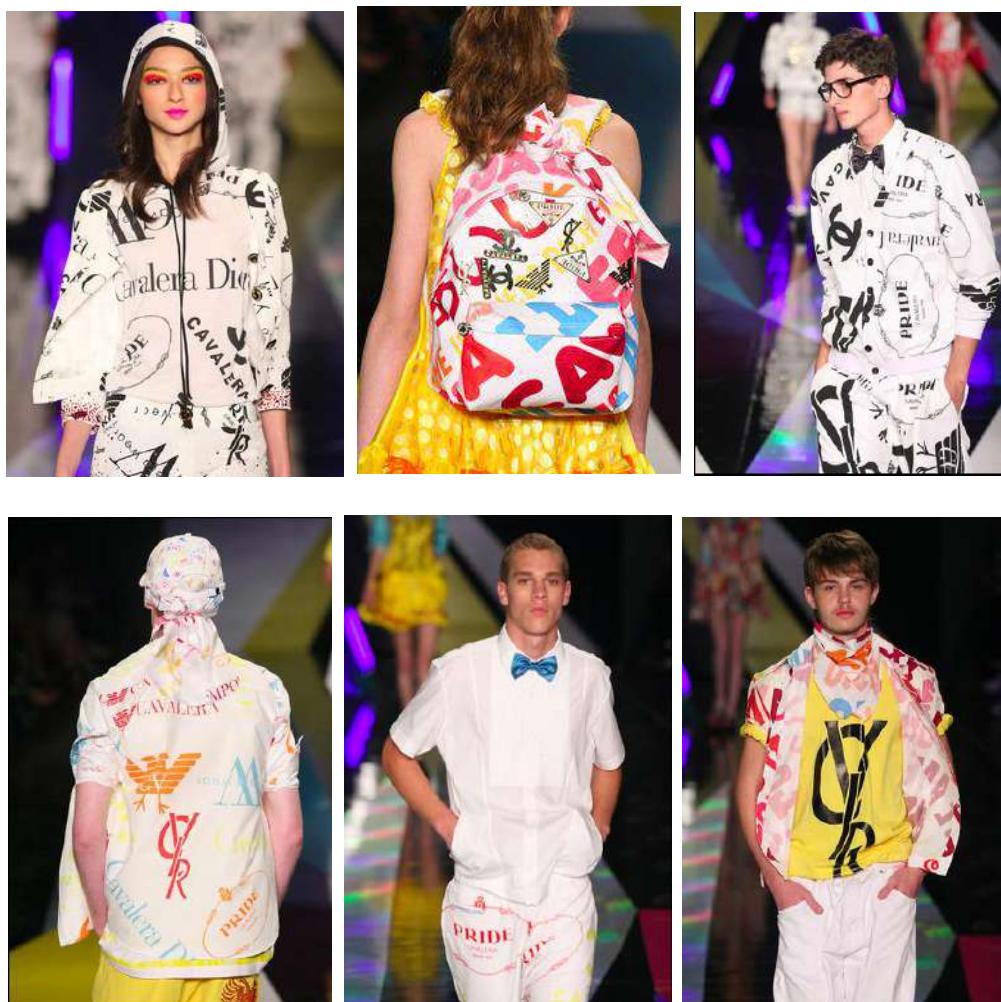
O que foi exposto aqui evidencia como algumas modalidades de apropriação, embora se configurem como “cópias”, podem ser processos de absorção da diferença. E os agentes envolvidos nesses circuitos, ao mesmo tempo que se constituem pela oposição, compartilham ambiguidades que são os laços que os envolvem nessas dinâmicas. A indústria pirata integra esse sistema deslizando entre extremos, pois se por um lado tem o bônus de uma grande adesão social, por outro tem o ônus de sofrer as consequências das acusações de ilegalidade, que cabem às práticas desviantes.

Ironicamente, a pirataria está na moda também seguindo o duplo sentido das apropriações, e dois exemplos são ilustrativos a esse respeito. O primeiro se refere ao desfile da coleção prêt-à-porter do estilista Jean Paul Gaultier para o verão 2008, que teve os piratas dos mares como inspiração. Supostamente, isso foi motivado pelo sucesso do lançamento do terceiro filme da série *Pirates of the Caribbean* (2007) – o que evidencia a apropriação também do cinema pela moda (Vogue.com, 2007).



Os piratas foram a inspiração de Jean Paul Gaultier em sua coleção prêt-à-porter para o verão 2008 (VOGUE.COM, 2007)

O segundo exemplo se refere a outro desfile para o verão 2008, desta vez da marca brasileira de streetwear Cavalera, que exibiu, em junho de 2007, no São Paulo Fashion Week, uma coleção completamente inspirada em outras marcas – mas não em seus cortes, modelagens e estampas, e sim em seus próprios nomes e logos. Nas roupas da Cavalera, o que se via eram as formas das logomarcas da Dior, Chanel, Prada, Yves Saint Laurent, Armani e Calvin Klein, entre outras. Nesse sentido, é possível que a coleção tenha sido uma “homenagem” a essas marcas de luxo consagradas. Porém, vale lembrar que a Cavalera é uma marca que se caracteriza pela irreverência, pelo humor e até por uma certa ironia – de tal forma que, embora as logos estampadas na coleção fossem as dessas marcas famosas, seus desenhos tinham algumas alterações, e seus nomes apareciam como trocadilhos. A tipologia “Christian Dior” se transformou em “Cavalera Dioro”, Prada aparecia como “Pride”, os dois C da Chanel remetiam à Cavalera, e assim por diante, fazendo emergir uma outra possibilidade de interpretação: a de que a coleção foi inspirada na pirataria dessas marcas, de modo semelhante ao mimetismo irônico de marcas piratas como “Mike” e “Roy & Bon”, que copiam produtos mas não copiam os nomes das marcas literalmente. Isso, no entanto, não deixa de ser uma celebração das mesmas.



A coleção da marca brasileira Cavalera para o verão 2008 (CAVALERA, 2007):  
homenagem às famosas marcas de luxo ou ironia pela inspiração na pirataria das marcas?

É possível pensar, através desses dois exemplos, que tanto as roupas de Gaultier quanto as da Cavalera mostram organizações de marcas registradas se referenciando através de organizações piratas. E isso sugere perguntas sobre essas práticas: afinal, o que é *fake*? O luxo com valor de “singleto”, “frugal” e “simples” é *fake*? O *homeless chic* é *fake*? A estetização de uma cultura subalternna é *fake*?

Diante desses fluxos que parecem confundir mais que esclarecer, pensar o significado das palavras e dos conceitos pode ser uma alternativa para desvendar essas dinâmicas, tomando como ponto de partida as disputas discursivas e os diferentes pontos de vista.

Para encerrar, cabe lembrar um último episódio que dá visibilidade a uma prática corriqueira na indústria original e pode ser entendida como uma apropriação horizontal ou *trickle-across*, ou como cópia que é “plágio”, mas não é pirataria, pois parece haver um pudor em aplicar este termo às apropriações feitas pela marca registrada (embora “plágio” seja igualmente uma categoria acusatória): em 2009 os estilistas italianos Domenico Dolce e Stephano Gabanna foram acusados de plágio por Giorgio Armani. Segundo Armani, Dolce e Gabanna teriam copiado alguns modelos de calças de sua coleção anterior. Na nota que emitiram, em que negavam o plágio e afirmavam o seu estilo “fortemente influenciado pelas tradições sicilianas”, Dolce e Gabanna diziam: “as Picasso used to say, copying from others is inevitable. But copying from oneself leads to sterility” (The Guardian, 2009).

## Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE Herchcovitch transforma o universo dos bóias-frias em moda. **UOL Estilo:** Moda. Disponível em: <http://estilo.uol.com.br/moda/spfw/ultnot/2007/01/24/ult3902u239.jhtm>  
Acesso em: 05 maio 2009.
- Barnard, M (2006). *Fashion as Communication*. 2 ed. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Blumer, H (1969). Fashion: from class differentiation to collective selection. *The Sociological Quarterly*, 10(3), 275-291.  
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4104916>
- Fashionably Homeless.** In: **Street News Service.**  
Disponível em: <http://www.streetnewsservice.org/news/2011/january/feed-264/fashionably-homeless-.aspx>  
Acesso em: 20 jan 2011
- Goffman, E (1951). Symbols of Class Status. *The British Journal of Sociology*. 2 (4), 294-304.
- Hall, S. (2003). *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte, MG: UFMG/Brasília, DF: UNESCO.
- Martinelli, F (2011). *Pirataria S.A: circulação de bens, pessoas e informação nas práticas de consumo*. Tese de Doutorado. UFRJ.
- McCracken, G (2003). *Cultura e Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad.
- Simmel, G (1975). Fashion. *The American Journal of Sociology*. 541-558, New York, NY.
- Sovik, L (2009). *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro, RJ: Aeroplano.
- Stallybrass, P. & White, A (1986). *The Politics and Poetics of Transgression*. Ithaca: Cornell University Press.
- The Guardian. Giorgio Armani accuses rivals of copying trousers. 19 jan 2009  
Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/lifeandstyle/2009/jan/19/giorgio-armani-accuses-dolce-gabbana>  
Acesso em: 20 jan 2009
- Vogue.com. Show Report: Jean Paul Gautier. Spring-Summer 2008. 02 out 2007  
Disponível em: <http://www.vogue.co.uk/fashion/spring-summer-2008/ready-to-wear/jean-paul-gaultier#>  
Acesso em: 12 dez 2007
- Waizbort, L (2006). *As Aventuras de Georg Simmel*. 2 ed. São Paulo, SP. USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34.

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## Caso Anglo : una aproximación a la comunicación y la información en el contexto de las *Smart Cities*

*Lafluf, Marcos<sup>44</sup>*

*Barber Sarasola, Gabriela<sup>45</sup>*

*Rodríguez Fleitas, Maximiliano<sup>46</sup>*

### Abstract

En el presente trabajo se toma como caso de estudio el proyecto realizado en el marco del proyecto I+D “La ciudad inteligente; un palimpsesto digital”, actualmente en desarrollo en el Laboratorio de Visualización Digital Avanzada (Vidialab) de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (FADU), el cual consiste en la implementación de un repositorio digital y gestión de contenidos del Museo de la Revolución Industrial utilizando software libre. Se realiza una descripción general de la experiencia y los procesos llevados a cabo, para a la difusión del patrimonio arquitectónico e histórico y temáticas vinculadas.

**Keywords:** Patrimonio; smart city; TIC; repositorio digital; difusión del patrimonio; software libre.

### Introducción

En la actualidad, la integración y mediación de las TIC en las formas de vivenciar y relacionarse con el territorio y lo patrimonial, ha replanteado ambas nociones. Lejos de pertenecer a una categoría física y unidimensional, en ambos se incorporan y superponen dimensiones sobre escribiendo múltiples relatos favorecidos por la versatilidad de estas tecnologías. Los replanteos que interesa abordar en el presente artículo son aquellos que refieren a los cambios en las formas de trabajo sobre la difusión y apropiación de lo patrimonial en el contexto de TIC, así como realizar una lectura que nos permita visualizar el lugar que ocupa este en el nuevo ecosistema que plantean las *smart city*.

Los proyectos destinados a la difusión y revalorización del patrimonio histórico y arquitectónico tienen una gran relevancia en la construcción del territorio, en tanto hacen a la dimensión histórica del territorio y aportan elementos identitarios que lo definen a sí mismo y a quienes lo habitan. Así como el acceso y la apropiación de los bienes culturales que se implican en estos, ya que juegan un rol en la cohesión social y en el desarrollo cultural, aportando al desarrollo socioeconómico general de la sociedad.

En esta línea de justificación y fundamentación se realiza la presentación de este proyecto, para intentar aportar algunas observaciones que puedan ser de utilidad.

### El proyecto

La implementación del repositorio digital Anglo se enmarca en el proyecto I+D “La ciudad inteligente; un palimpsesto digital”, actualmente en desarrollo en el Laboratorio de Visualización Digital Avanzada (Vidialab) dependiente del Departamento de Informática aplicada al Diseño (DepInfo) de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (Fadu, UR). Dicho proyecto tiene como motivación la reciente designación del “Paisaje Cultural Industrial Fray Bentos” como patrimonio de la humanidad por la UNESCO en el año 2015.

<sup>44</sup> Vidialab Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, UR, Uruguay . marcoslafluf@fadu.edu.uy

<sup>45</sup> Vidialab Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Uruguay . gbarber@fadu.edu.uy

<sup>46</sup> Facultad de Información y Comunicación, UR, Uruguay. Maxivita04@gmail.com

Este proyecto de investigación presenta varias vetas que involucran las TIC y los nuevos medios destinados a la difusión y la accesibilidad al patrimonio urbano-arquitectónico de formas novedosas. En ese contexto, surge el proyecto Repositorio Digital del ANGLO, para lo cual se forma un equipo multidisciplinario de profesionales de distintas áreas (ciencia de información, ingeniería, arquitectura, comunicación) para la implementación de este repositorio.

En estos espacios de convergencia que representan estos proyectos, se presentan una serie de cuestiones que se pretenden observar y problematizar a partir del estudio del caso mencionado, con el enfoque en dos ejes:

- el ecosistema informacional y de comunicación en que se desarrollan estos proyectos (universo de metadatos, interoperabilidad, acceso y reutilización).
- Los elementos vinculantes con la ciudad desde las concepciones de *smart city*.

## Metodología

Se realiza el estudio del caso referido, con un abordaje de corte cualitativo para una descripción general del mismo, concentrando el análisis e interpretación en los elementos que nos permiten indagar las cuestiones de interés señaladas anteriormente.

La descripción general del proyecto se estructura teniendo en cuenta los principales componentes que hacen al proyecto. A motivos de claridad en la exposición, se aborda n las principales características del proyecto, el software libre y uso de metadatos así como los desarrollos obtenidos a partir de gestión de contenidos digitales mediante el software (aplicaciones, exposiciones virtuales, visualización de información, reutilización para realidad aumentada, etc.)

Concentrándose en la descripción y análisis del software libre y su relevancia en el proyecto, el ecosistema información y comunicación en que se inscriben teniendo como referencia tres conceptos, el acceso, la reutilización y la interoperabilidad, y por esta vía, aproximarnos a las implicancias de estas herramientas en la difusión y apropiación del patrimonio en la ciudad en contexto de TIC.

Las conversaciones teóricas que guían el análisis del caso de estudio referido lo integran las lecturas actuales sobre el patrimonio en el contexto digital y smart city, así como los estudios del ámbito de la ciencia de la información referidos a software libre, repositorios digitales, metadatos y tratamiento de objetos culturales.

## El repositorio

Los repositorios digitales son colecciones de objetos digitales de diferente naturaleza (textos, imágenes, sonido, etc.), ofrecen un mecanismo para depositar material por parte del creador, el dueño y el administrador (bibliotecario), cuentan con una arquitectura que maneje tanto el contenido como los metadatos, ofrecen servicios básicos tales como búsqueda y recuperación, administración, controles de acceso y permisos. (Heery y Anderson, 2005).

Estos son entendidos como herramientas para la construcción de ciudadanía, permitiendo la participación en los procesos de significación y resignificación del patrimonio arquitectónico y cultural de la comunidad.

En este sentido entendemos que construir un repositorio digital es construir territorio en su dimensión cultural e informacional. Se entiende que aportan a la conformación de espacios digitales en la ciudad de Fray Bentos, potenciando y dinamizando los procesos que hacen al desarrollo cultural, ya sea, brindando material para desarrollo de objetos educativos digitales así como posibilitando su recuperación y reutilización para otros fines.

## Módulo 1. Software Libre

Para la creación del repositorio se ha implementado y adaptado el software libre Omeka, tanto para agrupar cómo gestionar los contenidos digitales del Museo de la Revolución Industrial. La gestión tiene como motivo, la difusión y acceso a documentos visuales de formas novedosas (acceso mediante mapa, galería digitales georeferenciadas, etc.). Al momento se han agrupado en el repositorio 200 documentos aproximadamente entre fotografías, mapas, postales, planimetrías, etc. Conjuntamente se generaron 50 exposiciones digitales georeferenciadas que agrupa distintos documentos afines con temáticas de interés general (historia, orígenes, evolución, etc.). La organización de las colecciones se hizo respetando la estructura programática arquitectónica.

Como primera observación a destacar, estamos frente a un proyecto para y propio de un museo, el Museo de la Revolución Industrial, pero realizado por un grupo foráneo a este. Lo cual es sintomático de un fenómeno generalizado asociado al desarrollo de las tics.

Esto es, el traslado y apertura de actividades y proyectos relacionados al patrimonio que anteriormente estaban circunscritos a determinados ámbitos asociados a instituciones de la memoria, como museos, comienzan a ser abordados y realizados desde otros ámbitos donde convergen distintos colectivos o entes institucionales (facultades, empresas, colectivos culturales, etc.). De esta forma, distintos profesionales de distintas áreas, es el caso de arquitectos, documentalistas, ingenieros, diseñadores entre otros, agrupados a partir de proyectos comunes trabajan de forma interdisciplinaria y transdisciplinaria, trasladando y combinando diferentes formas de hacer.

Estos traslados y aperturas relacionadas estrechamente con este tipo de proyectos, se dan en una intersección donde convergen una progresiva digitalización y un gran desarrollo de software para gestión de metadatos con código abierto, lo que ha derivado en mayor accesibilidad a herramientas para la difusión y revalorización del patrimonio, habilitando la participación de nuevos actores en los procesos.

Una actividad específica en la que los museos llevan varios años trabajando, es la descripción o catalogación de objetos culturales y desarrollo de metadatos (entendiendo la ficha catalográfica como una antigua estructura de metadatos dirigida a recoger datos para el acceso a estos). Desde la revolución de las TIC, esta exclusividad se ve modificada, y es intervenida desde varias áreas, como es la ingeniería (codificaciones, esquemas XML, software de gestión de metadatos), el diseño (interfaz de acceso) y otras ramas de las ciencias de la información abocadas al desarrollo de normativas y estructuras de metadatos para la descripción y recuperación de datos de objetos arquitectónicos u artísticos.

En el panorama actual, con la expansión y accesibilidad del software libre, es posible que un grupo de docentes o un colectivo minoritario pueda realizar su propio sistema de información sobre un objeto o patrimonio determinado e implementar una galería o una exposición digital, insertar los objetos culturales y su información en los canales de información que circulan en la ciudad, así como en el ámbito global, interviniendo en los flujos de información que se despliegan sobre las ciudades y los territorios, sin tener requerimiento de gastos en infraestructura o licencias de software.

### **Metadatos y cultura en la *Smart City***

Como señala Bonete Vizcaino(2016) es generalizada la ausencia en la profundización de la dimensión cultural de las smart city, siendo el patrimonio cultural el gran olvidada en los estudios o catálogos de los proyectos asociados a smart city. Si bien como señalan Sánchez & Bonete(2016) estos se conectan con varios sectores como es el turismo, el urbanismo o la arquitectura, y son una fuente de riqueza para el desarrollo de las ciudades. Visto esto en el contexto de ciudades en proceso de desarrollo en países con un gran ingreso por turismo, resultaría paradójico no detenerse en este punto. Teniendo en cuenta los límites del presente trabajo, está en la intención del mismo intentar el ejercicio de hacer visible algunos axiomas que conectan estos proyectos con el concepto de *smart city*.

Esta referencia nos mantiene atentos a la hora de abordar las concepciones duras y cerradas de smart city, entendiendo como muchos autores la ambigüedad implícita de este y su condición de término presentativo más que representativo de una realidad en construcción.

Sin duda remite a un uso óptimo de la información, interconectada y la disponible en la actualidad para comprender mejor, controlar sus operaciones y optimizar el uso de recursos limitados (IBM,2011).

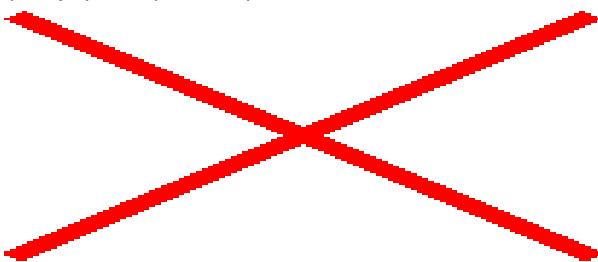
Como refiere organismo de Medellín en su web, una smart city se distingue de otras por una mayor disponibilidad de información, herramientas y capacidad de los ciudadanos de mejorar su entorno, entre otros elementos ya referidos. En este sentido poner a disposición material sobre el patrimonio en su gran mayoría bajo licencias creative common para su posterior reutilización, así como generar un cúmulo de datos (metadatos) que pueden ser recogidos por otros sistemas de información (Protocolo OPM) de forma automática o que permitan por el diseño modular que presente la arquitectura del sistema de información, ser utilizados para el diseño de objetos digitales educativos así como permitir la integración, utilización y reutilización de los metadatos y datos por otras aplicaciones, como aquellas relacionadas a la realidad aumentada orientadas a museo. Es en sentido que consideramos que conforman aportes relevantes para la construcción de ciudades más inteligentes.

Como señala Komminos et al (2012) una de las ventajas de la revolución de los datos en las ciudades, es la posibilidad de gastar menos, en tanto el código abierto está disponible, así como la posibilidad de reutilizar datos recogidos en otros sistemas, siendo clave para cualquier estrategia de una ciudad inteligente, el software libre. En este sentido, este proyecto asociado a lo cultural y patrimonial, materializa esas premisas y hace observable esa situación, en tanto el proyecto se ve favorecido y se torna realizable en la medida que es posible prescindir de gastar en licencias de uso, por la existencia de software y códigos abiertos (Omeka), y por otro lado se desarrolla un cúmulo de datos que es posible compartir y poner a disposición de toda la sociedad para posibilitar un mayor dinamismo y desarrollo cultural de la ciudad.

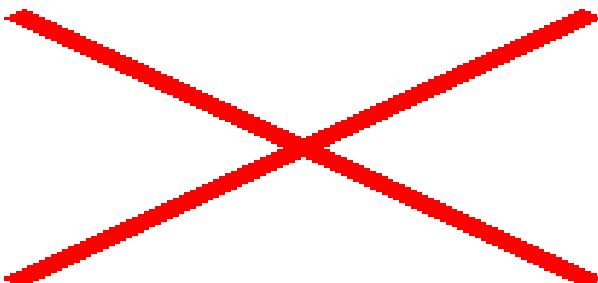
### **Módulo 3. Productos y desarrollos a partir de la gestión de contenidos digitales mediante software. Gestión y desarrollo de subproductos a partir del trabajo con software y metadatos.**

Una breve descripción de este módulo, nos permite concluir la visualización de esos procesos de interacción y construcción del territorio por medio del uso de las nuevas tecnologías de la información.

Generación de colecciones y subcolecciones digitales de contenidos del Museo de la Revolución estructurados de tal forma que representen la estructura física del Frigorífico y el paisaje en general. La posibilidad de generar un árbol de colecciones mediante el software, permite que los visitantes del repositorio en su proceso de navegación vayan tomando una idea general del paisaje y los espacios implicados.



**Figura 1: Página de exposiciones digitales con elementos integrados al repositorio.**



**Figura 2: Captura de pantalla de utilización de mapa y georeferencia de documentos.**

El proyecto contempla para una segunda instancia hacer un uso intensivo de la base de datos obtenida y los potenciales del software, para el desarrollo de lo que podemos llamar subproductos

- a) Explotara la construcción modular para propiciar y posibilitar la reutilización de contenidos para la elaboración de objetos de aprendizaje y/o ODEs(objetos educativos digitales) en el ámbito de la educación primaria y secundaria.
- b) Realidad aumentada
- c) Aplicaciones y turismo.

### **Nuevo ecosistema de información y comunicación: nuevas formas de difundir el patrimonio.**

Una premisa que se intenta explorar con la descripción y análisis del presente proyecto es aquella que resumimos en la siguiente ecuación: un nuevo ecosistema de información y comunicación es igual a nuevas formas de hacer difusión del patrimonio.

Desde una perspectiva general y teórica podemos decir que el ecosistema informacional donde se instalan estos proyectos se caracteriza por la convergencia e hibridación de distintos software y tecnologías y prácticas en cuyo seno se produce un remix profundo, teniendo presente los planteos de Manovich(2008) . Estos procesos de hibridación y convergencia que caracterizan al ecosistema, se ven favorecidos en gran medida por la naturaleza digital de los medios que la habitan. A grande rasgos esta naturaleza digital se puede caracterizar a partir de cinco elementos, tomando al mismo autor, representación numérica o digital (codificación binaria, que permite la re-codificación, lo que implica facilidad de manipulación), modularidad (se conforman a partir de varios objetos mediáticos), la automatización (procesos automatizados mediante software), la variabilidad (circula en varios medios) y transcodificación (cultural e informática).

En este sentido si tomamos el proyecto específico que presentamos y nos detenemos en el software y los procesos que se realizan, se puede observar claramente cómo se puede representar o asociar con estos elementos referidos por Manovich(2003).

Especificamente en lo que refiere a los circuitos de información de patrimonio cultural, arquitectónico e histórico y sus formas de difundir , al observar otros casos y teniendo en cuenta los estudios especializados al respecto de repositorios digitales o banco de datos relacionados a patrimonios, podemos destacar por un lado que se caracterizan por un gran desarrollo del trabajo con metadatos, con el desarrollo de varios estándar internacionales de descripción o catalogación de objetos culturales, cada vez más específico según el tipo de objeto que se describe, como una manera de extraer la mayor cantidad de datos pertinentes e identificadores para permitan una mayor manipulación por los software de gestión de metadatos u otros códigos, así como manera de permitir el intercambio de información con otros sistemas de información de la red.

Otros aspectos que hacen a este ecosistema en relación a el patrimonio y los repositorios, es la utilización de software que trabajan con xml u otros lenguajes que permiten el acceso y utilización desde móviles u otros sistemas, así como permitir su reutilización desde otras aplicaciones. De alguna manera esto nos conecta con la comunicación M+M (máquina con máquina) que ha permitido expandir la red de información digital que hace a la dimensión informacional de las ciudades y territorios, entendido como un componente que hace a la ciudad inteligente.

Siguiendo con esta comunicación máquina-máquina y la automatización de procesos implicada, la utilización de protocolo OAI-PMH por parte de software como Omeka favorecen el surgimiento del fenómeno de los agregadores de contenidos, un claro representante de esto en el ámbito del patrimonio cultural, es Europeana. Estos actúan como grandes bancos de datos que se alimentan de otros sistemas que se han abierto para la cosecha de sus metadatos mediante este tipo de protocolos. En este sentido los flujos de información que hacen a la imagen cultural y el patrimonio en general, tienen en su dirección un condicionante cibernético, transformando los conceptos de acceso, visibilidad y difusión de información.

A partir de esta breve caracterización del ecosistema, podemos referir a tres elementos que se presentan en estos ecosistemas y que funcionan como ejes fundamentales del proyecto y ayudan al presente abordaje, esto es, el acceso, la interoperabilidad y su reutilización.

Cuando nos referimos a acceso, el concepto que interesa es el que hace referencia a la disponibilidad de los recursos para su acceso, descarga, copia, distribución, impresión, enlazado de sus metadatos y, el elemento diferencial respecto a los sistemas convencionales, los metadatos están normalizados y son recolectables a través de procesos automatizados, facilitando su reutilización sin ninguna barrera financiera, técnica o semántica. (Cerdá, 2015)

En este concepto se agregan elementos a la definición desarrollada inicialmente por declaración de la “Budapest Open Access Initiative”, que nos permiten visualizar lo que referimos como acceso en términos de *smart city*, donde la interoperabilidad de los sistemas es fundamental no sólo para garantizar acceso a las personas desde varias tecnologías distintas, un celular, una tablet o pc, sino que otros sistemas -máquinas puedan acceder y reutilizar los datos para otras finalidades.

La perspectiva (tecnócrata) de *smart city* es insistente sobre la efectividad perseguir a partir de la gestión de la información en las operativas más básicas de los sistemas que hacen a una ciudad (transporte, turismo, seguridad, etc.) y su desarrollo económico y sociocultural, La efectividad en las operatividad y desarrollo de cualquier sistema tiene como requisito el flujo constante de información en forma bidireccionales y circular para permitir los procesos de retroalimentación que garantizan su constante auto-regulación y funcionamiento (retomando el origen cibernético de este tipo de perspectiva o relatos que en su forma pura retrotraen a la cibernetica de Norber Weiner de los años 40).

El ecosistema de información de lo patrimonial referido anteriormente replica estas lógicas y funcionamientos hoy asociados a las *smart cities*. A modo de ejemplo, no es sustentable que una aplicación orientada al turismo de la misma ciudad, vuelva a digitalizar, describir (metadatos) y conformar una base de contenidos digitales referidos al Patrimonio Anglo cuando puede reutilizar los contenidos o metadatos de los mismos de forma automática en tanto esta es abierta y de acceso libre.

Implementar proyectos relacionados al patrimonio cultural que puedan conectarse y estar en concordancia con este ecosistema atravesado y construido por el código, la digitalización avanzada y los sistemas inteligentes, tienen condicionantes de orden cibernetico (sistema de comunicación de las máquinas) donde los elementos acceso, reutilización e interoperabilidad son fundamentales para obtener cierta operatividad y efectividad o sustentabilidad para hablar en términos de *smart city* en su perspectiva tecnócrata.

## Consideraciones Finales

El desarrollo de las tecnología de digitalización, y los software para gestión de objetos culturales y conformación de colecciones y su disponibilidad a un costo reducido y su facilidad de uso, fue determinante para cumplir los objetivos del proyecto, acceso y apropiación, para motivar de alguna manera el ejercicio de la ciudadanía cultural y el desarrollo cultural general de la comunidad.

Las características del software utilizado que se abordaron, se consideraron fundamentales en la implementación de este tipo de proyectos si se pretende brindar acceso en los términos actuales, así como posibilitar los ciclos de reutilización de los datos y contenidos recogidos.

Analizado el acceso y reutilización en los términos planteados, se entiende que tanto la visibilidad como el impacto de estos proyectos pueden presentar un condicionamiento desde el orden del código. A modo ilustrativo, este imperativo de orden cibernetico (de las máquinas y sus sistemas de comunicación) se puede exemplificar a partir de las siguientes situaciones, a) si un conjunto de datos no está estructurado en un esquema XML u otro lenguaje que permita la interoperabilidad, no solo no podrá ser accedido desde un móvil, sino que no podrá ser integrado a otras aplicaciones, quedando fuera de ciclos de reutilización que dan valor agregado, o tomando nuestro caso b) si un repositorio digital no es realizado con un software que pueda trabajar con protocolo OAI-PMH Harvester no podrá ser recogido por otros agregadores o integrarse a los canales y flujos por donde circula y se hace visible la información cultural.

Las vinculaciones visibilizadas con respecto a las *smart cities* desde una perspectiva amplia, son evidentes, el concepto de inteligente asociado a la ciudad implica la existencia no solo de sistemas de gestión y almacenamiento de información sino una vinculación de la información con el espacio o territorio en donde esta no solo representa dimensiones asociadas a la memoria y la cultura, sino que la conforman. También desde esta perspectiva podemos entender que un repositorio realizado bajo este tipo de software contribuye a la referida eficiencia en el uso de la información y los recursos asociados a la convivencia en un territorio, lo cual define a estas ciudades en el contexto de las TIC, en tanto permite la utilización y reutilización de la información por el mismo sistema de información generado, como de los distintos actores vinculados al mismo en los distintos niveles de relacionamiento con la información y los espacios (productores, gestores y usuarios de esta información), además de permitir la reutilización por parte de otros sistemas. Como última consideración, se señala la relevancia que tomó configurar el proyecto como una experiencia interdisciplinaria donde se vincularon distintas áreas del conocimiento como ciencia de información, comunicación, arquitectura e ingeniería. En tal sentido, se considera necesario reproducir experiencias de este tipo.

## Referencias

- Aguirre-Ligüera, N. y Ceretta, M. G. (2013). Construyendo un modelo de repositorio de acceso abierto para Uruguay. En: VI Encontro Ibérico EDICIC "Globalização, Ciéncia, Informação - Atas"(Porto, 4-6 nov. 2013). Porto: Universidade de Porto (pp. 1209-1219). Recuperado el 18 de noviembre de 2013, de: <http://www.youblisher.com/p/745142-VI-Encontro-Iberico-EDICIC-2013-Globalizacao-Ciencia-Informacao/>
- Barber, Gabriela; Lafluf, Marcos; "Interactive Projection Mapping: Proyecto Patrimonio ANGLO", p. 795-801 . In: XX Congreso de la Sociedad Iberoamericana de Gráfica Digital. Blucher Design Proceedings, Volume 3, 2016, Pages 795-801, ISSN 2318-6968 DOI. <http://dx.doi.org/10.1016/despro-sigradi2016-627>
- Bonete Vizcancio, F. (2016) Smart Cities y patrimonio cultural. Una integración necesaria para el desarrollo en Revista Telos N.102, pag 3-7 Recuperado de <https://telos.fundaciontelefonica.com>

- Bonete Vizcancio, F. (2016) "Smart City" y patrimonio cultural: las aplicaciones móviles de ciudades patrimonio de la humanidad españolas en Ciudad y Comunicación Pag.
- Budapest Open Access Initiative (2002). La Iniciativa de Acceso Abierto de Budapest. GeoTrópico, 1(1), 98-100. Recuperado el 16 de julio de 2017 en: [http://www.geotropico.org/1\\_1\\_Documentos\\_BOAI.html](http://www.geotropico.org/1_1_Documentos_BOAI.html)
- Caldera Serrano, J. (2013). Metodología para el análisis de repositorio institucional de colecciones audiovisuales digitales. Documentación de las Ciencias de la Información, vol. 36, 209-219.
- Caldera Serrano, J., Freire-Andino, R. O. (2016). Los metadatos asociados a la información audiovisual televisiva por "agentes externos" al servicio de documentación: validez, uso y posibilidades. Biblio, (62), 63-75.
- CEPAL. ONU. Santiago. Disponible en [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37089/S1420540\\_es.pdf;jsessionid=C2F57B1C93C5E41C8D2FE74848DEC91E?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37089/S1420540_es.pdf;jsessionid=C2F57B1C93C5E41C8D2FE74848DEC91E?sequence=1)
- Ceriotto, P. y Testa, P. (2011) LUCIS Directrices y recomendaciones para la aplicación de metadatos en repositorios institucionales. Versión preliminar. Recuperado el 14 de agosto , de:[http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos\\_digitales/4123/directrices-lucis-bd-2.pdf](http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/4123/directrices-lucis-bd-2.pdf)
- De Giusti, M. et al. (2013) La Representación de Recursos en los Repositorios Institucionales. El Caso de estudio: SEDICI, Repositorio Institucional de la Universidad Nacional de La Plata.,[Preprint]. Recuperado el 21 de agosto de 2013, de:<http://eprints.rclis.org/20341/>
- Europeana. (n.d.). En Wikipedia. Recuperado el 10 de marzo 2017 en <https://es.wikipedia.org/wiki/Europeana>
- Heery, R. and Anderson, S. (2005). Digital Repositories Review, UKOLN and AHDS: 33. Recuperado el 02 de octubre de 2016 en: <http://www.ukoln.ac.uk/repositories/publications/review-200502/digital-repositories-review-2005.pdf>
- Institute of Electrical and Electronics Engineers (1990). IEEE Standard Computer Dictionary: A Compilation of IEEE Standard Computer Glossaries. New York.
- Kucsma, Jason; Reiss, Kevin; Sidman, Angela (2010). "Using Omeka to Build Digital Collections: The METRO Case Study". En: D-Lib Magazine, Vol. 16, n. 3-4. Disponible en: <<http://www.dlib.org/dlib/march10/kucsma/03kucsma.htm>>
- Library of Congress Cataloging-inPublication Data Introduction to metadata. Spanish Introducción a los metadatos: vías a la información digital / editado por Murtha Baca; traducido al español por Marisol Jacas-Santoll. p. cm. ISBN 0-89236-535-8 Disponible en <http://d2aohiyo3d3idm.cloudfront.net/publications/virtuallibrary/0892365358.pdf>
- Moreno Alonso, C.(2016).Desarrollo de un modelo de evaluación de ciudades basado en el concepto de ciudad inteligente (Smart city). Tesis (Doctoral), E.T.S.I. Caminos, Canales y Puertos (UPM).
- Manovich, Lev (2003). El lenguaje de los nuevos medios de comunicación: la imagen en la era digital. Madrid, Editorial Paidós.
- Manovich, Lev (2008). Comprender los medios híbridos. Traducción de Eva Noriega y Melissa Mutchinick. Recuperado de [http://www.academia.edu/2800625/Comprender\\_los\\_mEDIOS\\_h%C3%Adbridos](http://www.academia.edu/2800625/Comprender_los_mEDIOS_h%C3%Adbridos)
- Omeka (2017). [Consulta: 15/02/2017]. Disponible en: <http://omeka.org/>
- Patiño, J. A. (2014) Datos abiertos y ciudades inteligentes en América Latina. Estudio de cas.
- Peset, Fernanda; Ferrerer Sapena, Antonia; Subirats-Coll, Imma (2011). "Open data y Linked open data: su impacto en el área de bibliotecas y documentación". En: El profesional de la información, Vol. 20, n. 2, pp. 165-173.
- Pisarello, G. (2015 nov 19) Ciudad inteligente, para que?. El País. Disponible en
- Scheinfeldt, Tom (2010). Omeka and Its Peers. [Consulta: 15/10/2016]. Disponible en: <https://omeka.org/blog/2010/09/21/omeka-and-peers/>
- Saorín, T. (2011) Catalogación de objetos culturales y difusión digital del patrimonio Anuario ThinkEPI, v. 5, p. 168-172.
- Soarin, T. (2011) Exposiciones digitales y reutilización: aplicación del software libreOmeka para la publicación estructurada en MEI, II, Vol. 2, nº 2, pág. 29. Disponible en: <http://www.metodosdeinformacion.es/mei/index.php/mei/article/viewFile/IIIMEI2-N2-029046/740>
- Solano, J. (2014). Smart Cultura y Open Data, conferencia dictada durante el ciclo Smart City: aproximación al desarrollo económico urbano del siglo XXI [en línea]. Universidad Complutense de Madrid y Banco Santander, 23 de julio.
- Subirats J. (2015 nov 19). Ciudad inteligente, ciudad compartida. El pais(de España) Disponible en [http://ccaa.elpais.com/ccaa/2015/11/14/catalunya/1447525955\\_411073.html](http://ccaa.elpais.com/ccaa/2015/11/14/catalunya/1447525955_411073.html)

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## Comunicação, cidade e educação: o caso do Campo Grande

### Communication, city and education: the case of Campo Grande

*Mary Weinstein<sup>47</sup>*

**RESUMO:** Este trabalho revê a reconfiguração do Centro de Salvador, na Bahia, Brasil. Especificamente, se volta para a transferência de escolas para outras áreas, em correspondência à mudança pela inauguração de um shopping a 10 quilômetros do Centro Antigo da cidade. Com base em Santos (1978), Park (1999) e Lefevbre (2001), registra a destituição do Largo do Campo Grande como território catalisador do encontro entre grupos sociais. Da reorganização da geografia social da cidade, a qual se evidencia nos territórios constituídos, com discrepâncias e periferização, assim como a degradação do Centro, observamos o desaparecimento de um cotidiano de presença e convivência. Esses aspectos ajudam a compreender o Centro que ainda se esforça para resistir à desvalorização, consequência de recorrente substituição e subtração de serviços e funções no seu núcleo. Os desdobramentos decorrentes da transferência de parte do comércio e da administração da cidade para outras localidades nas décadas de 1970 e 1980, como verificamos, ocasionou um esvaziamento progressivo que é sentido até hoje.

**Palavras chave:** Segregação socioespacial, Salvador, Centro.

**ABSTRACT:** This paper reviews a reconfiguration process of the Salvador Center in Bahia, Brazil. Specifically, focuses on the transfer of schools to other areas, in correspondence to the change caused by the inauguration of a mall 10 kilometers from the Old Center of the city. Based on Santos (1978), Park (1999) and Lefevbre (2001), we recorded the dismissal of Campo Grande as a territory that used to catalyze the meeting among different groups. From the reorganization of the social geography, which is evident in the constituted territories, with discrepancies and peripheralization, as well as the degradation of the Center, we observe the disappearance of a daily presence and social coexistence in the place. We refer to aspects that help us to understand the Center which is still struggling to resist to its devaluation, as a result of a recurring substitution and subtraction of services and functions. The development from the transfer of part of the commerce and the administration of the city to other localities in the decades of 1970 and 1980 caused a gradual emptying of dialogue among social layers, felt until today.

**Keywords:** Socio-spatial segregation, Salvador, Downtown.

---

### Introdução

Este trabalho trata de territorialidade, espaço e sociabilidade, considerando as possibilidades de construção de diálogos no cotidiano urbano, para que sejam reconhecidos mutuamente os que convivem em uma mesma totalidade (SANTOS, 1978). Tem como objetivo rever momentos da dispersão ocorrida no Centro de Salvador, na Bahia, a partir da década de 80, quando parte da sua espinha dorsal sustentava-se entre o Largo do Campo Grande, Avenida Sete de Setembro e imediações. As alterações ocorridas na dinâmica da cidade com a instalação de um shopping, o segundo do Brasil, a oito quilômetros do antigo Centro, na região onde se consolidaram os bairros Itaigara e Caminho das Árvores, adjacentes à Pituba, que havia apontado este vetor de expansão para ocupação comercial e habitacional da classe média na década de 1970, desencadearam uma rearrumação, um acréscimo no traçado da cidade, cujas consequências, também em termos de segregação urbana, evoluíram e são sentidas até hoje. Buscamos demonstrar que as transformações resultaram no deslocamento de escolas que também contribuiria para a reconfiguração social do Centro de Salvador. O Campo Grande deixa de ser um espaço de encontro como tinha sido antes.

Nosso objetivo é rever o processo de transferência de escolas para outros bairros no rastro da inauguração do shopping, o qual provocou o deslocamento da ênfase que o Centro tinha em Salvador. Ao revermos este percurso,

---

<sup>47</sup> Mary Weinstein. Professora adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, doutora, Brasil, maryweinstein@gmail.com

percebemos que a comunicação é um processo imprescindível que se dá a partir de leituras e diálogos por meio dos quais ocorrem sedimentações que valorizam o tecido urbano. Isto porque, consideramos a comunicação intrínseca à convivência que se verifica no espaço que é identificado como campo de forças (SANTOS, 1978). No caso em questão, havia um espaço comum de intersecção no Campo Grande, que, além de praça, era terminal onde os ônibus chegavam e partiam interligando o Centro e os bairros - um lugar aberto, de trocas. Entender as alterações no território levam a uma compreensão sobre a transformação da relação, ao mesmo tempo em que registra-se a supressão de um importante campo de forças, onde havia leitura e reconhecimento recíprocos entre populações que integravam a totalidade (SANTOS, 1978, p.122) da sociedade e a cultura local. Esta função do Centro, de ser um território comum frequentado pelas distintas camadas sociais, aparentemente, deixa de existir em Salvador.

## O lugar das relações sociais

A cidade é algo mais do que uma aglomeração de pessoas e de serviços coletivos. É, sobretudo, um estado de ânimo, seus costumes, tradições, organizadas em um conjunto de atitudes e de sentimentos inerentes a esses costumes que se transmitem por tradição. A cidade não é um mecanismo físico, uma construção artificial. Está associada a processos vitais das pessoas que a formam (PARK, 1999, p. 48). Para Santos (1978), o espaço é como um conjunto de representação de relações do passado e do presente que se processam em suas funções. Santos (1978, p. 171) defendeu que o espaço reproduz as relações sociais, por suas características, por seu funcionamento, "pelo que oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva". O geógrafo fez uma analogia procurando ver o espaço como uma amostra das relações que prevalecem no todo, porém com a possibilidade de ser mais diretamente susceptível às ações empreendidas nele. O espaço organizado pelo homem seria, segundo ele, como outras estruturas sociais, onde se realizam as características de "subordinado" e "subordinante". Entretanto, assim como as outras instâncias, o espaço, "embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia" (SANTOS, 1978, p. 145).

Lynch (1980, p.13) define a cidade como uma grande e complexa unidade, concentrada, mutante e dependente de acomodações e adequações das comunidades. Em processo, está sempre sendo feita e refeita e é resultado de interações entre o homem - com a sua cultura - e a paisagem. O autor considera a cidade como síntese da cultura, o que significa compreendê-la como objeto da percepção dos habitantes. Lynch diz que ao arquiteto e ao engenheiro cabem a execução de modificações no espaço urbano, mas o habitante, organizado socialmente - ao introduzir e impor o seu desejo – é quem mais interfere nela.

"A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos, (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos 'padrões', que coexistem na Cidade" (LEFEBVRE, 2001, p.22). Se o Barão de Haussmann dispersou o proletariado para a periferia (LEFEBVRE, 2001, p. 23), na Paris do século XIX, evitando assim que a democracia urbana ameaçasse os privilégios da nova classe dominante, em Salvador, que já tinha sofrido as influências do Barão na virada do século XIX para o XX, quando J.J. Seabra alargou a Avenida Sete, o desenvolvimento sem planejamento tratou de dispersar a classe média criando bairros um pouco mais distantes do Centro, mas não periféricos, levando para lá grande parte da oferta de serviços – escolas e comércio - , especialmente nas décadas de 1970 e 1980, período que tratamos.

Tomamos como entendimento de segregação sócio-espacial o processo que se caracteriza pela localização concentrada de classes ou camadas sociais em determinadas regiões ou bairros da metrópole (VILLAÇA, 2001, p.142). Enquanto macroestrutura, a metrópole de hoje apresenta uma complexidade distintiva que faz com que não só não seja um espaço de intimidade, como represente um lugar de profunda fragmentação social, espacial e cultural (FORTUNA, 2012, p.200).

Podemos então classificar que o Campo Grande caracteriza-se como (micro) territorialidade (FORTUNA, 2012), na medida em que perde a sua propriedade de lugar de convergência de interesses e realidades na cidade quando, a partir daquele momento, ganha uma refuncionalização ao se tornar por exemplo um local de destaque para o carnaval ou ponto de partida para manifestações políticas, religiosas e culturais. As (micro)territorialidades, entendidas como "espacialidades socioafetivas de pequena escala, ao mesmo tempo que revelam a tremenda profusão da cultura urbana", constituem um patrimônio socio-antropológico pouco trabalhado que amplia e desdobra os nossos horizontes compreensivos sobre a realidade metropolitana contemporânea (FORTUNA, 2012, p. 211). Buscando este momento e o posterior que se amplia pelas possibilidades virtuais, percebemos a particularidade da (micro) territorialidade, no caso, heterotópica. Historiadores sabem que a história acontece num determinado lugar, e geógrafos igualmente reconhecem

que o lugar é construído pela história. Nessa intersecção entre tempo e espaço está a raiz da experiência do homem no mundo (Dickenson, 2011, p. 37).

### **Antiga geografia**

A tendência de concentrar lojas dentro de uma edificação com diversos pavimentos se firmou tanto, na Bahia, que ruas tradicionais deixaram de ser polos de comércio. Com a baixa frequência ocasionada nas áreas afetadas, cria-se a deixa para que administrações de governos decidam “revitalizá-las”, investindo um dinheiro público sem retorno. Há vários exemplos, como os da Baixa dos Sapateiros e Barra, dois lugares popularmente reconhecidos em suas histórias. No momento, também a Avenida Sete de Setembro seria submetida a “revitalização” anunciada em meios de comunicação em 2016 e 2017.

O deslocamento influenciou a localização de escolas. Até a década de 1970, as públicas e privadas situavam-se próximas a bairros povoados pela classe média no Centro. Havia neste espaço de trânsito comum do Campo Grande uma área em que jovens se relacionavam, mesmo pertencendo a contextos sociais diversos. Havia estudantes que iam e voltavam em automóveis dirigidos por familiares ou motoristas particulares. A parcela que utilizava o transporte coletivo ocupava o espaço construindo esta sociabilidade. Nos ônibus e nas calçadas, uniformes eram vistos e identificados e a relação ocorria, a despeito de diferenças e condições estamentais específicas, promovendo o reconhecimento de estratos diversos. Havia a possibilidade de permeabilização dos universos graças ao espaço comum, de trânsito entre domicílios e instituições educacionais. Havia o diálogo, a troca de experiências, de leituras, interatividade, que seria como preâmbulo para que se seguissem compartilhando lugares – ruas, comércio, praias, shopping centers etc. Entre os muitos frequentadores havia duas condições comuns: estavam em formação e eram parte da mesma totalidade (SANTOS, 1978).

Esta relação entre estudantes de colégios diversos foi se extinguindo quando o Campo Grande, como espaço comum, foi reformulado ao mesmo tempo em que as escolas foram transferidas. O espaço comum onde se pegavam os ônibus para os demais bairros da cidade, onde os veículos faziam uma pausa, passou a ser um local de pontos de ônibus em que todos que passam param para descarregar e recarregar passageiros que sequer podem se organizar em filas, já que a calçada onde aguardam é a mesma utilizada por transeuntes. Os pontos foram redistribuídos por ruas contíguas, conforme a direção de cada bairro. Em frente ao Teatro Castro Alves, se concentravam os ônibus que iam para Nazaré, Barbalho, Macaúbas, Cidade Nova, Liberdade, Rua Direta, Uruguaí. Os ônibus ficavam estacionados ao lado do meio-fio à espera dos alunos que saíam das aulas, andavam pela Avenida Leovigildo Filgueiras, Rua Araújo Pinho e Avenida Sete para formar filas e com algum empurra-empurra pegar a condução.

### **Composto de colégios e história**

Desde os anos 1980, escolas no Centro foram sendo fechadas ou transferidas e outras surgiram em bairros que começavam a se estruturar ou se consolidavam. O Colégio de Aplicação, que tinha funcionado na Av. Joana Angélica nº1312, prédio tombado que posteriormente abrigou o Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, e hoje é ocupado pelo Ministério Público Estadual, para depois ser transferido para o Canelo, deixou de existir em 1978.

O Instituto Feminino, na Rua Politeama nº2, que fica a um quilômetro do Largo do Campo Grande, encerrou suas atividades como colégio e passou a ser local para festas e museu com mobiliário em jacarandá e vinhático, dos séculos XVIII e XIX. O Instituto Isaías Alves, o Icieia, na Praça do Barbalho s/n, projeto atribuído a Alexander Buddeus (BIERRENBACH, 2011) de arquitetura modernista, mantém atividades apesar de especulações de que deverá ser desativado no próximo ano. O Colégio Maristas, inicialmente implantado em 1904, na Igreja de São Pedro dos Clérigos, foi transferido para o bairro de Patamares depois de vendido à Construtora Queiroz Galvão. Durante a desocupação de suas dependências na Rua Araújo Pinho nº 39, houve polêmica em relação à preservação do prédio do início do século XX, sem méritos artísticos ou arquitetônicos, resultando em tombamento à cargo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac-Ba), em 2009. O tradicional Colégio 2 de Julho desmembrou-se dando origem ao Colégio São Paulo que opera no Itaigara. O original continuou no Garcia, próximo ao Campo Grande ampliando-se também como Faculdade e agora está à venda.

Surgiram os colégios Anchieta, Oficina, Módulo, São Paulo, Girassol, Portinari, e Mendel, na Pituba e no contíguo Itaigara, que são os bairros que mais atraíram a classe média que morava em Nazaré até a década de 1970 e 1980. Estes são mais próximos de um novo centro que se formou com a inauguração do Shopping Iguatemi, hoje Shopping da Bahia, assim como do Centro Administrativo que se estabeleceu na década de 70 às margens da Ave. Luis Viana Filho, a chamada Av. Paralela, onde funcionários públicos passaram a trabalhar. A instituição do Centro Administrativo na Avenida Paralela

e a instalação do shopping no Caminho das Árvores propiciaram o deslocamento do Centro da cidade favorecendo um novo vetor de expansão que se estendeu em direção ao município de Lauro de Freitas seguindo pela Estrada do Coco com o consolidado loteamento de Vilas do Atlântico iniciado nas décadas de 1970 e 1980 para atender a trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari, e onde várias amenidades e equipamentos foram instalados, incluindo-se colégios.

O Colégio Antônio Vieira, de 1911, hoje com aproximadamente cinco mil alunos, permanece em atividade na Av. Leovigildo Filgueiras, quase em frente ao igualmente tradicional Colégio 2 de Julho, fundado em 1927. Em 2013, foi anunciado o fim do ensino fundamental e médio do Colégio 2 de Julho, e o próprio prédio do século XVIII, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi colocado para leilão pelo Tribunal Regional do Trabalho para quitar dívidas trabalhistas.

Também as faculdades que compunham o campus do Canela da Universidade Federal da Bahia seguiram para o Campus de Ondina, permanecendo apenas a Escola de Teatro, à Rua Araújo Pinho nº 295, em um casarão eclético que ocupava desde 1958, e construído na virada do século XIX para o XX, com reforma do arquiteto italiano Rossi Baptista em 1913. O casarão segue preservado embora anexos com dois ou mais pavimentos venham sendo construídos para abrigar salas de aula em vizinhança imediata.

A Reitoria da Universidade Federal da Bahia permanece na Rua Augusto Viana s/n, bairro do Canela em um prédio inaugurado em 1952, projetado pelo arquiteto Wladimir Alves de Souza, que incorporou um conjunto de azulejos do século XIX que eram do Solar Aguiar da família Pereira de Aguiar, ali no Canela, e que foram tombados pelo Iphan em 1958. O Solar foi demolido cedendo espaço para a subida de um novo edifício.

## **Escolas públicas e patrimônio**

As escolas públicas que ainda estão localizadas no Centro perderam o destaque que tinham até os 1960 e que se refletia nas ruas em que se localizavam e por onde seus alunos andavam. O Colégio Estadual Severino Vieira, com duas unidades, no Jardim de Nazaré e no bairro da Saúde, o Teixeira de Freitas, na Mouraria, e o Colégio Central, na Av. Joana Angélica, que formaram gerações de estudantes que se destacaram nos meios culturais, políticos e empresariais baianos, foram perdendo status e verbas. Eles também contribuíram com a dinâmica do centro. O Colégio Central acolheu novos pavilhões mas sem desvirtuar o prédio inicial que ainda espera recursos para ser preservado e evitar novos danos em épocas de chuva (WEINSTEIN, A TARDE, 23/05/2009).

O Colégio Ipiranga tornou-se público e continuou ocupando a edificação tombada onde viveu o poeta Castro Alves (1847-1871), à Rua do Sodré nº 43, ao lado do Convento de Santa Tereza, o Museu de Arte Sacra, vinculado à Universidade Federal da Bahia. Em Salvador, apenas este colégio funciona em prédio tombado. O Dona Anfrísia, em imóvel tombado em 1938, situado na Avenida Joana Angélica nº 149, foi desativado. Importante mencionar o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola Parque, da década de 50, na Rua Saldanha Marinho nº 134, no bairro da Caixa D'Água, idealizado pelo educador Anísio Teixeira, projetado pelo arquiteto Diógenes Rebouças, onde estão painéis e murais de artistas plásticos tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac) e uma biblioteca modernista.

No Rio de Janeiro, o centenário Colégio Pedro II, que integra a rede federal de ensino e que, mesmo sendo ampliado para seis unidades em bairros diversos, manteve a sua sede original no Centro, é referência. Fundado em 1837, foi o primeiro colégio de nível secundário no país. Na Av. Marechal Floriano, o edifício que compõe o campus do Centro é do século XIX. É um conjunto de salas arejadas, com pisos de ladrilho hidráulico. Na fundação do Colégio, o prédio foi reformado pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny. Em 1874, foi ampliado por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, da mesma escola de Montigny, que construiu a fachada em estilo neoclássico. Há um salão nobre, de 1875, onde acontecem as cerimônias solenes. Em 1983, o prédio foi tombado pelo Iphan. O monumento é valorizado pela gestão acadêmica segundo informação da diretora geral do campus do centro, Andrea Bandeira Ribeiro.

Conforme relatório, o campus está no entorno das avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, em área comercial, cultural e histórica, “proporcionando aos estudantes uma série de vivências pedagógicas planejadas pelo corpo docente”. A rua é parte do Projeto Porto Maravilha, da área do Cais do Porto. O relatório afirma que a presença do Pedro II no Centro “reverbera de modo bastante positivo na região, pois trata-se de um prédio histórico (...) valorizando simbólica e culturalmente esta região do Centro do Rio”. Outro exemplo de vitalidade, decorrente em grande parte da educação no Centro é Montreal, no Canadá. Entre as principais ruas do downtown, misturadas a bancos e escritórios, estão quatro campi de universidades, três delas de grande porte.

## Considerações finais

Houve uma redução do potencial atrativo do Centro de Salvador e da preservação do patrimônio cultural em geral, e especificamente dos prédios das escolas que ficaram vazios ou sem significado, embora provenientes de um passado nem tão distante, de escolhas feitas sem que fossem problematizados ou ponderados os momentos que se seguiriam. O quadro que nos instigou neste artigo tem levado os planejamentos estratégicos de gestores a propor um caminho remediador que vem sendo executado por meio de obras. Nenhuma das iniciativas obteve resultado satisfatório, a exemplo das que foram submetidas ao Pelourinho, Baixa dos Sapateiros e à Barra, em 2014.

Qual a importância de se manterem os colégios no centro? A frequência de estudantes e professores, injetando uma vitalidade genuína à área onde o estabelecimentos estariam situados. Para o estudante é a oportunidade de estabelecer vínculos com o local que frequenta diariamente e onde vive parte de suas experiências mais significativas em sua formação. Todo um complexo de vivências ocorre na escola e no entorno dela, conforme o acesso que é praticado, o que há em sua vizinhança, os encontros que se travam em função do local. No Centro, o estudante vivencia um contexto denso com histórias que são também a cidade. As ruas mais antigas, as lojas tradicionais, as manifestações políticas, as repartições públicas que organizam a cidade, o encontro com pessoas que se dirigem ao centro. É o encontro com uma realidade comum a qual a vida do estudante está inserida.

Os que pensam a cidade mostram que ela é os que vivem nela, que colocam as suas expectativas e realizações no lugar em que estão com experiências e diálogos, construindo uma sociabilidade, uma ecologia urbana. Não há como não associar as reflexões ao processo que a cidade de Salvador vem vivendo. Além do isolamento aceito, o lugar que guarda uma memória (HALBWACHS, 2006) e portanto a sua particularidade sumiu de uma nova cartografia que se impõe na cidade passada a limpo a partir de transformações que aprofundam a carência por espaços comuns.

## Referências bibliográficas

- BIERRENBACH, A. (12/12/2011). Fluxos e influxos: Arquiteturas modernas, modernização e modernidade em Salvador na primeira metade do século XX. Revista eletrônica Arquitectos, nº 139.02; ano 12. Acesso: 20/6/2017 <http://www.vitruvius.com.br>
- FORTUNA, C. (2012). (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. *Terr@Plural. Ponta Grossa*, v.6, n.2, pp. 199-214, jul./dez 2012 Acesso: 14/07/2017 <https://drive.google.com/drive/folders/0B6PPvPmtA9OpUEhmSmVITHZPV00>
- HALBWACHS, M. (2006). A memória coletiva. Trad.: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.
- Harvey, D. (2013). O direito à cidade. In: Revista Piauí. 2/7/2013. Acesso em 14/9/2017. <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>
- HALBWACHS, M. (2006). A memória coletiva. Trad.: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro
- LEFEBVRE, H. (2001). O direito à cidade. Trad.: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro
- LYNCH, D. (1980). A imagem da cidade. Trad.: Maria Cristina Afonso. Lisboa: Edições 70
- PARK, R. (1999). La ciudad y otros ensayos de la ecología humana. Trad.: Emilio Martínez Barcelona: Ediciones del Serbal
- ROLNIK, R. (2017). São Paulo, Territórios em Disputa e os limites do planejamento. Acesso: 27/10/17 <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/10/27/sao-paulo-territorios-em-disputa-e-os-limites-do-planejamento/>
- SANTOS, M. (1978). Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978
- VILLAÇA, F.(2001). Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute
- WEINSTEIN, M. (23/05/2009). Chuvas danificam prédios do Colégio Central. A Tarde. Acesso: 22/06/2017 <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1251206-chuva-danifica-predios-antigos-do-colegio-central>

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## Imaginarios urbanos, entre el emprendimiento y el empoderamiento

**Urban imaginaries, between entrepreneurship and empowerment**

**Imaginários urbanos, entre empreendedorismo e capacitação**

*Yamilé Ferrán Fernández<sup>48</sup>*

*Lissette Hernández García<sup>49</sup>*

*Emma Yecenia Lerena Insua<sup>50</sup>*

**Resumen:** Mediado por la apertura del modelo económico cubano a las Pymes de servicios, La Habana proyecta significaciones inéditas desde el consumo; nuevos flujos, metáforas, imaginarios y narrativas urbanas avizoran una realidad otra.

**Palabras clave:** identidades urbanas, consumo, emprendimiento.

**Summary:** Mediated by the opening of the Cuban economic model to service SMEs, Havana projects unprecedented significance from consumption; new flows, metaphors, imaginaries and urban narratives envision another reality.

**Keywords:** urban identities, consumption, entrepreneurship.

### Tema central.

Análisis del impacto de las nuevas formas de propiedad como generadoras de significaciones desde el consumo, en las identidades colectivas y citadinas.

### Objetivos.

- Analizar las contribuciones que desde la Comunicación Promocional (de los sitios seleccionados) se están habilitando en pro de la gestión de nuevas identidades urbanas en términos simbólicos;
- Sistematizar los supuestos teóricos-conceptuales que han de servir de anclaje explicativo y referencial al objeto de estudio, desde su dimensión comunicativa urbana y semiológica;
- Identificar las articulaciones que se dan o no, entre los presupuestos de identidad e imagen de producto (conceptual, visual, iconográfico y escritural) a nivel interno y externo en estas instalaciones;
- Determinar los imaginarios socio-urbanos, flujos y nuevas significaciones que estos sitios están generando en su segmento de clientes, actuales y pretendido.

<sup>48</sup> Yamilé Ferrán Fernández. Profesora e investigadora de la Facultad de Comunicación, de la Universidad de La Habana. Doctora en Ciencias de la Comunicación de la Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana, Cuba, [yferran67@gmail.com](mailto:yferran67@gmail.com)

<sup>49</sup> Lissette Hernández García. Profesora e investigadora de la Dirección de Extensión Universitaria de la Universidad de La Habana. Máster en Ciencias de la Comunicación de la Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana, Cuba, [lissette@rect.uh.cu](mailto:lissette@rect.uh.cu)

<sup>50</sup> Emma Yecenia Lerena Insua. Empresa Comercializadora Farmacuba, Licenciada en Comunicación Social de la Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana, Cuba, [elerena@farmacuba.cu](mailto:elerena@farmacuba.cu)

El estudio previo, focalizó su mirada indagatoria en dos tipologías de prestaciones, las lúdicas/culturales, a través de los Proyectos Fábrica de Arte (gira en torno a la figura del músico X Alfonso) y Estudio Laboratorio Taller Romerillo (de la autoría del artista plástico Kcho) y las lúdicas/gastronómicas: King Bar, Café Presidente y Bella Habana. Asimismo, en su condición de pesquisa cualitativa, demandó la selección intencionada de técnicas como la investigación bibliográfica y documental, el análisis de contenido cualitativo, la encuesta (a prestatarios y a clientes finales), la entrevista semiestructurada a los líderes de los proyectos, a académicos e investigadores cuyos análisis y reflexiones versan sobre tópicos tan variados como marketing de servicios, publicidad, diseño visual comunidad, identidad y patrimonio (consecuentemente fueron abordados investigadores y expertos de la Oficina del Historiador de la Ciudad, de la ONDI, el ISDI y de la Facultad de Comunicación y Facultad de Economía de la Universidad de La Habana).

### - Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta.

Los estudios sobre ciudad, la reflexión inter, trans y multidisciplinar que toma a la Ciudad como constructo vivo y convergente no solo constituye una agenda de alta pertinencia para las ciencias sociales y para la comunicación, es una agenda en permanente configuración y ensanchamiento.

A tenor de fenómenos del cambio social, nuevos paradigmas de desarrollo y las propias subjetividades que la objetivan de formas múltiples como ámbito de significación y producción simbólica, se han ido generando eventos acaso paradigmáticos, y conexiones con un importante número de agendas del contexto regional y global que se asumen comúnmente como expresiones de la postmodernidad: efecto de las migraciones en las identidades individuales, colectivas, en la familia y el empleo; la inter, multi y pluriculturalidad; conflictos bélicos y diáspora; así como nuevas prácticas de democratización del acceso ciudadano, entre otros.

El trepidante espacio de configuración e interacción simbólica que se ha abierto con el uso de Internet, las redes sociales, los videojuegos y las narrativas transmedia, vindica con mucha fuerza el término ciudades digitales/virtuales; para otros conviene hacer un reconocimiento por la relación entre los usos tecnológicos y los enclaves/clústeres productivos de las llamadas ciudades inteligentes, todo lo cual viene a complejizar el universo topográfico que se genera en torno a esta demarcación otrora colocada en las antípodas de lo rural.

En los últimos lustros, a partir de las nuevas modelaciones económicas que se han producido en la realidad cubana, con gran impacto para La Habana capital, se han ido incorporando importantes servicios, prestaciones y emprendimientos, los cuales van contribuyendo aceleradamente a modificar el rostro de la ciudad, sobre todo en sus sitios más concurridos y céntricos, y con ello sus narrativas urbanas, de la mano de un concepto de prestación que va generando nuevos flujos urbanos, metáforas, topografías y significaciones inéditas desde el consumo.

Con un deliberado hábito transdisciplinar, el estudio previo focaliza el análisis en procesos intencionados de comunicación promocional e identidad conceptual/visual, para desde ahí, desentrañar el entramado de nuevos significados que se están generando, tanto en los emisores/prestatarios como por parte de los clientes reales (consumidores) y los pretendidos.

Tal objeto de estudio reclama una convergencia teórica inter y transdisciplinar. En este panorama concurren autores como; Canclini (imaginarios urbanos); Rossana Reguillo, Carolina de la Torre, Gilberto Giménez (sobre identidad); Marc Augé (Los no lugares/espacios del anonimato, una antropología de la Sobremodernidad); Armando Silva, Michel de Certeau, Umberto Eco, Sergi Valera; Antonio Mela (códigos comunicativos que definen a una ciudad), entre otros.

#### ¿Cartografías?

Repensar los vínculos entre los nuevos sitios de emprendimiento, imaginarios, metáforas, flujos y compromisos con la ciudad, desde una comunicación promocional coherente, presupone, para empezar, distinguir de qué ciudad se habla; cómo estos lugares van a comulgar y convivir dentro de un todo mayor: territorialidades deslizantes, movedizas, incluso sinuosas; aceptar también que una territorialidad es, ante todo, un espacio vital construido con arreglo a dimensiones espaciales, geográficas y temporales, que invariablemente remitirán a un futuro, desde un presente en permanente cambio, mutación, y donde la coherencia la definen los sujetos sociales que en ella están determinando, tanto en la condición de hacedores, como consumidores simbólicos en doble dirección de desempeño, de manera que una instantánea del asunto siempre será insuficiente para modelar políticas, normativas, regulaciones, e incluso para alimentar catarsis, desalientos o euforias. Asientos primarios del debate, a modo de premisas:

El mercado cubano, en su dimensión de oferta-demanda está en pleno reajuste, en coincidencia con un privilegio nacional a la tercerización como estrategia exportadora de país, y a la actualización y adecuación del modelo económico cubano, se han ido produciendo importantes desplazamientos en la organización productiva social con implicaciones en la descentralización de procesos productivos y rubros hacia la economía de producción no estatal (cooperativa, privada), generando un consumo importante por su crecimiento numérico y en cuanto a su expresión de madurez y complejidad de prestaciones. Es en este sentido, donde una coherente comunicación promocional viene a hacer la diferencia y a promover o por el contrario desmovilizar, los nuevos posicionamientos de imagen que se van creando ante las nuevas identidades de servicios. Aunque aún los costos (sociales, urbanísticos, de enclasamiento y empoderamiento de nuevos actores) de estos reordenamientos y esfuerzos están por emerger, tienen alcances también en el orden simbólico desde la interpretación y la percepción asociada al consumo, perspectiva esta hasta la fecha muy insuficientemente analizada.

Es desde los cauces de crecimiento económico más abierto en el último lustro, que se han ido incorporando importantes servicios, modificándose el rostro de la ciudad, sobre todo en sus sitios más concurridos y céntricos.

Estas modificaciones se expresan con dos impactos, a menudo colocados en polarización; de una parte nuevos servicios y nuevas prestaciones culturales, de ocio, gastronómicas, con sobrados atractivos en su oferta básica, se suman a inmuebles renovados, cartas menú, así como una imagen que basa sus códigos en recursos de identidad muy irreverentes; y lo que es más importante aún, todo esto forma parte de un concepto de prestación que lógicamente van generando nuevos flujos urbanos, puntos de encuentro, topografías y significaciones inéditas desde el consumo.

Así han adquirido posicionamiento referencial, sitios, esquinas, lugares y entornos antes desprovistos de significación simbólica (arquitectónica, utilitaria, espacial, semiótica), "incluso permitiendo el rescate en no pocos casos de un patrimonio inmobiliario que parecía iba a perderse, van cubriendo nichos deficitarios, sobre todo relacionados con el ocio y el esparcimiento".

#### **- Enfoque y/o metodología de abordaje.**

Desde un estudio de casos múltiples fue posible triangular los resultados del análisis cualitativo del discurso publicitario directo/indirecto (identidad marca, diseños de fachada, discurso público, promoción de venta, relaciones públicas) que emiten estos enclaves e ir al encuentro de la mirada crítica interdisciplinar que sobre las implicaciones de las nuevas prácticas de negocios y servicios que distinguen a esta nueva hora del modelo económico cubano con implicaciones en la planeación urbana de alcance social, sustentan expertos cubanos, académicos y decisores públicos. Conviene entonces visibilizar desde la investigación en ciencias sociales, las problemáticas y contradicciones que cualquier diseño de desarrollo endógeno genera, para dar respuesta anticipada a los decisores políticos y administrativos; se impone integrar miradas y enfoques desde apartados disciplinares convergentes, que tienen a la comunicación, a la ciudad y a la producción simbólica y estética-cultural como centro de atención, y al mercado y las industrias culturales como mediación decisiva.

#### **- Principales resultados, reflexiones y conclusiones.**

¿Qué problemáticas advierte el investigador que se nos avecinan como sociedad, y desde dónde abordarlas?, constituyó una interrogante que suscitó reflexiones muy agudas, las cuales remiten a la centralidad de lo simbólico y de la comunicación también a la hora de la toma de decisiones y de la fundamentación de políticas públicas generales y sectoriales.

Para los investigadores estos negocios son la punta más visible de un iceberg mucho más complejo y profundo, que es la transformación transversal de la manera en que vemos nuestra sociedad y nuestro país (transformación como actualización, visibilización y liberación de determinadas fuerzas económicas y simbólicas que, por supuesto, admiten la entrada de matrices ideológicas "peligrosas" desde el punto de vista sistémico, o sea, que responden a valores no reconocidos en nuestro proyecto social, como todavía lo entendemos). Todo lo cual llama la atención hacia disfuncionalidades mucho mayores que pueden, de no atenderse, profundizarse.

El paso de la desigualdad económica a la desigualdad simbólica más estructurada, o sea, la naturalización de clases sociales y sistemas de privilegio;

El peligro de la desorientación moral de los ciudadanos, educados bajo un sistema de valores que no reconoce la desigualdad económica o simbólica, ante esos sistemas de privilegio y empoderamientos que eventualmente puedan constituirse en paradigmas de acción social;

El resentimiento de los sectores no favorecidos por la transformación;

El peligro de la pérdida de esencia en favor de la apariencia. Este último sería la expresión cultura de los anteriores, y desde mi punto de vista el más difícil de abordar;

En este contexto, a mi juicio el agente mejor preparado sigue siendo el Estado, en su papel de mediador y a través de la acción de equipos multidisciplinarios. Un proceso de transformación de ese nivel debe ser gestionado por el Estado, y de forma regulada. Es importante recalcar que probablemente los dos campos donde la mediación debe ser particularmente intensa, son la cultura y la educación. Y, mediación social al fin, el mayor reto profesional (diálogo, flexibilidad, amplitud, desarrollo) recae en la esfera de la comunicación.

Asimismo el estudio visibiliza complejidades en torno a la comunicación corporativa, estratégica, en una dimensión menos inocua y mucho más "ideologizada", desde donde conviene atender a la creación de marcas, lemas comerciales y estéticas que en general se desvirtúan de la tradición cultural endógena y recrean sentidos a menudo extrapolados mecánicamente de prácticas anglosajonas de dudosa calidad como pretendidos íconos de lo universal, con implicaciones negativas para la coherencia lingüística y la identidad de lo genuinamente cubano.

Los procesos de gestación de nuevas identidades urbanas han estado sujetos a dinámicas que, lastimosamente, no en todos los casos responden a la configuración de nuevos flujos, nuevos puntos de encuentro y, sobre todo, nuevas significaciones positivas en términos simbólicos. Si bien muchos sitios de emprendimiento y servicios culturales, lúdicos y gastronómicos de La Habana han ajustado su hacer al diseño de herramientas cada vez más creativas sobre la base de estrategias de comunicación promocional, la ciudad hoy se resiente ante cientos de negocios que no cumplen con las normativas, las cuales no son diáfanas ni están siendo aplicadas con rigor por las instancias involucradas.

De ser así, la ciudad continuaría sufriendo un deterioro en su imagen, interferencias en la estética y funcionalidad de la urbe y los sentidos y significados que en ella se crean.

La complejidad del sistema urbano implica la necesidad de coordinación y alianza entre múltiples agentes, enfocados todos, desde una visión sistémica del asunto, al aprovechamiento de las nuevas posibilidades (políticas, económicas y sociales) que se presentaron con la apertura y consolidación de nuevos espacios que han tenido lugar desde el 2009 y cada vez discurren con mayor celeridad, y para lo cual la perspectiva de análisis cultural ha de resultar la más fecunda para los decisores y hacedores de las políticas públicas.

Son los imaginarios urbanos una categoría de estudio transdisciplinar, polisémica, cambiante en el tiempo, anclada en la convergencia de actores, miradas y procesos que discurren de manera vertiginosa en la realidad social, por lo cual es posible advertir signos de un fenómeno mucho mayor que apenas expresa algunos de sus rasgos más constitutivos.

La comunicación promocional que se realiza en estos sitios de emprendimiento y servicios culturales, lúdicos y gastronómicos de La Habana contribuye de manera directa y positiva a la gestación de nuevas identidades urbanas, en la medida que propician la visibilidad massmediática y pública de estos espacios con un fuerte epicentro simbólico, que dotan de nuevas significaciones a sitios otrora desprovistos de imagen, hoy de alto reconocimiento en sus segmentos de clientes, reales y potenciales; al tiempo constituyen referencia obligada en la topografía turística que de la Isla se promueve en el mundo (guías impresas y digitales, aplicaciones de móvil, *Trip Advisor*). Aunque es muy insuficiente aun el peso que en la publicidad que corre por las empresas estatales adquieren los negocios de emprendimiento.

En cuanto al diseño de exteriores e interiores, el empleo de canales directos, flujos-nexos que se articulan y la creatividad en los mensajes, evidencian una coherente apropiación cultural en cuanto al diseño y aplicación de estrategias promocionales que se gestionan en cada espacio explorado. Lo cual viene a evidenciar en paralelo el crecimiento de una oferta competitiva de servicios profesionales y un mercado creciente de prestaciones no estatales, mediado o no por entidades de representación de autor como RTV Comercial, Asociación Cubana de Comunicadores Sociales (ACCS), Unión Nacional de Artistas y Escritores de Cuba (UNEAC), Asociación de Artesanos y Artistas (ACA), Fondo de Bienes Culturales (FBC), que promueven el quehacer del talento de diseñadores gráficos y visuales, decoradores, publicistas, comunicadores de imagen, en su condición también de "emprendedores"; nichos que vienen a dinamizar en todo sentido el campo

profesional, aun cuando las regulaciones en torno a derecho de autor, y todo lo concerniente al branding esté reclamando en el país una formalización que no se tiene todavía y una actualización a tenor de los nuevos escenarios y procesos.

Desde luego, como advertirá el lector, este esbozo investigativo por igual pudo haber habilitado otras muchas instalaciones de las que convergen hoy en la ciudad, donde esta armonía no tendrá seguramente la robustez ahora apreciada, sobre todo en sitios de menor inversión material y simbólica, por lo cual no es para desestimar establecer una correlación entre la calidad de las prestaciones, la fortaleza y organicidad de los imaginarios y el capital cultural de sus hacedores.

Las herramientas del mix de comunicación más empleadas por estas instalaciones y que recaen con más fuerza en el desempeño de estas son el marketing, y las inserciones publicitarias, mediante el empleo de las redes sociales como Facebook y Twitter, páginas web, suelto, plegables y tarjetas de promoción. Si bien se constata la infalibilidad del boca a boca, a través de sugerencias de amigos, rumores, que también forman parte activa de esos imaginarios en gestación. Se constató, asimismo, una coherencia entre la comunicación interna y externa en estas instalaciones, lo cual fortalece la identidad, tanto conceptual como visual-iconográfica, en estas iniciativas.

Según refieren los entrevistados, la ciudad no está exenta de sufrir (como lo ha hecho) las deformaciones urbanísticas que se han presenciado, como consecuencia, en primera instancia, de la falta de normativas rigurosas que regulen y prevean por parte de las autoridades institucionales correspondientes el despegue de acciones transformadoras constructivas por parte del sector privado y cooperativo en estos ámbitos, lo cual ha permitido la proliferación también de ajustes nada pródigos para la urbe en cuanto a diseños arquitectónicos y de espacios interiores, que impactan a no dudar el capital simbólico social que se genera, y los subsiguientes imaginarios, metáforas, percepciones y representaciones que se forjan en las diferentes tipologías de actores sociales que interpelan a la ciudad y sus usos. No siempre la conservación del patrimonio material habanero y el buen gusto van de la mano, como tampoco hay una vigilancia institucional consecuente que prevea y se anticipe a daños que pudieran ser irreversibles y cuyas implicaciones negativas en la imagen de la ciudad ya están en marcha.

#### - Bibliografía:

- Augé, M. (1982). Los no lugares. Espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad. (5ta reimpresión en español.). Barcelona: Editorial Gedisa, S. A.
- García Canclini, N. (2007). *Imaginarios urbanos*. (3<sup>a</sup> ed.). Pensamiento contemporáneo. Eudeba, Buenos Aires: Ed. Sociedad de Economía Mixta,
- Canter, D. (1987). *Una metáfora visual de la naturaleza de los lugares*. México: Editorial Conceptos S.A.
- Carrion, F. (2000). *Medio ambiente y desarrollo. Lugares o flujos centrales: los centros históricos urbanos*. Santiago de Chile: División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos.
- de la Torre, C. (2001). *Las identidades. Una mirada desde la psicología*. La Habana: Centro de Investigaciones y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello.
- \_\_\_\_\_. (2007). Identidad, identidades y ciencias sociales contemporáneas; conceptos, debates y retos. Recuperado de [www.psicología-onlineonline.com](http://www.psicología-onlineonline.com)
- Giménez, G. (s.f.) *Estudios sobre la cultura y las identidades sociales*. México: Ed. CONACULTA, 17.
- Lindan, A. (2007). La ciudad y la vida urbana a través de los imaginarios urbanos. En *Revista EURE* (Vol. XXXIII, Nº 99, p. 16). Santiago de Chile.
- \_\_\_\_\_. (2009). Los imaginarios urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas especiales. En *Revista EURE*. (Vol. XXXIII, Nº 99, p.34) Santiago de Chile.
- Valera, S. (s.f.). *El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la psicología social y la psicología ambiental*. (Enric Pol.1). Barcelona: Universidad de Barcelona. Recuperado de <http://revistes.ub.edu/index.php/Anuario-psicologia/article/viewFile/9196/11762>

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## Efemeridade na Arte Pública: relações entre o artístico, o político e o social

### Ephemerality in Public Art: relations between artistic, political and social

*Ana Rita Vidica<sup>51</sup>*

*Lisbeth Oliveira<sup>52</sup>*

**Resumo:** Essa comunicação se propõe a discutir a arte pública através da característica da efemeridade, a partir de três intervenções urbanas com o uso da fotografia, são elas: Polaroides (in)visíveis de Tom Lisboa (2005-2010), Giganto de Raquel Brust (2008-2014) e Imagens Posteriores de Patricia Gouvêa (2012-2013). A discussão proposta começa pela caracterização da efemeridade das três obras e como elas se relacionam aos conceitos de "Arte Pública Contemporânea" de Christian Ruby, "Arte urbana" de Vera Pallamin, "Arte Pública" de Rosalind Deutsche e "Arte Pública Marginal" de Pedro de Andrade, cruzando-se com as falas dos três artistas e recortes de jornais a respeito da obras, do período em que estiveram expostas, fazendo emergir reflexões sobre a arte no contexto da rua e o seu caráter político e social.

**Palavras Chave:** Fotografia, Cidade, Arte Pública.

**Abstract:** This communication proposes to discuss public art through the characteristic of ephemerality, from three urban interventions with the use of photography, they are: Polaroides (in)visíveis of Tom Lisboa (2005-2010), Giganto de Raquel Brust (2008 -2014) and Imagens Posteriores of Patricia Gouvêa (2012-2013). The proposed discussion begins with the characterization of the ephemerality of the three works and how they relate to the concepts of "Contemporary Public Art" by Christian Ruby, "Urban Art" by Vera Pallamin, "Public Art" by Rosalind Deutsche and "Marginal Public Art" by Pedro de Andrade, intersecting with the speeches of the three artists and newspaper clippings regarding the works, of the period in which they were exposed, giving rise to reflections on art in the context of the street and its political and social character.

**Key words:** Photography, City, Public Art.

---

Os rastros, os vestígios dão os sinais do caráter efêmero da arte pública, por meio da apropriação fotográfica. Isso porque as imagens das obras de intervenção urbana "Polaroides (in)visíveis" (2005-2010) de Tom Lisboa, "Imagens Posteriores" (2012-2013) de Patricia Gouvêa e "Giganto" (2008-2014) de Raquel Brust<sup>53</sup> [...] coladas em lugares previstos, são, a seguir, abandonadas à própria sorte. Submetidas ao sol, à umidade, à fumaça, à chuva, transformam-se, degradam-se, desaparecem" (Freire, 1997 : 28).

As polaroides (in)visíveis<sup>54</sup>, que consistem em papéis sulfite amarelo (nas dimensões 14x11,5cm), contendo a descrição de enquadramentos quase ocultos do espaço urbano, sendo, portanto, uma fotografia imaginada, feita sem câmera e sem imagem icônica, podem ser derrubadas pelo vento ou umidade ou mesmo levadas a outros lugares, uma vez que podem ser facilmente descoladas. Tom Lisboa ressalta que uma das características desta obra e de outras de sua autoria é o fato de serem efêmeras.

<sup>51</sup> VIDICA, Ana Rita, Docente da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, Doutora, Brasil, [anavidica@gmail.com](mailto:anavidica@gmail.com)

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Lisbeth, Docente da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, Doutoranda, Brasil, [lisbetholiveira@hotmail.com](mailto:lisbetholiveira@hotmail.com)

<sup>53</sup> Estas intervenções foram realizadas nas respectivas cidades brasileiras: "Polaroides (in)visíveis": Curitiba-PR, Brasília-DF, Campinas-SP, Florianópolis-SC, Paraty-RJ e Porto Alegre-RS. "Imagens Posteriores": Rio de Janeiro-RJ, Fortaleza-CE e Brasília-DF. "Giganto": São Paulo-SP, Tiradentes\_MG, Paraty-RJ e Bertiga-SP.

<sup>54</sup> A obra pode ser vista no site: <http://www.sintominizado.com.br/polaroides>.

Esse caráter da surpresa, devido à efemeridade também é visto na obra “Imagens Posteriores”<sup>55</sup>, cuja visualidade é composta por imagens de paisagens borradas, registradas a partir de meios de transporte em movimento. A intervenção realizada em Fortaleza-CE, colada na Praia de Iracema durou cerca de 4 meses e àquela colada no muro da Faculdade Católica da mesma cidade, uma área mais afastada da praia, durou cerca de um ano<sup>56</sup> (Imagen 01) e mesmo em 2014, os restos da obra podem ser vistos no local.

Esses restos são perceptíveis na obra “Giganto”<sup>57</sup>, formada por retratos de pessoas anônimas, impressos em preto-e-branco de forma agigantada, dentre outros locais, em Paraty-RJ, uma região litorânea que sofreu a ação da maresia. Ou poderia se pensar na ação do homem, que teria rasgado as imagens. Raquel Brust ressalta que essa durabilidade depende muito do lugar. Ela relata<sup>58</sup> que o Gigante do Minhocão (2013) ficou quatro anos, o Gigante de Santana (2010), apenas um ano (Imagen 02), ambos na cidade de São Paulo-SP.



**Imagen 01 – Restos da obra “Imagens Posteriores” em Fortaleza, realizada em 2012. Fotografia tirada em agosto de 2014. Autoria: Ana Rita Vídica**



**Imagen 02 – Restos da obra “Giganto” em Paraty-RJ, realizada em 2011. Fotografia tirada pela artista em 2011 / Fonte: Acervo Projeto Giganto**

A efemeridade se torna a característica principal destas obras colocadas em contexto, devido aos materiais utilizados e à proposta de lançar um “gesto” na cidade. Essas possibilidades de deslocar as polaroides, rasgar as imagens das duas outras obras, reconfiguram a destinação da arte, que ultrapassa o campo da contemplação, requalificando a noção de arte pública (Ardene, 2002 : 65).

Nessa perspectiva, Ruby (2001 : 17) coloca a existência de uma renovação do pensamento e da prática da arte pública que passa, obrigatoriamente, por uma reinterpretação das funções da rua, dos lugares públicos e do viver junto,

<sup>55</sup> A obra pode ser vista no site: <http://patriciagouvea.com/Imagens-Posteriores>

<sup>56</sup> Relato dado à pesquisadora em 12 de agosto de 2014, por Daniel Moskito, estudante de graduação de Artes Visuais da Universidade Federal do Ceará que contribuiu na colagem das fotografias da referida obra.

<sup>57</sup> A obra pode ser vista no site: <http://raquelbrust.flavors.me>.

<sup>58</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de fevereiro de 2013.

do público (sua presença, sua participação e sua heterogeneidade). Isso se dá, principalmente, pela inserção de intervenções públicas efêmeras que tocam a relação do tempo, da cidade e da recepção das obras.

Essa reinterpretação da rua, dos lugares passa pelo próprio processo de intervenção que se dá, a partir do próprio local. É ele que chama à intervenção. Nesse sentido, Raquel Brust<sup>59</sup> expõe:

*Eu já buscava uma foto específica para aquele lugar. Então, a intervenção sempre partiu do lugar, pra depois ela entrar, a imagem que vai ser inserida ali e não ao contrário, não tinha imagem pra colocar, mesmo sendo as fotos de arquivo, sabe. Sempre a reflexão era outra, a partir do local.*

Patricia Gouvêa também trabalha nesta direção, ressaltando que é preciso “pensar cada espaço”<sup>60</sup>. Por isso, a escolha das cinco fotografias utilizadas na intervenção da obra “Imagens Posteriores” foi pensada a partir de algum “dado concreto” ou “uma árvore”, “uma vaquinha”, pois mesmo as imagens sendo borradas, teriam uma apreensão na cidade. Ela ressalta que “nem tudo funciona, nem tudo dá pra fazer por simples transposição e a arte urbana tem outra forma de apreciação pelo observador”, uma vez que as fotos podem ser vistas de dentro de um carro, de um ônibus ou ao longo de uma caminhada.

Logo a questão da participação do público, das pessoas, exposta por Ruby (2001) se faz presente na fala de Patricia Gouvêa e de Raquel Brust que ressalta que “o público tá ativo, tá interagindo com a obra. A obra depende do público pra existir, pra ficar exposta. Ela tá falando diretamente com ele, que é uma pessoa comum”.

A reinterpretação das funções da rua é corroborada também por aquele que passa por ela. Isso porque a arte, com o uso da fotografia, de maneira efêmera, passa aos domínios da cidade, que se transforma em grande espaço de exposição, sendo cunhada de “arte pública”<sup>61</sup> ou “arte urbana”<sup>62</sup>. Ambas as denominações partem do pressuposto de caracterizar e nomear os trabalhos de arte produzidos e colocados em espaços públicos da cidade. Logo, a arte pública não é apenas aquela que está na rua, mas também a que ocorre e se dá na rua, o que Ruby (2001) chama de arte pública contemporânea.

A singularidade desta “arte pública contemporânea” (2010, p. 16) coloca em questão a forma, mas também o lugar do acontencimento, ou seja, da própria intervenção, entrando em acordo com o que foi exposto por Patricia Gouvêa e Raquel Brust sobre a relação intrínseca entre o formato da obra e o local, sendo que o segundo dá o tom à primeira.

Nesse sentido, a questão estética, muitas vezes, não é primordial. O jogo político é dominante. Uma obra pública, nesta perspectiva contemporânea, não é só uma arte isolada. Mas ela obriga, segundo Ruby (2001) a reconsiderar a problemática moderna da arte em público e a engajar uma nova reflexão, em relação aos rituais urbanos compartilhados em torno da obra e das estratégias sociais, a fim de ativar a reflexão em torno da cidade.

Desse modo, para Ruby (2001 : p. 62) pensar a arte pública contemporânea não é consagrar uma categoria fechada, mas organizar um encontro inédito entre a arte, as funções do estado e uma nova forma de viver na cidade. Ele trabalha o corpo social e político nos lugares públicos, onde se exprimem as significações do imaginário social. Para ele, a arte pública deixa de ser simplesmente ornamental e chama cada indivíduo a fazer parte, a vivificar o espaço público.

Com isso, arte pública efêmera adquire dois sentidos (Andrade, 2010 : 46). Está ligada a um espaço público, uma vez que o seu desenvolvimento se dá externo ao museu ou galeria. Ao mesmo tempo, vincula-se a uma possibilidade de participação pública, ou seja, “uma ação interventora que muitas vezes não se distingue da ação política”. Assim, a obra no espaço público não é só pensada pela obra, mas pela participação dos agentes sociais. Esta arte pública é vista por ele como crítica à arte “erudita”, “legítima” ou “oficial”.

Em contrapartida, Andrade considera a existência de uma arte pública “legítima” (*ibid.* : p. 51), que seriam a dos monumentos, das figuras nacionais, históricas e culturais e outra “marginal”, para ele é a arte do efêmero com o objetivo de crítica social e/ou política, que se inscreve em espaços degradados, bairros pobres das metrópoles, paredes de edifícios

<sup>59</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de fevereiro de 2014.

<sup>60</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em 12 de março de 2014.

<sup>61</sup> Estes dois termos foram encontrados na literatura utilizada na pesquisa.

<sup>62</sup> Este termo é cunhado por Vera Pallamin. Ao longo adotaremos as duas denominações “arte pública” e / ou “arte urbana” que também são utilizadas indistintamente pelos artistas e autores. Não foi encontrada uma diferença de significado dos dois termos que justifique a diferenciação.

em construção. Mesmo que ele não utilize a denominação arte pública contemporânea, como Ruby, poderia colocar que esta arte pública “legítima” se distancia da arte pública “contemporânea” e se aproxima desta “marginal”<sup>63</sup>.

Deutsche (1996, p.63), de maneira semelhante, vê com criticidade as formas desta arte chamada por Andrade de “legítima”, uma vez que são formas de arte pública que celebram e perpetuam os usos dominantes do espaço. Para esta autora interessa mais refletir sobre “eventos concretos” de mudança da função da arte pública, que seria essa arte pública “contemporânea” ou “marginal”, nomenclatura também atribuída por ela, como prática urbana, capaz de contribuir ao confronto com o pensamento dominante de ordenação da cidade e aos espaços de exclusão criados na mesma.

Tom Lisboa<sup>64</sup> também classifica a sua obra de “marginal” a partir de três questões. A primeira pelo fato de estar exposta na rua, fora de um espaço institucional, mas também por não depender de recursos públicos à sua realização e pelo fato de sua obra fotográfica dialogar com outras linguagens.

A primeira questão entra em consonância com parte da colocação de Andrade (2010) e Deutsche (1996) a respeito da arte pública, no que tange o ir ao espaço público e propor uma participação pública, já que para o primeiro autor, a arte pública surge de um esforço conjunto “dos artistas, das comunidades e dos seus difusores” (2010 : 52). A segunda autora, além disso, vê como primordial uma intervenção no espaço para fazer outra organização social e produzir operações ideológicas do espaço visível (1996 : 68).

Raquel Brust não coloca de maneira categórica esta discussão de uma possibilidade de reorganização social ou, nas palavras dela, “uma transformação”, mas vê a intervenção, pela arte pública, e especificamente pelo “Giganto”, como “uma intervenção na memória das pessoas”, “na vida das pessoas”, fazendo referência à participação dos retratados.

Ao pensar sobre aqueles que passam, Patricia Gouvêa observa a intervenção como “pequenas sugestões”, “pequenas chamadas”, uma abertura de “janelas na paisagem urbana” para olhar, parar, pensar sobre o percurso, deixar de olhar o celular o tempo todo e olhar no entorno. Assim, talvez essas operações ideológicas do espaço visível, expostas por Deutsche, se deem, mas de maneira sutil e sem um controle pré-definido pelo artista.

Mesmo que de maneira sutil, Vera Pallmin acredita na existência de um impacto no social, podendo confirmar ou desafiar a hegemonia vigente. Para ela, a arte pública se configura como a “a arte que se faz no espaço público, o gesto, a intervenção, o evento, a instalação, o espetáculo, a apresentação, a arquitetura” (2000, p. 10).

Nessa direção de intervir no espaço público, Tom Lisboa passa a refletir sobre o seu trabalho com a nomenclatura de “intervenção urbana”, a partir do momento que as pessoas passaram a dizer que era. Inicialmente, pensava que “fazia exposição a céu aberto”<sup>65</sup>. E, comenta que gostou “da brincadeira de fazer exposição a céu aberto, de fazer intervenção urbana”. Dá continuidade a essa “brincadeira” com a obra “Polaroides (in)visíveis”, momento em que assume sua obra como “intervenção urbana” pois faz sem autorização, com pouco recurso e propõe um diálogo, inclusive de apropriação, por parte do receptor.

Assim, sua obra, considerada como intervenção urbana, cria uma provocação no outro. É o que Hildebrandt chama de “projetos artísticos inseridos na cidade”, sejam intervenções, instalações, grafite, que “propõem ideias, provocações, comentários ou planos relacionados a usos alternativos” (2013 : 174) da cidade.

Esta autora também atribui a arte como “pública”, assim como Andrade e Deutsche, não apenas ao lugar não institucional ao acesso livre a uma obra que estiver na rua, mas à possibilidade da geração de uma experiência coletiva, “nem sempre livre de contradições” (*ibid.*, p. 179)

As contradições do processo, para Deutsche (1996, p. 56) podem ser reveladas pela obra e por isso, a arte pública se configura como uma prática com a construção do meio, participando da produção de significados, usos e formas para

<sup>63</sup> Andrade dá como exemplo desta arte “marginal” o grafite e o stencil. Mas, poderíamos alargar a exemplificação com a performance, a fotografia, o vídeo e outras linguagens que façam inscrições efêmeras no espaço urbano.

<sup>64</sup> Questão que Tom Lisboa aborda tanto na entrevista, realizada em 30 de janeiro de 2014, quanto na palestra proferida durante o evento CLIF (Curitiba Luz Imagem Fotografia), no dia 20 de novembro de 2013.

<sup>65</sup> Tom Lisboa faz referência especificamente à sua primeira obra “Ficções urbanas: o documentário”, de 2004, que consistiu na colocação de fragmentos de cenas filmicas em 20 outdoors na cidade de Curitiba-PR.

cidade, o que pode gerar questionamentos e reflexões sobre a cidade. Nesse sentido, é uma forma de apropriação do espaço público e da cidade tensionando as questões relativas ao público e privado.

Essa tensão entre público e privado, para Ruby (2001 : p. 20-23) atinge um dos fins produzidos pela arte pública, ou seja, trazer a discussão dos espaços da cidade, deflagrando o caráter político das obras, na medida em que leva a obra para fora do museu, de um espaço fechado, impulsiona a reflexão sobre a cidade. Além de gerar uma resistência à institucionalização e crítica às estruturas estéticas.

Essa resistência à institucionalização é discutida por Tom Lisboa<sup>66</sup>, uma vez que essa saída às ruas, esse “ir ao encontro do grande público, muitas vezes não iniciado no circuito artístico mais elitizado” já faz parte da busca da arte contemporânea “de museu ou galeria” há um bom tempo. Ao mesmo tempo, ele ressalta que essa produção é feita à margem dos interesses de mercado, o que confere maior liberdade ao artista no que tange à experimentação, gerando um interesse, das instituições artísticas, da inclusão desta arte “marginal”.

Das ruas a obra acaba indo, posteriormente, às galerias, trazendo questões relativas à apropriação do privado e do público. No último, como ressalta Tom Lisboa, ao Jornal do Paraná<sup>67</sup>, há uma perda de controle sobre a criação, como se o artista aprendesse o desapego das obras, pois são facilmente removíveis. O desejo dele é justamente esse, que as polaroides sejam levadas pra casa ou migrem para outros lugares.

Ao mesmo tempo que há esta reapropriação da obra, existe um processo de se reapropriar do próprio espaço público, como ressalta Ruby (2001 : 30). Isso se dá por meio da mistura entre manifestações artísticas e as imagens componentes do ambiente urbano como participantes que constituem, constroem e transformam as paisagens urbanas. E, consequentemente inserem-se no cotidiano da cidade, possibilitando uma nova formação da identidade dos contextos urbanos, do imaginário das pessoas que transitam nos mesmos.

A formação dessa outra identidade se dá pela reciprocidade entre arte e lugar, segundo Deutsche (1996 : 61), rompendo as fronteiras entre eles e abrindo caminho para a participação na arte de modo mais amplo, por meio de práticas culturais e sociais. Na medida em que a arte pública promove uma alternância do lugar, ocupando outros lugares, há a construção de espaços de sociabilidade.

Desse modo, a questão central da arte pública contemporânea, para Ruby (2001 : 58) se torna “o que podemos fazer junto?”. Isto porque a arte pública contemporânea tem uma vocação de criar situações que envolvem os espectadores, convidando a ações e interrogações. Tom Lisboa<sup>68</sup> nos questiona sobre o que está no nosso entorno, o nosso olhar domesticado do cotidiano. Patricia Gouvêa traz a questão do tempo e do movimento. E Raquel Brust sobre aquelas pessoas que nos olham. Quem seriam elas?

Há a deflagração de um fabular coletivo ou mesmo suscita-se à ação da procura dos espaços, do tempo e das pessoas, o que para Ruby (ibid. : 59) seria a contribuição para um despertar do “poder fazer”, o que favoreceria os encontros, as manifestações além da própria obra, permitindo o confronto mais que o consenso. Para o autor, a arte pública contemporânea se dirige a uma temática política das relações sociais, no sentido de promover um debate.

Logo, “os significados da arte urbana tem relação com a apropriação pela coletividade” (PALLAMIN, 2000 : 19). Com isso, as denominações de “Arte Pública”, “Arte Urbana”, “Arte pública contemporânea” ou “arte marginal” que promovem esta nova “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2005), esta dissolução entre fazer e ver, esta relação do estético ao sócio-cultural, se fazem presente, uma vez que a paisagem urbana dialoga com suas propostas de mudança e com o olhar do público, possibilitando a modificação da relação com o espaço e com o tempo nos lugares públicos, colocando o corpo do passante em jogo.

Essa interação dada pelo corpo daquele que passa é manifesta por Tom Lisboa que expõe a necessidade de “uma postura ativa do espectador”. Nesse sentido, Ruby coloca em questão uma ética da recepção. “Seríamos aptos a escutar, olhar, ouvir o que a arte nos propõe?” (2001 : 63). A arte pública deve levar em consideração a reflexão do “não-

<sup>66</sup> Fala publicada no Jornal Paraná online, do dia 07/03/2010, na matéria “Intervenções necessárias do artista Tom Lisboa”, de Paula Melech.

<sup>67</sup> Matéria “Intervenções necessárias do artista Tom Lisboa”, de Paula Melech, dia 07/03/2010.

<sup>68</sup> Matéria “Intervenções necessárias do artista Tom Lisboa”, de Paula Melech, dia 07/03/2010.

visto”, ou seja, a possibilidade de não percepção da obra, seja pelo costume da imagem da obra ou de outras imagens que participam do contexto urbano.

Esta questão da invisibilidade, apontada pelo autor, ganha sentido, no tocante à grande profusão de imagens que permeia a urbe, gerando uma espécie de anestesia visual. Corre-se o risco, portanto, inclusive, da invisibilidade, uma vez que o não perceptível é também uma resposta à obra, à cidade e uma apreensão sobre o tipo de relação que se estabelece com as duas.

Do contrário, a visibilidade da obra pode ser pensada pela palavra “intervir” a partir da ideia de “surpreender”, como exposto por Tom Lisboa<sup>69</sup>. Para ele, a intervenção “toma de assalto” aquele que anda pelo espaço, propondo que veja algo cotidiano de modo diferente, chamando a atenção àquilo que está em redor, possibilitando uma ampliação à atividade perceptiva.

Vera Pallamin (2000, p. 9) propõe a discussão da arte pública sob um viés social e não simplesmente político, no sentido como exposto por Ruby ou Rancière, o de promover o diálogo e uma melhor observação do entorno. Mas, de perceber o social, a cidade a partir de uma dimensão conflitiva, em que dominantes procuram afirmar-se e os subalternos lutar para serem ouvidos. Rosalyn Deutsche (1996) também propõe ver a cidade nesta perspectiva social e conflitiva, preferindo evitar o termo “arte política”, uma vez que poderia gerar uma leitura de que outras formas de arte não seriam políticas.

Um dos personagens de Raquel Brust, no Giganto Santo Amaro (2010), revela essa situação de conflito existente na cidade. Ele se chama Seu Aparecido, vizinho ao Sesc Santo Amaro, cuja casa foi quase destruída com a construção desta instituição, pelo bate-estaca. Seu Aparecido resistiu e ficou em sua casa, mas o bairro todo, como coloca a artista, foi tendo suas casinhas, o centro, a “cara de interior”, substituídos por universidades, grande prédios, levando a uma perda da identidade do próprio bairro.

A obra “Giganto” também faz uma crítica à ordem imposta, no que tange à produção publicitária, segundo a própria artista, uma vez que busca subverter a linguagem da publicidade, utilizando grandes painéis, mas ao invés de coloridos e pessoas de beleza idealizada, traz retratos em preto-e-branco de pessoas comuns e expressivas, fora dos padrões de beleza.

Com essas intervenções, é perceptível que a arte urbana, como expõe Vera Pallamin (2000, p. 13) é enfocada enquanto uma via de produção simbólica da cidade e mediadora de conflitantes relações sociais. Nesse sentido, as obras podem encorajar uma crítica pública a esse processo de supressão das contradições, realocar problemas e tornar belos os lugares (DEUTSCHE, 1996, p. 32). Patricia Gouvêa, ao colocar as fotografias no Rio de Janeiro-RJ, escolheu muros degradados no Maracanã, Santo Cristo, Praça da Bandeira, Catumbi e Favela da Maré, “muitos fadados a desaparecer em virtude das obras de revitalização na cidade”, conforme Naira Sales<sup>70</sup>.

Assim como a obra “Imagens Posteriores”, as obras de intervenção urbana, para Deutsche (1996. : 37) tratam a arquitetura como uma instituição social e não como uma coleção de objetos bonitos ou utilitários e endereçam o espaço urbano como um terreno de processo social, podendo trazer à tona suas problematizações e invisibilizações.

Nessa perspectiva, Hildebrandt (2013 : 178) enfatiza que arte pública contemporânea se desloca do princípio estético ao social, da obra como objeto ao processo, da instalação permanente ao efêmero, da produção como fonte de significado à importância da recepção como interpretação e a instauração de um processo de co-autoria, principalmente nos projetos participativos.

Esta abordagem da cidade como forma social ao invés de objeto físico, não como estrutura externa mas produzida pelas pessoas, vê a arte urbana como um modo de requalificar o cotidiano. Assim, as intervenções assumem uma dimensão simbólica, ao invés de dicotômicas, desestabilizando significados concretizados nos espaços urbanos.

As obras se dão, portanto, no ambiente urbano, por meio de contradições e conflitos, principalmente nas obras de caráter temporário, podendo “configurar-se em um terreno privilegiado para efeitos de choque de sentidos (negação, subversão ou questionamento de valores)” (Pallamin, 2000 : p. 24).

<sup>69</sup> Matéria “Intervenções necessárias do artista Tom Lisboa”, de Paula Melech, dia 07/03/2010.

<sup>70</sup> Matéria “O movimento do silêncio” de Naira Sales, publicada no Jornal do Comércio dos dias 04, 05 e 06 de janeiro de 2013. A jornalista faz referência às construções realizadas na cidade em virtude do acontecimento da Copa do Mundo, em junho/julho de 2014.

Deutsche (1996) também percebe uma indissociabilidade entre arte no espaço público, conflito e relações sociais, em uma estrutura específica e um determinado momento. Ela vê a intervenção como sendo a possibilidade de um confronto. A arte pública como atividade espacial (1996 : p. 72) entendendo essa fusão do espaço urbano das relações sociais, trazendo a tona o conflito.

O fato de Patricia Gouvêa ter escolhido muros degradados da cidade do Rio de Janeiro-RJ para colar as cinco fotografias da obra “Imagens Posteriores” acaba chamando a atenção, além da visualidade das fotografias, da degradação do muro ou à realidade do uso de drogas na cidade, visto pela artista ao colocar a fotografia em um paredão de uma igreja pentecostal na Favela da Maré, ao lado de uma área que virou “cracolândia” como conta a artista<sup>71</sup>.

Patricia pontua que a inserção das fotografias cria um contraste com a realidade, se constituindo como “fendas abertas no cenário urbano, em locais com pouco acesso ao belo”<sup>72</sup>. Nesse sentido, a obra pode ressignificar o espaço, podendo provocar reflexões e até um “respiro” em meio ao caos e aos graves problemas sociais de uma grande metrópole.

É do encontro da rua e da arte, ou seja, da relação entre cidade e obra que nascem os diálogos entre ambos. Com isso, o entrelaçamento entre arte pública e espaço urbano, como expõe Pallamin (2000, p. 17) “[...] não é de justaposição ou de inserção de objetos ilustrativos em um determinado contexto cultural”, ou seja, não ocorre uma simples adequação da arte à cidade, mas uma possibilidade da amplitude de ambas.

Diante dessa relação intrínseca entre obra e cidade, pode-se pensar a partir do que Guga Ferraz coloca: “a cidade é um pano de fundo e ao mesmo tempo é sujeito” (2013 : 33). Nas intervenções urbanas com o uso da fotografia a cidade é sujeito pois, no momento que a fotografia é colocada na rua, a cidade pode ser (re)vista, (re)visitada e (re)pensada e devolve estes movimentos à arte.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Pedro de. Arte pública versus arte privada? Alteridades artísticas urbanas e Web 2.0. In: Arte Pública e Cidadania: novas leituras da cidade criativa. Colecção: Pensar Arquitectura. Portugal, Editora Caleidoscópio, 2010. P. 44-67.
- ARDENNE, Paul. Un art contextuel: création artistique en milieu urbain, en situation, d'intervention, de participation. Flammarion, Paris, 2002.
- DEUTSCHE, Rosalyn. Evictions: art and spatial politics. Cambridge : MIT Press, 1996.
- FERRAZ, Guga. A cidade é um pano de fundo e ao mesmo tempo é o sujeito. In: Arte&Ensaios n. 26. Edição especial / Sonderausgabe – Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Artes Visuais/Escola de Belas Artes, UFRJ, junho de 2013.
- FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo : SESC/Annablume/FAPESP, 1997.
- HILDEBRANDT, Paula Marie. A arte encontra a cidade. In: Arte&Ensaios n. 26. Edição especial / Sonderausgabe – Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Artes Visuais/Escola de Belas Artes, UFRJ, junho de 2013.
- PALLAMIN, Vera. Arte Urbana - São Paulo: Região Central (1945-1998). FAPESP, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.
- RUBY, Christian. L'art public: un art de vivre la ville. Éditions de la lettre volée : Bruxelles-Belgique, 2001.

<sup>71</sup> Matéria “O movimento do silêncio” de Naira Sales, publicada no Jornal do Comércio – 04, 05 e 06 de janeiro de 2013.

<sup>72</sup> Fala da artista publicada na matéria “A janela do carro como moldura” de Catharina Wred, do dia 07/12/2012.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## CAMINOS EN EL DESORDEN Narraciones y territorios comunicacionales

## ROADS IN THE DISORDER Narrations and communication territories

## CAMINHOS NO DESORDEM Narrações e territórios de comunicação

*Alicia García Dalmás<sup>73</sup>*

*Martín Martínez Puga<sup>74</sup>*

**Resumen:** Esta ponencia presenta un avance del proyecto de investigación “Adolescentes, Jóvenes y lo público”, poniendo foco en su rol como sujetos activos en la construcción y transformación de sus territorios y realidades, en este caso en y de la ciudad.

**Palabras clave:** ciudad, adolescentes y jóvenes, lo público

---

### Introducción

Venimos desarrollando el proyecto “Adolescentes, Jóvenes y Lo Público” desde un área que se denomina Comunicación Educativa y Comunitaria. Se trata de una propuesta integral que articula cursos, grupos de trabajo, acuerdos con organizaciones de la sociedad civil y organismos del Estado. Inscripta dentro de la corriente de metodologías participativas de investigación, busca articular diversos enfoques, abordajes y actividades, considerando a los y las adolescentes y jóvenes como sujetos activos en la construcción y transformación de realidades.

Desde diversos territorios y narraciones que se expresan en lo público, adolescentes y jóvenes tienden a ser “hablados” por otros, a ser vistos y oídos solo de algunas formas, invisibilizando o negando su capacidad de ser agentes transformadores, de ser ciudadanos con capacidad de definir qué juego jugar, y no solo opinar sobre sus reglas o productos.

Buscamos aportar a la construcción social de nuevos territorios que incluyan miradas, narraciones, saberes, inquietudes, propuestas, de aquellos que, a partir de diferentes inscripciones, expresiones y actividades, aportan a la producción cotidiana de diversidad.

---

<sup>73</sup> Universidad de la República, Facultad de Información y Comunicación, Uruguay – doctorando. [alicia.garcia@fic.edu.uy](mailto:alicia.garcia@fic.edu.uy)

<sup>74</sup>Universidad de la República, Facultad de Información y Comunicación, Uruguay – doctorando. [martin.martinez@fic.edu.uy](mailto:martin.martinez@fic.edu.uy)

## Territorios que construimos y que nos construyen

*El territorio es siempre, y concomitantemente, apropiación (en un sentido más simbólico) y dominación (en un sentido concreto, político administrativo) de un espacio socialmente compartido (Haesbaert, 2005)*

Partimos de considerar los territorios como espacios físicos/humanos/sociales/ culturales. Un proceso que vamos construyendo con nuestra praxis: lo que queremos y lo que no queremos, lo que podemos y lo que no podemos, lo que imaginamos. Se expresa a través de discursos y narraciones que construyen órdenes simbólicos a partir de los cuales damos sentido al mundo donde se desarrolla nuestra vida, nuestra cotidianidad, a lo que hacemos, lo que nos pasa y por qué nos pasa, hace las cosas “manejables” o “legibles”.

Cuando se pregunta a quienes viven o trabajan en diversos territorios dónde están y qué hacen adolescentes y jóvenes en lo público, en general les costará ubicarlos, sobre todo durante el día. Se los nombrará “aquí” o “allá” según se los vea como “los que hacen algo” – estudiar en centros educativos formales – o como aquellos que están sin “hacer nada”, “tomando mate”. En la noche estarán más ligados a la calle, a “tomar cerveza”. Algunos serán nombrados como “alteridad amenazante” (Reguillo, 2008), quien “anda en algo malo”.

*“Los adultos tienen una mala visión de nosotros, creen que somos caprichosos, irresponsables, drogados, malandros” “Yo a mi madre le digo que estoy cansada de estudiar y ella me dice: es ilógico, no podés estar cansada de estudiar”<sup>75</sup>*

Adolescentes y jóvenes tienen un extraño juego de ausencia y presencia en las construcciones territoriales. Si bien aparecen muchas veces como “molestia” o “riesgo”, no solo no está claro dónde están o qué hacen, sino tampoco cuáles son sus miedos, sus intereses, sus preocupaciones, qué les “molesta”. Algo similar ocurre en las políticas públicas o en el sistema educativo, incluso cuando buscan impulsar su protagonismo.

Nombrados pero muchas veces limitados en cuanto a su lugar, pensados más como «promesa» que como presente, no narrados como ciudadanos activos dentro y fuera de los espacios «educativos», son llamados más a opinar que a formular políticas y propuestas. Desde la estigmatización hasta la visión romántica, tienden a negarse complejidades y contradicciones que no hacen solo a la edad, sino también a situaciones y contextos.

En un llamado a proyectos propuestos por niños, niñas y adolescentes, un colectivo de quienes viven en hogares permanentes planteó la realización de una marcha por la principal avenida de la capital. Querían mostrarse y ser vistos por los demás, ya no como “abandonados” sino como protagonistas. Consignas y pancartas hacían énfasis en sus derechos como potencialidad, no como carencia. Una manera de apropiarse y dominar, no solo el espacio “físico” sino los discursos sobre ellos en los medios. Del “desorden” que causa una marcha en la ciudad a “nuevos órdenes” en cómo son vistos y oídos desde la fiesta y el disfrute, tensionando así la construcción de lo político.

En territorios comunicacionales donde los procesos de significación se han complejizado, donde las dimensiones política, espacial y mediática están en constante relacionamiento en la producción de sentidos, construir conocimientos desde el reconocimiento de diferentes narrativas, es construir alternativas para la ciudadanía. Así la ciudad, los medios, las redes, no aparecerán como excluyentes sino como una potencial convergencia para acciones, expresiones y narrativas. Las reflexiones sobre la condición ciudadana como condición necesaria de la democracia, resulta limitada si no se incorpora de qué modo los ciudadanos se hacen visibles, cuáles son las representaciones que los medios construyen de la ciudadanía, cuáles son los espacios de ciudadanización, de visibilización y producción de derechos. (Mata, 2006)

Adolescentes y jóvenes realizan diversas articulaciones entre el “cara a cara” y lo “mediado”. Cuando se les pregunta cómo se enteran de las noticias, responden: “por un vecino”, “por los celulares”, “por el informativo”, “por el Facebook”. Partiendo de la idea de que toda comunicación ordena y jerarquiza, que está inscripta en lógicas y matrices de sentido, la categoría “noticia” no parte de ellos, sino de nosotros. Puestos a jugar en este marco, las “noticias” que proponen son “malas”, “porque en la tele pasan todas cosas malas” (televisión que dicen no mirar pero que sigue siendo fuente de construcción legítima de lo real). “Yo no sé qué me pasa, porque todo lo que se me ocurre es negativo, tengo como el mal encima”<sup>76</sup>. Las “buenas noticias” tendrán que ver con sus estudios, lo laboral, superar una enfermedad, salvarse de una tragedia, hacer una actividad en el centro juvenil. Las prácticas cotidianas que les permiten mostrarse

<sup>75</sup> Frases de adolescentes y jóvenes relevadas en talleres

<sup>76</sup> Frases de adolescentes y jóvenes relevadas en talleres

"siendo de ahí", teniendo un lugar – parkour, hip hop – son las elegidas para mostrarse en Facebook, para filmarse y "verse a sí mismos" (subiendo donde "salen bien").

### **El espacio de lo público / la ciudad como espacio público**

"Lo público" y el "espacio público" aparecen como categorías que, lo mismo que el territorio, son centrales para políticas públicas y reflexiones académicas, a veces difusas o confusas, son espacio de disputa en cuanto a sus sentidos. Muchas veces refiere más a lo local, al barrio, a la comunidad, y allí a plazas o calles. Pero también a la construcción de una "esfera pública", donde Estado y sociedad civil se encuentran desde lo común, desde los acuerdos, pero también desde el conflicto y las diferencias. (García Dalmás, 2015) Más cercano a la idea de la "vida pública" como dimensión de la experiencia humana (Arendt, 2005)

El espacio público como "dimensión territorial" de expresión de la democracia será el lugar donde la "sociedad se escenifica", se muestra en su diversidad y sus contradicciones como "colectividad que convive", donde se expresan demandas y conflictos. Un espacio "expresivo, significante, polivalente, accesible, evolutivo" (Borja, 2012). Pero a la vez "arena de y para el marcate de ciertos individuos o colectivos, a quienes su identidad real o atribuida los coloca en un estado de excepción (...) de vulnerabilidades y de vulneraciones" (Delgado, 2011)

No es posible pensar el espacio sin su dimensión discursiva, sin el abanico de mensajes que emite y que lo significan. Y por su parte, el discurso no se despliega en la nada, sino siempre en una espacialidad multidimensional. Espacio como tejido o red de relaciones, que une puntos y se entrelaza (Foucault, 1967), puede materializarse en forma de un espacio construido - edificios, plazas -, como espacios inmateriales, imaginarios, virtuales.

Muchas de las narrativas que sustentan políticas y propuestas, redes y medios, tienden a situarse más desde las carencias y las pérdidas, desde la apropiación o expropiación de lo público por algunos que hace a la imposibilidad de coexistir. Sin querer situarnos por fuera de estas realidades de las que formamos parte, desde la investigación buscamos por un lado problematizar y por otro "religar" o buscar aquellos nudos que nos permitan abordar la complejidad. (Morin, 1999; Castoriadis, 1989) Salir de compartimientos estancos que constriñan, evitando la tentación de transitar los "caminos" más conocidos.

La ciudad, espacio de organización de la diversidad, choques, negociaciones, alianzas y enfrentamientos por las „definiciones legítimas de los sentidos de la vida“ (García Canclini, 1995) puede ser abordada como uno de los principales espacios públicos. Las personas orientan sus prácticas espaciales en un proceso de constante manufacturación del espacio a partir de imágenes parciales y no necesariamente coherentes, leídas a partir de matrices de comprensión y reconstruidas permanentemente, representaciones e imaginarios distintos que a veces entran en conflicto. (Lindón, 2007; Hiernaux, 2007).

Lugar de cruce y sistema de relaciones, la ciudad promoverá o no condiciones para el ejercicio de la ciudadanía. El ordenamiento físico, el acceso a bienes y servicios, la cualificación de equipamientos y espacios públicos, las pautas de urbanización que acentúan los muros físicos y simbólicos, las fronteras administrativas o invisibles (Lynch, 2008)

*"En mi esquina no hay ni un contenedor de basura". "Acá rompen todo, no se puede tener nada". "Es mejor que acá no haya nada, que pongan las cosas en otro lado". "A mí no me divierte ir a un lugar que está todo roto."* <sup>77</sup>

Adolescentes y jóvenes habitan las ciudades. Construyen lugares (Tuan, 2013) en la convergencia entre materialidad, subjetividad e intersubjetividad. El lenguaje nombrando dice quién soy, qué hago en esos lugares, los lugares que no puedo nombrar o de los que no puedo hablar. (Lindón, 2007) No tener derecho a tener un lugar como se sueña, va construyendo una idea de nosotros/otros, de nuestros territorios. Algunos adolescentes y jóvenes expresan que ellos no "merecen" tener barrios o plazas lindas. Eso será para "otro tipo de gente", donde vive la gente "bien" (la "clase alta").

*"Yo dibujé esto porque me siento identificado con la cancha y me gusta"*

*"Al momento de trabajar en Casabó vimos la claridad que tienen los jóvenes para reconocer sus espacios de circulación, identificar sus lugares preferidos y aquellos que les generan rechazo".*

<sup>77</sup> Frases de adolescentes y jóvenes relevadas en talleres

En territorios barriales donde muchas veces se los ve ausentes, adolescentes y jóvenes van construyendo "caminos en el desorden", cartografiando a partir de diferentes medios y soportes y generando "mapas" que ubican y marcan. No sólo espacios más "amigables", sino también la calle, donde quienes desarrollan allí su vida serán "marcados". Lugares peligrosos, pero donde también se construirán permanencias y circuitos que articulan organizaciones, políticas públicas, familia, medios y a veces también a la vecina "chusma" que mira por la ventana.

## Narrarse en lo público

El "ser joven" es una clasificación social, una categoría que supone el establecimiento de un sistema complejo de diferencias, fronteras y prescripciones. Desde una propuesta que promueve el reconocimiento de la capacidad de las personas de ser sujetos de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, la adolescencia y la juventud dejan de ser vistas como etapas de preparación para la vida adulta. Partiendo de la existencia de muchas "juventudes" (Cristar y Scagliola, 2012) con distintas experiencias y maneras de vivir lo público, buscamos aportar a una perspectiva que parte de ellos, pero no para quedarse en espacios "micro", sino con la intención de incidir en la construcción de alternativas, relacionamientos y significados en lo público. También pasa por problematizar las propias categorías de jóvenes y juventud que se construyen.

*"Una de las formas más flagrantes de exclusión ciudadana en la actualidad se sitúa justamente ahí, en la desposesión del derecho a ser visto y oído, que equivale al de existir/contar socialmente, tanto en el terreno individual como el colectivo, tanto en el de las mayorías como en el de las minorías" (Martín Barbero, 2010: 47)*

Romper con la predominancia de ser vistos de una sola forma y oídos de pocas requiere generar conocimientos partiendo de las construcciones del ser y hacer cotidiano que les permita a los propios protagonistas contar «historias» que den cuenta de la heterogeneidad, los conflictos, pero también los deseos, los sueños, los proyectos. Esta propuesta requiere tener la convicción de que el otro/la otra tiene la potencialidad de conocer y transformar su mundo mediante propuestas innovadoras. En una convergencia que permite dar visibilidad a adolescentes y jóvenes como «público espectador», como ciudadanos y como vecinos o habitantes de un barrio, un pueblo, una ciudad, «porque sin una adecuada comprensión de esa convergencia, los ciudadanos podrían ser, sin más, el simple equivalente de los públicos» (Mata, 2006: 13)

La redefinición de ese espacio/territorio comunicacional implica no sólo acercarme al otro para generar la posibilidad de construir el enfoque, se trata también de la posibilidad de construir el discurso a partir de las formas de narrar de ese otro. Se trata de decir desde el lugar que elige decir. Se trata de asumir la complejidad de lo público desde la diferencia que lo constituye:

*"La mayor innovación llega inscrita en lo cultural localizado y en las identidades otras y en ciudadanías celebrities o como cada sujeto de identidad o cada activista comunitario se convierte en la estrella de la vida pública. La comunicación deviene así, en cuanto dispositivo expresivo, en cancha privilegiada para la afirmación estética y narrativa del sujeto y la comunidad... Si la clave está en la producción comunicativa de la experiencia cultural hay que asumir que esta experiencia está bastardizada ya que en sus juegos estéticos y narrativos la pureza no existe ni en los otros ni en los mismos..." (Rincón, 2013)*

Somos los relatos que producimos de nosotros mismos como sujetos, como cultura. Tener qué contar es habitar con sentido la experiencia de la vida, compartirla al convertirla en "historias", como una forma de creación de conocimiento y memoria. Se inscribe en un entramado, una red, un tejido de historias, de mapas. La narración es una forma de futuro, una estrategia política y comunicativa de visibilidad del sujeto social – contar, ser tenido en cuenta - para existir y expresar lo indecible en el propio tono, voz, estética, gustos. Contar para "seducir" a la vida. (Rincón, 2013)

En la propuesta de investigación se van construyendo y reformulando preguntas y propuestas con los y las participantes en procesos en los que se utilizan una diversidad de lenguajes, diferentes formas de decir, preguntar y opinar. La televisión y la vida cotidiana, mis relacionamientos y lo que se dice de mí, el barrio y la pantalla, lo público dicho por otros legitimados y vivido por mí, son algunos posibles interrogantes y cuestionamientos a los discursos públicos y a la posibilidad de pensar(es) otros.

Así, por ejemplo, trabajando con fotonovelas problemas que se inician en las redes y se resuelven cara a cara en la plaza, pero también la peluquería será el espacio público donde se problematiza el uso del celular y las relaciones

“cara a cara”. Emoticones servirán para marcar en un mapa los lugares significativos o los que no les gustan y plantear su rol en transformarlos, o será un medio de abordar de otra forma la preocupación en relación a los contactos por red entre hombres mayores y adolescentes mujeres.

Para algunos adolescentes y jóvenes la ciudad, sobre todo sus áreas más centrales, serán donde buscar “pistas” o “callejones”. Entre el edificio de la Universidad y uno de bachilleratos de enseñanza media se darán “batallas” de hip-hop, a veces mientras allí cerca hay otras movilizaciones. Otros tomarán espacios de bancos (financieras) o de plazas para hacer breakdance. Espacios que dicen fueron “construidos para ellos”, porque tienen la superficie y el tamaño ideal.

Nuevas modalidades de comunicación, de convivencia requieren de nuevas imágenes y voces en las que podamos re-conocernos y sentirnos comprendidos, respetados, aunque también interpelados y cuestionados. Estas propuestas buscan promover diálogo en, de y entre mundos adolescentes y jóvenes, pero también transformar monólogos mediáticos y adultos. Estos diálogos no refieren solo a la palabra, sino también a las estéticas, los sonidos, los colores, los ritmos, las formas de hablar, las formas de nombrar, ordenar y jerarquizar el mundo, lo que valoramos.

En la ciudad y sus espacios públicos se visibiliza la diversidad, marcas o “tachaduras” donde discursos, acciones y redes estructuran los relacionamientos. En territorios reales o simbólicos se expresan los mundos de vida, los grupos, las corporaciones, se dan luchas por la apropiación y definiciones legítimas de objetos y prácticas sociales, fuente de representaciones e imaginarios que orientan la acción. Hay una escritura colectiva, donde nadie es sólo escritor o lector, donde quienes transitamos participamos, lo queramos o no, lo sepamos o no. Encontrar escrituras colectivas adolescentes y juveniles, que hablen de lo que pasó a la vuelta de la esquina pero también en el mundo, sobre lo de ayer y lo de hace algunos años, sobre lo que tenemos en común y lo que nos diferencia, son parte fundamental de la intencionalidad investigativa.

Una intencionalidad investigativa que toma a la ciudad como escenario de comunicación aborda procesos de fragmentación y segregación coexistiendo con flujos constantes de imágenes en las pantallas encendidas. Un nuevo “sensorium” que se hace visible en los jóvenes, con fuertes rupturas generacionales pero también con fuertes capacidades expresivas y artísticas. “La diferencia cultural, las identidades y la configuración de un nuevo espacio público vinculado de manera estrecha a los medios de comunicación, se ha constituido en parte central de un debate que involucra a la ciudad como esa forma espacial y específica de socialidad” (Reguillo, 1997: 2)

Poner en común los saberes, construir nuevos conocimientos, investigar y proponer sobre la propia realidad son también «plazas» a ocupar, a construir, a soñar. Cuando estos procesos los realiza una universidad pública, se ponen en diálogo distintos mundos «jóvenes».

Como Universidad tenemos un rol facilitador de procesos, pero también de vinculación entre la dimensión micro y la macro, entre los jóvenes y la política pública, entre saberes y conocimiento. Promover espacios “entre medios”, innovadores en colaboración y cuestionamiento para definir la idea de sociedad, “un pensar impuro, bastardizado, zigzagueante de los espacios culturales del *in-between*”, (Bhabha, 2002) que busquen eludir polaridades, emergir como “los otros de nosotros mismos”, reivindicar la naturaleza performativa de las “identidades diferenciales”. Nuevos territorios y nuevos desórdenes, pero también caminos y propuestas.

## Referencias bibliográficas

- Álvarez Pedrosian, Eduardo (2011). Etnografías de la subjetividad: Herramientas para la investigación. Montevideo. Liccom-Udelar.
- Arendt , Hannah (2005-2006). Sobre la violencia. Madrid. Alianza Editorial
- Bhabha, Homi K. (2002). El lugar de la cultura. Buenos Aires. Manantial
- Borja, Jordi (2012). Espacio público y derecho a la ciudad. Disponible en: [https://debatstreballsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio\\_publico\\_derecho\\_ciudad\\_jordiborja.pdf](https://debatstreballsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordiborja.pdf). Consultado en febrero de 2018
- Castoriadis, C. (1989) La institución imaginaria de la sociedad. Barcelona. Tusquets Editores
- Cristar, Cecilia, Scagliola, Miguel (2012) De juventud(es) y participación(es): Trazando pistas sobre jóvenes y modos de participación a través de políticas públicas. Disponible en: [http://www.ungs.edu.ar/ms\\_ici/wp-content/uploads/2012/11/PONENCIA\\_Scagliola\\_Cristar\\_Jornadas-UNGS.pdf](http://www.ungs.edu.ar/ms_ici/wp-content/uploads/2012/11/PONENCIA_Scagliola_Cristar_Jornadas-UNGS.pdf). Consultado en febrero de 2018
- Delgado, Manuel (2011) El espacio público no existe. Barcelona. Metrópoli. Disponible en: <http://w2.bcn.cat/bcnmetropolis/arxiu/es/pageeb68.html?id=21&ui=507>, consultado el 12/10/2013
- García Canclini, N. (1995) Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización. México. Grijalbo
- García Dalmás, Alicia (2015) Volver sobre la experiencia, planificación estratégica y descentralización participativa en Montevideo. Trabajo presentado en el marco de la Maestría de Planificación y Gestión de Procesos Comunicacionales, Universidad Nacional de La Plata.
- Haesbaert, Rogerio (2005), Da desterritorialização à ultiterritorialidade em Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. 20 a 26 de março. Universidade de São Paulo. Pp. 6774-6792
- Hiernaux, Daniel (2007) Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. Revista eure (Vol. XXXIII, Nº 99), pp. 17-30. Santiago de Chile
- Lindón, Alicia (2007). Los imaginarios urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas espaciales. Revista eure (Vol. XXXIII, Nº 99), pp. 31-46. Santiago de Chile
- Lynch, Kevin (2008). La imagen de la ciudad. Barcelona. Editorial Gustavo Gili
- Martín-Barbero, Jesús (2001) Televisión Pública, televisión cultural: entre la renovación y la invención, en Rincón, Omar (compilador). Televisión Pública: del consumidor al Ciudadano. Bogotá. Convenio Andrés Bello.
- Martín-Barbero, Jesús (2010) Comunicación, espacio público y ciudadanía. En Revista Folios, Edición especial. Facultad de Comunicaciones, Universidad de Antioquia. Pp.37-51
- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. En revista Fronteiras - estudios midiáticos (VIII). Pp. 5-15.
- Morin, E. (1999) El Método: La naturaleza de la naturaleza. Madrid. Cátedra
- Reguillo, Rossana (1997) Ciudad y Comunicación: Densidades, Ejes y Niveles. En Revista Diálogos de la Comunicación. Número 47
- Reguillo, R. (2008). Sociabilidad, inseguridad y miedos. Una trilogía para pensar la ciudad contemporánea. núm. 36, julio-diciembre. Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa Distrito Federal, México. pp. 63-74
- Rincón, O. (2013). Las narrativas colabor-activistas: las identidas otras como innovación mediática. Revista dixit Nº 19, julio-diciembre. Montevideo. Pp. 4-15
- Rincón, Omar, "Nuevas narrativas televisivas: relajar, entretener, contar, ciudadanizar, experimentar", Comunicar, nº 36, v. XVIII, 2011, Revista Científica de Educomunicación; páginas 43-50
- Tuan, Y-F. (2003). Space and place: the perspective of experience. University of Minnesota Press, Minneapolis.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

## **El consumo cultural de la red de parques del centro histórico de Bucaramanga (Colombia)**

### **The Cultural Consumption of the Parks Network of the Historical Center of Bucaramanga (Colombia)**

*Eduard Bacca Marín<sup>78</sup>*

**Resumen:** En el proceso de globalización de la economía del mercado, el centro urbano, con su red de parques, se construye una nueva significación del consumo. El parque se ahora una tarima, en la que se difunde la producción de cultura elaborada en la localidad o región. De este modo, el parque deja de ser un escenario para la expresión de la inconformidad política y se convierte en un referente urbano de la identidad y patrimonio cultural. Para lograr ese cambio en el centro urbano, con especial interés en el consumo cultural de parque, se retoman el concepto de consumo cultural de Néstor García Canclini para comprender la génesis de una comunidad hermenéutica, que contribuye a la configuración del significado del nuevo consumo cultural de los parques y se reconoce que el significado de la obra de arte puede jalonar la construcción de nuevos significados que alteren los dominantes en la cultura del consumo de parques de la ciudad.

**Palabras Clave:** Palabras claves: comunidad hermenéutica, parques, consumo cultural.

**Abstract:** In the process of globalization of the market economy, the urban center, with its network of parks, builds a new meaning of consumption. The park is now a platform, in which the production of culture produced in the locality or region is disseminated. In this way, the park ceases to be a stage for the expression of political dissent and becomes an urban reference of identity and cultural heritage. To achieve this change in the urban center, with special interest in the cultural consumption of the park, the concept of cultural consumption of Néstor García Canclini is taken up again to understand the genesis of a hermeneutical community, which contributes to the configuration of the meaning of the new cultural consumption of the parks and it is recognized that the meaning of the work of art can mark the construction of new meanings that alter the dominant ones in the culture of the consumption of parks of the city.

**Key words:** hermeneutical community, parks, cultural consumption.

---

#### **- Tema central.**

El consumo de la red de parques del centro urbano de Bucaramanga, en los tiempos de la globalización.

#### **- Objetivos.**

Comprender la estrategia de los oferentes de la cultura y tácticas de los consumidores de la red de parques del centro urbano de Bucaramanga.

---

<sup>78</sup> Docente investigador del programa de Comunicación Social de la Universidad Autónoma de Bucaramanga. Magíster en Pedagogía de la Universidad Industrial de Santander. Colombia. Correo electrónico:[ebacca599@unab.edu.co](mailto:ebacca599@unab.edu.co)

## 1. CARACTERIZACIÓN DEL ESTUDIO O DISCUSIÓN TEÓRICA PROPUESTA

En los estudios culturales británicos que engendra la investigación en consumo cultural, Raymond Williams afirma: "los conceptos básicos con los que se parte para investigar dejan de ser conceptos paulatinamente para convertirse en problemas". El estudio de consumo cultural inaugura un conjunto de problemáticas, entre ellos el origen del consumo, cuyo génesis se encuentra en una doble perspectiva de comprensión de consumo cultural y los procesos sociales en los que se enmarcan las prácticas de consumo cultural en la sociedad del mercado. Para estudiar esos problemas hay que indagar los momentos históricos, en los que emergen los conceptos y sus problemas, para que la comunidad académica conozca los diversos significados de los términos básicos que usamos en las ciencias sociales.

Según (Martín Barbero, 1987, pág. 2) "Hacer la historia de los procesos implica hacer la historia de las categorías en el que los analizamos y de las palabras con las que los nombramos". Dicho en otra forma, las categorías de la ciencia son opacas y ambiguas cuando se desconoce su perspectiva histórica. Historiar los conceptos, como ocurre con el término consumo, nos permite saber de qué estamos hablando. En este caso, nos interesa develar el significado y el referente de consumo cultural para descubrir los debates que se producen entre la lectura disciplinaria de la economía que fundamenta el consumo en las necesidades de los humanos y la lectura multidisciplinaria del consumo que se integra los saberes de la antropología, sociología y la semiótica.

Los estudios de la economía, que se alimenta de la perspectiva del conductismo, se define el consumo como "la relación que se establece entre un conjunto de bienes creados para satisfacer un paquete de necesidades, como una relación estímulo-respuesta", según (García Canclini, 1999, pág. 34). La anterior definición se fundamenta en una concepción naturalista de las necesidades de los seres humanos.

Desde el enfoque de los estudios culturales, la necesidad no es el fundamento del consumo de los humanos. La necesidad surge de la interiorización de "presentaciones culturales" que promueve la sociedad, como las clases sociales, etnias y grupos a los que pertenece el consumidor, con su deseo de diferencia social, que nos acostumbra a necesitar determinados objetos y apropiarnos de ellos de la misma manera como lo hace el colectivo social al que pertenece el consumidor.

La concepción naturalista de las necesidades parte de la premisa según la cual naturaleza humana es inmutable. Esto significa que las necesidades básicas, como alimentación, no cambian. Desde la lectura histórica, la teoría del consumo cultural, desvela que la necesidad humana cambia históricamente en una misma sociedad. En la concepción de la necesidad se establece una relación directa entre el estímulo y respuesta. El consumidor siente hambre, que es el estímulo y consume alimento para satisfacer esa necesidad. La respuesta es consumir alimento. Se parte del supuesto que el alimento tiene un valor de uso que es el que satisface las necesidades.

Desde la concepción del consumo cultural, el valor de uso de los bienes y servicios se acompaña de un valor simbólico, que construye un referente de significación del objeto cuando se consume. El carro cumple su valor de uso cuando nos transporta de un lugar a otro. También el carro tiene un valor simbólico que nos dice el significado del carro para su grupo, clase o etnia.

Desde la perspectiva de los estudios de consumo cultural, (García Canclini, 1999, pág. 34) define el consumo "como el conjunto de procesos socioculturales en que se realizan la apropiación y el uso de los productos". En Consumo cultural en América Latina, (Sunkel, 1999) propone el estudio del consumo cultural para comprender las sociedades modernas y la formación de las agendas de los estudios culturales. En esta línea de trabajo del consumo, la nación se define como "los pactos de lectura que se construyen entre productores, instituciones, mercado, receptores acerca de lo comunicable, compatible y verosímil".

Se produce un desplazamiento de la lectura del consumo como necesidad humana hacia la cooperación entre el objeto cultural y el consumidor. Todo objeto destinado a consumir es un texto abierto, que exige la cooperación del consumidor para completarlo y construir su valor simbólico. Por tanto, el tema de la ponencia es el diálogo entre las estrategias del oferente cultural y la táctica del consumidor.

En consecuencia, el valor simbólico de los objetos y los servicios se encuentra en un proceso de comunicación entre el objeto que se carga del significado del fabricante y el agregado de significación que integra el consumidor. Consumir culturalmente es un proceso semiótico que integran significados de la estrategia del oferente y las tácticas para

adaptar el bien consumido a la vida cotidiana del consumidor. Todo bien es una invitación al consumir y a pensar el valor simbólico que configura en redes cotidianas de significación social del usuario.

En el caso del consumo cultural de la red de parque urbano, ubicado en el centro histórico de Bucaramanga – Colombia-, hay una comunidad hermenéutica, en la que dialogan las estrategias del oferente con las tácticas del consumidor.

En este contexto particular, nos interesa saber ¿Cuál es el pacto de lectura que se producen en el consumo cultural de los parques urbanos que se ubican en el centro histórico de Bucaramanga? Para aproximarnos al pacto de lectura hermenéutica de los parques, nos aproximamos en el concepto de consumo cultural de Néstor García Canclini. En consecuencia, el objetivo general consiste en comprender la estrategia de los oferentes de la cultura y tácticas de los consumidores de la red de parques del centro urbano de Bucaramanga

## 2. ENFOQUE Y/O METODOLOGÍA DE ABORDAJE.

Para investigar el consumo cultural de la red de parques del centro urbano de Bucaramanga, desde la doble perspectiva de las mediaciones y el consumo, el investigador selecciona el enfoque cualitativo. De las diversas propuesta de investigación cualitativa, se asume el diseño del interaccionismo simbólico, desde la perspectiva metodológica de la teoría fundamentada, que busca indagar la relación paradójica en la que el sujeto activo, en este caso el consumidor, se somete a una condiciones del marketing, que se corresponde con la estructura socio-económica y cultural del capitalismo en tiempos de globalización y simultáneamente ese sujeto es un constructor permanente de significaciones sobre los bienes y servicios, que surge de un tejido complejo de interacciones, que pueden ser adoptadas y resemantizadas según el reconocimiento de las intenciones.

Hay una dimensión cultural en la que se comparten unos hábitos socioculturales de lo urbano que define al consumidor. Y finalmente, una dimensión de marketing en la que el proceso de interacción se lee desde la mirada del consumidor del espacio urbano a partir de los medios de comunicación, instituciones públicas y privadas y otros actores sociales.

## 3. PRINCIPALES RESULTADOS, REFLEXIONES Y CONCLUSIONES.

### 3.1. EL CONFLICTO

Según (Martín Barbero J.) afirma que en la práctica de comunicación social surgen problemas de intercambio simbólico entre las clases, grupos y comunidades. En ese intercambio simbólico de la realidad, en el que se disputan el significado social de un producto- como es el caso de la red de parques del centro de Bucaramanga- se producen los espacios para la comunicación social. Nos vamos aproximar al problema del intercambio simbólico de realidad que emerge de la apropiación cultural del parque en el centro histórico de Bucaramanga.

El parque urbano es un lugar de disputa del significado por parte de clases y grupos sociales. En este modelo de consumo, se define éste como “**un escenario de disputas por aquello que la sociedad produce y por las maneras de usarlos**”, según GarcíaCanclini. En la confrontación simbólica por el consumo cultural del parque, como ocurre en Bucaramanga, se produce un enfrentamiento entre grupos de delincuentes y las familias. Cuando los delincuentes ganan la confrontación, el parque es un espacio que la familia bumanguesa deja de visitar. Es un lugar inseguro. “**Se había convertido** –según F03M- **en un sitio que nadie quiere visitar por la inseguridad**”. En esa disputa entre grupos sociales, “**las bandas de delincuentes, consumidores de drogas ilegales y población flotante en el espacio urbano usaba el parque para delinquir**”, según F03M.

### 3.2 LA RED DE PARQUES DEL CENTRO URBANO ES LA TARIMA DEL CAPITALISMO

El significado del consumo cultural del parque urbano no se construye exclusivamente desde el uso y apropiación de sentido que surge de las prácticas de los usuarios del lugar. La construcción de nuevos sentidos, especialmente en el contexto de la globalización, se elabora desde condiciones contextuales internacionales que afectan la significación del parque. Es probable que se piense que el propósito de la recuperación de los parques sea para que la familia regrese a disfrutar de los momentos de ocio. Sin embargo, en el contexto del proceso de globalización, la red de parques, que hacen

parte del patrimonio cultural de la ciudad, se convierte en el lugar para la presentación de la cultura artística local y nacional. Desde este enfoque emergente, el parque nos invita a pensarlo como una tarima para espectáculos artísticos gratuitos.

Jesús Martín Babero señala que en los procesos de globalización, el centro urbano sufre un cambio de significación. El parque fue un lugar para el ocio familiar y reconocimiento mutuo entre la clase dirigente y la ciudadanía. También fue un lugar para expresar el descontento de grupos políticos frente a medidas tomadas por la administración pública regente en un momento dado.

En el acelerado proceso de globalización de la economía del mercado, la ciudad se convierte en una mercancía que hay que vender al creciente turismo internacional. Por tanto, el centro urbano no es un lugar para la protesta política, dentro de una concepción participativa de la democracia, sino es un escenario para conocer la historia, cultura y arte de la localidad. El parque es un referente de la identidad cultural a partir de la arquitectura, los monumentos y otros recursos materiales. El centro urbano es un lugar para conocer la historia local, regional o nacional y un escenario para la expresión artística. Por tanto, hay un desplazamiento del significado del centro urbano, en el que el éste es un escenario para la oposición política a un espacio para el arte y el patrimonio cultural.

Para comprender esa nueva significación que surge del consumo cultural del centro urbano, con su red de parques, se piensa el parque desde el modelo de **consumo como sistema de integración y comunicación**. Desde esta perspectiva, el parque es, en efecto, un escenario. Veamos la red de parques del centro de Bucaramanga se convierte en tarimas para presentar a los artistas.

El cambio de la situación de seguridad y el programa interinstitucional de salas abiertas, que crea un circuito cultural en el centro de Bucaramanga, transforma el parque de un sitio peligroso e inseguro en un escenario para las presentaciones artísticas. FO3M expresa: “Ahora (*los parques*) se están convirtiendo en escenarios”. Desde el pensamiento de (Castells, 1999), el consumo se define como “el lugar en donde los conflictos entre clases sociales, organizados por la desigual participación en la estructura productiva, se continúa a propósito de la distribución y apropiación de los hechos”. El parque es un lugar de conflicto entre la “delincuencia organizada y común con las familias de los trabajadores”.

### **3.2 LA INTERVENCIÓN INTERINSTITUCIONAL EN LA RED DE PARQUES EN EL CENTRO URBANO**

Para recuperar los parques, en el caso de Bucaramanga, se propone acciones de distintas instituciones públicas y privadas. Dentro de las condiciones interviniéntes que construyen el referente del parque como escenario artístico, sobresale la alcaldía municipal de Bucaramanga, la Cámara de Comercio, los medios de comunicación y un grupo de instituciones que fomentan la educación artística de los bumangueses.

En la actual administración pública municipal de Bucaramanga se empieza una recuperación de los parques que los convierte en un escenario para expresión artística. En la dimensión “**Volver al parque**”, el programa interinstitucional de salas abiertas usa los medios de difusión masiva para invitar a la gente a volver al parque. Al respecto FO3M dice: “**y se invita a la gente a volver al parque**”. Para que la gente retorne al parque se requiere contar con una programación de actividades artísticas gratuitas.

Con las inversiones de la alcaldía está mejorando la situación de los parques. Al respecto FO3M expresa: “(*Los parques*) se están arreglando. Y se están mejorando. Se están recuperando”. FO3M se refiere, en este caso al esfuerzo que hace la alcaldía municipal de Bucaramanga, encabezada por Bohórquez, para recuperar los parques.

El programa de salas abiertas usa la red de parques del centro histórico de Bucaramanga, compuesto por el Parque Santander, Parque Bolívar, Parque Centenario, Parque García Rovira y la Plazaleta Luis Carlos Galán para crear un recorrido que lleva a las familias bumanguesas por los parques, salas de exposiciones y museos del centro histórico de Bucaramanga.

### **3.3 LOS PARQUES SON TARIMAS**

En el caso particular del centro urbano de Bucaramanga, con una red de parques y calle peatonal, el programa interinstitucional de salas Abiertas, invita a los bumangueses a la regresar a los parques. Para que la gente retorne al parque se requiere contar con una programación de actividades artísticas. En el centro urbano de Bucaramanga, dentro

de la concepción del centro como un lugar para preservar la memoria cultural y la presentación de grupos artísticos, se configuró una red de parques que sirven para la presentación de grupos artísticos. Para ello abren los museos y salas de exposición para que el público asista a los espectáculos culturales.

La creación del circuito cultural fue una iniciativa de la Cámara de Comercio e instituciones de promoción y educación artística. Al respecto F002JCO dice: “... **El año pasado montaron espectáculos, exposiciones (...) se trataron de generar espectáculos en los parques**”.

También los medios de comunicación masivos, especialmente las estaciones de radio y Vanguardia Liberal, invitan a la ciudadanía a regresar a los parques a disfrutar de una programación artística que no tiene ningún costo. Dentro de las condiciones intervinientes para apreciar el arte que se produce en Santander, se requiere desde la perspectiva de los productores de arte, que el público que asista a la programación de salas abiertas se eduque sobre el patrimonio cultural de Santander. **Según la FO1GY “el grupo organizador tiene claro el propósito educativo”.** En el encuentro entre el artista, que ofrece su producción artística, y el consumidor de la obra, que se apropiá del sentido, se busca que el consumidor aprenda sobre el arte.

La estrategia de llevar el arte a las calles céntricas de Bucaramanga es una actividad que permite al público asistente aprender algo. **FO1GY expresa: “Bueno eso fue muy chévere porque así sea algo se le queda en la cabeza”.** Luego agrega: **“Digamos que hay un preforma buenísimo sobre el reciclaje, entonces la mayoría de estos eventos culturales tienen como un discurso detrás, que así las personas no se den cuenta (...) pues tal vez si algo puede quedar”**, afirma FO1GY.

Hay un mensaje educativo en las actividades culturales a las que asisten a los parques, museos, salas de exposición. Al respecto FO1GY indica: **“Entonces yo creo que ese es el valor agregado de esas actividades, que además de ir a compartir en familia un domingo en la tarde en los parques del centro, es también como aprender del mensaje”.** Desde la perspectiva de consumo cultural urbano, hay un proceso educativo detrás de las actividades culturales que se desarrollan en los parques. Para FO1GY, **“el artista que se presenta en el parque tiene una intención educativa”**. El artista pretende que su obra evoque la memoria cultural del santandereano. Así se recuerda la herencia cultural del santandereano. De este modo, el público que asiste al evento no olvida sus raíces culturales. Al mismo tiempo, que rememora la cultura, el público disfruta de propuestas artísticas, como el preforme de reciclaje, que busca la reflexión del asistente.

En consecuencia, el programa de salas abiertas cumple dos tipos de objetivos, según la lectura de consumo cultural: Recordar la cultura artística del santandereano, que hace parte su herencia creativa y artística. Y por otra parte, reflexionar sobre los problemas sociales y ambientales actuales para que el público asuma acciones de conservación de la cultura humana y de la naturaleza.

El consumo cultural urbano del centro histórico de Bucaramanga, que organiza la Cámara de Comercio, promueve la difusión de ese mensaje educativo. Según FO1GY, **“se espera que la actividad cultural eduque artísticamente y socialmente al bumangués”**.

Sin embargo, la educación no se reduce a recordar. Hay unos problemas contemporáneos de la sociedad santandereana, como el medio ambiente, que invita a una reflexión sobre el modo de vivir colectivamente y de relacionarnos con la naturaleza. En efecto, el consumo cultural del arte invita al público a reflexionar sobre sí mismo y su relación con el contexto social y ambiental.

## A MODO DE CONCLUSIÓN

En el caso del consumo cultural de la red de parque urbano, ubicado en el centro histórico de Bucaramanga – Colombia-, hay una comunidad hermenéutica, en la que dialogan las estrategias del oferente con las tácticas del consumidor. El parque es, según el significado de impuesto por los oferentes de la cultura urbana, un lugar para rememorar la identidad cultural, conocer el patrimonio cultural y promover el turismo. Con el diseño del proyecto del Bicentenario, el exalcalde Fernando Vargas inicia el proceso de recuperar el centro urbano de Bucaramanga para que la familia bumanguesa regrese a hacer compras de bienes y servicios al centro. De este modo, la estrategia de la Alcaldía, la Cámara de Comercio y las empresas culturales contribuyen a crear los espacios para la exhibición de la cultura artística.

El significado de la red de parques se resemantiza al pasar de un escenario político a un escenario promoción de la cultura. Desde las tácticas del consumidor del arte, el asistente aprender de arte, conocer personalmente a los autores y se divierte.

El consumidor es, según Martín Barbero, en un cómplice de la propuesta cultural, porque comparte el significado impuesto por los funcionarios públicos y los artistas. Se forma así una comunidad hermenéutica entre los productores y consumidores de la cultura en torno a los significados del arte dentro del marco de la identidad bumanguesa y santandereana. Hay una lectura dominante del mensaje público sobre la cultura artística y sobre el papel del parque como espacio físico para la promoción de la cultura elaborada.

La desigualdad entre la calidad de vida entre los propietarios de empresas, obreros y empleados, propio del modelo de reproducción de capital y trabajo, activa una lectura política de los parques, en la que retorne el significado tradicional de protesta ante la desigualdad social. El disparador del anterior significado, incluso de nuevos, se puede encontrar en las obras de arte que se presentan en los parques. Al interior de la comunidad hermenéutica construida, en la que el arte es para educar, se ocultan los nuevos significados del consumo cultural de los parques del centro de Bucaramanga.

## BIBLIOGRAFIA

- Castells, M. (1999). La cuestión urbana. (S. XXI, Ed.) Bogotá.
- García Canclini, N. (1999). El consumo cultural: una propuesta teórica. En G. Sunkel, El consumo cultural en América Latina (págs. 26-49). Santé de Bogotá: Convenio Andrés Bello.
- García Canclini, N. (1999). El consumo cultural: una propuesta teórica. En G. Sunkel, El consumo cultural en América Latina (págs. 26-49). Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello.
- García Canclini, N. (1999). Explorando el territorio. En G. Sunkel, El consumo cultural en América Latina (págs. 26-49). Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello.
- Hall, S. (1973). Codificación/decodificación en el discurso televisivo. Londres: Hutchinson.
- Martín Barbero, J. (1987). De los medios a las mediaciones. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello.
- Martín Barbero, J. (1992). las mediaciones comunicativas de la cultura. En La estructura de lass ciencias sociales en América Latina (pág. 32). Bogotá: Ceja.
- Martín Barbero, J. (s.f.). De la comunicación a la cultura. Perder el "objeto" para ganar el proeso. Sgno y pensamiento., 17 a 24.
- Ortiz, R. (1998). El otro territorio. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello .
- Sunkel, G. (1999). EXplorando el territorio. En G. Sunkel, El consumo cultural en América Latina (págs. XI-XXIX). Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello.

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## Festival 100em1Dia: Intervenções urbanas e dinâmicas comunicacionais para pensar a cidade

### 100in1day Festival: Urban Interventions and communicational dynamics to think about the city

Heidy Bello Medina<sup>79</sup>

Yuji Gushiken<sup>80</sup>

**Resumo:** O trabalho busca refletir a experiência de se recriar as condições de subjetivação no espaço urbano a partir de intervenções artísticas e culturais no Festival de Cidadania 100em1Dia, realizado em uma rede de cidades da América Latina e de outros continentes. Focado no evento realizado na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, a análise vê como o conjunto de intervenções urbanas permite pensar nos processos comunicacionais gerados no acontecimento do Festival como práticas de comunicação molecular, que possibilitam agenciamentos múltiplos a partir da potência da vida.

**Palavras-chave:** 100Em1Dia, comunicação molecular, intervenções urbanas.

**Abstract:** This paper presents a reflection on the experience to create the conditions of subjectivation in the urban space from artistic and cultural interventions in the Citizenship Festival 100in1Day, held in a network of cities of Latin America and other continents. Focused in the event held in the city of Cuiabá, Mato Grosso, this text presents how the group of urban interventions allows thinking in the communication processes generated in the event of the Festival as molecular communication practices, that make possible multiple agency from potentiality as a life.

**Key words:** 100in1Day, molecular communication, urban interventions.

#### Introdução

Na perspectiva do modelo teórico da “comunicação como cultura” (LIMA, 2001), que busca produzir interfaces interdisciplinares com as ciências sociais e humanas, este trabalho apresenta uma reflexão entre comunicação e cidade a partir da experiência do *Festival da Cidadania 100em1Dia*, evento que resulta de conexões geradas através do processo de criação colaborativa dos grupos *Acciones Urbanas*, de Bogotá, Colômbia, e *Ciudadanía Activada*, formado por estudantes da Escola de Negócios Kaospilot, da Dinamarca.

O grupo de jovens colombianos e dinamarqueses trabalhou de modo coletivo à procura de ferramentas de mediação e comunicação que mobilizassem os residentes de Bogotá, metrópole sul-americana com seus muitos problemas sociais, a realizar cem ações de cidadania durante 24 horas.

Na primeira edição do Festival 100Em1Dia, realizado no dia 26 de maio de 2012, o grupo organizador conseguiu registrar 250 propostas de intervenções urbanas na capital colombiana. A ideia do festival, considerado bem-sucedido na

<sup>79</sup>Heidy Bello Medina. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO-UFMT/Cuiabá). Bolsista Capes-MEC e membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cidade (Citicom-UFMT), Brasil, E-mail:heidy.bello@gmail.com.

<sup>80</sup>Yuji Gushiken. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO-UFMT/Cuiabá). Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cidade (Citicom-UFMT), Brasil, E-mail: yug@uol.com.br.

primeira experiência em Bogotá, espalhou-se via internet pela Colômbia e pelo mundo, formando uma rede aberta na qual participaram, até o ano de 2017, 32 cidades e mais de 30 mil pessoas, em quatro continentes.

O Festival 100Em1Dia caracteriza-se pela realização de intervenções urbanas realizadas por diferentes grupos e coletivos voluntários, de distintas matrizes culturais, com objetivos diversificados, de modo a possibilitar a abertura do pensamento coletivo a uma ampla abrangência de problemas sociais. Portanto, a pesquisa de caráter qualitativo analisa os processos comunicacionais na constituição de redes de cidadania que procuram colocar em pauta “cidades mais humanas”, através daquilo que Henri Lefebvre denominou de “o direito à cidade”.

No dia 3 de abril de 2016, a cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil, realizou pela primeira vez o Festival da Cidadania 100em1Dia. A cidade, localizada no Centro Geodésico da América do Sul e com registro de múltiplos problemas sociais, foi cenário de 101 intervenções de arte e cidadania durante 24 horas. Cuiabá foi a terceira cidade no Brasil a organizar o 100em1Dia (depois do Rio de Janeiro, capital do estado do Rio de Janeiro, e Blumenau, interior do estado de Santa Catarina) e a 29<sup>a</sup> no mundo a acolher a ideia originada em Bogotá e que então já corria por 28 cidades em vários continentes.

Atualmente com 585.367 habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, Cuiabá centraliza, com o vizinho município de Várzea Grande, a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC)<sup>81</sup>, a terceira aglomeração urbana em população no Centro-Oeste brasileiro.

## Comunicação e voluntariado

Através do chamamento geral, um contingente de voluntários pensou, organizou e realizou 101 intervenções urbanas, registradas no site do evento ([www.100em1diacuiaba.org](http://www.100em1diacuiaba.org)). Os voluntários inscritos, sem qualquer tipo de remuneração, fizeram propostas de intervenções com que construíram, cada qual a seu modo, dezenas de territórios existenciais nos quais fizeram atualizar distintos desejos de estar e ser no mundo, usando como ferramenta a criatividade dos indivíduos e das coletividades como potência da vida e tendo a cidade e seus problemas como foco de atenção.

As intervenções foram pensadas para mostrar a cidade por eles concebida, mas também a cidade virtualmente possível na criatividade das intervenções artísticas e culturais. As propostas de ações artísticas foram registradas textualmente no site do evento, através de um formulário simples que especificava o propósito da intervenção, a faixa etária dos participantes dos participantes, o lugar na cidade onde seria realizada a ação, entre outros dados.

O conjunto de intervenções, realizadas num período de 24 horas, possibilitou a produção de outras cartografias da cidade. Entre a racionalidade de cada proposta e a realização de cada intervenção, o Festival100em1Dia permitiu considerar as dinâmicas comunicacionais desenvolvidas nos diversos agenciamentos coletivos, dando margem ao que concebemos, na perspectiva do filósofo e psicanalista Félix Guattari (1977), “revoluções moleculares”.

Para uma cidade como Cuiabá, com os problemas típicos de um município brasileiro, a imaginação crítica das intervenções urbanas apresentou demandas por cidadania e por uma vida mais subjetiva, ou seja, pequenas ações artísticas e culturais que visaram fazer diferença no cotidiano banal dos indivíduos com os quais se pudesse interagir.

Entre as ações registraram-se distintas narrativas que maquinaram desejos coletivos para imaginar e pensar a cidade: 1) nadar em rios de águas limpas, 2) descansar à sombra de árvores, 3) caminhar e observar aves nos parques, 4) dançar em parques e praças públicas, 5) ir ao museu no domingo, 6) receber um chocolate como cortesia, 7) fazer um churrasco embaixo do viaduto, 7) ouvir as histórias de vida de uma senhora de mais de 90 anos, 8) montar uma “loja” numa praça onde moradores em situação de rua pudessem adquirir gratuitamente roupas, 9) oferecer pílulas de poesia no mercado, 10) atravessar faixas pedestres coloridas, 11) fazer uma performance na vala de uma obra inacabada, como a do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ou na feira, 11) tocar música para os pacientes e familiares no hospital, 12) limpar o Centro de Zoonose, 13) compartilhar suco de caju e pipoca com transeuntes desconhecidos, 14) plantar árvores, entre outras ações.

Para exemplificar, a “Revitalização do Pátio do Hospital Adauto Botelho”, uma das intervenções realizadas, convocou várias pessoas para participarem do Festival 100em1DiaCuiabá. A ideia da intervenção nasceu em conversas

<sup>81</sup> Além de Cuiabá e Várzea Grande, a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC) é constituída pelos municípios de Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Acorizal e Chapada dos Guimarães.

sobre a cidade realizadas pelo contingente de voluntários, quando uma das voluntárias, chamada Maria Aparecida Silva, propositora da ação, manifestou a necessidade de se pensar uma cidade que dispusesse de espaços adequados para tratamento de doenças mentais. A ideia partiu da experiência de trabalho profissional de Maria Aparecida no Hospital Adauto Botelho, fundado em 1957 em parceria entre o Governo de Mato Grosso e o Serviço Nacional de Doenças Mentais, hoje denominado Centro Integrado de Assistência Psicossocial (Ciapas) Adauto Botelho.

A partir de sua experiência profissional, a então voluntária no Festival 100em1diaCuiabá expressou uma crença nas virtualidades da arteterapia como ferramenta de tratamento humanizado de pessoas com problemas mentais, e que era possível ajudar a comunidade de pacientes a partir da reforma do pátio do hospital, que precisava recuperar uma mangueira que dava sombra aos pacientes e fazer muros coloridos para melhorar a visualidade do espaço onde as pessoas se tratavam.

Assim, ela convocou pessoas disponíveis a colaborar, buscando ajuda de arquitetos e engenheiros para melhorar, através de conhecimentos profissionais, a estrutura física do Centro de Assistência Psicossocial, e de artistas de Cuiabá e região para pintura dos murais. Maria Aparecida saiu também em busca de doações de material para o desenvolvimento da intervenção. A realização da atividade durou mais de um dia, o que sugere a potencialidade em torno do Festival: a ação coletiva tornou visível a preocupação das pessoas com os assuntos da cidade, a melhoraria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos e a forma como pequenas ações podem mudar a relação das pessoas com o espaço urbano.

A diversidade de intervenções no 100em1Dia apresentou uma característica geral, que é a efemeridade das ações realizadas pontualmente em espaços nas cidades. No 100em1DiaCuiabá, especificamente, anotaram-se manifestações críticas, mas de afeto pela cidade com seus muitos problemas tipicamente brasileiros. Como tem sido próprio do festival realizado em rede, o festival em Cuiabá ganhou uma dimensão virtualizante a partir da disponibilização de imagens fotográficas e de registros audiovisuais na internet, através da página no *Facebook*<sup>82</sup>, do álbum de fotos no *Flickr*<sup>83</sup> e de outros materiais localizados a partir do uso da hashtag<sup>84</sup> #100em1diaCuiabá que evidenciam a intensidade vivida com a realização do evento. Além das intervenções pontuais nos diversos espaços da cidade, os voluntários construíram imagens possíveis sobre Cuiabá que aparecem difundidas na web, mostrando outras relações das pessoas com o espaço urbano.

Deste modo, a produção de plataformas de participação cidadã, como a proposta do 100Em1Dia, procura uma reinvenção da experiência urbana através da prática de intervenções artísticas para questionar também o que pode ser a participação política do indivíduo em termos locais, para além dos mecanismos clássicos, como o exercício do voto em eleições. É nesse contexto de organização coletiva que o conceito de “ar do tempo”, postulado pelo filósofo Gilles Deleuze (1992), adquire sentido.

Há uma sintonia de desejos e se estabelecem múltiplas conexões para pensar a condição global e sentir e atuar em âmbito local. Desta maneira, pondera-se a importância da relação entre comunicação e cidade em nível molecular, levando em consideração que no período de constante polarização na América Latina, as esperanças não provêm mais do poder partidário, mas das revoluções em nível molecular como potência da vida.

A psicanalista brasileira Suely Rolnik (1998) menciona que no mundo contemporâneo as subjetividades são flutuantes, caracterizadas pela ubiquidade, e transitam seguindo os desejos. Porém, quando a formação coletiva é dada precisamente a partir das conexões dessas subjetividades, apresenta-se uma demanda para se conhecer como elas transitam nas novas tecnologias da informação e da comunicação, principalmente, mas também através dos corpos, em sua capacidade de afetar e serem afetados no ambiente em que atuam. A hipótese radica na capacidade comunicacional, que se torna possível a partir da transformação das experiências em informação, o que possibilita a construção de conhecimentos para se alterar o espaço urbano e os sujeitos, através de novas experiências.

### **A cidade e a comunicação molecular**

Pensar na interface entre comunicação e cidade, na perspectiva do uso dos meios de comunicação para potencializar as ações de cidadania, permite também produzir uma agenda com questões que atravessam as pessoas e as coletividades no cotidiano da cidade, ponderando as dinâmicas comunicacionais nas práticas culturais, o que favorece

<sup>82</sup>Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/100em1dia-Cuiab%C3%A1-1483010472005924/>

<sup>83</sup>Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/140792439@N04/albums/>

<sup>84</sup>Hashtag é uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #, utilizada para categorizar a informação que é publicada em redes sociais como Instagram, Twitter, Facebook, entre outras. Seu uso permite a interação de várias pessoas sobre determinado tema.

distintos processos de produção da subjetividade na medida em que os direitos sociais tornam-se uma narrativa utópica (Gushiken, 2007).

A partir dos usos midiáticos, práticas que reinventaram o campo comunicacional enfaticamente com a digitalização das informações, enfatizou-se uma dimensão molecular da comunicação, o que se pode observar na cidade como lugar dos processos de subjetivação a partir das micropolíticas urbanas.

Rosana Reguillo (1997) salienta que a comunicação não é somente um instrumento neutro para esboçar aquilo que já existe, mas uma dimensão co-constitutiva do social. Portanto, pensar a relação comunicação e cidade faz estabelecer um diálogo interdisciplinar visando uma abrangência dos fenômenos apresentados nos territórios reais e simbólicos, mas também nos territórios existenciais.

Consideramos a comunicação em nível molecular, a partir das intervenções urbanas, realizadas e registradas por indivíduos anônimos em seu mais ordinário cotidiano. A construção de uma cidade possível tenta subverter a organização capitalística do mundo contemporâneo, possibilitando a emergência de mecanismos de participação e ferramentas de comunicação, que potencializam a vida a partir de assuntos ainda considerados banais, mas de grande relevância para os indivíduos na relação ordinária que mantêm nas cidades.

Pensar a dinâmica comunicacional das intervenções urbanas em perspectiva molecular tem o intuito de pensar as relações de poder inseridas nestes processos de comunicação, na medida em que as ações e as informações registradas sobre cada uma delas têm um caráter micropolítico. Por conseguinte, seguimos o trabalho desenvolvido por Deleuze e Guattari, que no terceiro volume do *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (1996)<sup>85</sup>, questionam a forma como as subjetividades são constituídas, pois, segundo os autores, a segmentariedade está presente em todos nossos estratos e regula nossas atividades.

Deleuze e Guattari (1996) pensaram essa questão no conceito de segmentariedade para fazer uma análise do poder, distinguindo os termos: o molecular (micro, que remetia ao primitivo: flexível-rizoma), e molar (macro, referente aos sistemas de poder modernos: concêntrico-árvore). Os autores propõem a distinção, sem fazer uma separação radical das duas instâncias, na compreensão de que uma seja ruim e outra boa, nem em consideração do grande ou do pequeno, nem do Estado e a sociedade, simplesmente pensando em mudar as lógicas de contradições.

A micropolítica, conforme Guattari (1992), sugere evidenciar a maneira como o poder forma a subjetividade, mas uma subjetividade plural, polifônica. Por isso, é necessário estudar os termos do poder como produtor de saberes e de subjetividades, ideologias e agenciamentos, levando em consideração que a micropolítica se refere, sobretudo, as singularidades relacionadas ao corpo, em sua capacidade de afetar e ser afetado, e ao desejo: "A questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetivação dominante" (Guattari & Rolnik, 1996, p. 133).

O conceito de singularidade, em Guattari, refere-se aos "processos disruptores no campo da produção do desejo" (Guattari & Rolnik, 1996, p. 45). Assim, as singularidades, como as revoluções moleculares, são capazes de desterritorializar os territórios, criando outros para gerar processos inéditos de subjetivação, dando vida aos agenciamentos na procura do exercício da liberdade. No caso da cidade, trata-se de criar outros modos de produção do espaço, com as práticas artísticas como ferramentas de intervenção urbana cidadã, tendo a comunicação, na sintonia do molecular, como intercessora e possibilitadora de tais agenciamentos.

## Rede de cidades: Conexão dos corpos desejantes

Rosana Reguillo (1997) propôs a relação comunicação-cidade a partir da consideração de *densidades*: concebendo a cidade como um tecido espaço-temporal, onde se geram modos de vida específicos; *níveis*: o bairro, o local e o regional; e, os *eixos*: o público-privado, o institucional-emergente, e o legítimo e a luta pela moral pública. Através da comunicação molecular desmancham-se e encontram-se tais questões ao ponderar os processos comunicacionais em justaposição com os processos de subjetivação.

Durante a etapa inicial da pesquisa elaborou-se um mapeamento das cidades latino-americanas envolvidas no movimento cidadão global 100em1Dia. O recorte geográfico se dá levando em consideração as experiências comuns da realização de ações de interação e intervenção no espaço urbano. Tem como foco o rastro deixado pelos canais de

<sup>85</sup> O *Mille Plateaux. Capitalisme et schizophrénie* foi publicado em 1980.

comunicação usados pelos sujeitos participantes, em especial as redes sociais como Facebook e de outros recursos difundidos para documentar a experiência, como as fotos e a descrição das ações que circulam, maioritariamente, na internet, a partir do que se pode evidenciar a comunicação como potência a partir das mensagens difundidas.

Orellana López e Sánchez Gómez (2006) validam a observação como instrumento da coleta de dados nos ambientes virtuais, importante para que o pesquisador consiga analisar várias vezes a informação tendo em conta a permanência dos recursos neste cenário. Como resultado da etnografia dos entornos virtuais das cidades latino-americanas que já realizaram o festival cidadão 100em1dia, tem sido possível contemplar através das diversas publicações (vídeos, fotografias, conversas etc.).

No recorte geográfico definido, registraram-se 21 cidades em oito países na América Latina: 1) Colômbia: Bogotá, Pasto, Pamplona, Chinú, Cali, Yumbo, Pereira, Barranquilla, Guadalajara de Buga; 2) Costa Rica: San José; 3) Nicarágua: Manágua; (4) Chile: Santiago, Valdívia, Valparaíso; 5) Brasil: Rio de Janeiro, Blumenau; 6) México: Tijuana, Tuxla Gutiérrez; 7) Peru: Huancayo; 8) Uruguai: Fray Bentos.

Em termos macrorregionais, a América Latina, até o momento, é a região no globo, como apresentado no mapa 1, com o maior número de cidades participantes no mundo em participar da rede do Festival da Cidadania 100em1Dia, desde a primeira experiência em Bogotá, na Colômbia.

**Mapa1. Cidades participantes do movimento cidadão 100em1dia na América Latina**



Fonte: Mapa das cidades do 100em1Dia na América Latina, a partir do Google Maps

Salientamos a importância da participação das cidades de pequeno porte, que usualmente não aparecem nos circuitos hegemônicos das redes urbanas da região, para pensar nos modos de produção dessas intervenções urbanas dentro de suas dinâmicas cotidianas e seus imaginários, em diálogo com a produção da rede.

Assim, tendo em conta essa dinâmica, a conformação da rede de cidades participantes do 100em1dia cria um mapa não hierárquico, como se dá em geral na formação das redes urbanas, mas colaborativo, em que as cidades passam a se caracterizar pelo interesse mútuo. O princípio de colaboração e a troca de experiências criam outros parâmetros para definir as urbes como espaços inovadores e sustentáveis, não em competição, mas em processo de inovação em rede.

Neste caso, todas as cidades, cada qual com suas singularidades, tornam-se propositoras e potencializadoras de intervenções capazes de gerar sempre renovadas condições de subjetivação de indivíduos, grupos e coletividades mais amplas.

O foco em cidades latino-americanas, considerando a construção de lugares a partir das intervenções urbanas e da comunicação molecular, supõe uma consideração epistêmica para se pensar a emergência de redes como o 100em1dia, e de plataformas que privilegiam diversas experiências para a reinvenção da vida nas cidades.

Trata-se de condições de pensamento e de práticas comunicacionais capazes de subverter o planejamento urbanístico de moldura capitalista, e argumentando a produção da mídia alternativa na construção de novos imaginários e conceitos sobre a cidade.

Uma observação generalizada, na América Latina, mas em especial no Brasil, trata de considerar intervenções urbanas que visam produzir a crítica aos modelos de governo neoliberais, através, por exemplo, dos discursos sobre a produção de uma cultura do medo que demanda mais segurança, produz segregação e define o espaço privado como espaço hegemônico de produção da vida no mundo contemporâneo.

A produção do medo nas imagens da televisão e da internet, que esvazia as ruas das cidades contemporâneas, tem relações diretas hoje com a necessidade mercadológica de formação de massas de telespectadores e consumidores de informações produzidas pela mídia hegemônica.

Peter Pál Pelbart (2002), filósofo húngaro radicado no Brasil, manifestou seu interesse no que acontecia nas cidades brasileiras e do mundo no contexto capitalístico: expropriação e revenda dos modos de vida, porque nessa situação os excluídos usavam a própria vida como vetor de autovalorização. No contexto das cidades contemporâneas, não sabemos se o termo exclusão se refere a pequenos grupos ou se realmente somos todos excluídos, excluídos de ser, de sentir, de pertencer. Nesse contexto a vida é considerada o único capital.

## Considerações finais

O Festival da Cidadania 100em1Dia apresenta sua relevância na interface entre comunicação e cidade no que se refere, enfaticamente, às práticas de comunicação em nível molecular. No caso, a caracterização molecular possibilita a atuação de um contingente de pessoas que participa do festival de modo voluntário e cujas ideias se difundem via internet, produzindo novas vinculações com grupos de outras cidades.

Pensar o Festival da Cidadania 100em1Dia conduz a pensar o evento e as relações que se constituem como um *intermezzo*, um intercessor (Deleuze & Guattari, 1995), imagem possível na qual o riacho sem início e sem fim adquire força. O que se apresenta, desde a experiência inicial em Bogotá, é um panorama de cidades, que passam pelo questionamento de seus próprios problemas urbanos e pelas experiências de suas próprias intervenções urbanas como atualização de pautas sobre a demanda por cidadania nas cidades que se agregam à rede do 100em1Dia.

As intervenções urbanas apresentam-se como demonstrações de afeto pela cidade, o que muito se evidencia na realização do festival em Cuiabá, de modo que cada conjunto de afetos possa afetar outras pessoas e potencializar em distintos segmentos sociais novas ações para gerar mudanças no conceito de cidadania. Comunicar a experiência das intervenções urbanas permite refletir sobre como a cidade se constitui na perspectiva da comunicação e como, depois da experiência, a cidade investe em dinâmicas de comunicação moleculares, em seu caráter desviante dos sentidos hegemônicos fabricados pela comunicação de massa.

A conexão entre as pessoas envolvidas no 100em1Dia deve considerar a efemeridade das intervenções urbanas, necessariamente voláteis, na medida em que as ações se realizam em apenas 24 horas. Após o evento, permanecem dois registros: a memória da experiência vivida diretamente pelos voluntários junto ao público que testemunha a intervenção e a memória das informações, principalmente, imagens capturadas pelos equipamentos de audiovisual disponibilizados por voluntários e testemunhas na internet.

São dois tipos de memória que convergem para haver a potencialidade das ideias executadas numa determinada cidade flutuarem para outros espaços, outras cidades, e assim se atualizar a dinâmica da colaboração em rede que caracteriza este festival da cidadania. Embora cada cidade apresente demandas singulares, a demanda por uma vida mais subjetiva pode ser considerada em sua caracterização universal.

## Referências

- 100IN1DAY. (n.d.) Introduction Brief.100in1day: Bogotá.
- Bello Medina, H. Y. (2017). 100em1Dia Cuiabá: Micropolíticas urbanas na relação Colômbia – Brasil. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso.
- Deleuze, G. (1992). Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (1996). Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 3. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Guattari, F. (1977). Revolução molecular: pulsões políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1992). Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). Micropolítica: cartografia do desejo. Rio de Janeiro: Vozes.
- Gushiken, Y. (2008). Circuitos culturais e comunicacionais populares urbanos no Brasil. Revista E-compós, 11(1). Recuperado de: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/244/263>.
- \_\_\_\_\_. (2006). Dialogismo: Emergência do pensamento latino-americano em comunicação. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, vol. 3, n. 08. Recuperado de: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/81>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cuiabá. [online]. Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br). Acesso em: 23 de jan. 2017.
- Lefebvre, H. (2001). O direito à cidade. São Paulo: Centauro.
- Lima, V. A. de. (2001). Mídia: teoria e política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Orellana López, D. M., & Sánchez Gómez, M. C. (2006). Técnicas de recolección de datos en entornos virtuales más usadas en la investigación cualitativa. Revista de Investigación Educativa, 24(1), 205-222.
- Pelbart, P. P. (2002). Poder sobre a vida, potência da vida. Revista Lugar Comum, 17, 33-43. Recuperado de: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120907Poder%20sobre%20a%20vida%C3%A1da%20vida%20-%20Peter%20P%C3%A1l%20Pelbart.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120907Poder%20sobre%20a%20vida%C3%A1da%20vida%20-%20Peter%20P%C3%A1l%20Pelbart.pdf).
- Reguillo, R. (1997). Ciudad y comunicación. Densidades, ejes y niveles. Diálogos de la Comunicación, 47.
- Rolnik, S. (1998). A subjetividade antropofágica. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Subjemobra.pdf>. Acesso em 18 de out de 2017.

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

# A atuação da mídia em processos de gentrificação: um estudo sobre o Morro Santa Terezinha, em Fortaleza, Brasil

## The media agency in gentrification processes: a study of the Morro Santa Terezinha community in Fortaleza, Brazil

Silvia Helena Belmino<sup>86</sup>  
João Flávio Amaral<sup>87</sup>

### Resumo:

Este artigo analisa a relação entre a gentrificação e reportagens jornalísticas, veiculadas entre 1982 e 1995, no Jornal Diário do Nordeste sobre o Morro de Santa Teresinha, comunidade de pescadores situada em uma região turística, na cidade de Fortaleza, no Nordeste brasileiro. A partir dos trabalhos de Pereira, Wacquant e Slater (2014) sobre a relação de estigmas territoriais e a teoria do deslocamento de renda de Smith(1982), de Thompson (2014) sobre ideologia e mídia, e de Santos(2002) e Lefebvre (1991) sobre a produção do espaço urbano observamos uma dimensão simbólica de processos de gentrificação. Foram analisadas 04 matérias utilizando o modelo dos Modos de Operação Ideológicos de Thompson (2007). Conclui-se que o jornalismo atua como agente em processos de gentrificação por meio da enunciação de discursos que reproduzem, legitimam ou dissimulam relações e estruturas de poder que estão no centro das dinâmicas urbanas.

**Palavras Chave:** Gentrificação, Ideologia, Jornalismo

**Abstract:** This article analyzes the relationship between gentrification and journalistic news, published between 1982 and 1995, in the newspaper Diário do Nordeste about Morro Santa Terezinha, an old fishing community located in a tourist region, in the city of Fortaleza, located in the Brazilian northeast. From the works of Pereira, Wacquant and Slater (2014) on the relation of territorial stigmas and Smith's (1982) rent gap theory, Thompson's (2014) theory on ideology and the media, and Santos' (2002) and Lefebvre's (1991) theories on the production of urban space we observe a symbolic dimension of gentrification processes. Four newspaper clips were analyzed using Thompson's (2007) model of Modes of Ideological Operation. It is concluded that journalism institutions act as agents in processes of gentrification through the enunciation of discourses that reproduce, legitimize or dissimulate relations and structures of power that are at the center of urban dynamics.

**Key words:** Gentrification, Ideology, Journalism

### 1. INTRODUÇÃO

A estrutura socioeconômica capitalista frequentemente é tomada como ponto de partida para a compreensão das dinâmicas urbanas. Para Lefebvre (1991), por ser um ambiente no qual se desenvolve a luta de classes, as cidades revelam conflitos pela apropriação e pelo uso do espaço regido pelo valor de troca. Essa disputa resulta na manifestação das contradições desse sistema no tecido urbano. A gentrificação, foco deste trabalho, é um exemplo dos processos conflituosos que derivam de desigualdades que configuram socioespacialmente as cidades.

<sup>86</sup> Silvia Helena Belmino, professora adjunta da Universidade Federal do Ceará, Doutora em Comunicação Social, Brasil, silviahelenabelmino@gmail.com

<sup>87</sup> João Flávio Amaral, mestrandando em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Marketing e Propaganda, Brasil, joaoefmamaral@gmail.com

A partir da perspectiva comunicacional e dos estudos urbanos, avaliamos como a disputa de grupos em condições assimétricas de poder pela propriedade do espaço-mercadoria se relaciona com a produção de formas simbólicas pela mídia. Trata-se de uma tentativa de compreender a gentrificação em uma dimensão simbólica sem perder de vista a noção de conflito de classes por meio da operacionalização do conceito de ideologia.

A cidade é resultado da produção social do espaço, um processo contínuo e dialético entre fixos e fluxos (SANTOS, 2002). A produção e a circulação de formas simbólicas pela mídia, portanto, é um fator a ser considerado ao analisar dinâmicas urbanas em suas complexidades socioculturais. A produção de representações socioespaciais através de imagens e discursos possui capacidade produtora do espaço, pois legitima as estruturas sociais e ações de agentes modeladores através da produção de significados e consensos.

A pergunta que nos guia, portanto, é: qual a contribuição da produção jornalística através da construção de imagens de uma área em um processo de gentrificação?

## 2. O MORRO SANTA TEREZINHA

Comunidade situada na região litorânea leste da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, estado do Nordeste brasileiro, o Morro Santa Terezinha atualmente integra uma área de pobreza próxima de bairros de classe média alta e da orla turística que abriga condomínios de luxo e grandes hotéis. Apesar de sua situação atual, o local surgiu como um conjunto habitacional e, mais tarde, tornou-se um polo gastronômico-turístico no início dos anos 90.

Desde o século XIX a região litorânea leste da Fortaleza foi ocupada por comunidades pesqueiras. A partir do século XX, secas atingiram grande parte do território cearense e levaram milhares de camponeses para ocupações irregulares na cidade. De acordo com Garcia (2010, p. 40), “esse tipo de ocupação marca um estado de saturação cujo testemunho final, após o século XIX, são as favelas”. Em 1933, registra-se o primeiro assentamento com características de favela no litoral leste, formado pela atração de oportunidades de trabalho na construção de um porto.

Entre 1980 e 1983 é implantado no alto de uma duna litorânea o Conjunto Habitacional Santa Terezinha. O aparelhamento do Estado pela elite garantiu a diferenciação dos espaços litorâneos para cidadãos-consumidores e aqueles impossibilitados de garantir o direito à cidade via consumo, estabelecendo um gueto planejado no ponto de maior altitude da cidade.

Ainda nos anos 80, um processo de gentrificação começava a germinar: jovens de classe média e turistas perceberam o mirante do conjunto habitacional como lugar de lazer devido à sua qualidade paisagística. A gradativa apropriação do mirante pela classe média, assim como o acesso e a infraestrutura mínima instalada para a implantação do conjunto, incentivou um movimento de consumo do local, garantindo o aporte de investimentos públicos para concretização do seu potencial econômico.

Em 1990, inaugura-se a Praça do Mirante Pescador, projetada por Fausto Nilo, arquiteto responsável por grandes projetos locais, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. A instalação do equipamento consolida a área enquanto lugar de turismo e consumo da classe média. As casas do conjunto passaram a receber ofertas de compra para a construção de casas de luxo e estabelecimentos comerciais. Notícias publicadas na época relatam esse processo:

*O assédio aos moradores que resistem é tão grande que, segundo pesquisa feita pela Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza –PROAFA, cerca de 90% de um total de 44 famílias consultadas já receberam proposta de compra de suas casas por pessoas que, invariavelmente pertencem à classe média alta de Fortaleza, sendo geralmente profissionais liberais bem situados em suas profissões. Não é com surpresa que se constata que, para quebrar as mais fortes resistências, alguns investidores já estejam até mesmo se utilizando de dólares. (O POVO, 1990 apud RAMOS, 2003, p.73-74).*

Um ano após a instalação da praça, segundo o jornal, o local já concentrava “uma das maiores ocupações de bares por metro quadrado. [...] Em algumas ruas, como próximo ao Mirante, existem até quatro no mesmo quarteirão” (DIÁRIO DO NORDESTE, 1991). Os novos ocupantes estabeleceram sua dominação simbólica e econômica via consumo e por meio de relações de trabalho, pois um grande número de moradores passou a servir de mão de obra barata para os novos estabelecimentos comerciais.

No entanto, em meados dos anos 90, o aumento da violência e as consequências de uma crise habitacional geraram uma espiral de desvalorização econômica. Os restaurantes perderam clientes e a indústria do turismo voltou para a orla da cidade, área já apropriada pelas elites e indústria hoteleira. O abandono do capital reforçou o abandono estatal, acelerando a degradação da área. Atualmente, pouco resta do conjunto habitacional original e o morro foi densamente ocupado por habitações informais.

O recorte de análise selecionado compreende o processo de gentrificação ocorrido entre os anos 80 e 90. Dessa forma, serão analisados 04 notícias do jornal Diário do Nordeste, veiculadas entre 1982 e 1995, observando construções discursivas na cobertura noticiosa da área e correlacionando estas ao processo de valorização e ressignificação da área para o consumo e turismo.

### 3. GENTRIFICAÇÃO E IDEOLOGIA

O geógrafo Tom Slater (2009, p.29) define o conceito de gentrificação como “a transformação de áreas da cidade ocupadas pela classe trabalhadora ou vazias em áreas de uso comercial e/ou residencial para as classes médias”. À sua própria definição objetiva, acrescentamos sua reflexão:

*As Ruth Glass intended, “gentrification” simply yet very powerfully captures the class inequalities and injustices created by capitalist urban land markets and policies. The rising house expense burden for low-income and working-class households, and the personal catastrophes of displacement, eviction, and homelessness, are symptoms of a set of institutional arrangements (private property rights and a free market) that favor the creation of urban environments to serve the needs of capital accumulation at the expense of the social needs of home, community, family. (SLATER, 2011, p. 572).*

Esse processo ocorre em áreas cuja ausência de investimentos em urbanização cria oportunidades econômicas para o capital imobiliário a partir de reestruturações materiais usualmente apontadas como “revitalizações” ou termos que representem a reconfiguração de determinada região sob um discurso de progresso e desenvolvimento, reorientando o uso e a ocupação do espaço para usuários oriundos das classes média e alta.

Em seu comentário, Slater inclui pontos cruciais de reflexão: aponta a raiz do problema como as desigualdades sociais inerentes ao capitalismo e à mercantilização da terra e habitação urbana; e aponta para uma questão de poder e dominação imbricadas na reprodução das cidades ao indicar que estas se configuram a partir da propriedade privada e livre mercado de forma a favorecer as necessidades de acumulação do capital em detrimento das necessidades comunitárias.

Slater parte de uma de duas perspectivas paradigmáticas para a compreensão do debate em torno da gentrificação: a de Neil Smith (1982), que elaborou sua teoria do diferencial de renda (*rent-gap theory*) ao observar o investimento do capital sobre a cidade consolidada com o intuito de capturar rendas potenciais latentes em áreas degradadas. O contraponto dessa perspetiva é a teoria de David Ley (1986), que observou que a gentrificação é consequência das demandas por áreas centrais dotadas de capital simbólico por parte de uma nova classe média urbana ligada ao setor de serviços.

Entendendo, portanto, que a disputa pelo espaço urbano se estrutura tanto a partir de demandas produtivas quanto de consumo, abordar a gentrificação por um caminho conciliatório é um desafio. No entanto, operacionalizando o conceito de ideologia associado à perspectiva marxista de produção social do espaço podemos conciliar a produção e o consumo da cidade em sua dimensão simbólica, situando a mídia jornalística como um agente mediador das duas instâncias em processos de gentrificação. Nesse sentido, a teoria social da mídia e da ideologia do sociólogo inglês John B. Thompson nos servirá de base conceitual.

Thompson (2014) sustenta a tese de que o desenvolvimento tecnológico da comunicação mediada foi parte integral do desenvolvimento das sociedades modernas, possibilitando novas formas de sociabilidade e, portanto, de exercício do poder simbólico. O autor explica que “a crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas foi gradualmente alterando as maneiras nas quais as pessoas iam compreendendo o passado e o mundo além de seus contextos imediatos” (THOMPSON, 2014, p. 60). A cidade contemporânea, caracterizada pela fragmentação socioespacial (SALGUEIRO, 1998), é mediada através de representações para seus próprios habitantes pelas instituições de

comunicação,. Sobre esse espaço simbólico de mediação da experiência da vida urbana, das imagens e das identidades territoriais dos lugares da cidade, se exerce o poder simbólico.

Bourideu (2001) e Thompson (2007) buscam compreender as maneiras pelas quais diferentes agentes detentores de poder tentam construir definições e significados do mundo social de acordo com seus interesses, utilizando formas simbólicas como instrumentos para tal. Para Thompson, ideologia é a mobilização do sentido a serviço de sujeitos dominantes, de forma a “estabelecer e sustentar relações sociais estruturadas, das quais alguns indivíduos ou grupos têm interesse em preservar, enquanto outros procuram contestar” (THOMPSON, 2007, p. 96). Se o sentido é utilizado como forma de dominação e de produção de consensos que legitimam os interesses de grupos de poder, a lógica da acumulação capitalista sobre o espaço urbano, desvalorizando e valorizando diferencialmente lugares, se manifesta também através de significados socioespaciais.

Os estigmas territoriais, observados por Loïc Wacquant (2007), são ilustrativos dessa relação sentido-espaco. Para o autor, espaços penalizados podem se tornar alvo de “discursos de descrédito (...) tanto “vindos de baixo”, nas interacções banais da vida quotidiana, como “vindos de cima”, nos domínios jornalístico, político e burocrático (ou até, científico)” (WACQUANT, 2007, p. 28), de forma a construir uma “mácula localizada” (p.28) que resulta em consequências sociais, econômicas, políticas e materiais. Observando que processos de gentrificação são usualmente precedidos por processos de estigmatização territorial, Pereira et al. (2014) mostram que a desvalorização simbólica e econômica de certos lugares e a legitimação de intervenções estatais e privadas criam oportunidades para a captura da renda potencial latente nessas áreas, movimentando o ciclo de acumulação do capital sobre o espaço urbano.

Compreendendo a influência do poder simbólico que permeia os processos de (re)produção da cidade, estabelecemos uma base crítica sobre a qual analisaremos o discurso jornalístico enquanto instância operacional em um processo de gentrificação, avaliando sua construção discursiva pela produção, seleção e circulação de significados que atuam na fabricação de uma imagem territorial, adequando-a às demandas da produção do mercado imobiliário, que, por sua vez, interage com as demandas de consumo das classes médias.

#### 4. ANÁLISE DOS TEXTOS

A partir do modelo de Modos de Operação da Ideologia, proposto por Thompson (2007), analisamos textos que constroem representações socioespaciais do Morro Santa Terezinha que reforcem ou dissimulem discursos ideológicos que operacionalizem simbolicamente etapas de um processo de gentrificação. Trata-se de recortes de textos jornalísticos referenciados na bibliografia que, por uma limitação de formato, não puderam ser reproduzidos integralmente.

##### 4.1. **Texto 1: Moradores protestam em passeata contra prestações da casa (Diario do Nordeste, 1984)**

Aqui percebemos articulações de sentido através da Dissimulação-Deslocamento e da Legitimação-Racionalização, buscando estabelecer o problema habitacional como consequência da composição da comunidade pela tipificação da ocupação dos moradores. É noticiado o aumento vertiginoso das prestações das residências devido à crise econômica, mas é indicada a impossibilidade de pagamento devido ao desemprego ou subemprego endêmico como causa do problema.

[texto1 fragmento 1] Dentre as carências da comunidade, composta 70% de pescadores, figura em primeiro plano o desemprego, que tem como consequência a impossibilidade de pagamento das novas prestações, as contas de água e luz. (Diario do Nordeste, 1984)

Existe o ocultamento do sujeito, através de estratégias de Reificação-Passivização, retirando a culpa do poder público nos deslizamentos e riscos que a população corre.

[texto1 fragmento 2] Como não houve a amarração das dunas na época da construção do conjunto, (...)(Diario do Nordeste, 1984)

Utiliza-se a Reificação-Naturalização, ao indicar como corriqueiro o problema dos deslizamentos e a convivência da população com o risco de desabamento, minimizando sua gravidade, tornando banal a ausência de cidadania para populações excluídas.

[texto1 fragmento 3] (...) os deslizamentos **são comuns atualmente**. (Diario do Nordeste, 1984)

[texto1 fragmento 4] (...) transformou a rua numa grande vala que mede cerca de cinco metros de diâmetro, **pondo em perigo a vida dos moradores que já se acostumaram a evitar a passagem** por aquele trecho. (Diario do Nordeste, 1984)

#### **4.2. Texto 2: Conjunto Sta. Terezinha sem acesso para turista (Diário do Nordeste, 1987)**

Aqui notamos que o potencial paisagístico só é reconhecido quando este é “descoberto” por turistas. Através da Legitimização-Deslocamento, a construção mostra que o local é compreendido como um local inexplorado, escondido, exótico da cidade que foi descoberto por agentes externos.

[texto2 fragmento 1] **Os turistas descobriram um lugar calmo e com a vista mais bonita de Fortaleza.** (Diário do Nordeste, 1987)

Há a utilização da Legitimização-Universalização e Racionalização quando o jornal fala em nome da comunidade, sem citações, afirmando que esta demanda melhorias no acesso para os turistas como solução para os seus problemas.

[texto2 fragmento 2] **Mas esta comunidade não vive só de felicidade. O pensamento de todos é que a cada dia que passa estão esquecidos pelas autoridades. Alguns comentam que para melhorar a vida da comunidade e consequentemente acomodar com dignidade os visitantes, a recuperação das ruas do Mirante, Rua do Sol Nascente e a entrada (na subida do morro), se faz necessária e urgente.** Já aconteceu várias vezes de ônibus com turistas desistirem de subir temendo as condições do asfalto que não dão a mínima segurança. (Diário do Nordeste, 1987)

A Dissimulação-Eufemização é utilizada para criar uma oposição entre moderno e antigo, caracterizando os moradores originais como antigos, bucólicos, esquecidos pelo progresso, construindo uma imagem atraente para a exploração econômica da área.

[texto2 fragmento 3] **Desse lado, a cidade mostra os seus edifícios crescendo e tomando toda orla marítima, num canteiro de concreto. Em contraste, no pé do morro, as pequenas casas com pombais relembrando Fortaleza antiga, como os moradores originais do local.** (Diário do Nordeste, 1987)

#### **4.3. Texto 3: Conjunto Santa Terezinha recebe à noite nova praça (Diário do Nordeste, 1990)**

Este texto trata da divulgação da praça do mirante, descrevendo-a como um equipamento que transformou o mirante em um local adequado para consumo e investimento econômico, acentuando o contraste com as condições anteriores.

[texto 3 fragmento 1] **Quem for ao Mirante, ponto mais alto do Conjunto Santa Teresinha, terá uma surpresa agradabilíssima. Em lugar das três ou quatro barracas de venda de bebida alcoólica e das dezenas de carros estacionados no escuro, o visitante encontrará uma praça pública, totalmente iluminada, limpa, com três níveis de piso, um monumento ao jangadeiro; bancos de concreto e um mirante de verdade, em cima do qual poderá se ter uma das melhores vistas de Fortaleza.** (Diário do Nordeste, 1990)

Mais uma vez é utilizada a Legitimização-Universalização ao afirmar que o projeto conta com aprovação de toda a comunidade, esvaziando qualquer dissidência ou crítica ao processo de apropriação do local que se desenrolava gradativamente.

[texto 3 fragmento 2] A praça, construída pelo Governo do Estado, será inaugurada hoje à noite, pelo governador Tasso Jereissati e o prefeito Ciro Gomes e já recebe aplausos unânimis de toda a comunidade. (Diário do Nordeste, 1990)

Utilizando-se da Legitimação-Racionalização, o último parágrafo do texto procura minimizar os problemas locais, esvaziando a comunidade de reivindicações para si mesma e estabelece a implantação da praça como solução para os seus problemas. A única voz trazida por parte da comunidade soma aos interesses da apropriação do local, afirmando que a população está satisfeita com o equipamento mas reivindicam uma única ação por parte do poder público: a segurança do local e dos turistas.

[texto 3 fragmento 3] Os moradores, que antes conviviam com maconheiros, arruaçeiros, bêbados e muito barulho, elogiam a construção da praça, porém têm uma reivindicação a fazer. 'Espero que o Governo ponha na praça uma cabine da Polícia Militar (PM), para que as pessoas não quebrem as luzes nem desrespeitem os turistas', pede dona Francisca Rodrigues da Silva, que mora em frente ao logradouro. (Diário do Nordeste, 1990)

#### 4.4 Texto 4: Restaurantes geram empregos no morro de Santa Terezinha (Diário do Nordeste, 1992)

Apesar de descrever as contradições do processo de apropriação do lugar e apresentar uma faceta da opinião da população local consciente da apropriação de seu território por classes privilegiadas, fato normalmente ausente das notícias, o texto constrói por meio da Universalização a imagem de uma comunidade submissa e grata pela exploração econômica e dos consequentes investimentos públicos que a beneficiam indiretamente. A gentrificação comercial é retratada como progresso e benefício coletivo, apesar de ser mostrada aqui com maior criticidade.

[texto 5 fragmento 1] Como mora ao lado do emprego, dona Raimunda não reclama do salário de Cr\$ 120 mil, sem nenhuma gratificação ou outro benefício, mesmo com a carteira assinada. 'Tem gente que perde esse emprego perto de casa e depois se arrepende', comenta. (Diário do Nordeste, 1992)

[texto 5 fragmento 2] (...)dona Raimunda vai levando sua vida agradecendo a Deus pelos vizinhos que hoje tem. "Depois que eles chegaram tem facilitado muito a minha vida e a dos meus filhos. São gente muito legal" declarou, se referindo não só ao restaurante a que trabalha mas também a todos os outros vizinhos. (Diário do Nordeste, 1992)

[texto 5 fragmento 3]Ela afirma que atualmente a segurança está bem maior, pois agora tem policiamento diário. 'Mesmo sendo para o turista não ser assaltado, a polícia serve para proteger a gente também', comentou Sandra Lima, que trabalha como cozinheira em um dos restaurantes. (Diário do Nordeste, 1992)

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das construções de sentidos nos textos veiculados pelo jornal Diário do Nordeste, evidencia-se que a apropriação para o turismo e consumo das classes médias do entorno do mirante do Morro Santa Terezinha teve o auxílio discursivo da mídia. Por meio da mediação e narração de versões de fatos, o veículo construiu uma representação socioespacial do lugar, criando uma identidade territorial romantizada, exótica, livre de conflitos e consumível pela classe média.

Observou-se, portanto, que o jornalismo, ao atuar ideologicamente como mediador da realidade e dos conflitos em torno da identidade do lugar no âmbito da esfera pública, possuiu papel operacional na consolidação de processos de gentrificação.

Isso sinaliza a importância da prática do jornalismo responsável, democrático e a par da sua condição de produtor do espaço urbano, sob pena, caso contrário, de impedir continuamente o acesso dos excluídos ao discurso dos veículos de comunicação, impossibilitando seu pleno direito à cidade. O combate aos estigmas territoriais, o fomento aos sentimentos de pertencimento aos lugares pelas comunidades urbanas e a vigilância no âmbito da esfera pública pelo desenvolvimento democrático das áreas de pobreza e de turismo se mostra como uma possibilidade fértil, ética e socialmente responsável para a comunicação, o marketing territorial e os estudos das cidades como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. (2001). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- GARCIA, R.(2010) Da rua da frente à Beira-Mar: histórias de pescador. Brasil, Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria.
- LEFEBVRE, H.(1991). The Production of Space. Oxford, United Kingdom: Basil Blackwell.
- LEY, D. (1986). Alternative explanations for inner-city gentrification: a Canadian assessment. Annals of the association of american geographers, 76, 4: 521-535.
- PEREIRA, V. B. SLATER, T. WACQUANT, L. (2014). Territorial stigmatization in action. Environment and Planning, 46, 1270-1280.
- RAMOS, L. C. (2003). Mucuripe: Verticalização, Mutações e Resistências no Espaço Habitado. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- SALGUEIRO, T.B. (1998). Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. Revista Território, ano 3, n. 4.
- SANTOS, M.(2002) A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, Brasil: EDUSP.
- SLATER, T. (2009). Missing Marcuse: On gentrification and displacement. Informa UK Limited. vol. 13, 292-311. Disponível em <http://www.geos.ed.ac.uk/homes/tslater/MissingMarcuse.pdf>
- SLATER, T. (2011). Gentrification of the city. Em S. Watson (Ed.), The New Blackwell Companion to the City. Blackwell Publishing. Disponível em <http://www.geos.ed.ac.uk/homes/tslater/gotcbridgewatson.pdf>
- SMITH, N. (1982) Gentrification and uneven development. Economic geography, 58, 2: 139-155.
- THOMPSON, J. B. (2014). A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- THOMPSON, J. B. (2007) Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- WACQUANT, L. (2007) Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. Thesis Eleven, 91, 66-77.

### Jornais:

- DIÁRIO DO NORDESTE (1984). Moradores protestam em passeata contra prestações da casa. Diário do Nordeste, p. 9.
- DIÁRIO DO NORDESTE. (1987) Conjunto Sta. Terezinha sem acesso para turista. Diário do Nordeste, p. 7.
- DIÁRIO DO NORDESTE. (1990) Conjunto Santa Teresinha recebe à noite nova praça. Diário do Nordeste, p. 11.
- DIÁRIO DO NORDESTE. (1991) O moderno junta-se ao antigo no Mucuripe. Diário do Nordeste, p. 15.
- DIÁRIO DO NORDESTE. (1992) Restaurantes geram empregos no morro de Santa Terezinha. Diário do Nordeste, p. 22.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **Imaginarios urbanos de una ciudad musical**

### **The urban imaginaries of a musical city**

*Angela María Lopera Molano<sup>88</sup>*

*Carlos Mauricio Santana Sáenz<sup>89</sup>*

**Resumen:** La investigación “imaginarios urbanos Ibagué” hace parte de la red de ciudades imaginadas creada por el semiólogo colombiano Armando Silva. El desarrollo de esta investigación en la ciudad de Ibagué ha propiciado nuevas lecturas frente a la relación entre comunicación, ciudad e imaginarios. La primera, los imaginarios de Ibagué como ciudad musical de Colombia. Aunque no el único, este imaginario de ciudad musical es dominante en la percepción de sus habitantes y permitió profundizar con el trabajo desarrollado con niños músicos y jóvenes del Conservatorio. La segunda lectura abarca los imaginarios de los habitantes de un barrio representativo de Ibagué, en la relación que se establece con la ciudad como otredad. Y la tercera lectura son las prácticas comunicativas de un grupo de ciudadanos sordos y urbanos de un grupo de habitantes en situación de calle de la ciudad. Desde estas tres lecturas van apareciendo evocaciones de lugares desde los cuales los ciudadanos imaginan y reconfiguran su ciudad.

**Palabras Clave:** Ciudad, imaginarios urbanos, música.

**Abstract:** The investigation “Ibagué’s urban imaginaries” is part of the imaginaries cities network, created by Armando Silva, a Colombian semiologist. This research in Ibagué has led to new aspects regarding the relationship between communication, city and imaginaries. The first one, Ibagué’s imaginaries as the musical city of Colombia. Even though not the only one, this imaginary it’s the most important and allowed new research with little musicians (boys and girls from six to 12 years old) and students of the Tolima’s Conservatorio. The second aspect is the imaginaries of the inhabitants of a representative neighborhood, in the relationship established with the city as otherness. And the third aspect regards the communication practices of a deaf inhabitants and homeless people. From these three aspects appear evocations of places from which citizens imagine and reconfigure their city.

**Key words:** City, urban imaginaries, music.

---

### **Presentación**

El proyecto de Ibagué imaginada está relacionado con los estudios que indagan sobre las formas propias de la cultura urbana contemporánea. Esta propuesta se vincula al movimiento académico internacional liderado por el investigador colombiano Armando Silva, de consolidar una perspectiva teórica y metodológica que permita abordar la ciudad desde el punto de vista de las subjetividades anónimas que no se hacen presentes en los tradicionales abordajes que sobre la ciudad realizan los enfoques geográfico – espaciales.

Los tres elementos por los que indaga esta investigación de ciudades imaginadas: ciudad, ciudadanos y otredades, permiten establecer desde la percepción y la apropiación las cualidades de la ciudad, los signos que encontramos en ella, los lugares de la experiencia, es decir, donde le damos sentido a nuestra vida en la ciudad y la relación con los otros. El concepto de otredad permite entender cómo nos proyectamos, hacia qué lugar imaginado queremos ir como ciudad. Se trata de identificar cuáles son los imaginarios urbanos de los ciudadanos, es decir, qué significa ser urbano hoy en Ibagué, y cómo los habitantes de la urbe proyectan su ciudad desde su afectividad.

---

<sup>88</sup> Angela María Lopera Molano. Docente de tiempo completo de la Universidad de Ibagué. Magister en Estética de la Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Colombia, angela.lopera@unibague.edu.co.

<sup>89</sup> Carlos Mauricio Santana Sáenz. Docente de tiempo completo del Semestre de Paz y Región de la Universidad de Ibagué, candidato a magíster en Desarrollo regional y planificación del territorio, Colombia, carlos.santana@unibague.edu.co.

En consonancia con lo anterior, el proyecto de Ibagué Imaginada se planteó el siguiente objetivo general: Analizar los nuevos urbanismos creados por los ciudadanos de Ibagué en su interacción con la ciudad a partir de sus afectividades, formas de percepción, evocación y proyección.

La ciudad de Ibagué es la capital del departamento del Tolima. Según los datos del Plan de Desarrollo Municipal 2016-2019, Ibagué se localiza en el centro de Colombia, lo que la convierte en una ciudad de paso entre el oriente y el occidente del país, cuenta con un área total de 1.439km<sup>2</sup>, de los cuales el 2,41%, pertenece al área urbana. El área urbana está dividida en 13 comunas y 445 barrios. “La evolución de la población en el Municipio pasó de 532.020 personas en 2011 a 553.524 en el 2015, mostrando un crecimiento de 4,04%, según las proyecciones del DANE al 2020 se tendrá una población de 579.807”. Debido a esto se considera la séptima ciudad más grande de Colombia.

## La propuesta teórica de los imaginarios urbanos

La palabra ‘imaginario’ la toma Silva de Christian Metz cuando

*estaba publicando su significante imaginario como una nueva teoría del cine en la cual incluye al espectador como parte de un proyecto semiótico y psicoanalítico. Admito que esta teoría me sedujo para pensar el graffiti, tema de mi tesis doctoral, dirigida por el mismo Metz. [...] Le Signifiant imaginaire, rompe la teoría lingüística semiológica del cine: el filme no puede ser un estudio de textos, también ha de contemplar al espectador, y lo que tiene que hacerse es una semiótica del espectador y de sus pasiones. Converso mucho con Metz, e intento demostrarle cuando puede operar su psico-semiótica para el estudio de las ciudades. Me vaticina varias complejidades (Ardila, 2008, p.p. 16-17).*

Los imaginarios son representaciones abstractas y de naturaleza mental que se encarnan e incorporan en objetivos ciudadanos, de los cuales deducimos sentimientos sociales (miedo, amor, rabia, ilusiones). Éstos se archivan, por ejemplo, en imágenes, escritos, sonidos; es una teoría de los sentimientos y de su representación colectiva. Silva lo define así:

*Proceso psíquico perceptivo cuando lo entendemos motivado por el deseo y cuando lo que atendemos no es su representación ni su descarga satisfactoria sino una forma de aprehender el mundo. Si lo que nos interesa es la representación, estamos en el dominio de la lógica; si lo que enfocamos es el cuerpo como tensión del goce y descarga de placer, estamos en el dominio del psicoanálisis. Pero si queremos comprender los modos como aprehendemos el mundo desde una posición de sujetos deseantes, estamos proyectando los imaginarios, lo que incluye tanto el proceso lógico como el hermenéutico y analítico. Pero esta posición deseante ha de ser social, pues los imaginarios han de agregar otra premisa que ya señalamos: son colectivos –y por ello públicos- y se estudian desde sus modos sociales de conocer. En consecuencia, entendemos que los imaginarios urbanos estudian las culturas ciudadanas y que sus investigaciones avanzan hacia la construcción de una teoría del sentir ciudadano como expresión de deseos hechos colectivos por su coincidencia en la búsqueda del mismo objeto. En rigor, son los imaginarios urbanos los que habitan a sus ciudadanos (Silva, 2007, p.91).*

Un estudio de los imaginarios debe recorrer tres instancias: 1) El imaginario como construcción o marca psíquica: cuando los sentimientos son dominantes en la percepción. 2) El imaginario como construcción social de la realidad: Los imaginarios se relacionan con visiones grupales que afectan y contagian a sus miembros y provienen de muchas experiencias de mediación: mitologías, literatura, arte, ciencias, tecnología o los medios. 3) Imaginario como inscripción tecnológica: Se construyen mundos mientras se percibe.

En suma, el imaginario es la “teoría de la percepción donde lo emotivo y sensorial, el recorrido de lo ‘deseante’ marca una ruta entre psíquis y representación de una particular dimensión [...] el sujeto en estado imaginario está en su deseo y su goce” (Silva, 2013, p.p.189-190). “Los imaginarios urbanos hoy los entiendo como una teoría del asombro social [...] El imaginario tiene una doble naturaleza: la del pensar y la del querer, la del conocimiento y la de la emoción [...] Uno está en un estado imaginario cuando está asombrado” (Ardila, 2008, p.p.18-19).

Mariluz Restrepo aborda el modelo tríadico de Peirce, que es el fundamento del trabajo de Silva, para resaltar “la tricotomía de su desarrollo conceptual: de una teoría de los *imaginarios* urbanos, a una de *archivos* urbanos, hacia una teoría de *sentimientos* urbanos como modo estético de comprensión de lo social contemporáneo” (Restrepo, 2007, p.106).

En el modelo tríadico de Peirce, el autor plantea “una visión integrada de la existencia a partir de unos “pocos conceptos simples” que él denominó “categorías universales” [...] Esta concepción tríadica del ser como estructura abierta y continua le permite a Peirce explicar la realidad, el conocimiento y el hombre. La realidad existe externa al hombre pero es mera posibilidad, hasta cuando se accede a ella como representación en una mente humana, es decir, en el pensamiento, que es mediación necesaria de todo conocimiento” (Restrepo, 2007, p.p.104-105).

La Primeridad es posibilidad de ser. “Primero está la ciudad, como una cualidad donde los habitantes tienen la posibilidad de ser ciudadanos” (Silva, 2004, p.p.23-24); la Segundad es pura posibilidad, se refiere a lo real y lo que efectivamente es y que sólo conocemos cuando ya pasó. Es existencia. “La ciudad se hace real porque hay ciudadanos que la habitan. La realizan, la actualizan” (Silva, 2004, p.24); la Terceridad es una relación de composición, es signo, es enlace, conexión. Es la percepción social.

La ciudad, como ejemplo y soporte de esta teoría, es un constructo imaginario porque en su percepción hay un proceso de selección y reconocimiento que va construyendo ese objeto simbólico llamado ciudad. Manuel Delgado afirma que “una ciudad es sobre todo un campo de significaciones. Son esas significaciones las que proveen la materia prima de la que está hecha la experiencia urbana” (Delgado, 2007, p.181). Es este mismo autor, quien reclama que no se puede hablar de imaginario en singular, sino de imaginarios urbanos. “Los imaginarios urbanos no representan la ciudad –en el sentido de que están en su lugar y hablan o muestran en su nombre-, sino que son la ciudad. Una ciudad no connota, es las connotaciones que suscita [...]” (Delgado, 2007, p.182). Los imaginarios sociales se “encarnan” en los entornos físicos de la ciudad y así se proyectan como expresiones de culturas ciudadanas.

## Metodología: hacia una Ibagué imaginada

Esta es una investigación de tipo cualitativo que busca establecer los imaginarios urbanos construidos por los habitantes de la ciudad de Ibagué. En tal sentido y en consecuencia con la propuesta del investigador colombiano Armando Silva, la presente metodología se compone de tres aspectos. El primero es un diseño metodológico en el que se desarrolla la manera en que se hacen operacionalizables las categorías conceptuales; el segundo, hace referencia a la definición de las fuentes y al diseño y aplicación de los instrumentos de recolección de la información. El tercer aspecto, hace referencia a la interpretación.

Para ser consecuentes con la lógica trial que transversaliza la propuesta de Armando Silva, se establecieron tres categorías del denominado *modelo perceptivo*, que sirven como derrotero para el proceso tanto de recolección como de sistematización e interpretación de la información. Estas son ciudad, ciudadanos y otredades.

La fuente primaria para la investigación es la entrevista encuesta que se le aplicó a habitantes de la ciudad de Ibagué. “Realizamos un cuestionario en forma de entrevista, basada en la lingüística de la enunciación, con los puntos de vista ciudadanos, lo que nos proporciona los filtros de percepción ciudadana [...], esto nos arroja información para levantar “croquis ciudadanos” [...] Con esta información [...] vamos haciendo unos árboles lógicos que representamos en los croquis urbanos mencionados” (Ardila, 2008, p.54). “Para que se produzca un punto de vista urbano colectivo y quizás el reconocimiento de un imaginario tenemos que certificar al menos un 10% de un universo entrevistado proyectado en la estadística, para que sea relevante en un grupo. En la medida que va creciendo esta proyección se va determinando un punto de vista dominante, y si pasa de un 50% de marcaciones coincidentes, los croquis se hacen imaginarios, se convierten en emblemas ciudadanos” (Ardila, 2008, p.54). La encuesta, compuesta por 82 preguntas, de naturaleza subjetiva, trata de averiguar las emociones de los ciudadanos cuando viven su ciudad, con el fin de lograr la construcción de croquis ciudadanos (Silva, 2004).

La encuesta se aplicó a 336 habitantes de la ciudad de Ibagué, muestra definida a partir del número de habitantes de la ciudad, según el último censo poblacional de 2005: 549.000. El nivel de confianza fue del 95%; la probabilidad de éxito de 0.5; la probabilidad de fracaso de 0.5 y el error que estamos dispuestos a tolerar del 0.1. De acuerdo con la metodología planteada por Armando Silva, la ciudad se dividió aleatoriamente en cuatro zonas, a partir de un punto central del mapa de la ciudad. En cada zona se aplicaron 84 encuestas, 42 con hombres y 42 con mujeres; 21 encuestas para cada rango de edad (13-25, 26-45, 46-65 y más de 66 años) y 7 para cada uno de los estratos.

La segmentación del cuestionario en los apartados antes referidos permite, en el momento de sistematización de la información, construir matrices generales relacionadas con las categorías ciudad, ciudadanos y otredades. En este nivel de la sistematización, se siguen las recomendaciones de cruce que hace el profesor Silva, para establecer lo que según él se denominan los puntos de vista determinantes de los ciudadanos:

1. Ciudad desde los géneros ciudadanos.
2. Ciudad desde las escalas de edades.
3. Ciudad desde las condiciones socio-económicas.

También, el cruce de las categorías posibilitará la reconstrucción de los imaginarios urbanos desde la perspectiva propuesta por Silva. Los niveles de agrupación son los siguientes:

- Primer nivel de agrupación: Ciudad como primeridad: Cualidades, calificaciones y escenarios urbanos.
- Segundo nivel de agrupación: Ciudadanos como segundad: cruces entre temporalidades, rutinas y marcas.
- Tercer nivel de agrupación: Otredades como terceraedad: ciudad, ciudadanos y otredades.

### Reflexiones: signos sensibles de la ciudad musical

El Conde de Gabriac, un francés dedicado al turismo, en 1886

*"se encontraba caminando por las calles de la ciudad de Ibagué y escuchó una música que llamó su atención y despertó gran interés por saber de qué se trataba, siguiendo su oído se percató de la presencia de un gran número de personas que estaban reunidas en un platanal tocando instrumentos musicales [...] Durante su estadía pudo darse cuenta que algunas familias tenían la costumbre de reunirse en las noches a interpretar melodías en compañía de sus vecinos, esta costumbre era propia de las personas del campo"* (Torres, 2017, p.16).

Al llegar a su país natal el Conde de Gabriac escribió un artículo para un periódico local que tituló "Ibagué, Ciudad musical", a partir de esto la Banda Militar de Música, dirigida por el General Manuel de Casabianca, quien en ese momento era Gobernador del Tolima, se dio a la tarea de fortalecer ese título, estando presentes como banda en todos los eventos realizados en el Departamento (Torres, 2017).

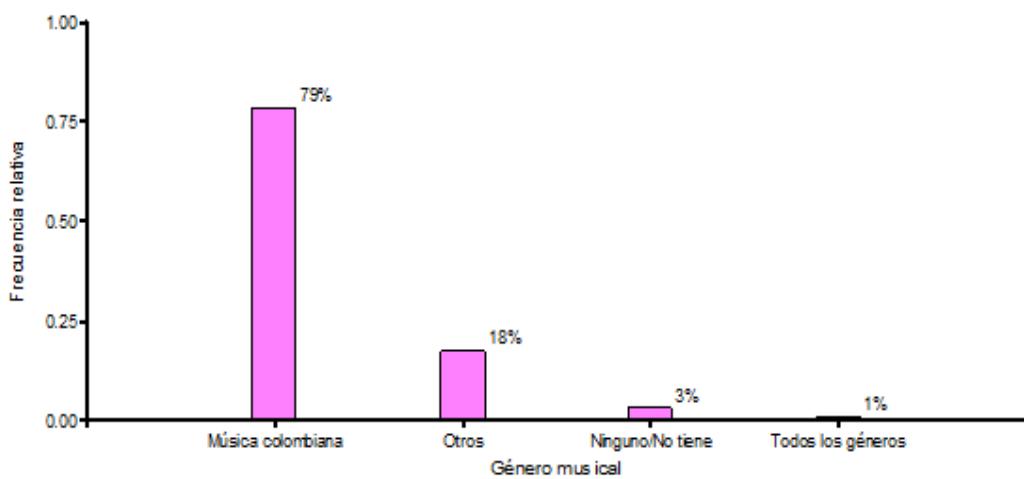
Este hecho y otras crónicas de la época, sobre las tertulias musicales que se sucedían en Ibagué, le comenzaron a otorgar a Ibagué el título que aún hoy conserva. En 1906 se crea el Conservatorio del Tolima y diferentes músicos de Europa viajan a formar jóvenes. En 1987 nace el Festival Nacional de Música Colombiana, que ha sido considerado patrimonio cultural y artístico de la Nación, liderado por la Fundación Musical de Colombia; en 1995 se crea el concurso Nacional de duetos Príncipes de la canción, en honor a diferentes duetos de fama nacional como Los Tolimenses (Emeterio y Felipe), Garzón y Collazos y Silva y Villalva. Así como esta Fundación, el Festival Folclórico que se realiza en la ciudad y los planes de desarrollo municipal, trabajan por mantener viva la tradición y en alto el nombre de la ciudad como musical.

En tal sentido, preguntarse por las percepciones imaginarias de los habitantes de la ciudad musical permite evidenciar los diversos modos de construcción realizados por el ciudadano, no solo desde la mirada institucional, la ciudad físicamente construida y su repertorio de alusiones a la música: el Parque de la Música, la escultura de la Bambuquera, la escultura del Parque Murillo Toro "instrumento de sol", el nombre de las calles del centro alusivo a canciones, los pentagramas dibujados para el paso de las personas en un semáforo, el Conservatorio del Tolima, entre otros. Vale decir que este urbanismo ciudadano que propone Armando Silva genera unos lazos coyunturales entre la percepción de los ciudadanos con la manera como usan la ciudad y se apropián de los espacios para re-significarlos, dentro de una carga simbólica que permite hablar de un modo de construcción de ciudad mediada desde la percepción colectiva.

El imaginario de Ibagué como ciudad musical es dominante en la percepción de sus ciudadanos. El personaje con el que la muestra identifica a la ciudad es la música, ésta es la ciudad misma: la ciudad tiene calles musicales, suena a música y el lugar más representativo es el Conservatorio del Tolima; este espacio resalta por su belleza y por su arquitectura.

*Distribución de frecuencias de los dos sitios que identifican a Ibagué según los 336 ciudadanos encuestados*

Cuando la muestra hace referencia a nombres de personas concretas que identifican la ciudad, el 21% se refiere a los duetos tradicionales o a compositores de la llamada música colombiana. Este género musical es el que caracteriza y describe a la ciudad desde los imaginarios de los ciudadanos.

*Distribución de frecuencias del género musical con el que identifican a Ibagué los 336 ciudadanos encuestados*

La música colombiana es una mezcla de géneros, ritmos y danzas tradicionales del folclor colombiano, algunas producto de mezclas de ritmos españoles, que se enseñan a los niños en los colegios de la ciudad y del departamento, incluso, el himno del Tolima es un bunde compuesto por Alberto Castilla, creador del Conservatorio. El bunde, la guabina, el torbellino, el bambuco, son los diferentes ritmos que aparecen en los imaginarios de los ciudadanos para describir la musicalidad de su ciudad. Aunque, para muchos de ellos esta no es la música que escuchan o bailan, sí es un emblema de la ciudad.

La carrera tercera, la calle tradicional por excelencia de la ciudad, es también la calle musical en la percepción de sus habitantes. Este imaginario es más fuerte desde que en 1994 fueron re-nombradas sus calles y carreras a partir de canciones o autores de música colombiana; éstas recorren el centro de la ciudad, cuyo eje central es la carrera tercera.

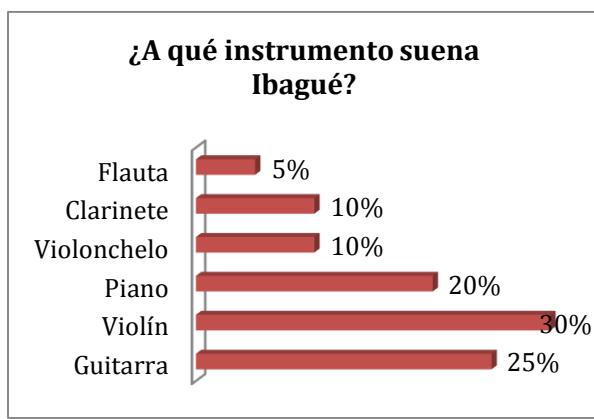
*La carrera primera se llamará Flor del Campo, canción de Luis Alberto Osorio; la carrera segunda Tupinamba, de Alfonso el pote Lara; la carrera tercera El Bunde en honor de Alberto Castilla; la carrera cuarta Vivirás mi Tolima, de Pedro J. Ramos. La carrera quinta La Ibaguereña, de Leonor Buenaventura; la calle novena Pueblito Viejo, de José A. Morales; la calle décima Huri, de autor anónimo; la calle 11 El Boga de Darío Garzón; la calle 12 Viejo Tolima, de Rodrigo Silva Ramos; la calle 13 Coyaima Indiana, de Miguel Ospina. La calle 14 La Sombrerera, de*

*Patrocinio Ortiz; la Avenida 15 El Sanjuanero, canción de Anselmo Durán; la Avenida 19, el nombre del compositor tolimense Cantalicio Rojas; la nueva avenida 69, el nombre del compositor Pedro J. Ramos y la avenida el Jordán, Cámbulos y Gualandayes (El Tiempo, 1994).*

No obstante, caminar por ella desde la calle 10 hasta la 15, es un recorrido por diferentes expresiones musicales, desde música popular, colombiana, rancheras, salsa, vallenato, hasta rock, jazz y blues.

En el centro de la ciudad también se encuentra el Parque de la Música, un escenario pensado para el disfrute de este arte al aire libre, adornado por esculturas musicales y ubicado al lado del Conservatorio. A pesar de esto, sobre este Parque reposan imaginarios de miedo y peligro, que no lograron representar para el ciudadano lo que buscaba la institucionalidad cuando fue planeado y construido en el 2008.

El trabajo con 20 niños y niñas de la Fundación Sinfonía casa de arte, realizado por Manuela Navarrete en la Universidad de Ibagué, permitió conocer que ellos “perciben su entorno a través de la música y todo lo que está relacionado con ésta, de la ciudad identifican los aspectos cercanos a este ámbito y a partir de esto es que se proyectan. En los anhelos que plasmaron en la aplicación del formulario, el 15%, coinciden en proyectarse como músicos” (Navarrete, 2017, p.61). Además, reiteran el imaginario de la música colombiana como género musical de la ciudad y la percepción de ésta como alegre-divertida-musical. Esta Fundación trabaja con niños y niñas de estratos 1 y 2 del barrio Ciudad Luz, familias víctimas de la tragedia de Armero. Sus aprendizajes en la Fundación hacen que Ibagué suene a violines, instrumento que los identifica y con el que han aprendido a interpretar la música colombiana.



Fuente: Manuela Navarrete, 2017.

Así mismo, para los 29 jóvenes encuestados, estudiantes del Conservatorio del programa Maestro en música, existe un gran vínculo con éste, “un ‘amor’ como lo manifiestan algunos, pues el estar estudiando en el lugar es un sueño hecho realidad, para muchos que están allí gracias a becas estudiantiles o esfuerzos que realizan a diario solos o en compañía de algunos familiares que sí creen en esta vocación” (Torres, 2017, p.111), porque para estos jóvenes pesan mucho los imaginarios que creen que existen sobre ellos: “se mostró que la Ibagué imaginada por estos jóvenes es una en donde ser músico es un reto y el que decide serlo es porque en realidad le apasiona y está dispuesto a luchar contra las opiniones de otras personas, incluso, de sus propios familiares que ven esta profesión como un *hobbie* y a quienes la estudian como unos vagos, drogadictos y sin futuro laboral” (Torres, 2017, p.111).

De igual manera, esta investigación reitera el imaginario dominante musical de la ciudad, al profundizar en algunos aspectos como que el 72% de la muestra considera que Ibagué suena a música colombiana; el 41% considera que la carrera tercera es la zona más transitada por músicos y en un 62% la zona más musical.

En suma, y acudiendo a Silva, la musicalidad de la Ibagué imaginada es un signo sensible, el cual se hace emblema en lugares como el Conservatorio. De igual forma, los ciudadanos marcan su ciudad, desde lo musical, cuando aluden a la carrera tercera como la más musical. Los habitantes de Ibagué la perciben alegre y musical, adjetivos a los que recurren también para dar cuenta del carácter de sí mismos.

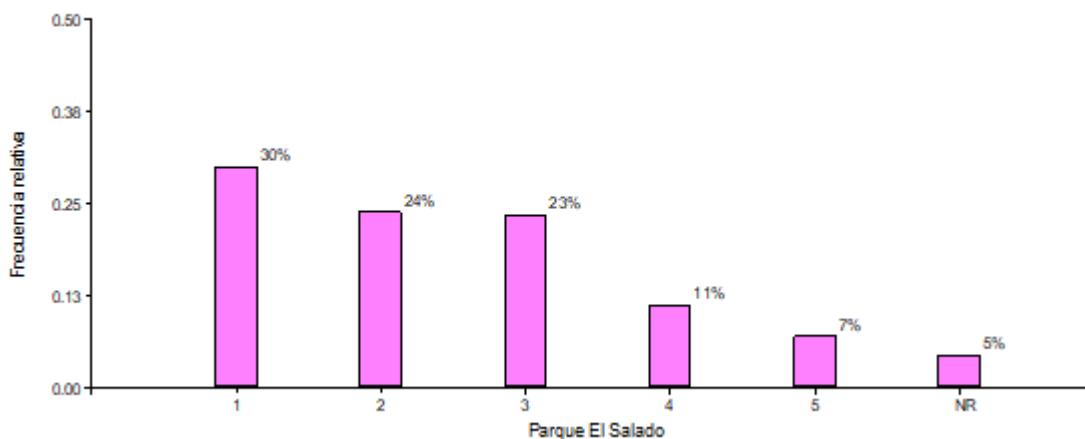
## La relación barrio-ciudad como otredad

Silva considera que el campo de la otredad legitima “(...) el ejercicio moderno de definirnos según un proceso donde el otro dice, sabe e imagina mucho de uno” (Silva, 2004, p.34). Se trata de conocer la forma como Ibagué se ve y es vista desde la otredad.

Si bien esta es la propuesta general de la investigación, para el caso de Ibagué y en el marco del estudio de las prácticas comunicativas de los habitantes de diferentes barrios de la ciudad que se realiza desde el programa de Comunicación Social y Periodismo de la Universidad de Ibagué, el proyecto estableció la relación de otredad en el sentido ciudad-barrio. Para el trabajo se escogió el barrio El Salado por las siguientes razones: antes era un corregimiento que terminó convertido en barrio de la ciudad; tiene plaza central con su iglesia, un cementerio y una plaza de mercado; se encuentra ubicado al extremo opuesto del centro de Ibagué y ha sido denominado pueblito tolimense por sus tradiciones como celebraciones del folclor y venta de comida típica de la región.

En las respuestas de los habitantes encuestados de la ciudad de Ibagué, se alude al barrio El Salado de forma despectiva, al otorgarle una marca como sector popular, éstas son: pueblo, calor (hace más calor que en el centro de la ciudad), lejos (del centro y como salida de la ciudad) y peligroso. Otras alusiones rescatan el valor de su plaza de mercado y del parque, pero éstas no alcanzan ni el 5% de la muestra; como tampoco logra El Salado ser un lugar evocado, con alta concentración simbólica, sino todo lo contrario. En esta gráfica se pregunta por el gusto que hay hacia el parque del barrio El Salado, donde 1 es nada y 5 mucho.

Distribución de frecuencias de cómo califican el Parque del Salado los 336 ciudadanos encuestados de Ibagué



Para sus habitantes, con los que se desarrollaron perfiles y noticias, y se identificaron sus prácticas comunicativas desde el sentido que le otorga Jesús Martín Barbero “La plaza de mercado y el cementerio son para las masas populares un espacio fundamental de actividad, de producción de discurso propio, de prácticas en las que estalla un cierto imaginario – el mercantil – y la memoria popular se hace sujeto constituido desde otro imaginario y otra lengua” (Martín-Barbero, 1981, p.2), el barrio El Salado se destaca por su historia y sus tradiciones:

- Tiene alrededor un sector rural con 12 veredas, esto lo hace un barrio turístico para ir a los ríos cercanos, almorzar, bañarse y descansar.
- El parque recoge las tradiciones de poblaciones pequeñas en las que se comparte los domingos, por ejemplo, se sale a comer helado después de la misa.
- La música con la perciben al barrio es la popular y la ranchera, porque, afirman los habitantes, es la música que escuchan los campesinos que bajan de las veredas a vender sus productos en la plaza de mercado. Luego de esto, se sientan en las tiendas a beber cerveza. Esto último opuesto a lo que afirman los habitantes del resto de la ciudad, referente a la música colombiana.
- En junio se celebra en el barrio las fiestas de San Juan, ejercicio que se hace en paralelo con el resto de la ciudad, donde se está celebrando el Festival Folclórico Nacional.
- La comida que más se vende y consume en El Salado son dos platos típicos de la región del Tolima y que también se venden en toda la ciudad: la lechona y el tamal.

En el imaginario de sus habitantes está el deseo de que El Salado, en vez de acercarse más a Ibagué, se aleje de ella y se independice; es decir, que siga siendo un pueblito tolimense. Para los habitantes de El Salado el barrio es acogedor, tranquilo, el mejor lugar para vivir, sin embargo, consideran que el otro ibaguereño, los percibe como habitantes de un pueblo, de un barrio marginado, así como también de un lugar turístico y comercial, lo que lo hace peligroso e inseguro.

### Conclusiones: Prácticas comunicativas e imaginarios urbanos

Dos proyecciones más de la investigación de los imaginarios urbanos de Ibagué han surgido para profundizar en ellos, desde las prácticas comunicativas de comunidades específicas, este es el caso de un grupo de sordos y de habitantes en situación de calle de la ciudad. La comunidad de sordos encuestados se destaca por ser una minoría lingüística que al referirse a su ciudad utilizan un sistema diferente al nuestro, una lengua de señas que se localiza a la hora de evocar lugares de la ciudad. El trabajo de las estudiantes Daniela Jaramillo y Valentina Palma concluye con la producción de video musical, en el que los mismos sordos dan cuenta de sus percepciones y evidencian sus modos de ser urbanos.

Por su parte, los habitantes en situación de calle reconfiguran los lugares evocados por los otros ciudadanos y amplían la lectura de la ciudad: para ellos la carrera tercera es igual de importante que para los otros, solo que su aspecto comercial y musical pasa a un segundo plano, porque lo que prima en ella es que es el lugar donde les dan alimento; lo mismo que la plaza de mercado, a la que los habitantes de la ciudad aluden como un lugar desordenado, peligroso, sucio y de mal olor, para los habitantes de calle estas plazas son sinónimo de alimento. Mientras que algunos habitantes piden más seguridad en la ciudad, los habitantes en situación de calle piden menos policías que los maltraten; mientras que el otro anhelado del 39% de los encuestados es Medellín, para los habitantes en situación de calle, su anhelo es mantenerse en Ibagué, no hay como esta ciudad. Finalmente es importante anotar que el Parque de la música es el lugar donde duermen, por eso el imaginario tan fuerte de peligro que se encontró en los demás encuestados.

\*\*\*

El imaginario de Ibagué como ciudad musical se encuentra vigente, a pesar de que Bogotá fue declarada en el 2012 como Capital Mundial de la Música, lo que le brinda un reconocimiento universal con el que no cuenta Ibagué, una ciudad pequeña de Colombia. No obstante, las prácticas comunicativas que se desprenden de las percepciones imaginadas de la musicalidad de la ciudad, la configuración de los barrios como otredades y los urbanismos ciudadanos de grupos minoritarios, guían los modos de vida particulares y colectivos de los ciudadanos, y revelan los modos de representación social que proyectan a la ciudad.

### Bibliografía

- Alcaldía de Ibagué (2016), *Plan de desarrollo municipal 2016-2019*, Recuperado de: <http://www.ibague.gov.co/portal/seccion/contenido/index.php?type=2&cnt=57>.
- Ardila, M.E. (2008), Al otro lado de la Globalización, entrevista a Armando Silva, en *Desatar pasiones ciudadanas*, Bogotá, Museo de Arte Moderno, p.p.9-61.
- El Tiempo (1994, 14 de octubre), “Crecimiento que hace historia”, Recuperado de: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-233699>.
- Delgado, M. (2007), “Ciudadano, mitodano”, en *Imaginarios urbanos en América Latina: urbanismos ciudadanos*, Fundación Antoni Tápies, p.p.179-187.
- Martín-Barbero, J. (1981), “Comunicación alternativa y cambio social”, UNAM, México.
- Navarrete, M. (2017), *Una mirada infantil de los imaginarios urbanos de Ibagué desde la Fundación Sinfonía casa de arte*, [Trabajo de grado], Ibagué, Universidad de Ibagué, carrera de Comunicación social y periodismo.
- Restrepo, M. (2007), “Lógica e imaginarios tan simple como uno, dos y tres”, en *Imaginarios urbanos en América Latina: urbanismos ciudadanos*, Fundación Antoni Tápies, p.p.104-106.
- Silva, A. (2013), *Imaginarios, el asombro social*, Bogotá, Universidad Externado de Colombia.
- Silva, A. (2007), *Imaginarios urbanos en América Latina: urbanismos ciudadanos*, Fundación Antoni Tápies.
- Silva, A. (2004), *Imaginarios urbanos: hacia el desarrollo de un urbanismo desde los ciudadanos. Metodología*, Bogotá, Convenio Andrés Bello, IEKO de la Universidad Nacional.
- Torres, V. (2017), *Imaginarios urbanos de los estudiantes del programa Maestro en Música de El Conservatorio del Tolima frente a Ibagué como Ciudad musical*, [Trabajo de grado], Ibagué, Universidad de Ibagué, carrera de Comunicación social y periodismo.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **Comunicación en tiempos de catástrofe: el paisaje urbano desde la interdisciplina**

### **Communication in times of disaster: urban landscape from interdisciplinarity**

*Florencia Perea Murtagh<sup>90</sup>*

#### **Resumen**

El temporal que azotó la ciudad de Comodoro Rivadavia en marzo-abril de 2017 impactó en la vida cotidiana y modificó el imaginario social de numerosos barrios.

La magnitud de lo sucedido y el desborde en la capacidad de respuesta colectiva hacen reflexionar en un contexto de catástrofe que en el mediano y largo plazo tendrá consecuencias en la salud, las relaciones vinculares y en la construcción de subjetividad de las personas más o menos afectadas.

Entendemos que la reconstrucción no es solo de calles, casas y el restablecimiento del transporte público o de los servicios sino implicará reconocer que se modificaron los hábitos y las costumbres, las formas de interacción entre los vecinos y con/desde el estado, que estos cambios del espacio impactaron en la percepción de quienes lo habitan y que las emociones generaron nuevas configuraciones del paisaje urbano.

**Palabras Clave:** percepciones, interacciones, transformaciones territoriales

#### **Abstract**

The storm which hit the city of Comodoro Rivadavia in march-april 2017 affected the social life styles in some neighbourhoods.

The magnitude of what happened and the outburst of the capacity of the collective help leads us to reflect in a catastrophe context in which the medium and long term will have consequences in health, relationships and the building of subjectivity of the people involved.

We know that the reconstruction does not only imply streets, houses and the reestablishment of public transport and services but it also implies admitting that habits and routines have been modified, as well as different forms of interaction among neighbours and with and from the state. These changes of the spaces also affected the perception of the people and that the emotions gave way to new shapes of the urban landscape.

**Key words:** perceptions, interactions, territorial transformations

---

#### **Tema central**

Otoño del 2017 significó un punto de inflexión en muchos hogares de Comodoro Rivadavia, una de las principales ciudades de la Patagonia Argentina. El temporal que azotó la ciudad en marzo-abril impactó en la vida cotidiana y modificó el imaginario social de numerosos barrios.

Según información del área de Agrometeorología perteneciente al Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), en dos días llovieron 232 mm frente a un promedio anual de precipitaciones de 236,7 mm. Las fuertes y persistentes lluvias sumadas a una duplicación de la población urbana en los últimos veinte años y las carencias en

---

<sup>90</sup> Universidad Nacional de la Patagonia (UNPSJB), Magister, Argentina, florlperea@yahoo.com.ar

infraestructura vial, servicios de agua potable, desagües pluviales y cloacales provocaron una combinación de factores que impactaron directa o indirectamente en gran parte de la población comodorensa.

La magnitud de lo sucedido y el desborde en la capacidad de respuesta colectiva hacen reflexionar en un contexto de catástrofe que en el mediano y largo plazo tendrá consecuencias en la salud, las relaciones vinculares y en la construcción de subjetividad de las personas más o menos afectadas.

Entendemos que la reconstrucción no es solo de calles, casas y el restablecimiento del transporte público o de los servicios sino implicará reconocer que se modificaron los hábitos y las costumbres, las formas de interacción entre los vecinos y con/desde el estado, que estos cambios del espacio impactaron en la percepción de quienes lo habitan y que las emociones generaron nuevas configuraciones del paisaje urbano.

El suceso climático impactó en las dinámicas socioculturales de la ciudad, en los discursos hegemónicos y contra hegemónicos, y modificó sustancialmente la vida cotidiana de muchos ciudadanos que trasmutaron sus roles y transformaron sus prácticas en participación política y social.

En este contexto se constituyó un equipo de investigadores interdisciplinario quienes iniciaron el proyecto de investigación “Percepciones, interacciones y vida cotidiana. Antes, durante y después del temporal en Comodoro Rivadavia, otoño 2017” dirigido por la autora en el marco de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco.

## Objetivos

Al constituirse un equipo de investigación interdisciplinario la propuesta es un abordaje complejo, desde la multidimensionalidad que cada especificidad puede aportar. Al momento de presentar el proyecto de investigación como punto de partida el objetivo principal enunciado fue:

- Visibilizar los entramados que construyó la sociedad frente al temporal y, en esos emergentes, indagar los trazos de las estructuras sociales futuras que podrían potenciar una “refundación” de Comodoro Rivadavia

Este objetivo principal desglosado en los siguientes objetivos específicos:

- (a) Recuperar historias y experiencias que impactaron en la construcción de la subjetividad de hombres y mujeres de los barrios más afectados
- (b) Explorar los cambios en los discursos y las prácticas, en la cotidianidad de la ciudad de Comodoro Rivadavia a partir de las transformaciones territoriales
- (c) Relevar, indagar en la génesis y el desarrollo de las organizaciones culturales, que surgieron y fueron atravesadas por conceptos como solidaridad, resiliencia, espontaneidad
- (d) Construir e identificar el entramado, desde la inter-disciplina, de las principales variables para pensar una refundación en forma integrada. Y que sea un insumo para otras investigaciones y proyecto

## Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

En el mes de mayo de 2017, al momento de retornar a la vida universitaria, el principal desafío fue reencontrarnos docentes y alumnos e identificar las situaciones individuales y colectivas vividas los meses anteriores. La propuesta –en ese primer momento- fue centrar el abordaje teórico práctico de las cátedras de Percepción y Comunicación (Licenciatura en Gestión Ambiental) y Psicología Social de la Comunicación (Licenciatura en Comunicación Social) en temas vinculados a la pos catástrofe. Posteriormente se incluyeron otros equipos docentes.

Percepción, paisaje, identidad, territorio, imaginario social, interacción, lenguajes, rituales fueron algunos de los conceptos que articularon ese abordaje, que inició con trabajos exploratorios de los alumnos y que continuarán a través de la articulación con otras producciones de distinta escala y de diversas disciplinas.

La mayoría de las producciones estuvieron enfocadas a los barrios más afectados. Los temas desarrollados por los alumnos fueron:

- El comedor universitario frente a la catástrofe

- La dialéctica del movimiento. El surgimiento del MTE a raíz de la crisis del temporal
- El movimiento de las interacciones en situación de crisis de los vecinos del barrio Saavedra. Análisis de las relaciones sociales durante la catástrofe
- Catástrofe: cambios en la cotidianidad. Modificación en el tiempo y espacio después de la catástrofe en el Barrio Juan XXIII.
- Criterios de salud en una catástrofe. Vecinos afectados del Barrio Pueyrredón
- Diferentes realidades en el Barrio Juan XXIII. Mientras que en algunas calles la ayuda fue inmediata, en otras... ¿dónde?
- Los cambios subjetivos a partir de una crisis. Vecinos autoconvocados.
- Nuevos procesos de interacción a partir del temporal en Barrio Juan XXIII.
- Catástrofe en Comodoro Rivadavia: percepción vecinos Barrio Juan XXIII
- Mi barrio antes y después de la catástrofe. Caso de estudio alumnos 3er año Escuela Secundaria Nº 737 "Soldado Mario Almonacid"
- Paisaje, identidad y territorio Barrio Juan XXIII. Cambios paisajísticos

En este contexto entonces reflexionar desde la comunicación. Indagar en los sucesos de otoño de 2017 como momento relacionante de la dinámica social. Desde la comunicación estratégica centrar la mirada en la situación, en el contexto como lo que nos constituye, en las interacciones y los vínculos de los actores involucrados en aquel momento con impacto presente.

### **Enfoque y/o metodología de abordaje**

La primera definición fue caracterizar lo sucedido. Los medios de comunicación describían el hecho como desastre, catástrofe, temporal, emergencia. Al investigar otros fenómenos de similar envergadura (en nuestro propio país inundaciones en Santa Fe o en La Plata) reparamos en el concepto de catástrofe. Un suceso inesperado que se instaura de forma rápida, que afecta a un sector de la población, que es de gran importancia, que produce destrozos importantes materiales y humanos, que supone una desproporción entre las necesidades y medios de auxilio y que obliga a la intervención de medios extraordinarios, siendo estas dos últimas las características fundamentales de una situación de catástrofe (Villalibre Calderón, 2013).

Referir a catástrofe implica entonces la desproporción (cuantitativa y/o cualitativa) que existe entre las necesidades asistenciales, de organización, de lógica de evacuación, de seguridad, etc. generadas por un suceso inesperado y brusco, y los recursos (tanto materiales, como humanos) inmediatamente disponibles para la comunidad afectada.

Esta investigación es de índole exploratoria y tal como expresaron las alumnas Belén Austin y Victoria Rodríguez Podestá: para realizar esta investigación se utilizó una metodología mixta que combina aspectos cuantitativos y cualitativos. La metodología cualitativa defiende que el significado del mundo social es construido y reconstruido continuamente por sus actores. Pone énfasis en cómo el mundo de la experiencia es vivido, sentido y experimentado por los actores sociales (Shwadant, 1994) y estudia las interpretaciones que las personas hacen de la realidad social y de su relación con la misma (Denzin, 1989). Por su parte, la metodología cuantitativa defiende que solo serán objeto de estudio los fenómenos observables, ya que son los únicos susceptibles de medición, análisis y control experimental, producto de que la realidad es observable, medible y cuantificable (Pérez, 2001). Ambas metodologías son complementarias entre sí, tanto las percepciones como los datos, ayudan a poder analizar de manera compleja lo social, que es en sí un objeto de complejidad.

Definido el encuadre, el punto de partida fue considerar que la indagación en las representaciones sociales en torno al temporal no deberá suponer un consenso absoluto sobre el tema sino reconocer los distintos posicionamientos, las diversas construcciones del tema tanto en el espacio simbólico como en las dinámicas colectivas con las cuales se expresan individuos y grupos. Dar visibilidad a las percepciones y experiencias de los entrevistados en relación a los sucesos que provocó el temporal ocurrido en marzo-abril de 2017 en Comodoro Rivadavia.

En las primeras etapas nos proponemos entrevistar a los actores e indagar en la tensión entre lo subjetivo y lo social al momento de la construcción de sentidos compartidos. Estos encuentros serán tanto interpersonales y privados, como colectivos. En dinámicas de taller podremos socializar las vivencias y explicitar la mirada compartida sobre un mismo detonante que los atravesó como comunidad.

Además la técnica de observación de las prácticas cotidianas en torno a las transformaciones que conllevó lo inesperado e intempestivo de la situación.

Los entrevistados serán seleccionados en base a criterios de accesibilidad y utilizando redes personales, estableciendo contacto con informantes potenciales que nos permitirán acceder a otros posibles entrevistados.

Elegimos la entrevista en profundidad como herramienta para recabar información, por permitir una relación más cercana con los sujetos, haciendo posible una aproximación a los múltiples sentidos que sostienen sus percepciones y definen sus prácticas.

Además, analizar las construcciones discursivas y las prácticas informativas que se desplegaron a partir de los acontecimientos en los medios de comunicación locales: relevar imágenes, indagar las problemáticas derivadas en situación, analizar las consecuencias psicosocioculturales.

Por otra parte, sistematizar datos que han generado distintos organismos (públicos, privados y de la sociedad civil) sobre los sucesos y consecuencias del temporal de abril-marzo de 2017 en Comodoro Rivadavia con énfasis en las características de las organizaciones espontáneas. Explorar las organizaciones culturales que emergieron como para bosquejar un entramado interdisciplinario que nos permita identificar las principales variables para “refundar” la ciudad.

### **Principales resultados, reflexiones y conclusiones.**

Los resultados son preliminares ya que el proyecto de investigación se formalizó en septiembre de 2017 pero se han concretado varias etapas.

Una de las propuestas es visibilizar la catástrofe con una mirada interdisciplinaria y recuperar los discursos y representaciones que los protagonistas hicieron y hacen de su experiencia. La principal preocupación es que la problemática –con el paso del tiempo- comenzó a naturalizarse e incorporarse en la vida cotidiana de los comodorenses y, especialmente, en las dinámicas de los barrios más afectados.

Para el logro de esta acción de transferencia la propuesta es participar en foros, congresos, jornadas, espacios públicos donde se debata sobre la catástrofe.

Docentes y alumnos compartieron los primeros informes en el marco de las Jornadas Universidad, Agua y Sociedad “Todos por Comodoro” organizadas por la UNPSJB en junio de 2017 y en el XIX Congreso de RedCom que se realizó en la ciudad de Comodoro Rivadavia en el mes de noviembre.

En interacción concreta universidad y nivel medio, una integrante del equipo de investigación desarrolló un trabajo exploratorio en espacios articulados de 5to y 6to año de una escuela provincial con el objetivo de comparar el antes y después de Comodoro Rivadavia a través de fotografías del Archivo Histórico Municipal y los propios relevamientos fotográficos de los alumnos.

Antes de finalizar el año se concretó además un Conversatorio sobre la catástrofe con el objetivo de reflexionar sobre las prácticas y análisis que se generaron durante 2017 desde diversos ámbitos de la Universidad en torno a las dinámicas y transformaciones territoriales que provocó el temporal en distintos barrios de la ciudad de Comodoro Rivadavia. Esta convocatoria posibilitó la participación de una multiplicidad de actores que enriquece las miradas y perspectivas de análisis posibles. Se dieron difusión a los trabajos integradores anuales de los alumnos en el propio espacio de la Universidad pero también en la sede de la Asociación Vecinal del Barrio Juan XXIII. Este hecho sociocultural provocó un diálogo directo con los protagonistas de los relatos, las indagaciones y las producciones audiovisuales.

Asimismo realizamos una reunión con los restantes equipos de investigación de nuestra Facultad y otras Facultades de la Universidad (especialistas en geología, ciencias económicas, etc) como así también representantes de organizaciones de la comunidad (como la responsable de comunicación de la Cooperativa que brinda los servicios públicos a la ciudad). Fue una reunión de trabajo más técnica con el propósito de intercambiar los cruces posibles entre los proyectos y diseñar acciones conjuntas hacia el 2018.

El conjunto de estas experiencias permitió:

- a los alumnos, dar cuenta del impacto que les significó apropiarse del conocimiento vinculado a un hecho cercano y que fue parte de la experiencia propia o de familiares o vecinos;
- para los principales damnificados, el encuentro en primera persona fue impactante y puso en escena muchas emociones. Los vecinos de uno de los barrios más afectados (Asociación Vecinal Juan XXIII) nos solicitaron regresar y se mostraron receptivos a propuestas desde la Universidad.
- Para los equipos técnicos interdisciplinarios, énfasis en la importancia de visibilizar no solo la problemática sino los aportes que como Universidad podemos realizar a la comunidad de la que formamos parte. Tras un arduo año de trabajo, en un contexto de “reconstrucción”, la convocatoria fue oportuna ya que facilitó el diálogo. Acciones de estas características fortalecen el rol de la universidad como promotora en la construcción del conocimiento colectivo sobre los hechos sociales de nuestro contexto y nos permite reflexionar desde una perspectiva situacional.

Finalmente, en términos de experiencia, generar una mirada crítica de la dimensión sociocultural desde distintos lenguajes para producir los dispositivos que nos permitan recuperar los discursos sociales de los actores involucrados antes, durante y después del temporal, por fuera de los discursos del estado y de los medios masivos.

El abordaje de la catástrofe desde la interdisciplina permitirá complejizar la mirada sobre la problemática y desde el campo de la comunicación producir visibilidad en espacios educativos, comunitarios y de circulación pública en la ciudad.

### **- Bibliografía**

- Aceves González, F. (1997) La territorialidad. Punto nodal en la intersección espacio urbano-procesos de comunicación-movimiento social. *Comunicación y Sociedad* (DECS Universidad de Guadalajara) Núm. 30, mayo-agosto 1997, pp. 275-301.
- Aragonés, JI; Amerigo, M, (2010) Psicología ambiental. Ediciones Pirámide, 3ra edición. Madrid España.
- Defensoría del Público (2013) Guía para la cobertura periodística responsable de desastres y catástrofes
- Geertz, C. (2003) La interpretación de las culturas. Ed. Gedisa, Barcelona
- Holahan, Ch. (1991). Psicología Ambiental. Un enfoque general. Limusa, México.
- Inundaciones Urbanas en Argentina. 2004. “La catástrofe de Santa Fe”.
- Liscia, S. et al (2013) Estudio sobre la inundación ocurrida los días 2 y 3 de abril de 2013 en las ciudades de La Plata, Berisso y Ensenada. Departamento de Hidráulica de la Facultad de Ingeniería de la UNLP: La Plata, Argentina.
- Martínez de Pisón, E. (2003) Significado cultural de paisaje. I Seminario Internacional de Paisaje. Pág. 1-7.
- Massoni, S. (2013) Metodologías de la Comunicación Estratégica: del inventario al encuentro sociocultural. BUAP UNR Homo Sapiens Ediciones, Rosario.
- Mignoty, M. (2015) Estado actual de gestión de riesgo de inundación en el partido de La Plata: Enfoque sobre obras, asistencia e información. Master en Ingeniería de Proyectos con América Latina. Pasantía en Fundación Biósfera Febrero-Junio de 2015. Universidad de Toulouse.
- Moser, G. (2003) La Psicología Ambiental en el Siglo XXI El desafío del desarrollo sustentable. Artículo Revista de Psicología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile. Vol. XII, Nº 2: Pág. 11-17.
- Navarro Carrascal, O E. (2004) Psicología Ambiental: visión crítica de una disciplina desconocida. Universidad de Paris V Paris, Francia
- Negri, S - Zagalsky, R (2005) Las inundaciones de Santa Fe de 2003, el Sistema Federal de Emergencias y la actuación de los Organismos Nacional. Centro de Estudios de Política, Administración y Sociedad de la Asociación de Administradores Gubernamentales.
- Nogué, J. (2010). Emoción, lugar y paisaje. En Luna, Toni; Valberde, Isabel (dir.) (2015). Paisaje y emoción. El resurgir de las geografías emocionales. Observatorio del Paisaje de Cataluña, Barcelona.
- Organización Panamericana de la Salud (2006) Guía práctica de salud mental en situaciones de desastres OPS/OMS (Serie Manuales y Guías sobre Desastres) Washington, D.C.
- Reguillo, R. (1997). Ciudad y comunicación, densidades, ejes y niveles. Departamento de Comunicación del ITESO, Jalisco, México.
- UNESCO (2011) Manual de Gestión del Riesgo de desastre para comunicadores sociales. Perú
- Villalibre Calderón, Cristina (2013). Concepto de urgencia, emergencia, catástrofe y desastre: revisión histórica y bibliográfica. Trabajo de fin de máster en análisis y gestión de emergencia y desastre. Oviedo, 2013.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **A mulher e o direito à cidade: A luta feminista pela vivência nos espaços públicos através da construção do comum**

### **Women and the right to the city: The feminist struggle for living in public spaces through the construction of the common**

*Carla Patrícia Serqueira Lima<sup>91</sup>*

**Resumo:** O trabalho se propõe a discutir a presença feminina nos espaços públicos, com objetivo de compreender a influência das normas sociais na autonomia das mulheres para vivenciar e reivindicar as cidades para elas. A partir da construção coletiva do Mapa Chega de Fiu Fiu, que reúne denúncias de assédios sexuais numa plataforma na internet, e dos protestos de mães contra constrangimentos na hora da amamentação em público, são analisados os bloqueios que as mulheres sofrem a partir da sua circulação nas ruas, assim como as reações que articulam de forma colaborativa e solidária para transformar as relações sociais que as oprimem nas suas experiências urbanas.

**Palavras chaves:** Feminismo, Cidade, Comum.

**Abstract:** The paper proposes to discuss the presence of women in public spaces, in order to understand the influence of social norms on the autonomy of women to experience and claim the cities for them. From the collective construction of the Mapa Chega de Fiu Fiu, which brings together complaints of sexual harassment on an internet platform, and the protests of mothers against embarrassment at the time of breastfeeding in public, the blockages that women suffer from their circulation are analyzed in the streets, as well as the reactions that articulate in a collaborative and supportive way to transform the social relations that oppress them in their urban experiences.

**Key words:** Feminism; Cities; Common.

---

Ir ao supermercado, pegar um ônibus, brincar no carnaval, curtir uma praia ou simplesmente caminhar na rua são atitudes presentes na rotina de muita gente. Para quem vive nas cidades, tendo que se deslocar diariamente entre bairros, a circulação pelas ruas é inevitável. Na empreitada, um problema a mais atinge principalmente as mulheres: ter o corpo como constante alvo do prazer masculino e controle social.

É importante perceber que o corpo geralmente é elemento central das lutas feministas. Seja pela regulamentação do aborto, pela diversidade sexual, pelo direito de amamentar em público ou pela liberdade de andar nas ruas sem ser violentada, o corpo da mulher é sempre reivindicado por ela. (HELENE, 2013). Até o início do século XX, as ruas eram pouco frequentadas pelas mulheres. A dinâmica social na cidade era definida pelos homens e por eles vivenciada. Do espaço público, a mulher “participava como alguém que vivia em território alheio”. (ROGA in HELENE, 2013).

Na transição entre o ambiente doméstico e as ruas, o rótulo de prostituta virou “parâmetro limite para o comportamento feminino no espaço urbano”. (ROGA in HELENE, 2013). A depender de seu comportamento, de suas

---

<sup>91</sup> Carla Patrícia Serqueira Lima é mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, carlaserqueira@hotmail.com.

vestimentas, dos lugares que frequentava, a mulher que ingressava na vida citadina ou era indigna de respeito ou respeitada por parecer recatada e do lar. (HELENE, 2013).

Aplicada aqui, a ideia de espaço herdado de Milton Santos evidencia que vivenciar as ruas pelas mulheres, desde suas primeiras experiências na cidade, está associada à resistência e ao conflito. “Espaço herdado é formado por um contínuo intercâmbio entre mortos e vivos, em que as normas e as regras inscrevem-se na materialidade, orientando a cultura imaterial”. (MILTON SANTOS in RIBEIRO, 2005).

O conceito do prático-inerte elaborado por Sartre e mencionado por Milton Santos ajuda a compreender que acessar às cidades para as mulheres significa entrar num universo demarcado pelo passado. O prático-inerte representa “as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificada em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens”. (SANTOS, 2008).

Por isso, o julgamento social polarizado entre a mulher de rua, vagabunda, e a mulher de família, domesticada, resulta em situações de certo modo paradoxais que definem a qualidade da vivência feminina nas cidades. A herança simbólica da qual as mulheres tentam se desvincilar está amparada na lógica de que “sobre um espaço público, a mesma mulher que é ‘invisibilizada’ como sujeito social, sofre de uma ‘hipervisibilização’ como objeto de atenção”. (MONNET in HELENE, 2013).

Essa dualidade inscrita nos corpos das mulheres restringe a liberdade delas de circular nas cidades com segurança e autonomia. O assédio sexual a que estão sujeitas rotineiramente nas ruas, por exemplo, confirma a objetificação do corpo da mulher “hipervisibilizado” enquanto que as restrições à amamentação em público conferem a “invisibilidade” da mulher como agente, além dos limites de convivência doméstica.

A atenção que a mulher desperta como objeto sexual influencia não só o traçado de seus caminhos urbanos, mas suas experiências na cidade. Já a ratificação de que lugar de mãe é em casa, demonstra que os espaços públicos ainda são hostis ao corpo feminino, mesmo quando se está em jogo a necessidade de alimentar os filhos.

Neste contexto, faz-se necessário reconhecer a cidade como campo de batalha para as mulheres, uma vez que a relação delas com o espaço público é socialmente limitada e politicamente pouco considerada. “O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da forma de cada qual”. (SANTOS, 2008). Na citação, vale dizer que no “conjunto dos homens” a mulher está.

## Caminhos interditados

Não importa em que local do Brasil, tampouco a hora do dia ou da noite. As ruas das cidades para mulheres de todas as idades, para adolescentes ou crianças, podem virar palco de assédios, violência física e psicológica. Esta constatação está nas quase duas mil denúncias que o *Mapa Chega de Fiu Fiu*, ferramenta digital proposta pelo coletivo feminista Think Olga, reúne na internet desde 2014.

A plataforma narra e localiza ocorrências nas ruas brasileiras e é alimentada em rede de modo colaborativo por vítimas e testemunhas de estupro, assédio sexual, entre outros crimes. “Mais que recolher depoimentos, a intenção do mapa é **devolver as cidades para as mulheres**”, informa a página do coletivo na internet<sup>92</sup>. A intenção é mapear as violências para identificar os lugares mais perigosos e oferecer soluções.

Era manhã do dia 24 de dezembro de 2016, em Vila Franco, São Paulo:

*O homem parou o carro, enquanto eu andava pela calçada e disse bom dia. Como o tom de voz já mostrava que se tratava de assédio, eu não parei e andei mais rápido. Ele me seguiu com o carro na mesma velocidade que eu andava. Parei e disse com voz antípatica: bom dia. Ele continuou o assédio e fez menção de me seguir de novo caso eu continuasse andando. Eu disse: eu não posso andar na rua não? Ele respondeu com ironia que sim. Eu*

<sup>92</sup> Informações sobre o Mapa Chega de Fiu Fiu estão disponíveis no endereço: [thinkolga.com](http://thinkolga.com)

*disse: não com alguém me seguindo! Aí ele resolveu ir embora. Eu idiota, não anotei a placa do carro do assediador<sup>93</sup>.*

O relato está disponível no mapa referido. A frase “Eu não posso andar na rua não?” reforça que vivenciar os espaços públicos da cidade para as mulheres é, antes de qualquer coisa, um ato de resistência e ao mesmo tempo uma reivindicação. No bairro Maracanã, no Rio de Janeiro, uma estudante quase desiste do colégio para não ter que enfrentar a mesma rua todos os dias, segundo contou no dia 8 de junho de 2015:

*Estava indo para o colégio ISERJ, era bem cedo, estava frio, essa rua não estava movimentava como normalmente é. Um cara velho, branco, com barba branca, gordo, estava sentado no banco do motorista e porta aberta, com suas calças abertas, se masturbando. Uma menina com uniforme colegial como eu passou, olhou e ele não parou nem se intimidou, assim como [passei] pelo mesmo lugar, corri pra sair dali, me senti envergonhada, quase cheguei a desistir de estudar nesse colégio<sup>94</sup>.*

Assim como o *Mapa Chega de Fiu Fiu* foi elaborado, uma pesquisa proposta pelo mesmo coletivo foi lançada na internet em 2013, em forma de questionário. Voluntariamente, em duas semanas, quase oito mil mulheres responderam às perguntas, o que viabilizou um panorama sobre os assédios sexuais no Brasil.

As respostas constatam que as ruas das cidades brasileiras inibem a presença feminina. Conforme os dados, 83% das mulheres não gostam de receber “cantadas”; 85% já tiveram seus corpos apalpados sem consentimento; 81% já deixaram de ir a algum destino com medo de assédio e 90% já trocaram de roupa para se preservar deste tipo de abuso nos espaços públicos<sup>95</sup>.

A vergonha, o medo dos agressores e dos julgamentos da sociedade tendem a silenciar as mulheres que, muitas vezes, se sentem culpadas pelo constrangimento sofrido. É o que sinaliza a próxima narrativa, publicada no *Mapa Chega de Fiu Fiu* no dia 15 de setembro de 2015, após assédio físico na praia do Leblon, no Rio de Janeiro:

*Estava em um bloco de Carnaval com minhas amigas. Andávamos em grupos de duas, quando muitos homens (saindo não sabe-se de onde) correm em nossa direção. E de primeira eu não entendi nada, achei que era brincadeira. Mas eles fizeram uma roda, deixando eu e minha amiga no meio dela. E começaram a passar a mão no nosso corpo. Eles puxaram meu cabelo, apertavam com muita força minha bunda e seios. Eu não conseguia olhar para cara de nenhum deles, estava em choque. A minha amiga passou a chorar, mas eu sentia uma raiva profunda de todos aqueles nojentos que estavam ultrapassando limites. Logo depois que eles cansaram, ninguém veio socorrer a gente. A minha amiga precisou de alguns minutos para se recompor, e me fez jurar que não contaria isso a ninguém. Nossas outras amigas estavam muito mais longe e não viram o acontecido. E depois disso eu nunca mais me vesti de forma "ousada" no carnaval, achando que a culpa era minha de ter provocado aquele grupo de caras. Eu tenho medo de andar na rua sozinha e acho realmente que nenhum ser humano deveria se sentir assim<sup>96</sup>.*

Em paralelo à violação do próprio corpo por estranhos na rua, as mulheres também sofrem bloqueios na hora de amamentar seus filhos nos espaços públicos. No dia 19 de novembro de 2016, cinquenta mães alimentaram seus bebês de forma simultânea na praça de alimentação de um shopping center em Cuiabá (MT), após uma mulher ter sido convidada por uma funcionária a amamentar no fraldário<sup>97</sup>.

Episódio parecido se repete em outras cidades. No dia 17 de julho de 2016, em Santa Catarina, outras dezenas de mulheres realizaram mais um “mamaco”, também em um shopping center, em reação ao pedido de um segurança para que uma mãe se dirigisse ao fraldário para continuar alimentando a filha<sup>98</sup>. O grupo feminista que organizou a amamentação coletiva afirmou em nota publicada na internet:

<sup>93</sup> Depoimento publicado no Mapa Chega de Fiu Fiu disponível em <http://chegadefiu.com.br/>

<sup>94</sup> Depoimento publicado no Mapa Chega de Fiu Fiu disponível em <http://chegadefiu.com.br/>

<sup>95</sup> Os dados da pesquisa estão disponíveis no endereço: <http://thinkolga.com/?s=pesquisa>

<sup>96</sup> Depoimento publicado no Mapa Chega de Fiu Fiu disponível em <http://chegadefiu.com.br/>

<sup>97</sup> Notícia publicada no portal G1, disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/11/mulheres-fazem-mamaco-favor-do-aleitamento-em-locais-publicos-em-mt.html>

<sup>98</sup> Notícia publicada no portal G1, disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/07/apos-seguranca-reclamar-mulheres-fazem-mamaco-em-shopping-de-sc.html>

*Quem não sabia do mamaço ficou surpreso com a quantidade de bebês mamando no shopping. Assim, conseguimos passar o nosso recado: nós, mães de bebês, existimos! Gostamos de frequentar locais públicos! Temos vida social! Somos o alimento dos nossos filhos, portanto, vai ter bebê mamando sim, e vai ser na hora que ele sentir fome e no local onde nos sentirmos mais confortáveis!*<sup>99</sup>

As interdições que as mulheres sofrem durante suas experiências urbanas, seja como objeto sexual ou no momento de amamentar, ficam inscritas em seus corpos, interferindo na maneira em que vivenciam a cidade. Cabe trazer o conceito de corpografias urbanas, elaborado por Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dultra Britto (2008), para reforçar a premissa de que as marcações contidas nos corpos definem as cidades, da mesma forma que a dinâmica citadina estabelece as condições vivenciadas.

"Partimos da premissa de que corpo e cidade se relacionam, mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana", afirma as autoras, antes de expor o significado de corpografias. "A cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade o que passamos a chamar de corpografias urbanas". Desta forma, a corpografia urbana seria "a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência na cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que configura o corpo de quem a experimenta". (JACQUES e BRITTO, 2008).

Nesta perspectiva, para as autoras, a partir desta relação mútua e inevitável entre corpo e espaço urbano, a cidade "não só deixa de ser cenário quando é praticada mas, mais do que isso, ela ganha corpo, tornando-se 'outro' corpo". (JACQUES e BRITTO, 2008). Ainda conforme as autoras, essa experiência de mão dupla, seja a partir das apreensões dos corpos humanos, seja a partir das disposições dos espaços urbanos diante destes corpos, faz com que a cidade possa ser compreendida de modo mais completo, gerando reflexão capaz de alterar a relação dela com seus habitantes.

Se a cidade, a partir da sua relação com os corpos, ganha corpo também, é possível verificar sua tendência segregadora na política que reserva vagões exclusivos para mulheres no metrô, por exemplo. Adotado em grandes cidades do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e mais recentemente em Recife, o chamado "vagão rosa" indica que além de reconhecer o risco de assédio sexual que os corpos femininos estão sujeitos diariamente nos deslocamentos pela cidade, o poder público escolhe isolar as mulheres como medida de segurança. Este é outro indício da hostilidade urbana contra a mulher.

## A mulher e o direito à cidade

Uma das idealizadoras do coletivo feminista Think Olga, Juliana de Faria, em palestra que proferiu no evento TED X Floripa<sup>100</sup>, em janeiro de 2016, questiona as privações que as mulheres enfrentam rotineiramente quando se relacionam com a cidade. Durante a palestra que apresentou em Florianópolis sobre as ações do coletivo feminista do qual participa, ela comparou:

*Que cidade é essa, né? Eu sempre me pergunto se meu marido, se meu irmão, se meu pai já trocaram de roupa ou já deixaram de fazer alguma coisa por medo de uma violência sexual. A gente mora na mesma cidade, a gente mora no mesmo bairro e a gente não tem a mesma vivência, a gente não tem a mesma experiência!*<sup>101</sup>

David Harvey (2014) cita Robert Park para referendar que a cidade é a tentativa mais coerente que o indivíduo tem de "refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos" (HARVEY, 2014).

Desta forma, o autor observa que o tipo de cidade que se almeja não pode ser desvinculado do tipo de pessoas que queremos ser e nem do tipo de relações sociais que se deseja estabelecer. Ainda segundo Harvey (2014), "o direito à

<sup>99</sup> Trecho da nota publicado na notícia disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/07/apos-seguranca-reclamar-mulheres-fazem-mamaco-em-shopping-de-sc.html>

<sup>100</sup> Palestra disponível na página YouTube, no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=mOiid2tiVeY&t=7s>

<sup>101</sup> Trecho da palestra transrito a partir do vídeo disponível na plataforma YouTube, no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=mOiid2tiVeY&t=7s>

cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos". (HARVEY, 2014).

Ao reconhecer o potencial de transformação social que a vivência nos espaços públicos possibilita, Harvey (2014) enfatiza que a liberdade de recriar os espaços urbanos e a dinâmica citadina é um dos direitos humanos mais preciosos, mas também um dos mais menosprezados. O autor acrescenta que o modo de vida capitalista, cuja tendência ao individualismo se intensifica com a política neoliberal, dificulta as associações entre os sujeitos capazes de refazer o meio em que vivem.

Segundo Harvey (2014), nessas condições, os ideais de identidade citadina e de pertença de uma política urbana coerente tornam-se difíceis de manter. "Até mesmo a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no qual e a partir do qual poderiam surgir movimentos sociais progressivos, parece – pelo menos superficialmente – cada vez mais implausível". (HARVEY, 2014).

Na perspectiva de Harvey (2014), "a cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória". (HARVEY, 2014). Mas, para interferir na produção da "vida em comum", é preciso atuar com liberdade e autonomia nos espaços públicos.

*O recente ressurgimento da ênfase na suposta perda de communalidade urbana reflete os impactos aparentemente profundos da recente onda de privatizações, cercamentos, controles espaciais, policiamento e vigilância na qualidade da vida urbana em geral, e em particular, na potencialidade de se criar ou inibir novas formas de relações sociais (novos bens comuns) em um processo urbano influenciado, quando não dominado, por interesses de classe dos capitalistas. (HARVEY, p. 134, 2014).*

Tendo em vista os esforços que as mulheres têm feito para apenas estar nos espaços públicos, considerando a vulnerabilidade aos assédios sexuais e às restrições ao ato de amamentar, é possível afirmar que as cidades não tem favorecido a participação feminina na criação da vida comum. Pelo direito de compartilhar espaços públicos, as mulheres se articulam para persistir nas ruas ao invés de se retirar delas; e para irem além e interferir na qualidade das relações sociais a partir das vivências, elas se organizam em rede e reivindicam a cidade de seus desejos.

## A construção do comum

O uso da internet como lugar de interação entre mulheres para compartilhar experiências tem ampliado o poder de reflexão sobre as cidades reivindicadas e os direitos femininos que devem ser protegidos. Como se desafiasse o individualismo derivado do modo de vida moderno, a interação virtual revela potencial coletivo.

Milton Santos (2008) cita o autor A. D. Rodrigues (1994) para explicar que na experiência comunicacional,

*"(...) intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham o mesmo quadro de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum". (A.D. RODRIGUES in SANTOS, p. 316, 2008).*

Ainda de acordo com Milton Santos (2008), o mundo ganha sentido por ser esse objeto comum, construído a partir do ato de comunicar, que é etimologicamente definido como "pôr em comum". Para o autor, nesse processo entram em jogo diversas interpretações do existente, expressas nas situações objetivas que constroem a convivência em sociedade. Podemos considerar a criação de *hashtags*, a exemplo de #mexeucocomumamameucomtodas, como tentativas feministas de "pôr em comum" situações compartilhadas nas ruas através das narrativas virtuais.

Nas palavras de Manuel Castells (2013), as redes "horizontais, multimodais", tanto na internet quanto no espaço urbano, criam companheirismo. "Essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança". (CASTELLS, 2013). Assim, como acrescenta Milton Santos (2008), o ato de comunicar, de fundar o comum, resulta de negociação social, da qual participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos.

Nesta perspectiva, o direito à cidade tem sido evocado pelas mulheres a partir deste “outro lugar” na internet, onde é possível interagir com pessoas indignadas e dispostas a reivindicar conjuntamente sua presença nos espaços públicos. A interação constante e espontânea motiva as ações coletivas. Segundo Manuel Castells (2013), nesta experiência, é projetada “uma nova utopia de democracia em rede, baseada em comunidades locais e virtuais em interação”. O autor diz que utopias não são meras fantasias, elas “tornam-se forças materiais ao se incorporar à mente das pessoas, ao inspirar seus sonhos, guiar suas ações e induzir suas reações”. (CASTELLS, 2013).

Retomando Harvey (2014), quando diz que o direito à cidade possui mais caráter coletivo do que individual, é interessante notar que a ação articulada das mulheres que buscam vivenciar as cidades, em muitos casos, começa na internet, que tem se mostrado mais favorável para gestar em conjunto a convivência desejada do que as ruas - como já demonstrado, rotineiramente hostis à presença feminina.

Manuel Castells (2013) explica que, “embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais da internet, eles se tornam um movimento social ao ocupar o espaço urbano, seja por ocupação permanente de praças públicas, seja pela persistência das manifestações de rua”. (CASTELLS, 2013). No caso das mães que se juntam para, em protesto, alimentar seus filhos nos locais onde alguma mulher foi constrangida, esse movimento da internet para as ruas fica evidente.

O relato a seguir, de uma mãe constrangida em Santa Catarina, publicado por ela no Facebook, motivou a reação coletiva de outras mulheres que, no mesmo local, resolveram amamentar juntas, em protesto contra a negativa do estabelecimento:

*Ontem, enquanto eu tomava meu suco na praça de ALIMENTAÇÃO do Lages Garden Shopping e amamentava minha filha que mama exclusivamente no seio, fui “orientada” pelo segurança do shopping a me retirar da praça de alimentação e ir amamentar no fraldário (que por sinal fica no BANHEIRO, portanto, um lugar impróprio para se alimentar). É óbvio que eu disse que não ia sair da praça de alimentação e perguntei se ele não conhecia a Lei Estadual N° 16.396<sup>102</sup>. O mesmo me disse que só estava me passando o recado de quem me viu nas câmeras e eu respondi: então avisa a essa pessoa que se me incomodarem de novo vou procurar os meus direitos, pois<sup>103</sup>.*

Ao esclarecer o objetivo do Mapa Chega de Fiu Fiu, Juliana de Faria, na palestra que proferiu em Florianópolis, enfatiza que a ideia é analisar as características dos lugares onde os assédios ocorrem e perceber suas vulnerabilidades para, assim, servir de argumento na cobrança por soluções. “É uma rua que não tem iluminação? É uma casa noturna em que o segurança não está atento à questão do assédio?”, sugere questões, antes de revelar que a partir do mapa na internet mulheres já foram para as ruas exigir mudanças práticas nos locais apontados como palcos da violência.

Segundo Juliana de Faria, uma mulher já escreveu para contar que pesquisou seu bar preferido no Mapa Chega de Fiu Fiu, imprimiu todas as denúncias de assédio sexual relatadas no estabelecimento e as levou até o gerente para pedir providências. Esses desdobramentos práticos podem ser entendidos como processos que constroem novas relações sociais de acordo com o desejo comum de mulheres que se articulam.

## Considerações finais

A partir da luta feminista contra o assédio sexual nas ruas e das mães que persistem nos espaços urbanos na hora de amamentar, percebemos que a vivência citadina para a população feminina segue não só conflituosa, mas com riscos de violências físicas e psicológicas. Ao mesmo tempo, com a troca de experiências e planos coletivos de reações em rede, o direito à cidade tem sido reivindicado com atitudes concretas que extrapolam a internet.

Vivenciar as cidades não é só ter o direito de circular por elas e fazer uso de sua infraestrutura. Vivenciar as cidades é ter o direito de interferir na sua dinâmica, alterar relações sociais; é poder exercer a cidadania com objetivo de melhorar as condições materiais e imateriais da própria existência. As mulheres, por sua herança histórica de enclausuramento doméstico, ingressam nos espaços públicos com demarcações sociais inscritas em seus corpos capazes de gerar estereótipos que ameaçam sua autonomia.

<sup>102</sup> Conforme sua ementa, a referida lei, de 4 de junho de 2014, “institui a garantia e o direito de as mães amamentarem seus filhos nos recintos coletivos de acesso público dos estabelecimentos comerciais situados no Estado de Santa Catarina”.

<sup>103</sup> Relato reproduzido em matéria do portal de notícias G1, disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/07/mae-e-abordada-por-seguranca-ao-amamentar-em-shopping-de-lages.html>

Mas, com a possibilidade de articulação na internet, o direito à cidade tem sido, mesmo que lentamente, conquistado. Os protestos contra os constrangimentos de mulheres que amamentam em espaços públicos, por exemplo, deram visibilidade ao problema e, no campo político, ajudaram na aprovação de leis que punem aqueles que impedirem o aleitamento. O feminismo cada vez mais em pauta e o machismo cada vez mais identificado, discutido e enfrentado, indicam reflexos do comum reivindicado, seja através de publicações na internet ou nas manifestações de rua.

### Referências bibliográficas

- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo, N-1 Edições, 2013.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth - el proyecto de una revolución del Comum*. Barcelona: Akal, 2009.
- HARVEY, David. A visão de Henri Lefebvre. In: *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HELENE, Daiana. *A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade*. In: REDOBRA 11, ano 4, nº 1, CORPOCIDADE 3, p. 66-79. Salvador: 2013. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11\\_08.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_08.pdf)
- JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. *Cenografias e Corpografias Urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade*. Salvador: Cadernos PPG-AU, Volume 4, edição especial, 2008.
- RIBEIRO, Ana Clara. Outros territórios, outros mapas. In: *Observatório Social de América Latina*. Buenos Aires, ano 6, n. 16, 2005.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2008.

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## La sacralización del miedo en el espacio urbano: el culto a la Santa Muerte

### The sacralization of fear in the urban space: the cult of Santa Muerte

Lara Mireles María Concepción <sup>104</sup>

Mirabal Martínez Jorge Arturo <sup>105</sup>

**Resumen:** El culto a la Santa Muerte es un fenómeno actual socio-cultural-religioso difundido ampliamente en México particularmente en los espacios urbanos más vulnerables. Nuestra investigación se sitúa en la línea de los estudios sobre cultura-comunicación urbana. Con Rossana Reguillo (2000) problematizamos las formas de socialidad en la ciudad, como trama de las interacciones comunicativas, proponiendo la articulación entre el espacio, la significación y la acción. La fe en la Santa Muerte se construye socialmente en la intersubjetividad, es decir en las interacciones comunicativas y culturales de sujetos entre sujetos, históricamente situados, relaciones que los llevan a configurar un *yo grupal*, un *nosotros*, un universo de significación compartido, en un entramado social que pone al descubierto la época de crisis, de violencia, de desesperanza y de incertidumbre que atravesamos.

**Palabras Clave:** Narrativa del miedo, espacialidad simbólica, subjetividades emergentes.

**Abstract:** The cult of Santa Muerte is a social, cultural and religious phenomenon widely known in Mexico, particularly in the most vulnerable urban spaces. This research takes place in the group of studies about urban culture and communication.

Based on Rossana Reguillo (2000) we problematise the different ways of sociality in the city, as part of the communicative process, making the link among space, meaning and action.

Believing in Santa Muerte is socially based in the intersubjectivity, in other words, in the communicative, cultural and historically located interaction of individuals among individuals, which relationship make them have a sense of "me as a group", or as "we", a shared universe of meaning in a social fabric that reveals the crisis, violence, hopelessness and uncertainty we live in.

**Key words:** Narrative of fear, symbolic spaciality, emerging subjectivities.

#### 1. Tema central

En México ha surgido desde hace unos años un fenómeno socio-cultural-religioso que se está difundiendo ampliamente, particularmente en los espacios urbanos: el culto a la Santa Muerte. La base social del culto está integrada por la población de escasos recursos como vendedores ambulantes o pequeños comerciantes; por sectores socioculturales de los barrios populares y de las periferias de las ciudades

Esta devoción representa un pastiche entre reminiscencias prehispánicas y prácticas religiosas del catolicismo popular. Los lugares de culto son básicamente los espacios domésticos, como la sala de la casa o la ventana que da a la calle, pequeños altares en los corredores de los mercados, murales en bardas de terrenos baldíos y capillas improvisadas en las esquinas de las calles.

<sup>104</sup>Lara Mireles María Concepción, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, Dra. en Ciencias de la Comunicación Social, México. [laramireles@gmail.com](mailto:laramireles@gmail.com)

<sup>105</sup>Mirabal Martínez Jorge Arturo, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, Dr. en Comunicación Social, México. [jmirabal@uaslp.mx](mailto:jmirabal@uaslp.mx)

La transformación de los espacios domésticos, comerciales o de simple tránsito en territorios sagrados y cultuales, esconde complejas operaciones de sentido o procesos de construcción de significación por parte de los fieles-actores sociales, ya que los creyentes otorgan a esos lugares un nuevo espesor simbólico, transformándolos en los espacios de la interacción con los otros, los cercanos que comparten la misma creencia, construyendo así una nueva narrativa urbana o compleja trama de interacciones comunicativas y conformación identitaria.

## 2. Objetivo

El propósito general de este proyecto es tratar de hacer visible cómo se está configurando una narrativa social emergente o compleja trama de relaciones entre actores –seguidores de la Santa Muerte– que crean redes de interacción comunicativa incorporando prácticas rituales sincréticas, redes de construcción identitaria con formas ya tradicionales de acuerpamiento social, para configurar un nuevo rostro colectivo: el de la subjetividad de la emergencia.

## 3. Discusión teórica propuesta

El horizonte epistemológico y teórico con el que hemos sustentado nuestro trabajo, problematizando el objeto de estudio es la tetrádica perspectiva de análisis: la complejidad y la subjetividad en el doble entramado de la sociedad postmoderna y de la formación social mexicana. Por la limitación del espacio participativo en el Congreso solamente bosquejaremos dicho tetraedro paradigmático.

No es posible abordar algún fenómeno social desconociendo la *configuración postmoderna* como lógica cultural del capitalismo tardío. Sus teóricos nos hablan de las dimensiones cultural, socioeconómica y geopolítica de la postmodernidad y de la hipermodernidad, que se está ya gestando. Nuestro planteamiento básico considera cómo la actual modificación profunda del tejido social se manifiesta, entre otras formas, a través de la proliferación de fenómenos de resacralización, que paradójicamente atraviesan y permean la sociedad del conocimiento. Lipovetsky y Sebastián (2006: 97) abordan el despertar de las espiritualidades y las nuevas demandas de identidad en la hipermodernidad –superación de la etapa presentista de la postmodernidad – en la que se dan los renacimientos religiosos, los *revivals* étnicos, se vigorizan los sistemas de referencia que remiten al pasado y se refuerzan las preocupaciones por tener raíces y memoria. En México, uno de esos *revivals* étnico-religiosos es el culto a la Santa Muerte, que está reconfigurando una subjetividad emergente entre sus adoradores.

Así mismo, la perspectiva de *la subjetividad* es la mirada y el ancla que nos puede permitir entender las diferentes mediaciones culturales, socio-económicas y geopolíticas de la postmodernidad, resultado y al mismo tiempo estructurantes de ese mismo tipo de sociedad de la cual proceden.

Consideramos que la matriz epistemológica y teórica de esta concepción de la emergencia de las subjetividades, de la indeterminación y determinabilidad de los sujetos sociales históricos, es precisamente *el pensamiento complejo*. Se le ha llamado ciencia postmoderna a la complejidad. Algo hay de ello: la conciencia de la fragilidad del pensamiento, el no teleologismo, el rechazo de los grandes sistemas racionales y de las macro narrativas, así como el surgimiento de una conciencia ecológica son aspectos epocales que crean las condiciones de apertura para aceptar una propuesta de ciencia menos dogmática, más crítica, más dialógica y multicultural.

Además, no podemos reducir la densidad cultural actual a la configuración postmoderna occidental. La postura epistemológica compleja asume que hay varias lógicas, y que por lo tanto hay diferentes formas de acercarnos a los escenarios heterogéneos de la realidad. Consideramos, por lo tanto, que no es suficiente asumir solamente la postmodernidad como referente teórico-contextual del estudio. En México no hay una sola formación social, no hay una sociedad homogénea y monolítica. Por lo tanto, al lado de Bauman recurriremos a pensadores como Guillermo Bonfil Batalla (1999), analista de la sociedad pluriétnica y multicultural del México contemporáneo para entrar en una vertiente, en una re-lectura de la realidad que no se restrinja al horizonte postmoderno. Deberemos remitirnos también a Hugo Zemelman, quien magistralmente esboza el perfil de la indeterminación y la determinabilidad de los sujetos sociales de América Latina:

(...) todas las posibilidades de sujeto concebidas están presentes y potencialmente vivas: son y somos occidentales, indios, mestizos, desindianizados, híbridos, modernos, posmodernos y arcaicos; (...) urbanitas rurales y campesinos cosmopolitas; subordinados, resistentes y protagónicos; guiados por utopías y prácticas

*contingentes; definidos por identidades sociales y culturales que se ponen en suspeso en el mismo momento de ejercerlas, para contradecirlas; con creencias en mitos y congregados en ceremoniales y ritos, siendo a la vez seculares; perteneciendo a un nuevo mundo de memoria milenaria. (1997: 12).*

La simiente del pensamiento complejo con su horizonte gnoseológico de historicidad de lo social, de no-linealidad, de contextualización, de interdisciplinariedad ha encontrado un terreno fértil en América Latina y se constituye como el marco epistemológico y teórico desde el cual se está reformulando el problema de la *subjetividad*, es decir de la emergencia y constitución de los sujetos sociales y la comprensión de la concepción que del mundo social construyen sus actores. Es éste un horizonte de estudio de la realidad social que gira alrededor de los actores, de sus modos de vida cotidiana y sus formas de interpretar la realidad en contextos tempora-espaciales determinados, ya que el espacio, el movimiento y el tiempo son la forma de existencia del hombre histórico. (Lara y Morín: 2006).

Estamos ante dos propuestas con congruencia interna mutua, en diálogo y vinculación *recursiva*, que tratan de aprehender la realidad social desde la interrelación entre sistemas y actores, por un lado desde la complejidad y por el otro a través de la construcción de la categoría de las subjetividades colectivas, de la heterogeneidad de los sujetos sociales como manifestación de su historicidad, “desde la articulación de lo objetivo (sistemas, estructuras, instituciones) con lo intersubjetivo (representaciones, identidades, vida cotidiana)”. (Rodríguez Salazar, 1996: 200).

Dos de los representantes más destacados sobre la *subjetividad* son Berger y Luckmann (2001). Ellos apuntan a *los universos simbólicos* como categorías matriciales de significación, que vienen siendo los legitimadores del sentido, la justificación de las interpretaciones que a través de la internalización un grupo otorga a la realidad circundante y por lo tanto aseguran el orden, la coherencia y el sentido a las biografías individuales, resolviendo el caos o la frágil significación institucionalizada del mundo. (Carretero Pasín, 2001: 2). En las palabras de Berger y Luckmann los universos simbólicos son “cuerpos de tradición teórica que integran zonas de significado diferentes y abarcan el orden institucional en una totalidad simbólica” (p. 124) Hablamos entonces de “la matriz de *todos* los significados objetivados socialmente y subjetivamente reales; toda la sociedad histórica y la biografía de un individuo se ven como hechos que ocurren *dentro* de ese universo”. (p. 35).

Para nuestro objeto de estudio tiene gran valor heurístico metodológico esta categoría, ya que la integración en un universo simbólico permite el análisis y la interpretación integral de las vivencias cotidianas, pero también de las situaciones marginales, de *las biografías precarias* (Reguillo, 2009), del fenómeno de la muerte y del culto a la Santa Muerte.

#### 4. Metodología de abordaje

La triádica perspectiva de análisis: la subjetividad, su articulación con el pensamiento complejo y con el paradigma de la postmodernidad y la coexistencia del mosaico multicultural mexicano, nos ha permitido encontrar un ángulo desde el cual pensar la realidad social y en particular el fenómeno socio-cultural-comunicativo del culto a la Santa Muerte, ya que las creencias religiosas se encuentran asociadas a la forma en que un grupo social percibe y construye la realidad en un juego dialógico con el entorno, que se convierte en estructurador, al tiempo que es estructurado. Tenemos un horizonte epistemológico y teórico interdisciplinario con el cual poder intentar el entendimiento de las dinámicas internas/externas de la gestación y configuración de esa creencia, la dialéctica interna en que descansa la constitución de la subjetividad de las comunidades de fieles.

Por lo tanto, delineamos dos grandes horizontes de producción de significación en torno a la representación social de la muerte y su “canonización”: el histórico y el fenomenológico; y ante la imposibilidad de abordarlos por extenso en este documento, exponemos sólo sus principales dimensiones:

##### 4.1. *Horizonte histórico: la construcción en el tiempo de la representación social de la muerte y su deificación*

Se trata de encarar la concepción de la muerte, su sentido, el enucleamiento de la sociedad prehispánica en torno a su culto, pasando luego a la Conquista y la Colonia como espacios reconfiguradores de una nueva subjetividad social en la combinatoria cultural, para navegar posteriormente en el marco referencial actual que hemos llamado el de la confluencia entre el México profundo y la sociedad del riesgo. Recorrido orientado por la triádica perspectiva teórica asumida que nos permitió incursionar en los escenarios histórico-culturales, con sus flujos cambiantes y reconfiguradores

de nuevos sujetos, que constituyen el marco referencial de la concepción de la muerte, su deificación y nuevas apropiaciones sociales de sentido.

#### **4.2. Horizonte fenomenológico: el culto a la Santa Muerte y las dinámicas internas y externas de su configuración simbólica**

Estamos ante un movimiento constructor de una estructura identitaria cultural y religiosa, sincrética y heterodoxa en la que perviven elementos de la tradición indígena fuertemente permeados por una lectura ambigua del pensamiento cristiano, por lo que habrá que explorar e indagar las dimensiones cultural y simbólica que subyacen en las prácticas rituales y comportamientos comunicacionales de las comunidades de la Santa Muerte, que son muchas veces grupos marginales y vulnerables, parte de un entramado social que pone al descubierto la época de crisis, de violencia, de carencia de utopías y de inseguridad que atravesamos:

El paquete metodológico praxeológico de nuestro proyecto, abarcó:

- El trabajo etnográfico en mercados, vecindades, templos, altares domésticos y un bar dedicado a "la Santa". Todo esto en la ciudad de San Luis Potosí y en algunos lugares del Altiplano Potosino y de la región Media del mismo Estado, así como también, aunque en menor medida, en la Ciudad de México, en Culiacán y en Nuevo Laredo.
- La observación participante en peregrinaciones hacia santuarios de la Santa Muerte y en la celebración de sus liturgias.
- El manejo de entrevistas en profundidad e historias de vida con informantes clave, como son las y los *guardianes* del culto.
- El análisis del discurso de libros y revistas devocionales, diseminadores del culto a la Santa Muerte.
- La interpretación de la iconografía escatológica de la efigie de la Santa Muerte desde la semiótica de la cultura.

### **5. Principales resultados**

Tratamos de articular los descubrimientos que la inmersión en los horizontes histórico y fenomenológico nos fueron mostrando, de relacionarlos e interrelacionarlos, de encontrar sus mutuas dependencias, para descubrir las dimensiones cultural y simbólica del fenómeno, el universo de significación que la comunidad cultural atribuye a la realidad y que constituye su propia *subjetividad*.

#### **5.1. El culto a la Santa Muerte y el imaginario mágico-religioso del miedo**

La devoción a la santa Muerte es un movimiento constituyente y constitutivo de la sociedad del riesgo. Sus adeptos miran hacia la muerte, personificada, como la única certeza personal y grupal a la que le confían la vida. Paradójicamente la muerte se convierte en dadora de sentido de la vida.

Los miedos, dice Rossana Reguillo (2000 y 2006) son individualmente experimentados, socialmente construidos y culturalmente compartidos, es decir, son constitutivos de la subjetividad individual, modelan la subjetividad colectiva y se integran al tejido simbólico social. En el culto a la Santa Muerte estos tres elementos se entrelazan y condicionan mutuamente para construir la sociabilidad del miedo. Se ha afirmado que el miedo a la muerte es el fantasma omnipresente en la sociedad del riesgo. Berger y Luckmann (2001: 131) plantean que en cualquier orden institucional es necesario integrar el fenómeno de la muerte en un universo simbólico para legitimarla, es decir, para que los individuos de una comunidad puedan seguir viviendo en sociedad después de la muerte de otros y para que, anticipando la propia muerte, con un terror mitigado, puedan seguir su vida cotidiana. Difícil tarea que sólo se puede lograr integrando el fenómeno de la muerte dentro de un universo simbólico.

Pues bien, para los seguidores de la Santa Muerte el miedo omnipresente y líquido adquiere un rostro y un nombre: la muerte misma, la propia muerte, pero la auto referencia es desbordada por el referente religioso ancestral que tenemos en el sedimento de la memoria colectiva. Entonces ponen en juego una estrategia para aliviar la conciencia tan clara y cercana de la propia mortalidad (*mors certa, hora incerta*), es la estrategia heterónoma religiosa de la reificación o personalización y sacralización de la muerte, que paradójicamente protege de la muerte. Es así como la culturalización de la muerte viene a otorgarle a la misma una dimensión simbólica, que trasciende el mundo de la experiencia cotidiana, el *mundo de la vida*. Esto se evidencia a los ojos de los devotos con la creación de

un ícono, que remite a un imaginario que lo trasciende y lo dota de sentido. Así reificada la muerte, se mitiga el terror ante el misterio, se puede seguir viviendo, y llega a convertirse, paradójicamente en un símbolo sagrado de certeza y de esperanza.

## 5.2. El símbolo: Transfiguración y manifestación de lo divino

El símbolo es un signo que “se caracteriza fundamentalmente por la imposibilidad para el pensamiento directo de captar su significado de una manera exterior al proceso simbólico mismo. (Garagalza, 1990: 50).

La simbolización es parte del proceso de semiosis por el cual el interpretante liga la imagen sensible con un sentido, revistiéndola con un excedente de significación. Es así como lo sensible es conducido a su sentido profundo, se transfigura.

El símbolo es lo inefable, “aquello para lo cual no existe ningún concepto verbal, se manifiesta, se encarna, en y por la imagen, se expresa en una figura. El símbolo es la epifanía de un misterio” (Durand, 86 citado por Garagalza, 1990: 51). Por lo tanto, la interpretación del símbolo no se rige por un patrón racional, ya que, apunta el mismo Garagalza: “Es el alma del hermeneuta el lugar de manifestación de esta realidad simbólica que, en cuanto tal, no es meramente objetiva por cuanto que no es independiente ni existe separadamente del yo que la medita”.

Aplicando esta visión al análisis del signo de la Santa Muerte, podemos decir que el proceso de simbolización o el otorgamiento de ese significado inefable e invisible a la imagen de la Santa Muerte, se da cuando el *representamen* es dotado de connotaciones que lo rebasan, en concordancia con las representaciones sociales del sujeto colectivo y con la evolución o revolución y quiebre respecto de algunas representaciones sociales normatizadas.

La claridad y la distinción no son características del símbolo, éste no puede ser explicado de una vez por todas, ni tiene un sentido unívoco, sino que está inmerso en la ambigüedad y en la oscuridad. Las maneras de avanzar para crear cierta coherencia entre la imagen y el sentido son “las redundancias míticas, rituales, iconográficas” (Durand, 86: 18). Por eso la creencia en la Santa Muerte debe ser alimentada con una ritualidad ecléctica y rebosante de objetos, de nuevas prácticas, inventadas por los promotores del culto, con la referencia constante a las marcas indiciales de los favores recibidos, con capillas y altares donde vuelve a imperar el *horror vacui* del barroco y del rococó, abigarramiento que genera una atmósfera agobiante.

Los fieles van así construyendo la *simbolización* de la Santa Muerte a través de las prácticas de veneración y adoración privadas y públicas: Las advocaciones con las que se refieren a ella, los actos solemnes de ceremonias de coronación de imágenes que son veneradas públicamente; el cetro que se le pone en sus manos, la balanza, la guadaña, todos son índices que nos hablan del reconocimiento del sentido simbólico que tiene entre sus fieles.

## 6. Reflexión final: el diálogo recursivo entre dos universos de significación

Los cauces de la *semiosis* se encuentran ligados a los procesos de subjetivación social. En el caso de la Santa Muerte es una comunidad de creyentes la que resignifica el fenómeno de la creencia religiosa hegemónica en México, la cristiana, y la orienta hacia un tipo de cultualidad que implica un rechazo parcial de los núcleos invariables de sentido tradicionales y la apertura a nuevos horizontes de sentido.

El flujo de la *semiosis* y la nueva condensación de sentido se ancla en el catolicismo popular, retoma el universo indígena y en tiempos de crisis, violenta, descerraja la *doxa* establecida y construye una nueva propuesta cultural: la canonización de la muerte. La alquimia hermenéutica nos entrega así un *símbolo* o signo acabado de la tensión entre la finitud humana y la dación de vida, la Santa Muerte. Como en el universo prehispánico, los principios antagónicos muerte y vida hoy se reencuentran.

Desde la perspectiva moriniana de la complejidad el culto a la Santa Muerte puede verse como un ejemplo de *bucle dialógico*: es un vestigio, un reducto de una sociedad sacralizada como la prehispánica, que se resiste a morir, y que entabla un *diálogo recursivo* con otro universo de significación también sacralizado y teleológico, el cristiano occidental, el cual le propone un nuevo esquema de interpretación de la realidad. El bucle dinámico sigue creciendo, en la integración de causas endógenas y exógenas, y hoy se orienta en una determinada dirección: desenterra a la muerte, con un nuevo rostro, con una fuerza personalizada e individualizada, como símbolo supremo que invita a sus seguidores a entrar en el universo fascinante del misterio y de la noche.

## Bibliografía

- AUGÉ, Marc y COLLEYN Jean-Paul, (2005), *Qué es la antropología*. Barcelona: Paidós.
- Bauman, Zigmunt, (2003), *Comunidad. En busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid: Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_ (2008), *Tiempos líquidos. Vivir en una época de incertidumbre*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes y Tusquets Editores.
- Berger, Peter L. y LUCKMANN Thomas, (1997). *Modernidad, pluralismo y crisis de sentido. La orientación del hombre moderno*. Barcelona: Paidós.
- \_\_\_\_\_ (2001), *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- BONFIL BATALLA, Guillermo, (1987), *México profundo. Una civilización negada*. México: Random House Mondadori.
- CARRETERO PASÍN, Ángel Enrique, (2001), “El poder de los imaginarios sociales: una reflexión filosófico-sociológica en torno a la legitimación de la dominación en las sociedades posmodernas”. AllBusiness.com, enero. 1-10. Disponible en: <http://www.allbusiness.com/sector-61-educational-services>
- DURAND, G. , (1986), *La imaginación simbólica*, Buenos Aires: Amorrortu.
- GARAGALZA, Luis, (1990), *La interpretación de los símbolos. Hermenéutica y lenguaje en la filosofía actual*. Barcelona: Anthropos.
- \_\_\_\_\_ (2002, Introducción a la hermenéutica contemporánea. Barcelona: Anthropos.
- GEERTZ, C. (2000). *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa.
- GIDDENS, Anthony y TURNER, (2000), *La teoría social hoy*. Madrid: Alianza editorial.
- LARA MIRELES, María Concepción y MORÍN, Dolores (2006), “Espacio, tiempo y discursividad”, XIII Anuario de la Comunicación CONEICC, México: CONEICC, 105-122.
- LARA MIRELES, María Concepción, ORTIZ Salvador y TORRES Mayra (2010), “De Mictlantecuhtli a la Santa Muerte. Prácticas culturales y comunicativas en torno a la figura de la muerte desde la sociedad mexica hasta la sociedad del riesgo”, Memorias del XXII Encuentro Nacional AMIC, 2010. Versión electrónica. México: AMIC
- LIPOVETZKY, Gilles y SEBASTIÉN, Charles, (2006), *Los tiempos hipermodernos*, Barcelona: Anagrama.
- MARDONES, José María, (1996), *¿Hacia dónde va la religión? Postmodernidad y Postsecularización*. México: Universidad Iberoamericana, ITESO.
- MORIN, Edgar, (2004), “La epistemología de la complejidad”. *Gazeta de Antropología* 20. Consultada en <http://hdl.handle.net/10481/7253>. El texto corresponde a las páginas 43-77 de *L'intelligence de la complexité*, editado por L'Harmattan, París, 1999. Traducción de José Luis Solana Ruiz.
- \_\_\_\_\_ (2007), *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa editorial.
- PEIRCE, Charles Sanders, Selección de textos del c. 1893-1903 El Ícono, el Índice y el Símbolo. Traducción castellana de Sara Barrena . (2005). Fuente textual en CP. 2.274-308. Disponible en: <http://unav.es/cep/IconoIndiceSimbolo.html>
- REGUILLO, Rossana, (2000), “Ciudad y comunicación. La investigación posible”. Guillermo Orozco (coordinador) Lo viejo y lo nuevo. *Investigar la comunicación en el siglo XXI*. Madrid: Ediciones de la Torre, 33-49.
- \_\_\_\_\_ (2009). “México: contra el ábaco de lo básico. Agendas de país y desafíos para la comunicación”. Martín Barbero, J. (Coordinador). *Entre saberes desecharables y saberes indispensables. (Agendas de país desde la comunicación)*. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung. 37-49
- RODRÍGUEZ SALAZAR, Tania, (1996), “El itinerario del concepto de mundo de la vida. De la fenomenología a la teoría de la acción comunicativa”. *Comunicación y sociedad*, Universidad de Guadalajara, n. 27, mayo-agosto, 199-214.
- ZEMELMAN, Hugo (1997), “Presentación”, en León, Emma y Zemelman, Hugo, *Subjetividad: Umbras del pensamiento social*, Barcelona: Anthropos y México: UNAM, 9-18.
- \_\_\_\_\_ (1997), “Sujetos y subjetividad en la construcción metodológica”, en León, Emma y Zemelman, Hugo, *Subjetividad: Umbras del pensamiento social*, Barcelona: Anthropos y México: UNAM, 21-35.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

## A cidade do Recife e os desafios da Economia Criativa: um resgate histórico

### The city of Recife and the challenges of the Creative Economy: a historical rescue

*Aline Grego LINS<sup>106</sup>*

*Maria Júlia de Queiroga VIEIRA<sup>107</sup>*

**Resumo:** Este trabalho visa mapear o cenário econômico e cultural da cidade do Recife no século XX com o objetivo de identificar iniciativas empreendedoras, da hoje denominada Economia Criativa. Ao longo de sua existência, a capital pernambucana foi marcada por experiências culturais significativas, nas áreas do cinema e da tecnologia da informação. A pesquisa parte do pressuposto que essas experiências contribuíram para a vocação empreendedora criativa da cidade e para o surgimento, no final do século, do Porto Digital. O presente artigo é resultante de uma pesquisa ainda em andamento, de caráter exploratório, que optou pelo resgate histórico realizado a partir de fontes documentais, entre elas documentos oficiais, institucionais e publicações jornalísticas de diferentes suportes, tais como produtos digitais.

**Palavras-chave:** 1.Recife. 2.Porto Digital. 3.Indústria e Economia Criativa

**Abstract:** This work aims to map the economic and cultural scenario of the city of Recife in the twentieth century with the objective of identifying entrepreneurial initiatives, of the so-called Creative Economy. Throughout its existence, the capital of Pernambuco was marked by significant cultural experiences in the areas of cinema and information technology. The research is based on the assumption that these experiences contributed to the creative entrepreneurial vocation of the city and to the emergence, at the end of the century, of the Porto Digital. This article is the result of a research that is still underway, as an exploratory research, and has chosen a historical rescue made from documentary sources, including official and institutional documents and journalistic publications of different media.

**Key words:** 1.Recife. 2.Porto Digital.3. Industry and Creative Economy

#### Introdução

A partir do XX e início do século XXI, a economia de Pernambuco, um dos estados da Federação do Brasil, localizado na região Nordeste do País, tem se modificado profundamente. Uma das possíveis razões para esse quadro é a expansão da Economia Criativa e de empreendimentos, a exemplo do Porto Digital. Segundo o mapeamento das Indústrias Criativas, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, em 2013, o aumento em Pernambuco desse setor foi de 14%. No Brasil, em 2014, comparado à dez anos anteriores, aumentou 69,1% .

O Porto Digital é uma organização não governamental, localizada no bairro do Recife Antigo, área central da cidade, e nos bairros vizinhos de Santo Amaro, Santo Antônio, São José e Boa Vista. Ele existe desde os anos 2000, mas atua como fomentador da Economia Criativa há quatro anos.

<sup>106</sup> Aline Grego Lins, Professora do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Indústrias Criativas da Universidade Católica de Pernambuco. Doutora em Comunicação e Semiótica. e-mail: aligrego@uol.com.br

<sup>107</sup>Maria Júlia de Queiroga Vieira, Concluinte do Curso de Jornalismo e pesquisadora de Iniciação Científica, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil. e-mail: m.juliaqueiroga@gmail.com

A região central da cidade enfrenta atualmente a especulação imobiliária, sobretudo nos bairros de Santo Antônio e São José. Um caso emblemático desse cenário é o Cais José Estelita, que desencadeou uma reação popular frente à decisão governamental de ceder seus terrenos à empreiteiras privadas, interessadas em construir imóveis empresariais e residenciais de alto custo, em detrimento do atendimento da população mais carente e que há anos ocupa o mesmo espaço.

Sem perder de vista esse cenário, que interfere na consolidação de atividades empreendedoras na região central do Recife, o objetivo do presente trabalho é identificar o percurso histórico da Economia Criativa em Pernambuco e, de modo mais específico, na capital, que hoje tem como representante singular o Porto Digital e seu braço na área de Economia Criativa: o Portomídia. Parte-se do pressuposto que, de alguma forma, a existência de uma veia criativa do povo pernambucano, principalmente do recifense, presente em movimentos culturais do século XX envolvendo o cinema e mais para o final do século a Tecnologia da Informação (TI), com repercussões econômicas, ainda que modestas, foram prenúncio de atividades integrantes das denominadas Indústria e Economia Criativa que teriam contribuído para o surgimento de um ambiente propício para propostas inovadoras.

Desta forma, a primeira etapa de nossa pesquisa retrata o mapeamento de alguns dos primeiros passos da Indústria e da Economia Criativa no Recife, num tempo em que esses conceitos, cunhados por estudiosos australianos e ingleses, ainda eram pouco difundidos.

A Indústria Criativa difere do Taylorismo e do Fordismo, pois as “pessoas que detêm ideias se tornaram mais ponderosas do que aquelas que operam máquinas e, em muitos casos, até mais do que aquelas que possuem máquinas. Mesmo assim, a relação entre criatividade e economia permanece praticamente invisível”. (HOWKINS, 2013, p.13).

Segundo o Relatório Especial sobre Economia Criativa, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura<sup>108</sup> (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2013, a economia criativa tornou-se uma força transformadora no mundo de hoje.

Devido à multiplicidade de conceitos disponíveis na literatura especializada sobre indústria/economia criativa, destacamos que trabalhamos o conceito de indústria criativa na seguinte perspectiva:

*[Indústrias Criativas] produzem bens e serviços que utilizam imagens, textos e símbolos como meio. São indústrias guiadas por um regime de propriedade intelectual [...] empurram a fronteira tecnológica das novas tecnologias da informação. Em geral, existe uma espécie de acordo que as indústrias criativas têm um core-group, um coração, que seria composto de música, audiovisual, multimídia, software, broadcasting e todos os processos de editorial em geral (JAGUARIBE, 2006 apud BENDASSOLLI et.al, 2009, p.12)*

Estratégias narrativas, processos de elaboração e circulação de produtos da indústria criativa, com ênfase em ambientes de convergência midiática estão entre os focos de interesse tanto da Economia e da Indústria Criativa, quanto dos Estudos de Comunicação. A interface entre esses saberes manifesta-se na construção de discursos e efeitos de sentido nas mais diversas plataformas tecnológicas e/ou experiências empreendedoras, a exemplo do Portomídia.

## Economia Criativa

De acordo com o mapeamento realizado no Brasil pela FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2014), a economia criativa possui quatro núcleos: Consumo, Cultura, Mídia e Tecnologia. A área de Consumo abrange publicidade, arquitetura, design e moda. Cultura engloba expressões culturais, patrimônios, arte, música e artes cênicas. Em Mídia, destaque para o audiovisual e o editorial, enquanto que Tecnologia: pesquisa e desenvolvimento (P&D), Biotecnologia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A economia criativa representa um novo modelo de negócio, sua produção e geração de serviços e produtos resultam do conhecimento, da criatividade e da inovação. Segundo Howkins (2013, p.39), “a criatividade por si só não tem valor econômico. Ela precisa ser plasmada em um produto comercializável se quiser alcançar valor comercial”. Para esse novo sistema se expandir é preciso incentivar a criatividade, o desenvolvimento intelectual e criar um ecossistema

<sup>108</sup> Published by the United Nations Development Programme (UNDP), One United Nations Plaza, New York, NY 10017, USA and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France -ISBN 978-92-3-001211-3

favorável. Outra característica é ter incentivo do governo para o fomento à criatividade. Um exemplo é que, em Recife, há o Fundo de Incentivo à Cultura (Funcultura), criado em 2002. O primeiro edital lançado foi em 2003.

### Recife no século XX – economia e cultura

Até a chegada do século XX, a economia de Pernambuco era, basicamente, sustentada pela indústria açucareira. No começo do século, ela começou a entrar em crise devido a uma oscilação do mercado externo.

Ainda nesse mesmo século, Recife experimentou outros arranjos industriais, a exemplo da produção têxtil. Segundo Andrade (2016), no começo do século XX, no Censo de 1907, “o capital social das fábricas de tecido em Pernambuco era superior àquele empregado na Bahia, o maior produtor do Nordeste, na época”. Mesmo sem possuir a força que antes, ainda é bastante presente na economia das cidades do interior do estado.

Outra marca da capital pernambucana foram às experiências inovadoras no campo da cultura que representam um marco diferenciador da cidade. É um deles, o empreendedorismo no cinema, existente desde 1902, quando houve a primeira exibição no animatógrafo da Rua Imperatriz, no Bairro de São José, segundo Nogueira (2009). Nos anos 20, existiu o Ciclo do Recife quando foram produzidos 13 longas metragens roteirizados, filmados e exibidos na cidade e em outras capitais, sendo esse ciclo considerado um dos mais importantes do Cinema Regional do País (FUNDAJ, 2017). Alguns nomes da época são: Edson Chagas, Ari Severo e Jota Soares.

Entre a 70 e 80, tivemos o movimento Super 8, um cinema mais doméstico, com os cineastas arcando com os custos da filmagem e da revelação, o que ocorria de maneira caseira (Nogueira, 2009). Nessa época ainda não existia uma graduação específica, então a maioria dos interessados em cinema formavam-se em jornalismo, a exemplo de Geneton Moraes Neto e Amin Steaple.

**Figura 01- Cineasta Jormard Muniz de Britto**



Câmera 8mm, Recife, PE. - Foto: Hélia Scheppa

É possível dizer que, só no final do século XX, o cenário começa a mudar na “economia cultural” pernambucana, com a inserção de projetos de T.I – Tecnologia da Informação. Em 1996, foi criado o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R), um empreendimento liderado por professores universitários que contribuiu para um novo olhar sobre a economia do estado e da cidade. Além, de provocar mudanças significativas na região, principalmente na área central da cidade que abriga o histórico Porto.

### Bairro do Recife- a região central da capital pernambucana

O bairro do Recife Antigo (Figura 02) é a região onde a cidade nasceu, abrigava o Porto de embarque e desembarque de mercadorias e de viajantes, além de muitas histórias, entre elas, a passagem dos judeus.

**Figura 02- Bairro do Recife Antigo**

Fonte: Acervo do Porto Digital

As primeiras mudanças no bairro mais significativas foram nas primeiras décadas do século XX e quando houve a urbanização de outros espaços do Recife, motivada pelo movimento de higienização que tomou conta das principais cidades brasileiras. Esse movimento visava combater as graves epidemias que assolavam as cidades, fruto da ausência de ações sanitárias. Aliado a esse quadro, havia o intuito de modernizar as regiões urbanas centrais nas quatro primeiras décadas do século XX. Porém, segundo Leite (2006), as reformas que ocorriam, no caso do Rio de Janeiro e do Recife, tinham a intenção de erradicar os focos de epidemias que proliferavam nas regiões portuárias.

Nos anos 60, 70 e 80 o bairro do Recife, ficou esquecido, em razão da expansão da cidade para outros bairros, sobretudo os mais próximos ao continente. Outro momento de mudança ocorreu com o surgimento do Programa Integrado de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste cuja criação foi motivada a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o objetivo era revitalizar as regiões urbanas históricas.

### A conexão entre os estudantes e o Mercado de trabalho

Recife possui um ecossistema propício para a formação intelectual e profissional das pessoas na área de Tecnologia da Informação (T.I). Antes da existência do Porto Digital a cidade já possuía um mercado em expansão, com a IBM e Borges, além de bancos e empresas locais como Banorte e Bompreço, na área de varejo, que possuíam setores de T.I bem desenvolvidos para a época no país.

Na área acadêmica, o primeiro Centro de Tecnologia da Informação da cidade foi criado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1974, o Departamento de Estatística e Informática. Na época, a formação oferecia apenas o bacharelado e a pós-graduação em Ciência da Computação. Em 1999, o Departamento de informática alcança o status de Centro e passa a ser o Centro de Informática. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2017).

Na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), destaca-se o Núcleo de Informática (NIC), cuja formação era técnica em nível pós-médio. Segundo Francisco Saboya Albuquerque Neto<sup>109</sup>, presidente do Porto Digital, a expertise dos profissionais mais maduros, da década de 60 e 70, oriundos do mercado, passou a ser reforçada pelos recém-formados dessas instituições, que apresentavam uma bagagem teórica mais sofisticada.

Esse foi, desde então, o papel das universidades, proporcionar uma formação focada nas novas demandas, que acabam por promover mudanças no mercado não só de T.I, mas de tecnologia de um modo geral. As empresas locais passaram a se expandir contribuindo para a retenção dos profissionais na cidade, entre essas novas atividades estava à

<sup>109</sup> Entrevista realizada com Francisco Saboya, presidente do Porto Digital, realizada no dia 20 de abril de 2017, no Recife, Pernambuco, Brasil.

produção de games. Os primeiros estudos de games ocorreram com a oferta de uma disciplina, em 2000, na UFPE, para atender a demanda de uma empresa local, a "Arte Vudu", que precisava de pessoas conhecedoras do processo de desenvolvimento de jogos. Depois foi a vez da Unicap realizar, em 2010, a criação do primeiro curso Superior Tecnológico em Jogos Digitais do estado, de acordo com Lins<sup>110</sup>.

### O Porto Digital – criando um ecossistema para T.I e Economia Criativa.

O Porto Digital atua nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação com Software e, mais recentemente, em Economia Criativa. Ele foi concebido quando um grupo de professores da UFPE, liderados por Silvio Meira, percebeu que a maioria dos estudantes formados em Tecnologia da Informação da instituição não permaneciam no estado. De acordo com Saboya (2017), uma turma do mestrado de Informática da UFPE de 1993, formada por 17 alunos, foi contratada para trabalhar em empresas fora do Brasil, a exemplo da Microsoft. Reunir esses estudantes no Recife e no país era o grande desafio. Em 1996, buscando mudar esse cenário foi criado o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R) e o Instituto de Ciência e Tecnologia (ITC). Era destinado a desenvolver soluções complexas de TI. Diversas empresas, logo de início, se interessaram em trabalhar com o C.E.S.A.R e, em razão da lei da informática, a Lei nº 8.248/91 (BRASIL, 1991) que propiciava incentivos fiscais às empresas do setor de tecnologia que investissem em pesquisa.

O Porto Digital é gerenciado por uma Organização Social (O.S), sem fins lucrativos e possui um núcleo de gestão – denominado Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), credenciado pelo Governo do Estado e pela Prefeitura da Cidade do Recife. É a ponte entre a sociedade civil, as universidades, o governo e as empresas. Segundo Francisco Saboya (2017), esse quadro contribui para que exista uma relação próxima entre o governo e o Núcleo, o que possibilita que acordos sejam efetivados mais rapidamente, dando velocidade aos processos.

São 271 empresas e instituições<sup>111</sup> instaladas, com cerca de 8.500 empregados, mais de 800 empreendedores e uma receita anual de quase um bilhão e meio. Engloba desde acessibilidade, inclusão e sustentabilidade até a área de produção cultural, games e multimídia. O Porto atua junto, de forma especial, a empresas incubadas.

A opção por expandir-se na região central do Recife é estratégica por ter um grande fluxo de pessoas e serviços. Hoje, o Porto está se expandindo para o continente, chegou ao bairro da Boa Vista - uma região intermediária, povoada por instituições de ensino e pesquisa. Além de dar começar a interiorização de seus projetos.

### Portomídia, o centro da Economia Criativa

Visando a expansão de suas atividades, desde 2008 os gestores do Porto Digital passaram a trabalhar, para além da Tecnologia da Informação. Em 2010, decidiram apostar na Economia Criativa. O recorte utilizado priorizou atividades que envolvessem tecnologia da informação e da comunicação.

As atividades escolhidas foram fotografia, cinema, música, *design* e *games*. De acordo com Simone Jubert (2017), coordenadora do Portomídia, o motivo para essa escolha foi à percepção de que novos cursos relacionados à Economia Criativa estavam sendo criados nas universidades, a exemplo do curso de Cinema da Federal que surgiu em 2008, dos cursos de Fotografia e Jogos Digitais, na Unicap, e o curso de Comunicação Social com ênfases em Mídias Sociais e Produção Cultural da UFPE. Na pós-graduação, destaque para o mestrado profissional da UNICAP em Indústrias Criativas.

O Portomídia é um espaço voltado para a formação, o empreendedorismo, a exibição e a experimentação. Possui laboratórios de última geração, sobretudo na área do audiovisual, que permite trabalhos de pós-produção, inclusive já vem sendo utilizado pelos cineastas pernambucanos e de outros estados. O local é aberto a estudantes, produtores e empresas que queiram utilizar os equipamentos disponíveis. Esta prevista uma segunda fase que será destinada a pré-produção e contará com a instalação de três núcleos de produção, teste e exibição.

Dentre os equipamentos em posse do Portomídia, destaque para a ilha de correção de cor de filme e mixagem de som (Figura 03).

<sup>110</sup> Entrevista realizada com Anthony Lins, professor e coordenador do curso de Jogos Digitais da Universidade Católica de Pernambuco, realizada no dia 10 de janeiro de 2017, no Recife.

<sup>111</sup> Informações retiradas do Prospecto do Porto Digital, de 2016, cedido pela organização. Esse número costuma flutuar devido a empresas que encerram suas atividades.

**Figura 03 – Mesa de Mixagem e Correção de Cor**

Equipamento para a correção de cor e mixagem de som - utilizado pela produção do filme Aquarius (2016).

Fonte: Acervo do Portomídia.

O Portomídia já promoveu cerca de cem (96) cursos, seminários ou palestras, capacitando 1.950 pessoas. Possui uma galeria onde foram realizados mais de 40 eventos. Na área do empreendedorismo, 6 startups graduadas e 1 empresa incubada. Em experimentação: 54 trabalhos de audiovisual, 2 em games, 9 em design, 2 em fotografia, 2 em interatividade e 2 em música.

### **Considerações Finais**

Considerando todas as experiências na área de Comunicação, T.I, em especial envolvendo a música, o audiovisual e os games, é possível constatar, no levantamento documental realizado que muitas dessas ações surgiram de modo despretensioso, mas abriram caminhos para a economia criativa na cidade. O ciclo do Recife, o Movimento Super 8, estão entre alguns desses exemplos. Na música, o Movimento Manguebeat, veio na esteira da criatividade e da combinação de experiências, mas apresentando certa organização ou visão de mercado pelos envolvidos.

Esse ambiente criativo, unido à vontade de trabalhar com elementos culturais e ao prazer na realização de tais atividades, de certa forma ainda podem ser flagradas como pontos de resistência da economia atual de Recife.

A pesquisa, ainda que parcialmente, aponta para o fato de que esses eventos históricos que marcaram a economia e as experiências no estado de Pernambuco e a cidade do Recife, inspiraram novos projetos na passagem do século XX para o século XXI, a exemplo do Porto Digital e do Portomídia. O que tem provocado um novo olhar sobre a própria capital pernambucana e suas potencialidades nas indústrias e na economia criativa. Assim, talvez, não seja exagero dizer que os novos empreendimentos, a exemplo do C.E.S.A.R, do Porto Digital e do Portomídia são resultados do cenário de uma cidade que busca integrar cultura, arte, sustentabilidade e novas tecnologias numa economia em ebulição. As perspectivas para o futuro revelam-se ricas e plausíveis.

## Referências

- ANDRADE, Bruno Alves de. **Distribuição espacial da indústria têxtil e de confecção em Pernambuco: qual a influência dos fatores locacionais.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós Graduação em Economia, 2016.
- BANCO DO NORDESTE. Prodetur: ampliando as atividades turísticas do Nordeste. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/prodetur\\_>](https://www.bnb.gov.br/prodetur_>)>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- BENDASSOLLI, Pedro F.; WOOD JR., Thomaz; KIRCHBAUM, Charles; PINA e CUNHA, Miguel. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades, **Revista de Economia e Administração – RAE**, jan./mar., n. 1, v. 49, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- BRASIL. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 out. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8248.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8248.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.abradi.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Mapeamento-2014.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- FUNCULTURA. Breve Histórico. **Cultura PE: o portal da cultura pernambucana.** Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/breve-historico/>> Acessado: 11 jul. 2017
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Disponível em: <[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- HOWKINS, John. **Economia criativa:** como ganhar dinheiro com ideias criativas. São Paulo: Makron Books, 2013.
- JUBERT, Simone. **Simone Jubert:** entrevista [nov. 2016]. Entrevistadores: Maria Júlia de Queiroga Vieira e Aline Maria Grego Lins. Recife, 2016.
- LINS, Anthony. **Anthony Lins:** entrevista [jan. 2017]. Entrevistadores: Maria Júlia de Queiroga Vieira e Aline Maria Grego Lins. Recife, 2017.
- NOGUEIRA, A. M. **O novo ciclo do cinema em Pernambuco: a questão do estilo.** Universidade Federal. 2009
- PORTO DIGITAL. **Documentação técnica.** Disponível em: <<http://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/documentacao>>. Acesso em: 04 maio. 2017
- SABOYA, Francisco. [Palestra dia 15/03]. 2017. Conferência realizada na abertura do Programa de Pós-Graduação em Indústrias Criativas da Universidade Católica de Pernambuco, em 15 de março de 2017.
- SABOYA, Francisco **Francisco Saboya:** entrevista [abr. 2017]. Entrevistadores: Maria Júlia de Queiroga Vieira e Aline Maria Grego Lins. Recife, 2017.
- UNESCO. United Nations Development Programme. Creative economy report: widening local development pathways. New York, 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Informática. Sobre o CIn. Disponível em: <<http://www2.cin.ufpe.br/site/secao.php?s=1&c=1>>. Acesso em: 25 abr. 2017

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

---

## Nuevas experiencias gastronómicas en Puerto Rico. El caso de *Mona Lisa: Pizza, arte y cerveza*

### New gastronomic experiences in Puerto Rico. The case of *Mona Lisa: Pizza, arte y cerveza*

Luis E. Rivera Figueroa<sup>112</sup>

**Resumen:** Este trabajo es un análisis intertextual de un restaurante llamado Mona Lisa: Pizza, Arte y Cerveza, ubicado en el casco urbano de Río Piedras, Puerto Rico. El restaurante forma parte de nuevas propuestas de experiencias gastronómicas en el área metropolitana de Puerto Rico. A través del concepto de Pierre Bourdieu, capital cultural, se elabora un análisis intertextual sobre aquellas formas en las que el restaurante logra hacer un uso efectivo de conocimientos y referentes culturales para la elaboración de nuevas experiencias espaciales y gastronómicas en el casco urbano de Río Piedras. Mi argumento principal es que el capital cultural que nutre la experiencia del espacio del restaurante está basado en: 1) eventos culturales de arte, cuyo fin es la rehabilitación del espacio urbano; 2) referentes del arte para el desarrollo de la experiencia de una marca; y 3) una oferta gastronómica artesanal.

**Palabras clave:** Mona Lisa 1, Capital cultural 2, Gastronomía 3.

**Abstract:** This paper is an intertextual analysis approach of Mona Lisa, a restaurant which is located in Rio Piedra's urban center in Puerto Rico. The restaurant is part of Puerto Rico metropolitan area's new prospects regarding culinary experiences. This intertextual analysis is made using Pierre Bourdieu's concept of *cultural capital* by considering the ways in which the restaurant successfully achieves the use of cultural knowledge and references, thus elaborating a fresh approach in terms of spatial and gastronomical experiences, specific to Rio Piedras urban center. My central argument is that the cultural capital that nurtures the spatial experience of the restaurant is based on: 1) art related cultural events, whose main purpose is rehabilitating the urban space in which its set 2) art references to generate branding; and 3) offer an artisanal gastronomic option.

**Keywords:** Mona Lisa 1, Cultural capital 2, Gastronomy 3.

---

#### Introducción

En este corto artículo, pretendo elaborar un análisis intertextual del capital cultural utilizado en el paisaje lingüístico de los establecimientos de oferta gastronómica. A pesar de que este es un fenómeno muy amplio, he decidido tomar como objeto de estudio un caso que representa de forma predominante el uso del capital cultural dentro de su contexto geográfico; el caso del restaurante y pizzería, Mona Lisa: pizza, arte y cerveza. Dado que el fin del establecimiento comercial es la generación de plusvalía, mi discusión se centrará en el análisis intertextual de aquellas tendencias rentables que preceden y/o acompañan el proceso de producción del paisaje lingüístico del restaurante; desde la apariencia física del espacio, hasta la descripción, confección y distribución de comestibles.

---

<sup>112</sup> Estudiante graduado de la Universidad de Puerto Rico, Recinto de Río Piedras.

Candidato a Maestría en Teorías e Investigación de la Comunicación. Escuela de Comunicación, Universidad de Puerto Rico, Recinto de Río Piedras

## Intertextualidad y cultura

El análisis intertextual se basa en la premisa fundamental de que el significado de una palabra, signo o imagen es producto de su uso en contextos previos (Matheson, 2005). La intención principal de este análisis pretende identificar el significado de una producción cultural dentro del sistema amplio que compone la cultura. El conocimiento cultural que se puede tener de un concepto está formado en base a la aparición de ese concepto en contextos anteriores y que sirven como base para hacer sentido del concepto en nuevos contextos que, eventualmente, servirán como referencia para futuras utilizaciones del mismo. Utilizaré como ejemplo la asociación del color rosa como parte de la vestimenta de las niñas, además este ejemplo nos sirve para identificar el sistema arbitrario de diferencias del que se compone el lenguaje (Matheson, 2005). El color rosa es un signo arbitrario, un signo que no tiene un significado en sí; el mismo puede ser utilizado para cualquier tipo de diferenciación: razas, estatus social, identidad cultural, entre otros; sin embargo, hemos aprendido culturalmente que el color rosa en los infantes se utiliza para identificar a las niñas, pero ¿Dónde hemos visto antes que el color rosa identifica a las niñas? Quizás en los catálogos de tiendas de ropa, o en los pasillos de las tiendas por departamento, en alguna película, en la televisión o quizás en algún anuncio publicitario. De esta manera el análisis intertextual se encarga de identificar el uso del signo en un contexto cultural previo para entender la composición del sistema de significación previo.

Estos sistemas de significación utilizados previamente, colocan al espectador ante un horizonte de expectativas, esta serie de expectativas las denominaremos como género (Matheson, 2005). Los géneros se definen por una serie de características que los diferencian de otros. De tal manera, podemos establecer los elementos diferenciadores entre la poesía lírica y la novela detectivesca. A medida que reconocemos el tipo de género que clasifica nuestro objeto de estudio, podemos comenzar a establecer cuáles son los horizontes de expectativas por parte de los espectadores. Esto nos lleva a preguntarnos, ¿Cuál es el género que se le adjudica a nuestro objeto de estudio?

## El espacio como género narrativo

A medida que nuestro objeto de estudio está constituido por un medio que concierne al espacio, no podemos separarlo del contexto espacial al que pertenece. Tal como establece Lefebvre: *"El espacio considerado en soledad es una abstracción vacía"* (Lefebvre, 1991, p. 12). Entonces, ¿cómo debemos definir el espacio? El espacio, como espacio social es *"producido y reproducido en conexión a las fuerzas de producción"* (Lefebvre, 1991, p. 77). Pensado el espacio como producción relacionada a las fuerzas de producción y sin abstraer el espacio de su contexto espacial, restaurante Mona Lisa es parte del horizonte de expectativas que concierne a los establecimientos que entablan una producción culinaria en la Avenida Universidad. A medida que reconocemos el género que establece los horizontes de expectativas, observaremos que el establecimiento utiliza el capital cultural como parte de su producción espacial.

## Capital cultural

El capital cultural es un concepto acuñado principalmente por Pierre Bourdieu y se refiere al conjunto de conocimientos, gustos y disposiciones que posee cada individuo de la sociedad (Bourdieu, 1983). Este conjunto de conocimientos incluye habilidades, credenciales educativas, manejo del conocimiento verbal y preferencias estéticas (Santasombat, 2004). A través de la adquisición del capital cultural, nos convertimos en sujetos más competentes para entender y participar de las prácticas culturales en las que incurre una sociedad; prácticas que permiten movilidad y poder social. El capital cultural se materializa en objetos tales como libros, obras de arte, instrumentos tecnológicos e incluso la producción del espacio. Los productores de capital cultural juegan un rol importante en el ejercicio de poder simbólico, un poder de dominación ideológica, legitimando así un orden social particular (Santasombat, 2004). Al igual que el capital económico, el capital cultural es parte de un sistema en donde se jerarquiza, se ejerce poder, se mantienen relaciones de poder social, además que puede ser utilizado como parte del intercambio de capital. El capital económico, social, cultural y simbólico pueden ser intercambiados entre sí, pero no son igualmente intercambiables, me explico. Es más fácil intercambiar capital económico para adquirir capital cultural que viceversa, sin embargo, en nuestro objeto de estudio observamos un ejercicio de poder mediante el cual se utiliza el capital cultural como una estimulación para obtener capital económico. ¿Cómo pensar narrativamente la producción cultural que se consume en el espacio?

La producción cultural debe ser conceptualizada como los elementos que componen el paisaje lingüístico del espacio. El concepto de paisaje lingüístico se refiere a "la apariencia lingüística de un lugar" (Leeman & Modan, 2007, p. 333). A medida que reconocemos las imágenes y otras formas de representación como parte de sistemas de producción de sentido, el paisaje lingüístico permite observar la materialización de capital cultural de un espacio como parte de un

proceso comunicativo. Ahora nos cabe preguntarnos, ¿Cuáles son los elementos comunicativos que podemos identificar y cuáles son sus posibles referencias intertextuales dentro de la cultura?

### Espacio comercial como tejido intertextual

Roland Barthes establece que todo tipo de texto “*es un espacio multidimensional en el cual se mezclan y chocan una gran variedad de escritos, ninguno original. Es un tejido de citas*” (Barthes, 1977, p. 146). Este tejido de citas tiene la capacidad de comunicar efectivamente a medida que el consumidor de información se siente interpelado por las mismas. En esta sección identificaré una serie de elementos que componen el capital cultural de Mona Lisa: pizza, arte y cerveza. A medida que el establecimiento es de carácter comercial, se busca lograr la generación de plusvalía de capital económico. Por tal razón, cada una de los elementos que componen el paisaje lingüístico del espacio serán presentados como parte de una serie de intentos por generar plusvalía. Mi argumento aquí es que los elementos que componen el capital cultural del establecimiento son citas intertextuales a aquellos fenómenos culturales que han probado ser efectivos en la generación de capital económico. El capital cultural que se ha identificado como parte del tejido de citas intertextuales se compone de: 1) arte muralista en el área urbana, 2) concepto y experiencia de la marca y 3) oferta gastronómica artesanal.

### Nuestro objeto de estudio

El restaurante Mona Lisa es un establecimiento fundado en el año 2014, el mismo está ubicado en una avenida comercial principal que conecta directamente a la original entrada principal de la Universidad de Puerto Rico Recinto de Río Piedras.(Véase figura 1) Su ubicación marca el primer establecimiento comercial de producción culinaria cuando se transita la avenida desde la universidad. El espacio de Mona Lisa se puede identificar desde lo lejos por el gran mural pastiche de la Mona Lisa disfrutándose su pedazo de pizza artesanal (Véase figura 2) La localización del establecimiento supone que generalmente el restaurante se dirige principalmente al público de los estudiantes de la universidad vecina.



Figura 1: Fachada exterior del restaurante Mona Lisa



Figura 2: Arte muralista pastiche de la Mona Lisa

Los límites del establecimiento están pautados por una elevación del nivel, acompañado por una barrera de madera que sirve para delimitar el contorno y recostar el cuerpo si el individuo se encuentra adentro. Debido a la elevación del plantel comercial, la entrada está compuesta por escalones que dan acceso al primero de los dos niveles que componen el espacio comercial. Una paleta de colores fríos y la rusticidad de la madera predomina como parte de la atmósfera externa. No se hace esperar el conjunto de columnas de orden jónico, cuyos fustes están pintados a modo lienzo, representando distintas obras de forma individual (véase figura 3). Cinco de ellas que se alinean de forma horizontal e intersectan con otras dos de forma vertical, creando un contorno rectangular alrededor del espacio interior del

establecimiento, trazado en el techo por el arquitrabe. El interior del lugar puede ser accedido por la entrada principal o la entrada lateral derecha. En el interior predomina la paleta de colores vibrantes y paredes llenas de imágenes de periódicos que remiten a noticias que hablan sobre el robo del famoso cuadro de la Mona Lisa (Véase figuras 4, 5 y 6). Al salir por la parte lateral derecha, nos encontramos con un área al aire libre lleno de mesas que se encuentran frente al gran mural pastiche de la Mona Lisa. Justo afrente también se encuentran las escaleras que proveen acceso al segundo nivel, el cual ha sido convertido en un nuevo proyecto de emprendimiento que para efectos de este artículo no será considerado en el análisis.



Figura 3: Cinco columnas pintadas de diversos estilos.



Figura 4: Interior del restaurante Mona Lisa



Figura 5: Interior del restaurante Mona Lisa



Figura 6: Collage de imágenes de periódico de la Mona Lis

## Arte muralista en el área urbana

A medida que estamos trabajando con un espacio dentro del paisaje urbano, me parece meritorio identificar aquello que hace a nuestro objeto de estudio distintivo del resto del espacio urbano. El Restaurante Mona Lisa se distingue del paisaje urbano principalmente por el uso de colores brillantes y el arte muralista de la Mona Lisa. El arte muralista del restaurante hace referencias a eventos culturales recientes que se han dedicado a la producción y exhibición artística en espacios exteriores de los que componen la ciudad. El uso de la exposición de murales como signo de identificación de un espacio urbano es una práctica que podemos observar en un conocido evento cultural de Puerto Rico, *Santurce es Ley*.

El proyecto de Santurce es Ley es el intento de “*rehabilitar la comunidad de Santurce mediante el arte, convirtiendo este sector en una meca del arte*” (Ortiz, 2016). Este intento de rehabilitar el área urbana mediante la integración de las artes al espacio urbano es un proyecto que se ha ido desarrollando desde el año 2010 y que desde entonces ha crecido su acogida, ha configurado la vida comercial de la zona creando celebraciones del evento, el cual se ha convertido en un evento cultural rentable para pequeños y grandes empresarios. Este evento cultural invita a públicos juveniles a participar de actividades urbanas que se desarrollan desde la tarde hasta la noche, e incluyen la observación de la creación de los murales, presentaciones musicales y performances. En el caso de Santurce es Ley, el arte se ha convertido en aquella forma de rehabilitar el espacio; de esta forma, se propone que el espacio urbano de Santurce necesita de rehabilitación por su estado en deterioro.

Como ya hemos establecido, el capital cultural jerarquiza los saberes, la cultura y los objetos en función de percepciones culturales particulares. El arte muralista que se presenta en Mona Lisa, hace referencia al distrito de arte que se ha generado a partir de Santurce es Ley y por tanto a estéticas culturales que apelan a grupos juveniles. Por otro lado, no debemos pasar por alto el hecho de que el proyecto de Santurce es Ley propone una jerarquización de saberes estéticos del arte muralista ante el deterioro de la ciudad. Al igual que Santurce, el espacio de Río Piedras es un espacio urbano en procesos de deterioro, en el cual Mona Lisa se convierte en un hito de los saberes estéticos y culturales hegemónicos utilizados para rehabilitar el espacio urbano.

## Concepto y experiencia de la marca: Arte italiano renacentista

Naomi Klein explora el tema de las marcas y la importancia de su construcción como signos que comunican valores, prácticas y estilos de vida, una práctica cultural que se desarrolló principalmente a partir de los años 1980's. Tal como los signos lingüísticos, los logos de las marcas producen sentido, comunican significados que están asociados a un sistema limitado de ideas; de tal modo, hemos aprendido culturalmente que Nike está asociado al deporte, mientras que Vans está asociado a la vida urbana y el “skateboarding”. Más allá de la marca como un signo reconocible, Klein nos brinda un vistazo de la marca como experiencia espacial, tal es el caso de Starbucks. Klein cita a altos ejecutivos de la compañía estableciendo que:

*“La marca debe establecer lazos emocionales con el cliente a través de la ‘Experiencia Starbucks. La gente que espera en fila para su café no está ahí solo por su café. Es el romance de la experiencia del café, el sentimiento cálido y comunitario que reciben en la tienda”* (Klein, 2001, p. 20).

*Esta estrategia también ha sido parte de las tendencias del ambiente culinario en años recientes en Puerto Rico.* (Amadeo, 2016)

Desde la percepción del nombre: “Mona Lisa: pizza, arte y cerveza”, nos percatamos de la obvia alusión al mundo del arte, sin embargo, el nombre no se refiere al arte en general, sino que delicadamente ancla el mundo artístico y la producción culinaria italiana a través de la invocación de la pintura creada por el italiano, Leonardo Da Vinci, durante el periodo del Renacimiento Italiano. Las referencias y la exhibición al mundo del arte no permiten el descanso del ojo del consumidor; desde columnas de orden jónico, representaciones artísticas en las paredes, hasta los nombres de los productos culinarios que ofrecen al público. Como parte de la experiencia de la marca, los nombres de los alimentos allí confeccionados llevan nombres de artistas, de obras artísticas y literarias del renacimiento italiano y de regiones italianas, por ejemplo: La Primavera de Botticelli, Durero, La Última Cena, Vesubio, entre otros. Este conjunto de citas al arte del Renacimiento Italiano muestra un dominio del conocimiento de la historia del arte, conocimiento que proviene de los estudios formales de la emprendedora y fundadora del restaurante, Lisa Blanco (sin autor, 2014).

Como ya hemos establecido, el arte dentro del espacio urbano ha servido como una forma de diferenciación entre la ciudad que carece de valor simbólico y los espacios artísticos que rehabilitan a la ciudad. Los espacios rehabilitados

tienen más valor simbólico que la ciudad en su estado anterior, por tanto, son espacios privilegiados en términos de capital cultural. A medida que la experiencia de la marca gira en torno a las referencias al arte dentro del paisaje urbano, podríamos argumentar que la experiencia de marca que promueve el espacio, es percibida de forma distintiva y privilegiada en comparación a la experiencia que provee el resto del paisaje urbano. Por otro lado, el uso de nombres que remiten al mundo del arte para nombrar los alimentos confeccionados en el establecimiento hace una referencia a la noción de lo artístico y lo artesanal, en otras palabras, hace referencia al dominio de la *techné* al confeccionar los alimentos. Esto nos lleva a nuestra tercera cita intertextual, la oferta gastronómica artesanal.

### **Oferta gastronómica artesanal**

En los pasados años, en Puerto Rico ha habido un crecimiento de interés por la manufactura y la confección culinaria artesanal. Nuestro caso abarcará los productos culinarios que forman parte de la especialidad de la casa: pizza y cerveza. El mercado de las cervezas artesanales se había probado como una tendencia rentable hacia el año 2013, un año anterior a la creación de nuestro objeto de estudio. En uno de los periódicos principales del país, circula una noticia que se titula: Sube como espuma el gusto por la cerveza artesanal (sin autor, 2013) Durante el año 2012 el mercado de las cervezas artesanales aumentó en un 33% comparado al año previo. El consumo de cervezas artesanales abrió paso a la distribución del producto, como la creación de espacios especializados donde se ofrecen una amplia variedad de cervezas artesanales como parte de un atractivo principal.

En el mismo medio de comunicación podemos encontrar una variedad de noticias sobre negocios emprendedores que manufacturan productos culinarios artesanales. La creatividad y el conocimiento en la producción culinaria artesanal ha llevado a la producción de pizzas, empanadillas, piques, longanizas, rones, mantecados, paletas de helados y muchos otros. El mercado artesanal se ha convertido en una categoría que ha resultado rentable para muchos, en el caso de Señor Paleta, productores de paletas de helado han logrado abrir tres tiendas en tres años en un periodo de tres años que comenzó en el año 2013. Un año más tarde, abre el establecimiento de Mona Lisa ofreciendo al público riopedrense una producción artesanal de pizzas, un mercado que había ido subiendo como la espuma en el área metropolitana durante los años pasados.

Es interesante la forma en la que se ha ido trabajando el concepto de los productos artesanales en Puerto Rico, ya que trabaja en tres dimensiones principales. En primer lugar, el producto artesanal se percibe como una antítesis de las producciones en masa. De esta manera, el producto artesanal adquiere una cualidad de exclusividad que está íntimamente atada a la maestría de la técnica, el saber hacer del artesano. El producto artesanal se percibe entonces como un producto único que solo puede ser conseguido en un lugar particular. El producto artesanal adquiere un significado de distinción de los otros productos y, por tanto, adquiere un sentido de autenticidad. Este tipo de dinámica que surge a raíz de lo artesanal, le provee al establecimiento una forma de distinción en términos de una oferta culinaria exclusiva y auténtica de la experiencia gastronómica.

### **Conclusión**

En este trabajo se elaboró un análisis intertextual de las formas de uso de capital cultural en los espacios urbanos de Puerto Rico. En el caso del restaurante Mona Lisa, examinamos las formas en las que se hace referencia a proyectos culturales cuyo fin es la rehabilitación de los espacios de la ciudad, el uso de las referencias al arte renacentista para la creación de la experiencia de marca y la oferta gastronómica de productos artesanales. Mediante estos tres elementos, el restaurante Mona Lisa, ha utilizado el capital cultural con el fin de ejercer poder simbólico ante las experiencias gastronómicas de sus competidores comerciales. De esta forma, Mona Lisa se ha convertido en parte de nuevas experiencias espaciales y gastronómicas de el área metropolitana de puerto rico.

## Referencias

- Barthes, R. (1977) Image-Music-Text. London: Fontana.
- Bourdieu, P. (1986) The forms of Capital. En Richardson, J. (Ed), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. (Pp. 241-258) Nueva York: Greenwood Press
- Klein, N. (2001) No Logo. Toronto: Random House of Canada Limited
- Lefebvre, H. (1991) The production of space. Cambridge: Basil Blackwell, Ink
- Matheson, D. (2005) Media Discourses: Analysing Media Texts. Berkshire: Open University Press
- Santasombat, Y. (2004) Karen Cultural Capital and the Political Economy of Symbolic Power. Asian Ethnicity, Volume 5, (No. 1), pp. 105-120

## Recursos electrónicos

- Amadeo, D. (2016) 8 tendencias del ambiente culinario local 2016. <https://www.metro.pr/pr/blogs/2016/01/13/8-tendencias-ambiente-culinario-local-2016.html>
- Ortiz, S. (2016) Santurce es ley and Mural Arts: When art is used to transform urban spaces. Recuperado de <http://www.34st.com/article/2016/03/santurce-es-ley>
- Sin autor. (2014) Déjate seducir por Mona Lisa en Río Piedras. Recuperado de <http://elvocero.com/monalisa/>
- Sin Autor, (2013) Sube como espuma el gusto por la cerveza artesanal . Recuperado de: <http://www.elnuevodia.com/negocios/consumo/nota/subecomoespumaelgustoporlacervezaartesanal-1606381/>

Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

---

## Desplazamientos geográficos y culturales de pueblos indígenas en Colombia. Alternativas desde el reconocimiento, la comunicación y la educación<sup>113</sup>

### Geographic and cultural displacement of indigenous peoples in Colombia. Alternatives from the recognition, communication and education

María Victoria Rugeles Gélvez<sup>114</sup>

**Resumen:** La memoria, permite a los pueblos ancestrales mantener intacta su identidad, tejida con los hilos de su cosmovisión y allí, con diferentes colores y texturas, se insertan seres terrenales, seres espirituales y del llamado submundo. Este tema de la construcción y la reconstrucción de la memoria ocupa las reflexiones aquí planteadas a partir de un ejercicio de diálogo constante con un pueblo indígena colombiano que, ahora radicado en Bogotá, lucha por conservar su esencia.

¿Cómo avanzar en el tiempo si no es el pasado el que nos guía? Es la reflexión que formula el pueblo Misak resaltando la importancia del camino recorrido por sus ancestros. El peligro de dejar en el olvido tradiciones y costumbres llenas de sentido frente a la modernidad citadina pone en riesgo su identidad que ha logrado la pervivencia de éste y los otros pueblos ancestrales en armonía con sus territorios.

**Palabras Clave:** Pueblos indígenas, desplazamiento, reconocimiento

**Abstract:** Memory allows ancestral indigenous peoples to keep their identity intact, woven with the threads of their worldview and there, with different colors and textures, earthly beings, spiritual beings and the ones from the so-called underworld, are inserted. This subject of construction and reconstruction of memory take the reflections here proposed from an exercise of constant dialogue with a Colombian indigenous peoples that, now established in Bogotá, struggle to preserve their essence.

How to advance in time if it is not the past the one guiding us? This is the reflection formulated by the Misak community highlighting the importance of the path traveled by their ancestors. The danger of falling into oblivion of traditions and customs full of meaning in the face of city modernity puts at risk their identity that has achieved the survival of this and the other ancestral communities in harmony with their territories.

**Key words:** Indigenous peoples, displacement, recognition.

---

*"Los pueblos no marchan solos, otras fuerzas también influyen para que los contextos de la historia se acomoden a sus intereses. Y entonces los pueblos resisten. Afinan sus propuestas. Luego emergen y se proyectan en la vida con sus cosmovisiones, con sus culturas, con su ciencia y tecnologías, con sus formas organizativas, con sus formas de relacionarse y comunicarse, con sus esperanzas para ellos, para la Madre Tierra, para el mundo"*  
Adalid Contreras Baspineiro

---

<sup>113</sup> El presente trabajo recoge algunos planteamientos de mi proyecto y avances de tesis doctoral en la Universidad Nacional de la Plata.

<sup>114</sup> Corporación Universitaria Minuto de Dios – Uniminuto; Magíster en Comunicación, Bogotá, [maria.rugeles@uniminuto.edu](mailto:maria.rugeles@uniminuto.edu)

## Tema central y objetivos

Bogotá es, quizá más que ninguna otra ciudad colombiana, de carácter multicultural por excelencia. Constantemente llegan personas, familias y grupos sociales que, por motivos diversos, abandonan sus lugares de origen en busca de una vida mejor. En el caso del pueblo Misak, un aspecto determinante para salir en busca de otros sitios para vivir, fue el despojo de la tierra que ancestralmente habitó.

La falta de oportunidades laborales y en educación, la pobreza, la exploración y explotación minera, el conflicto armado y las propias transformaciones derivadas del mercado y acuerdos neoliberales, son circunstancias que llevan a pobladores, especialmente rurales, a buscar los centros urbanos para radicarse.

La capital del país fue de los primeros destinos escogidos para radicarse. Así lo narran algunos Misak y personas cercanas al pueblo indígena, ubicándose hacia mediados del siglo pasado los primeros movimientos de desplazamiento. ¿Cuáles son las implicaciones de esta movilización en términos del ejercicio y permanencia de su cosmovisión en el contexto capitalino? Es una de las preocupaciones del Cabildo Misak Bogotá, por cuanto la vida en la capital hace que se vayan dejando de lado tradiciones y costumbres propias.

La administración distrital y diversas organizaciones atienden algunas de las necesidades básicas de la población desplazada y aspectos como los mencionados, apenas llaman la atención esporádicamente.

La población estimada son 216 familia ubicadas especialmente en los barrios Casandra y HB de la localidad de Fontibón, en Bogotá, el cabildo Misak cuenta con un centro de pensamiento donde se reúne periódicamente para numerosas actividades, que se desarrollan también en otros escenarios públicos.

Estas líneas de acción se comprenden mejor, en el marco del contexto socio cultural del pueblo indígena residente en Bogotá, entendiendo los motivos que los conduce a movilizarse y plantear actividades enfocadas en la recuperación de la memoria, desde estrategias individuales y colectivas. Líderes del cabildo en Bogotá, realizaron en 2016, encuentros con invitados cercanos a su historia y cosmovisión generando diálogos que yo he denominado de conocimiento y reconocimiento.

La realización de estos encuentros, aportan material significativo, pero además la indagación de corte cualitativo atraviesa diferentes momentos y actividades cotidianas y familiares en las cuales se encuentra la huella de esa memoria que buscan reconstruir.

El trabajo aquí esbozado busca en términos generales identificar y analizar los procesos de construcción y reconstrucción de memoria en el pueblo indígena Misak, cabildo Bogotá, articulando los sentidos y saberes enmarcados en su cosmovisión, que se fundamenta en el equilibrio y armonía en la Naturaleza, permitiendo, a su vez, replantear en otros sectores de la sociedad la posibilidad del rescate de valores y la construcción de otro mundo “antes de que sea tarde”.

Este objetivo amplio requiere a su vez, identificar inicialmente esos procesos de construcción y reconstrucción de memoria que desarrolla el cabildo Bogotá, del pueblo Misak. Así mismo se relacionarán los sentidos y saberes que, para superar el olvido y trascender la historia, el pueblo Misak teje en espiral. Finalmente, habrá un espacio para analizar la construcción de sentido en torno a los relatos orales que son eje central de la identidad de este pueblo.

## Fundamentación teórica

### **Memoria.**

En la investigación en ciencias sociales un tema que en Colombia toma cada vez más fuerza es el de la memoria, especialmente vinculado a procesos de desplazamiento, conflicto armado, víctimas y restitución de tierras. De hecho, la construcción del Centro Nacional de Memoria Histórica en la primera década del presente siglo representa el interés y trabajo en esta línea de investigación.

El tema se ancla también especialmente con el de historia pues, como lo afirma Elizabeth Jelin, se presenta cierta confrontación y visión antagónica, en tanto a la memoria se le confiere un carácter subjetivo, mientras que a la historia se le concede el lugar del rigor positivista.

El paralelo entre la una y la otra, inicia por hablar en plural de la memoria, mientras que la historia se menciona en singular y mientras que a ésta se le confiere un campo disciplinar, la otra tiene que someterse a las “correcciones” de la primera; de allí surge la corriente de estudios sobre historizar la memoria, esto es, cuando la historia toma como objeto de estudio la construcción de las memorias. (Jelin)

Cuando los líderes del pueblo Misak hablan de memoria, se refieren a la construcción y reconstrucción de su pasado a partir del recuerdo individual pero también de esa construcción colectiva de episodios vividos en comunidad, que como tal, deja de ser fragmentada y se cohesiona con la fuerza de los recuerdos de unos y otros que dan contundencia al relato.

Con ese propósito, es que el Cabildo Bogotá empezó al comienzo del año 2016 el proceso de reconstrucción de la memoria que se enriquece con la mirada de esos otros solidarios y amigos que aportan desde su mirada, saber y experiencia externa a esa reconstrucción intercultural.

El vicegobernador del Cabildo Misak Bogotá para el periodo del año 2016, Didier Chirimuscay define el proceso que quieren desarrollar como el *trascender la memoria*, recuperarla y transmitirla a las nuevas generaciones, pues tienen claro que aquí la problemática no tiene que ver con la defensa del territorio como en el resguardo indígena de Guambía, en Silvia Cauca, de donde son originarios, sino en lograr mantener las tradiciones, sentires y saberes milenarios.

### **Globalización.**

Cuando se estudia la situación de desplazamiento en países como Colombia, donde en las últimas décadas más de seis millones de habitantes han abandonado su lugar de origen huyendo, por lo general, del conflicto armado como enemigo común, las problemáticas a las que se enfrentan son de diversa índole, siendo las más apremiantes la satisfacción de las necesidades básicas.

Más allá de éstas y desde el campo de estudio de la comunicación, surgen interrogantes que obligan a mirar aspectos desatendidos y al mismo tiempo vitales para las comunidades: ¿Qué sucede con ese entramado de costumbres, tradiciones, sentidos, que llamamos cultura, en un mundo globalizado? ¿Qué sucede cuando los contextos habituales, ancestrales dejan de ser los que eran y se transforman radicalmente al punto de que el ámbito rural pasa a ser no solo urbano sino de metrópoli, estilo Bogotá? ¿Cuáles son las consecuencias para esa urdimbre de significaciones que el mismo hombre teje, como definió la cultura el antropólogo norteamericano Clifford Geertz, cuando un grupo social permanece entre iguales y luego se traslada a ámbitos donde encuentra una población diversa, multicultural?

Cuestionamientos que surgen al conocer la situación de grupos étnicos desplazados, donde el tema de la globalización no era pertinente pues seguían siendo comunidades tradicionales donde prevalecía el espíritu de la comunitariedad y la solidaridad.

John Tomlinson profundiza la relación globalización y cultura a partir de un concepto básico de la primera, como conectividad compleja que “unen nuestras costumbres, nuestras experiencias, nuestros destinos políticos, económicos y ambientales en el mundo moderno” (Tomlinson, 1999, p. 2), reconociendo que este fenómeno multidimensional no afecta por igual a todas las personas del planeta, generando transformaciones que varían por diferentes circunstancias.

La cultura es una dimensión central de la globalización en tanto que es intrínseca en el proceso histórico de la conectividad compleja. Más allá de referir la integración estrecha de las instituciones sociales, se trata de la integración del individuo y los actos colectivos en la forma de operar de las instituciones, razón por la cual la interconexión cultural encamina el análisis hacia la idea de la reflexividad de la vida global moderna. Siguiendo a Giddens (1990) sostiene que todos tenemos la capacidad de ser conscientes de nuestras acciones en el momento en que se realizan.

Así, la dimensión de la cultura ubica la discusión en el hecho de que las tradiciones y costumbres ya no mantienen esa relación natural con los espacios físicos ni con quienes los habitan. En términos de García Canclini, es concretamente lo que llamamos desterritorialización, o para otros autores como Giddens, deslugarización.

### **Interculturalidad.**

La interconexión, se dijo anteriormente, conlleva al encuentro con otros mundos, otras percepciones, otras culturas dando lugar al proceso de negociación, intercambio, resistencia y diálogo que conocemos como interculturalidad.

La cuestión, para iniciar la reflexión al respecto, proviene de cifras concretas sobre la desigualdad social en Colombia, donde “el 86,4% de la población naufraga en todas las estaciones del hambre”. El doctor en historia Hermes Tovar sostiene que “es casi una obligación pedagógica saber que estamos rodeados de 28 millones de hambrientos y que de los 16 millones que quedamos, 10 millones más viven con 13,23 dólares al día agarrados a su propia sombra para no hundirse en la melancolía de sus frustraciones, mientras que apenas 6 millones disfrutan de los mercados y las ofertas de la lujuria y exuberancia del capital” (Tovar, 2011, p.7).

Surge de inmediato la pregunta de ¿cómo hablar de interculturalidad en las condiciones arriba mencionadas, si precisamente la apuesta es por un diálogo, negociación e intercambio en condiciones de igualdad, respeto y reconocimiento?

Néstor García Canclini sostiene que no se trata solo de reconocer las diferencias, sino, especialmente, cómo corregir las desigualdades; teniendo en cuenta que el análisis sobre la interculturalidad se teje con los hilos de las diferencias, las desigualdades y la desconexión en tanto que en un mundo globalizado estas tres formas de existencia se complementan. “Los indígenas no son diferentes sólo por su condición étnica, sino también porque la reestructuración neoliberal de los mercados agrava su desigualdad y exclusión”. (García Canclini, 2004, p. 53). Gracias a la economía solidaria donde prevalece el trueque, las comunidades campesinas, afro e indígenas, no precisan poseer grandes sumas de dinero para sobrevivir en sus veredas y resguardos, situación que cambia al llegar a las ciudades pues los lanza inmediatamente a afrontar pobreza extrema, agudizando las condiciones de segregación.

Falta mucho para reconocernos como nación pluriétnica y multicultural de la que habla la nueva Constitución. Como lo sostiene García Canclini, se hace énfasis en el interés de borrar la diferencia, como si de esta manera se superara la inclemente desigualdad capitalina. En este marco, cabe la reflexión que hace Marta Rizo, cuando afirma que hablar de interculturalidad es definitivamente un reto que implica la ruptura del mito de la identidad esencialista y supone una disponibilidad para aprender y desaprender, para comprender y negociar las inequidades y las asimetrías mediante procesos de confianza que permitan aprendizajes mutuos .(Rizo, 2013)

## Estrategia metodológica

Se parte de una combinación de metodología cuantitativa y cualitativa, que se mantendrá a lo largo de la investigación, predominando, claro está, la metodología cualitativa.

La construcción teórica y el trabajo de campo son fases paralelas. Ruth Sautu recalca que teoría y datos se construyen interactivamente y es imposible separar estas fases de la investigación cualitativa, en tanto que sus datos “tienen la forma verbalizada descriptiva de ocurrencias o experiencias, relatos de sucesos del pasado, textos y narrativas, registro verbal de interacciones, filmes o videos; y datos similares. Por su naturaleza ellos se van construyendo juntamente con la especificación de los significados y selección de los conceptos básicos iniciales”. (Sautu, 2005)

La propuesta se construye y se desarrolla de la mano de las dinámicas con el cabildo Misak de Bogotá, es decir, se nutren mutuamente el saber ancestral y el saber científico en un constante diálogo que va descubriendo rutas, estrechos y atajos.

### **1. Estudio macro social:**

El primer momento de la investigación corresponde a un estudio macro social, para la recolección de información general sobre el pueblo Misak a partir de la revisión documental amplia y variada, consulta bibliográfica, etnografía y diálogos de conocimiento y reconocimiento. En consecuencia, las técnicas de investigación son la consulta documental, consulta bibliográfica y por supuesto, diálogos que he denominado de conocimiento y reconocimiento.

### **2. Estudio micro social:**

De la misma manera que no se separa el trabajo teórico del empírico, tampoco se puede decir que el estudio micro social sea una etapa posterior a la mencionada arriba, pues la idea es que se va tejiendo en una temporalidad paulatina que avanza a un ritmo no lineal, pues como todo tejido tiene sus cruces, vueltas y circularidades, entre otros. Rosana Guber se refiere al trabajo de campo como instancia reflexiva, que en primera instancia adopta la forma de perplejidad y posteriormente es el intercambio y negociación entre investigador e “informantes”. Esa interacción, diferenciación y reciprocidad determinan la acción (Guber, 2008) y por lo tanto, no puede hablarse de estas etapas de la investigación como un guión pre establecido, sino más bien, en permanente reflexión, construcción y reconstrucción.

El trabajo se ancla a las actividades desarrolladas por el pueblo originario, y a sus ritmos, como también a las rutas que se definan y redefinan a partir de los hallazgos mismos.

Esta fase se caracterizará por el trabajo etnográfico, observación participantes y entrevistas a profundidad, que tendrán sus correspondientes registros, en diarios de campo los primeros, acompañados de material fotográfico y sonoro, las segundas. Si se ve pertinente y necesario se contempla la realización de dos talleres complementarios.

## Avances y reflexiones

Frente a la crisis generalizada y a nivel global que afronta la humanidad parece necesario buscar otras alternativas, otros saberes, otras formas de vivir y de relacionarnos con nosotros mismos, con los otros, con el entorno y con el cosmos.

Tras más de medio siglo de debatir y apostar a un modelo único de desarrollo en línea del progreso, parecen agotarse los argumentos para que los diferentes países se empeñen uniformemente y a toda costa en alcanzar "altos niveles de industrialización y urbanización, tecnificación de la agricultura, rápido crecimiento de la producción material y los niveles de vida y adopción generalizada de la educación y los valores culturales modernos" (Escobar, 2004, p. 20), que han sido indicadores para señalar niveles de desarrollo y/o subdesarrollo.

Se agotan precisamente ante las consecuencias de ese "mal desarrollo" que acaba con millones de hectáreas de bosque, destinadas al monocultivo, a la ganadería; la contaminación de fuentes hídricas y del ambiente en general por residuos químicos e industriales, son la causa de diversas enfermedades; la minería en todas sus formas es otro de los factores de contaminación, despojo de tierras y desplazamientos humanos que llegan a engrosar los cordones de pobreza y miseria en las diferentes ciudades.

Al caducar esos argumentos la opción es "deshacer y desaprender el desarrollo" y pensar estratégicamente desde la acción colectiva para gestionar procesos de transformación a partir del cuestionamiento crítico sobre el concepto de desarrollo, para pensar la propuesta teórica, que recoge sentires, prácticas y cosmovisiones, que es la del Buen Vivir.

Autores como Silvia Rivera Cusicanqui, discuten el concepto del Buen Vivir que, desde su perspectiva se queda en letra muerta en las nuevas constituciones (Bolivia y Ecuador) pues no se hace efectivo cumplimiento, por ejemplo del carácter plurinacional en Bolivia, donde se reconoce la autonomía de los pueblos. Asimismo subraya el desconocimiento de condiciones locales para la toma de decisiones y de identificaciones de comunidades marginadas con espacios específicos que no guardan relación alguna con las fronteras oficiales. (Carvajal, 2015)

En esta perspectiva, el proceso de transformación mencionado arriba, luego de desaprender el desarrollo, puede concretarse, desde una perspectiva que resulta de camino recorrido en la investigación a la luz de reflexiones propias, en tres rutas: Reconocimiento, diálogo y/o comunicación y educación.

**Reconocimiento** de quienes han sido invisibilizados y estigmatizados física, presupuestal y culturalmente. En Colombia son los pueblos indígenas, los campesinos y los afrodescendientes quienes, paradójicamente, mejor se relacionan con la naturaleza, cuidándola y defendiéndola de la dominación y explotación moderno occidental.

La Constitución Política de 1991 sentó las bases para ese reconocimiento que necesita trascender a políticas públicas y nuevos modos de ser y relacionarnos, aprendiendo precisamente de estas comunidades, que como se describió al inicio, mantienen relaciones armónicas no solo entre ellos sino también con el entorno.

Martín Barbero afirma que el centralismo, contra el que se erigió la nueva Constitución, empieza a corregirse pero aún sobrevive "precisamente en los ámbitos de la educación, la cultura y las comunicaciones, como lo atestiguan fehacientemente la estandarización de saberes –con la consiguiente destrucción de saberes locales- que imponen los ECAES"<sup>115</sup> (2009, p. 27)

La crisis, desde esta perspectiva, ofrece una oportunidad para el reconocimiento y la integración que tiene que pasar por la superación de las diferencias como lo afirma García Canclini (2004), para "la gestión de la diversidad", al rescate de cosmovisiones sostenibles, tejer comunidad en medio de un mundo cada vez más individualizado y, finalmente, de poner más sentimiento donde sólo prima el pensamiento.

<sup>115</sup> Acrónimo de Exámenes de Calidad de Educación Superior que se aplica en Colombia a estudiantes de últimos semestres de programas de pregrado, como requisito indispensable para optar por el título profesional

## Diálogo y/o comunicación.

Proceso de transformación donde la comunicación tiene un papel trascendental para generar espacios de diálogos horizontales caracterizados por la participación amplia, abierta y la reflexividad crítica. Donde se escuche realmente el sentir y la voz de la cultura popular, indígena, campesina y afro, se compartan y enseñen las prácticas cotidianas contenidas en las cosmovisiones, si no todas sí, respuestas importantes a las crisis y las acciones y políticas que se requieren.

Las crisis “es un momento coyuntural en la reconstrucción del nexo entre verdad y realidad, entre palabras y cosas, que demanda nuevas prácticas del ver, el saber y el ser” (Escobar, 2004, p. 418). Se reitera entonces, la importancia de nociones como participación, diálogo de saberes más locales entre sujetos con capacidad de planear un desarrollo propio.

Se ancla este punto de diálogo, con el anterior para remitirnos al reconocimiento de saberes y reconocimiento de prácticas con miras a generar el cambio (sin encasillar en la noción comodín de cambio social) que atraviesa por lo cultural. Un dialogo incluyente, entonces, de saberes excluidos por los medios masivos de comunicación, de la historia oficial que se enseña en las instituciones educativas, de las discusiones y decisiones gubernamentales y, en fin, de la memoria colectiva de la población mestizo-moderna en general.

Comunicación con “sabor a tierra y no a cemento” como la invitación que hizo la líder indígena boliviana Susana Pacara en el Foro Internacional sobre Medios Indígenas y comunitarios en Oaxaca, México a comienzos de agosto del presente año (2017), es decir, en conexión con la Naturaleza, en un marco de “ética biocéntrica”. Una comunicación que “no pretende que las plantas o los animales hablen, se presenten en juzgados o formen partidos políticos; reclama, en cambio, que seamos nosotros, los humanos, quienes comencemos a escuchar, a entender y a aprender de los seres vivos y sus ambientes” recalca Gudynas (2014, p. 267)

## Educación

En línea con los dos anteriores, parte de la crisis en el sistema educativo tradicional, metodológica y teóricamente estancado en la historia. Desde hace algunas décadas, cuando se eliminó la asignatura de historia, los graduados de secundaria en nuestro país no dan razón de los pueblos indígenas existentes y a esto se suma que los grandes medios de comunicación al servicio de la clase dominante política y económica, paradójicamente, se encargan de desinformar y velar por sus propios intereses, fabricando una realidad en la cual los grupos sociales tratados aquí son invisibilizados o “folclorizados”.<sup>116</sup>

Fals Borda y Mora-Osejo lo sintetizaban de la siguiente forma: “La ignorancia sobre nosotros mismos, sobre nuestro origen, nuestro devenir histórico, nuestra geografía, nuestros recursos naturales, entre otros, más pronto que tarde nos llevará a convertirnos en el gran mercado de productos y tecnologías de los países poderosos y, sin que nos lo propongamos, en promotores de la economía de consumo. La misma que nos conducirá hacia el endeudamiento cada vez mayor y la sobreexplotación de nuestros recursos” (Fals Borda & Mora-Osejo, 2007, pp. 65-66)

La etnoeducación es un instrumento clave para el rescate de saberes populares y ancestrales rompiendo esquemas coloniales que debe tomar distancia del sistema tradicional y sus anteojeras que reducen la visión y conocimiento de la realidad, las capacidades creativas, la imaginación, la refutación, la confrontación, la complementariedad.

De acuerdo con la ecología de los saberes de Sousa Santos, no se desconoce la importancia del saber científico y no se pretende prescindir de éste, sino más bien su utilización contrahegemónica (2009, p. 115).

El interés por el Buen Vivir se plantea aquí como una alternativa, ante las circunstancias que caracterizan nuestra vida “civilizada” y las consecuencias nefastas de esta modernidad, o perversas como lo afirman y argumentan Giddens, Bauman, Beck y Luhmann (1996). Reemplazar el concepto desgastado de desarrollo y reflexionar conceptos como naturaleza reconociendo que lo que llamamos Naturaleza, también tiene derechos.<sup>117</sup> Sólo así se puede establecer una relación armónica entre éstos, para pensar la posibilidad de enmendar los daños causados al ambiente.

<sup>116</sup> Se da tratamiento desde lo folclórico

<sup>117</sup> La razón de la mayúscula tiene que ver con la consideración de ésta como sujeto con derechos y como interlocutor desde la filosofía indígena. Esto se ampliará y profundizará en otro documento.

La idea es encontrar modos alternativos, de ser y habitar el mundo, con un principio rector, que expone Antonio Elizalde, que funciona al mismo tiempo como límite ético: el más profundo respeto por la Naturaleza y las leyes que emanan de ella. "La sociedad humana es la que debe adecuar sus demandas a las disponibilidades de la naturaleza si es que quiere existir como parte de la unidad natural" y esto exige el respeto a toda forma de vida (2010, p. 264).

Se concluye así, la necesidad de pensar desde otras filosofías de vida, en contrapeso a la hegemonía, al consumismo, al individualismo, al desarrollismo y, como dice Arendt, a tantos otros *ismos* que alienan mentes y cuerpos, atados incapaces de actuar y reaccionar. Curiosamente también en este sentido, los pueblos indígenas son ejemplo para el país, con múltiples acciones como la Minga Indígena por la vida a finales del 2017.

## Bibliografía

- Arendt, H. (2006). Los orígenes del totalitarismo. Alianza Editorial
- Carvajal, R. (29 de Septiembre de 2015). Silvia Rivera: "Palabra hueca que no se cumple para nada". Obtenido de <http://erbol.com.co>
- Contreras Baspineiro, A. (2016). La palabra que camina. Comunicación popular para el Vivir Bien/Buen Vivir. Quito: Ciepal.
- Elizalde, A. (2010). Navegar en la incertidumbre. El desafío de seguir siendo humano en un mundo sin certezas. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios - Uniminuto.
- Escobar, A. (2004). La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma.
- Fals Borda, O., & Mora-Osejo, L. E. (2007). La superación del etnocentrismo. Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto. Polis. Revista Latinoamericana <https://polis.revues.org/6210>, 1-11. Obtenido de Polis. Revista latinoamericana: <https://polis.revues.org/6210>
- García Canclini, N. (2004). Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad. España: Gedisa.
- Geertz, C. (2003). La interpretación de las culturas. Barcelona: Gedisa.
- Guber, R. (2008). El salvaje metropolitano: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidos.
- Gudynas, E. (2014). Derechos de la Naturaleza y políticas ambientales. Bogotá: Jardín Botánico José Celestino Mutis .
- Gudynas, E., & Acosta, A. (2011). La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. Utopía y praxis Latinoamericana, 71-83.
- Jelín, E. (2001) Los trabajos de la memoria, Siglo Veintiuno editores, España.
- Martín Barbero J. (2009). Colombia: Una agenda de país en comunicación. En: Entre saberes desecharables y saberes indispensables. Martín Barbero J. (Coord.) Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina – FES.
- Pacara, Susana (2017). En: Foro Internacional sobre Medios Indígenas y comunitarios en Oaxaca, día 2. México. Obtenido de: <https://www.youtube.com/watch?v=GqqEx4fsDyw>
- Santos, Boaventura de Sousa (2009). Una epistemología del sur: La reinvención del Conocimiento y la Emancipación Social. México: Siglo XXI Editores, Clacso
- Tomlinson, J. (1999). Globalización y cultura. México: Oxford University Press.
- Tovar, H. (2011). La sal del desarrollo. Bogotá: Universidad de los Andes.

*Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad*

---

## **Organizaciones Sociales y Participación como Temáticas en los Estudios de Comunicación y Ciudad: una metodología para la construcción de un Estado del Arte**

### **Social Organizations and Participation as Topics in Communication and City Studies: a methodology for the construction of a State of the Art**

*Juan David Zapata-Agudelo<sup>118</sup>*

*Laura Gómez Ramírez<sup>119</sup>*

*Juan Pablo Pineda<sup>120</sup>*

*Simón Moreno Salinas<sup>121</sup>*

#### **Resumen:**

Esta ponencia expone los elementos metodológicos que se han definido para la investigación Organizaciones Sociales y Participación como Temáticas en los Estudios de Comunicación y Ciudad: Un Estado del Arte de la Investigación en Comunicación en Colombia entre los Años 2010 y 2015, que actualmente adelanta el Semillero de Investigación en Comunicación, Ciudadanía y Políticas (SCCP-UPB) de la Facultad de Comunicación Social – Periodismo de la Universidad Pontificia Bolivariana de Medellín, Colombia. El propósito es someter lo que se ha elaborado a la reflexión y el debate entre los investigadores expertos adscritos al GT15-Comunicación y Ciudad de la Asociación Latinoamericana de investigadores de la Comunicación – ALAIC, en camino de formular y consolidar una metodología para los estudios documentales conocidos como Estado del Arte.

This presentation exposes methodological elements that have been defined for the research Social Organizations and Participation as Topics in the Communication and City Studies: A State of the Art of Communication Research in Colombia between 2010 and 2015, which currently farther the Semillero de Investigación en Comunicación, Ciudadanía y Políticas (SCCP-UPB) adscribed to Facultad de Comunicación Social- Periodismo of Universidad Pontificia Bolivariana in Medellín, Colombia. The purpose is to submit what has been prepared to reflection and debate among the expert researchers assigned to ALAIC's GT15-Comunicación y Ciudad, in the process of formulating and consolidating a methodology for documentary studies known as State of the Art.

**Palabras Clave:** Estado del Arte, Organización social, Participación

---

<sup>118</sup>Juan David Zapata-Agudelo. Universidad Pontificia Bolivariana, Mg. Hábitat de la Universidad Nacional, Colombia, juand.zapata@upb.edu.co.

<sup>119</sup>Laura Gómez Ramírez. Universidad Pontificia Bolivariana, Comunicación Social – Periodismo en curso, Colombia, laura.gomezram@upb.edu.co.

<sup>120</sup>Juan Pablo Pineda Arteaga. Universidad Pontificia Bolivariana, Comunicación Social – Periodismo en curso, Colombia, juanp.pineda@upb.edu.co.

<sup>121</sup>Simón Moreno Salinas. Colombia, Universidad Pontificia Bolivariana, Comunicación Social – Periodismo en curso, Colombia, simon.moreno@upb.edu.co.

## 1. Introducción/objetivos

En la búsqueda por promover la comunicación del conocimiento en perspectiva de los estudios en comunicación y ciudad, el Semillero en Comunicación, Ciudadanía y Políticas de la Facultad de Comunicación Social – Periodismo de la UPB, se propuso construir un Estado del Arte sobre la investigación que en y desde Colombia se ha realizado sobre esta temática entre los años 2010 y 2015. Esta ponencia tiene como propósito exponer y disponer el diálogo entre los miembros del GT15 – Comunicación y Ciudad de ALAIC.

A partir de la idea de que el Semillero es un escenario de investigación formativa para los estudiantes del programa de grado en Comunicación Social – Periodismo, el investigador principal y los jóvenes investigadores en formación, tienen como propósito presentar su propuesta metodológica con el ánimo de obtener, a partir de la discusión, una retroalimentación de parte de los investigadores expertos de toda América Latina.

El proyecto que da origen a esta ponencia, tiene como objetivo general evidenciar el Estado del Arte de la investigación en Colombia sobre organizaciones sociales y participación en perspectiva de los estudios de comunicación y ciudad entre los años 2010 y 2015, sin embargo, como ya se ha dicho, la ponencia hace todo el énfasis en la dimensión metodológica del mismo con el propósito final que se ha mencionado anteriormente.

## 2. Tema central

En la investigación científica se suele tomar al Estado del Arte como un componente aproximativo al objeto de estudio, desarrollado en la etapa inicial del ejercicio y cuyo principal objetivo es examinar la evolución del conocimiento que se ha producido acerca de un tema. Sin embargo, tanto en la teoría como en la praxis poco se ha asumido al Estado del Arte como una modalidad propia de la investigación documental. Teniendo eso en cuenta, el semillero de Comunicación Ciudadanía y Políticas (adscrito al Grupo de Investigación en Comunicación Urbana de la Universidad Pontificia Bolivariana) está llevando a cabo un macroproyecto de Estado del Arte sobre Comunicación y Ciudad en Colombia que abarca múltiples asuntos relacionados con esa materia, uno de ellos -el que se aborda en este proyecto- es las Organizaciones sociales y la Participación.

Se parte de la idea de que las TIC han sido una herramienta para el procesamiento y publicación de información que, al mismo tiempo, ha supuesto una transformación y una dificultad en la forma en como se aborda un objeto de estudio (Gómez, 2014); además, también ha sido una restricción en la variedad de información que se halla sobre este campo del saber, por más que el acceso a esta se facilite el acceso a fuentes especializadas, libros y revistas electrónicas. En síntesis, hay un volumen del conocimiento producido que no se sistematiza, que no se revisa y que no se interpreta; permanece almacenado en los repositorios digitales, pero no circula y no alcanza el lugar de las discusiones académicas y así, termina por ser invisibilizado y no cumple su función real. Es en ese punto donde reside la justificación de este trabajo, que plantea, desde el ejercicio documental, la sistematización, organización, categorización y análisis del conocimiento acerca de las Organizaciones Sociales y la Participación en perspectiva de los estudios en comunicación y ciudad.

Asimismo, cabe resaltar el hecho de que en Colombia nunca se ha realizado un Estado del Arte sobre Comunicación y Ciudad y, por lo tanto, en las temáticas (como Organizaciones Sociales y Participación) que componen este macrotema, es razonable que no se han hecho esfuerzos suficientes por identificar los marcos conceptuales, las perspectivas teóricas y los enfoques metodológicos predominantes de modo que las bases para asumir objeto de estudio, sobre todo en los programas de pregrados en Comunicación, por lo general son limitadas.

En consecuencia, la pertinencia de este trabajo se fundamenta también en dos objetivos ulteriores: en primer lugar, y de acuerdo con la idea de lo doblemente comunicativo, dejar un acervo documental para los investigadores en comunicación en el que se puedan aproximar a un ejercicio de sistematización y análisis epistemológico que facilite la selección de su problema de estudio, sobre todo en los programas de pregrado; y, por otro lado, que a través de la exposición metodológica de este trabajo y de las experiencias significativas que hicieron parte de su ejecución, se empiece a tener en cuenta a los Estados del Arte como un ejercicio de investigación documental necesario para el fortalecimiento de los estudios en Comunicación en Colombia.

Por último, cabe anotar que el proyecto de Estado del Arte sobre Comunicación Ciudad nace de la revisión pormenorizada y categorizada de las ponencias presentadas en el GT 15: Comunicación y Ciudad, de los congresos ALAIC en Montevideo (2012) y Lima (2014), desde donde se empezó a pensar en la construcción de metodologías de Estado del Arte, de manera localizada, en América Latina con el fin de reflexionar de manera autónoma sobre el conocimiento que

se ha producido desde diferentes ópticas, con una multiplicidad de espectros teóricos y metodológicos y con el objetivo de trazar una hoja de ruta a partir de eso.

### 3. Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

Entender la Comunicación implica un análisis que supera ampliamente el básico examen de la transmisión de mensajes. En ese sentido, estudiar la comunicación conlleva en muchos casos tomarla, según dice Rossana Reguillo, más como "una dimensión co-constitutiva de lo social" (Reguillo, 2007) que como un mero instrumento. Partiendo de esto, es posible considerar la factibilidad de estudiarla más allá de los procesos interactivos que se ciñen a la transmisión y codificación de mensajes entre un remitente y un receptor.

Considerando lo anterior, se concibe a la comunicación, para efectos de este ejercicio académico, como un elemento fundamental para la ciudad, que a su vez es entendida más allá de los espacios físicos: la ciudad como un imaginario colectivo, como la construcción social de significados a través de las interacciones ciudadanas. Respecto a esto, Reguillo sostiene que se debe "mirar la ciudad a través del conjunto de normas, valores, representaciones y formas de acción que organizan lo propio y lo ajeno (...) Como elementos que conforman una estructura de significación socialmente establecida (Geertz, 1991: 26) y que adquieren una forma específica en la ciudad: la cultura urbana" (Reguillo, 1996, pág. 75).

Así, ante la pregunta por la relación entre comunicación y ciudad, manifiesta Reguillo que no es una duda reciente, y menos lo es el cuestionamiento que la comunicación hace por las formas de vida implicadas en el ambiente urbano. Sin embargo, también comenta que aún no se llegó a "problematizar el papel constitutivo de la ciudad en las formas de socialidad específica" (Reguillo, 2007, pág. 21). En ese sentido, la autora dice que la problematización que la comunicación le hace a la ciudad se da cuando aparece una preocupación por las condiciones de reconocimiento: cuando al actor de la comunicación se lo toma ya no como el circuito terminal del proceso comunicativo, sino como un sujeto construido, con la capacidad de intervenir su realidad, de participar.

Retomando las palabras de Marta Rizo, los estudios de ciudad desde la comunicación podrían encontrar muchas posibilidades, como también gran cantidad de temas o temáticas que orienten tales investigaciones (Rizo, 2005, pág. 198). Ante eso, esta investigación toma como ejes los temas de Organización Social y Participación, abordándolos como aspectos que están en íntima relación con la Comunicación y la Ciudad. No como dos asuntos que están subordinados a la comunicación como disciplina de las ciencias sociales (pues se pueden abordar desde otros saberes con igual propiedad) y tampoco como simples elementos anexos. Sino como temáticas con singular trascendencia en los estudios de Comunicación y Ciudad y como posibilidades de acercamiento a la comprensión de procesos en los que el cambio social, desde y por las organizaciones comunitarias, es posible.

Con respecto la Participación, Cimadevilla plantea que esta es una "Instancia social, evocada como necesaria, en las que los actores presentes accionan para construir su destino" (Cimadevilla, 2011). Este postulado ofrece una mirada al énfasis necesario en el grado de ejecución de la acción e intervención gestada en las comunidades, así como su desarrollo en un espacio determinado, sujetas a unas condiciones específicas, como una posibilidad histórica susceptible a cambios, fluctuaciones y complejidades.

Teniendo esa claridad conceptual, se comprende que para abordar a la Organización Social es necesario tener en cuenta la posibilidad histórica mencionada por Cimadevilla, así como la condición de "escenario" sobre la que los sujetos se reconocen a sí mismos y a sus semejantes, un carácter participante por el cual la acción-intervención de la realidad se hace posible. Sumado a eso, Prado-Lorenzo y García-Sánchez, toman al concepto como "el establecimiento y empleo de amplias redes de participación de los distintos sectores de la población, con intereses diversos, cuyo objetivo es desarrollar e implantar una visión colectiva de futuro (...) relacionada con los instrumentos de participación social y los planes de comunicación social" (Sánchez & Prado, 2008, pág. 198).

### 4. Enfoque y/o metodología de abordaje

Para resolver el objetivo general, este trabajo de investigación se plantea tres objetivos específicos, sobre los que recae la formulación de la metodología del ejercicio de investigación. Estos son:

- Referir las temáticas más abordadas en las investigaciones hechas en Colombia sobre Organización Social y Participación en relación con los estudios en comunicación y ciudad, en ciudades latinoamericanas, entre los años 2010 y 2015
- Reconocer los enfoques teóricos sobre los que sustentan las temáticas más estudiadas en la investigación en Colombia sobre la relación comunicación, organización social y participación en ciudades latinoamericanas entre los años 2010 y 2015. Y, finalmente,
- Identificar los temas o vertientes que no han sido explorados en las investigaciones sobre la relación comunicación, organización social y participación en ciudades latinoamericanas entre los años 2010 y 2015.

Como ya se expuso previamente, se construyó una matriz a partir de la revisión de las temáticas abordadas en las ponencias de los Congresos de ALAIC en Montevideo (2012) y Lima (2014) en el GT 15 de Comunicación y Ciudad. La reflexión nace de la preocupación por la consolidación de los estudios de Comunicación y Ciudad en Colombia; por esto, partiendo de la matriz se decidió hacer un estado del arte que respondiera a estas categorías:

- Apropiación social, política y cultural
- Espacio, lugar y territorio
- Identidad y cultura
- Memoria e imaginarios sociales, políticos y culturales
- Medios y mediaciones de la comunicación
- Organización Social y participación
- Representaciones artísticas, gráficas y audiovisuales

Este trabajo, que procura legar un material con rigurosidad analítica e interpretativa que sirva de apoyo para futuros investigadores de estas temáticas, se diseñó en cinco fases, tomando como punto de partida la selección de la temática. En segundo lugar, se dio la construcción del corpus; esta ya fue finalizada y consistió en el reconocimiento de las investigaciones que cumplieran con los siguientes criterios de selección:

- Criterio de distribución temporal: se seleccionaron investigaciones académicas publicadas como trabajo de grado, posgrado, producto del ejercicio de grupos de investigación, libro o artículo indexado, entre el 2010 y 2015.
- Criterio de distribución temática: hace referencia a las organizaciones sociales y la participación según la síntesis de los autores y el paradigma anotado previamente en el marco conceptual.
- Criterio de distribución espacial: obedece a la intención, propuesta desde el GT15 de ALAIC, de cubrir las aportaciones de los investigadores colombianos a la temática de organizaciones sociales y participación realizadas en ciudades latinoamericanas.

El hallazgo de este material fue posible gracias a la búsqueda en bases de datos académicas digitales y en el repositorio físico y en línea de las 19 universidades en Colombia con pregrados o posgrados de Comunicación. Cabe precisar que las condiciones de búsqueda en cada una de estas plataformas fueron diferentes, puesto que algunas permiten especificar, al momento de ingresar la ecuación de búsqueda, algunas cuestiones, asociadas a los criterios de selección referidos, de una manera más decantada que otras (Ver Tabla #1).

	FÓRMULAS DE BÚSQUEDA			
	Google Académico	EBSCO	Redalyc	Universidades
ECUACIONES DE BÚSQUEDA	"organización social" "participación" "comunicación" "ciudad" "Colombia" "urbano"	(TX organización social) AND (TX participación) AND (TX comunicación) AND (TX ciudad) AND (CO COLOMBIA)	(PC organización social) (PC participación) (PC comunicación) (PC ciudad) AND (CO organización social) (CO participación) (CO comunicación) (CO ciudad)	"organización social" "participación" "comunicación" "ciudad"

Tabla #1

Luego de ese primer segmento de sistematización, se dio lugar a la categorización de las investigaciones halladas y seleccionadas bajo esos criterios en unos conjuntos que las aglomeran por temáticas, que fueron identificadas por el equipo investigador. En total, la búsqueda, selección y sistematización inicial dio como resultado 151 investigaciones clasificadas en 16 categorías. Posteriormente, se hizo un nuevo filtro en el que se reevaluó la cantidad de categoría para solidificar el corpus y evitar la excesiva discriminación positiva de las comunidades estudiadas. La nueva revisión dio como resultado 150 investigaciones distribuidas en 12 categorías (ver Tabla #2).

CATEGORÍAS DE INVESTIGACIÓN	CÓDIGO DE LA CATEGORÍA	NÚMERO	MUESTRA
Procesos y espacios de participación juvenil	CT1	30	15
Participación popular en la construcción del territorio urbano de la intervención gubernamental	CT2	24	12
Medios comunitarios como alternativa de participación ciudadana	CT3	17	8
Construcción de organizaciones comunitarias e imaginarios sociales a partir de ellas	CT6	11	6
Organizaciones sociales y conflicto armado en Colombia	CT4	10	5
Espacios de participación propiciados por las instituciones públicas y las entidades descentralizadas	CT8	10	5
Escenarios de participación ciudadana en la democracia local de las organizaciones sociales	CT11	10	5
Identidad y procesos de participación social de comunidades étnicas	CT10	10	5
Organizaciones sociales a partir de elementos culturales	CT5	9	5
Movimientos sociales por la reivindicación de los derechos fundamentales	CT9	8	4
Organizaciones y movimientos de mujeres como promotoras de la defensa de los derechos humanos	CT12	6	3
Organizaciones y movimientos sociales en procesos de planeación territorial con énfasis en la sostenibilidad	CT7	5	3
		<b>150</b>	<b>76</b>

Tabla #2

Teniendo un corpus consolidado se procedió a la selección de la muestra, considerando que esta debía tener representatividad y proporcionalidad en cada una de las categorías. Además, la reflexión metodológica giró en torno a la proporcionalidad de las 150 investigaciones; por lo que se decidió tomar la mitad de la cantidad de investigaciones contenidas en cada una de las 12 categorías.

Los estudios sociales que parten de Estados del Arte todavía no tienen una ruta metodológica definida, por ello, para la selección de la muestra, se acordó que esta no necesitaba una legitimidad estadística, por otra parte, se necesitaba responder a una metodología que partiera del pensamiento lógico. Por esto, se diseñó la siguiente fórmula:

1. Se debe tomar la mitad del total de investigaciones de la categoría con mayor cantidad y la categoría con la menor cantidad.
2. Se resta la mitad de la categoría menor a la mitad de la categoría mayor.
3. La diferencia de la resta se divide en dos.
4. Las categorías que tengan una mitad inferior al cociente se aproximan hacia arriba y las categorías que tengan una mitad superior al cociente se aproximan hacia abajo.

A través de esta fórmula la muestra del corpus en el estado del arte siempre será de la mitad más uno. Este resultado genera la representatividad y la proporcionalidad suficiente para describir el panorama de las investigaciones realizadas. La fórmula, además de tener un carácter democrático, da a las categorías de menor número una muestra suficiente conservando la proporcionalidad con las grandes categorías.

Conociendo la cantidad de investigaciones, que según lo anterior deben tomarse para el análisis, se procede a identificar la ubicación del objeto de estudio de cada una de las investigaciones correspondientes a las categorías, para calcular el porcentaje que representan las regiones (en Colombia departamentos y, por fuera del país, ciudades) en las categorías y escalarlo a la muestra para que esta pueda tener representatividad.

La cuarta fase, etapa actual del proyecto, corresponde al diseño de una matriz que permita hacer una lectura analítica de cada una de las investigaciones, para esto, se implementará la técnica del análisis de contenido, a través de la cual se puede analizar con detalle y profundidad el contenido de cualquier comunicación: en código lingüístico oral, icónico, gestual, gestual signado, entre otros y sin importar el número de personas implicadas en la comunicación (una persona, diálogo, grupo restringido, comunicación de masas), pudiendo emplear cualquier instrumento de compendio de datos como, por ejemplo, agendas, diarios, cartas, cuestionarios, encuestas, tests proyectivos, libros, anuncios, entrevistas, radio, televisión, películas, filmaciones, entre otros (Holsti, 1968).

Para dar cumplimiento a cada uno de los objetivos, las variables a cruzar en esta matriz de análisis inicial son: temática y enfoque teórico. A partir de esto, se hará una primera lectura en la que, además, se pretende identificar las

nuevas rutas o preguntas expuestas dentro de las conclusiones de las investigaciones. Se debe tener un registro de las preguntas emergentes, pues se convertirán en la primera variable de una segunda matriz, encaminada a la realización de una hermenéutica controlada.

Desde las preguntas extraídas de la primera lectura se hace una revisión de las matrices hechas, para identificar cuáles son las preguntas que se dejaron abiertas y que fueron respondidas en otras investigaciones, cruzando la información de todas. Esto, a su vez, permitirá identificar cuáles son las temáticas inexploradas a partir de las preguntas sin responder y cuáles son los enfoques desde los cuales es pertinente abordarlas.

## 5. Principales resultados, reflexiones y conclusiones

Partiendo del sentido de esta ponencia que supone exponer el proceso metodológico utilizado para la construcción del corpus que permite analizar el Estado del Arte de la investigación sobre Organizaciones Sociales y Participación (y que responde, finalmente, a un ejercicio formativo en la investigación académica), las conclusiones se enmarcan especialmente en aquellas situaciones que significaron aprendizaje para el equipo del trabajo durante el ejercicio.

En primer lugar, la exploración inicial permitió a los estudiantes del Semillero una observación sobre cuáles aspectos vinculados con la comunicación y la ciudad han sido trabajados por los investigadores del continente, permitiendo generar un panorama temático, así como una hoja de ruta a partir de la cual se pueda proponer nuevas investigaciones.

Por otro lado, se presentó una reflexión metodológica sobre cómo seleccionar una muestra de las 150 investigaciones, a fin de poder abordar una cantidad representativa que permita arrojar resultados significativos. Teniendo en cuenta que, luego de registro inicial de investigaciones y temáticas, en el cual se establecieron 12 categorías con diferente cantidad de investigaciones en algunas, se debían seleccionar investigaciones para el abordaje analítico, resultó necesario buscar una forma eficiente para poder seleccionar el número de trabajos que serán analizados por los investigadores. Dicha búsqueda pretendía responder a la necesidad de tomar las investigaciones de una manera representativa y proporcional en cada categoría.

Así, en primera instancia se propuso un abordaje del 60 % total de las investigaciones consignadas en la tabla de sistematización. No obstante, a partir de dicha propuesta se inició una discusión sobre cómo lograr una equidad que permitiera tomar las investigaciones por categorías, teniendo en cuenta la diferencia numérica que se presenta entre la cantidad de investigaciones contenidas en una categoría respecto a otras categorías.

Este proceso referido, mediante el cual se pudo lograr un consenso matemático lógico en el momento de la selección de la muestra, permitió determinar, además, varios aspectos nuevos: un método que se utilizará de manera general por los proyectos pares a este (en el marco de una investigación mayor desarrollada por el Semillero) para definir la cantidad de investigaciones proporcionales a analizar; el planteamiento de una nueva definición de agrupación espacial de las investigaciones, para hallar una proporcionalidad por departamentos; y la elección de una nueva herramienta que se utilizará para el cumplimiento del tercer objetivo de esta investigación, referente a hallar las perspectivas temáticas que no se estén trabajando en las investigaciones de Organización social y Participación relacionadas con la Comunicación y la Ciudad.

## 6. Bibliografía

- Cimadevilla, G. (2011). Dialéctica de la participación. En A. Cadavid, & J. M. Pereira, Comunicación, desarrollo y cambio social (págs. 101-112). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana: Universidad Minuto de Dios.
- Gómez, M. A. (2014). Las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) un instrumento para la investigación. *Investigaciones Andina*, 997-1000.
- Holsti, O. (1968). Content analysis. En G. Lindzey, & E. Aronson, *The handbook of social Psychology*.
- Reguillo, R. (1996). La construcción simbólica de la ciudad. México: Sociedad, desastre y comunicación. . México: Publicaciones Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente.
- Reguillo, R. (2007). Ciudad y Comunicación: Densidades, Ejes y Niveles. *Diálogos de la comunicación* , 20-29.
- Rizo, M. (2005). La ciudad como objeto de estudio de la comunicología. *Revista Andamios*, 197-225.
- Sánchez, I., & Prado, J. (2008). Efecto de la estructura organizativa y política de gobierno municipal en la organización social de la Agenda 21 Local. *Revista de Economía Mundial*, 195-226.
- Serrano, M. P. (1984). El análisis de contenido de la prensa. *La imagen de la universidad a distancia*. Madrid: UNED.



Ponencia presentada a: GT 15 Comunicación y Ciudad

## Presentificar el pasado: las culturas urbanas de re-significación histórica

### The presentation of the past: the urban cultures of historical resignification

### Presentificar o passado: as culturas urbanas de ressignificação histórica

Everly Pegoraro<sup>122</sup>

**Resumen:** A partir de la concepción de escena, de Straw (2013), este texto refleja sobre las experiencias de re-significación histórica de culturas urbanas en Brasil.

Las experiencias comunicativas y las estrategias de socialidad de los individuos buscan referencias de interacción y de formación identitaria en otros tiempos históricos y diferentes culturales, materializándose en performances y eventos.

**Palabras Clave:** Cultura Urbana, Temporalidad, Identidad.

Em setembro de 2017, um evento integrou a cena de culturas urbanas que ressignificam temporalidades: o 6º Festival Medieval de Santa Catarina. O fato de se repetir pela sexta vez já é um indício do significativo sucesso do evento, que se realiza na capital Florianópolis. A programação é diversificada, para atrair os mais diversos gostos e públicos: música, dança, malabares, oficinas temáticas, combates medievais e batalhas campais, arquearia, falcoaria, apresentação de escritores de fantasia medieval e histórica, tendas temáticas (cigana, viking, de recriação histórica), concurso de trajes. A experiência promete imersão histórica e, simultaneamente, potencializa pequenos negociantes e artistas, conforme indica o convite dos organizadores:

*O Medieval SC Festival completa 6 anos em 2017 e tem como maior objetivo a unificação da cultura, proporcionando a esfera histórica medieval através da música, da arte, da criação e alma artística. Valorizando escritores, artesãos e artistas locais, abrimos portas também para a troca de conhecimento e experiências. O espírito festivo nos faz recrivar as verdadeiras Feiras Medievais e convenções da Europa, reunindo nestes 2 dias uma programação repleta de atrações que te levam para um Festival único!*<sup>123</sup>

Em outra capital do Sul do país, Curitiba (PR), pouco mais de um mês depois, outro compromisso já entrou para a agenda de quem participa desse tipo de cultura urbana: o Picnic Histórico, evento promovido pela equipe Picnic Vitoriano de Curitiba. Anualmente, os participantes reúnem-se em um parque da cidade, trajados com indumentárias da “Idade Média até Era Eduardiana e releituras” (solicitação explícita do convite) para ressignificar a programação tão corriqueira de antigos *lords* e *ladies*.

Esses dois eventos marcam cenas cada vez mais comuns, não apenas nas capitais, mas em cidades interioranas Brasil afora. São combates medievais, torneios de arco e flecha, passeios históricos, piqueniques vitorianos, experiências de *living history* ou imersão histórica.

<sup>122</sup> Everly Pegoraro. Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), Brasil, everlypegoraro@gmail.com.

<sup>123</sup> Texto não assinado de apresentação do evento citado. Disponível em [https://www.sympla.com.br/6-festival-medieval-sc-2017\\_\\_151411](https://www.sympla.com.br/6-festival-medieval-sc-2017__151411). Acesso em 25 ago. 17.

A proposta deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre o interesse de participantes, sobretudo jovens, em participar de grupos dessa natureza, no Brasil. A partir do conceito de cena (Straw, 2013), argumenta-se que eles lançam novas formas de compreender as temporalidades que ressignificam e dão pistas de como pensam suas identidades culturais. Os grupos apresentados, caracterizados como culturas urbanas, têm nas performances (Zumthor, 2007) elaboradas nas cenas um elemento forte e privilegiado de trocas simbólicas e de posicionamento identitário. As cenas delineiam diferentes reflexos na forma de lidar com temporalidades: nostalgia, retrofuturismo, hibridismo temporal, *living history*.

Esta pesquisa objetiva caracterizar a cena dos grupos que buscam ressignificar outros períodos históricos, analisando as experiências comunicativas e as estratégias de socialidade de indivíduos que buscam referências de interação e de formação identitária em outros tempos históricos e culturais. O mapeamento dos grupos se dá por meio do acompanhamento das atividades postadas nas redes sociais. Representantes dos grupos mapeados foram entrevistados, por meio do envio (via web) de questionários semiestruturados.

### As cenas de ressignificação histórica

A proposição teórica de “cena” é pertinente para configurar as atividades desenvolvidas por tais culturas urbanas, pois pretende englobar contextos multifacetados, fluidos, disformes e plurais, em que se misturam estratégias de socialidade virtuais (via redes sociais, por exemplo), com a produção de presença em espaços urbanos. As atividades que proliferam nas cenas produzem cultura urbana como um conjunto de instituições e texturas, tornam-se “urbes imaginárias” formadas por contextos multifacetados, plurais e fluidos (JANOTTI JUNIOR E SÁ, 2013), numa mistura de relações virtuais que geram, indubitavelmente, a produção de presença e socialidades urbanas móveis.

As redes sociais são aglutinadoras de interesses pelos passados e/ou futuros do passado ressignificados pelos participantes dessas culturas urbanas. São dezenas de grupos, principalmente no Facebook, que reúnem centenas de simpatizantes por outros tempos e culturas<sup>124</sup>. Das discussões ali geradas, das informações compartilhadas, proliferam eventos (de pequeno a grande porte), com os mais diversos objetivos.

Maffesoli (2009) aponta o aspecto da teatralidade como parte essencial da existência, tanto nas atividades individuais quanto nas experiências coletivas, configurando um espaço de partilha de sensações. Essas experiências compartilhadas geram vetores de criação e de práticas lúdicas. O lúdico proposto pelos eventos não se caracteriza como mera alternativa de entretenimento, mas como estratégias de socialidades em ato e uma maneira de a sociedade se expressar, como argumenta o autor.

Com Maffesoli (2009), é possível reconhecer nessas experiências uma estética do sentir em comum, em que as inúmeras atitudes e situações propiciam construções de si. Os participantes buscam referências em outros tempos históricos para posicionar-se no mundo e delinear aspectos de suas próprias identidades. As experiências coletivas expressas nesses agrupamentos constituem uma centralidade subterrânea potencializadora de um querer viver em comunhão, dinamizando modos de vida.

Não há uma rigidez obrigatória na participação nesses grupos. Os interessados participam conforme as circunstâncias e os desejos compartilhados. Dessa forma, os grupos são efêmeros e nem sempre estão preocupados com objetivos de longo prazo nas experiências compartilhadas. Tal fluidez de participação e organização pode gerar, portanto, valores que ora confluem, ora chocam-se, atraiendo e repelindo participantes a todo instante.

Embora fluidas e efêmeras, as cenas aqui analisadas caracterizam-se pelas intensas produções de sentido nesses momentos de socialidade, pela efervescência cultural que carregam. Os participantes engajam-se na fomentação contínua de ações individuais e coletivas das cenas das quais participam, potencializando ações de experimento cultural, propiciando trocas e reflexões acerca das temporalidades que lhes agradam. Dessa forma, a urbanidade dessas experimentações carrega sentidos que vão muito além do entretenimento ou da fantasia, tornam-se experimentações culturais, identitárias e performáticas. Como argumenta Straw (2006), as cenas dão profundidade à teatralidade da

<sup>124</sup> Para esta pesquisa, foram encontrados participantes de grupos de *swordplay*, neovitorianos, medievalistas, *steampunk*, vikings e celtas. Salienta-se que nem sempre eles participam de um grupo ou têm interesse em apenas um período histórico. Alguns são agrupamentos de jovens para troca de experiências, outros são organizados na promoção de eventos e/ou ações de *living history* ou *historical reenactment*.

sociabilidade urbana. "As cenas surgem a partir dos excessos de sociabilidade que rodeiam a busca de interesses, ou que fomenta a inovação e a experimentação contínuas na vida cultural das cidades". (Straw, 2013, p.13)

As culturas urbanas de ressignificação e revivalismo históricos<sup>125</sup> propiciam um variado leque de novas formas de socialidade e de relações com o que se entende por temporalidade<sup>126</sup>, já que os participantes misturam presente, passado e futuro, bem como diferentes características históricas e culturais às performances. Eles hibridizam narrativas, personagens e tempos históricos, literários. Além disso, percebe-se a relação com produtos da cultura da mídia contemporânea – jogos, filmes, quadrinhos, livros – que servem como inspiração para as ressignificações. Embora nem todos se paudem pela precisão histórica, tais produtos, além das referências históricas tradicionais, servem de inspiração para a criação de vestimentas e acessórios. Em alguns casos, há criação de personagens com identidade própria, vestuário e acessórios, ao estilo da prática cosplay. Tais grupos se expressam através de códigos, símbolos e linguagens diversos, propiciando formas específicas de ver e experimentar o mundo, através de apropriações criativas de temporalidades em espaços urbanos, promovendo manifestações estéticas e culturais que fogem do âmbito *mainstream* e que propiciam diferentes formas de convivência, iniciativas empreendedoras e até mesmo de crítica social.

O partilhar pela corporeidade é o que impulsiona a valorização da aparência, do desenvolvimento festivo, de elementos que só fazem sentido na presença do outro. Por isso, o que rege a formação desses grupos é a atração pelas mesmas sensibilidades. A evidência tátil se relaciona, ainda, com os diversos tipos de agregações afetivas, eventos e com o desenvolvimento tecnológico.

Esses grupos, marcadamente sensíveis e imaginativos, não se pautam por uma concepção de tempo teleológica. "O tempo social, nesse caso, seria cíclico: mais um receptáculo de acontecimentos que um criador de objetivos a alcançar." (MAFFESOLI, 2009, p. 70). Nesse processo, há a integração de certos aspectos que já foram, ou a revitalização de outros que já tinham sido descartados, propiciando uma sinergia entre elementos arcaicos e cultura tecnológica, o que confere à atualidade a sua originalidade. Dessa forma, a vontade de estar com o outro é impulsionada num contexto em que elementos arcaicos são dinamizados em movimentos espirais e revestidos por novos sentidos, como percebe Maffesoli (2009).

## O desejo de presentificar o passado

Os interesses das culturas urbanas de ressignificação histórica poderiam levar a pensar que os participantes são pautados, simplesmente, por desejos nostálgicos. Contudo, as percepções dos entrevistados<sup>127</sup> que delineiam as reflexões propostas neste texto reforçam a ideia de um entrelugar de temporalidades, mais complexa que a concepção de nostalgia, e condizente com o pensamento de um tempo cíclico de Maffesoli (2009), apontado acima. Quando questionados sobre o desejo de "voltar ao passado", ou seja, de viver em outro contexto histórico, nenhum entrevistado respondeu desejar abandonar o tempo presente. Alguns manifestaram desejo de conhecer tempos históricos específicos, por curiosidade. Tais períodos são diversificados e, muitas vezes, a precisão histórica não é o que mais interessa aos participantes. A título de exemplo, além das clássicas eras Vitoriana e Medieval, foram citados período medieval-fantasia celta, antigo Egito, antiga Grécia, Império Romano, Cruzadas. As respostas indicam que o passado interessa por hobby, diversão, conhecimento e como entrelugar para reflexão sobre o tempo atual:

<sup>125</sup> Nesta pesquisa, comprehende-se ressignificação histórica quando os participantes mesclam, extrapolam, ficcionalizam ou criam temporalidades diversas. Revivalismo, por sua vez, entende-se como a recriação de cenas históricas, buscando respeitar características originais. Além disso, há outra diferenciação: geralmente, as ações de *living history* são interativas com o público, enquanto *historical reenactment* não são.

<sup>126</sup> O conceito de temporalidade adotado nesta pesquisa pauta-se em Comte-Sponville (2000). Para além do tempo físico, que se mantém num compasso independente do homem, há o tempo psicológico, que se refere à percepção que dá sentido ao transcorrer das ações que estabelecem a linearidade temporal e, consequentemente, as definições de passado, presente e futuro.

<sup>127</sup> A primeira etapa da pesquisa consistiu na busca e seleção dos grupos de ressignificação histórica nos três estados do Sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Este mapeamento foi feito via redes sociais, especialmente o *Facebook*, já que os grupos utilizam esse ambiente como forma de comunicação e divulgação de atividades, e também pela facilidade de interação entre pesquisadora e participantes. Nessa busca virtual pelos grupos, constatou-se que há uma enorme variedade deles quanto ao tipo, número de participantes e frequência de atividades. Dentro dos limites dessa pesquisa, não seria possível mapear quantitativamente todos os grupos. Portanto, foram selecionados aqueles que já têm uma trajetória consolidada pelas atividades oferecidas, pelo tempo de existência e/ou pelo número de participantes. Foram selecionados 11 grupos, de diferentes cidades de pequeno, médio e grande porte dos três estados. Destes grupos, foram enviados questionários semiestruturados aos representantes de cada um, para que respondessem 10 perguntas. Do total, sete responderam, os demais não deram retorno ou se recusaram a participar. Os entrevistados têm entre 22 e 37 anos, com curso superior em andamento ou completo, e com diversificadas profissões.

*Eu imagino [a Era Vitoriana] exatamente da forma como é descrita nos livros de história, tendo pleno conhecimento de que não era um época favorável tanto para mulheres quanto para classes sociais menos favorecidas. Diferente de muitas pessoas, eu não romantizo sobre a vivência nesse período. Afinal provavelmente apenas as classes com maior poder aquisitivo tinham acesso a serviços e privilégios que hoje são tidos como básicos. Além disso não existiam as mesmas liberdades sociais de hoje, por exemplo, uma mulher não poderia nem mostrar as canelas. (Participante de grupo neovitoriano) <sup>128</sup>*

*Bem, o período viking, desde sua ascensão até sua queda, não foi muito diferente de outros períodos medievais (e talvez nenhum pouco diferente de hoje). Muita pobreza, injustiça, matanças desnecessárias, pilhagens, doenças e mortes feias [...] Mas admiro a inteligência que tinham, as grandes conquistas que fizeram, o contato com a natureza, repleto de adoração e respeito. [...] Apesar de adorar o ‘universo medieval’, e realmente achar que nasci na época errada, não voltaria no tempo. Sei que nenhuma outra vida poderia ser mais confortável do que a que tenho hoje. (Participante de grupo de swordplay, interessando na história viking)*

*[Eu gostaria de viver no] nosso mesmo, pois nele podemos vislumbrar todo nosso passado histórico e às vezes até vivenciá-lo em partes através de estudos históricos e atividades de reencenação etc. (Participante de grupo de sworplay, interessado na Era Medieval)*

Algumas programações são ofertadas pelos próprios grupos, como oficinas, palestras, chás, jantares, piqueniques e passeios históricos. Em outros casos, os eventos são organizados por grupos musicais, companhias de teatro, restaurantes, bares ou pubs típicos. A participação é aberta, em algumas situações o traje histórico é obrigatório. Os eventos tornam-se programações culturais que fogem do âmbito mainstream, onde é dada a possibilidade a artistas locais e pequenos grupos de se apresentarem, bem como a comercialização de diversificados produtos, desde acessórios e vestimentas, até hidromel<sup>129</sup>.

Em uma feira medieval oferecida no Parque Histórico de Carambeí – cidade de colonização holandesa com cerca de 22 mil habitantes, no Paraná – os participantes tinham a seu dispõr uma variedade de atividades para “mergulharem” no medievalismo durante dois dias. Caracterizado como um evento lúdico, para “mexer com o imaginário que o visitante tem sobre a Idade Média e representado em filmes, jogos, séries e livros”<sup>130</sup>, a programação era extensa, dividida em dois dias: reencenação do cotidiano viking; oficina de cerâmica viking; oficina de tranças vikings; oficina de escudos heráldicos; vendas de runas e artesanato em metal e madeira; stand de Paganismo: entre fadas, monstros e bruxas - o imaginário medieval em relação às crenças e práticas pagãs; stand de arquearia, exposição de esculturas medievais; torneio e batalha campal de swordplay.

As cenas potencializadas nestes encontros presenciais são configuradas pelos participantes como revivalismo histórico, como o evento de Carambeí e os piqueniques vitorianos realizados em Curitiba, por exemplo. Nessas cenas, as performances não seguem padrões pré-estabelecidos e os participantes podem ou não criar personagens, com identidade e comportamento característicos, ao estilo da prática *cosplay*.

O termo *living history* é preferido por um grupo de Florianópolis (SC), em suas diversificadas e criativas atividades, que vão desde passeios pelo centro histórico da cidade, até jantares temáticos. No *blog* de divulgação das atividades, o grupo preocupa-se em especificar o que entende por *living history*, salientando que não se trata de uma ação teatral, mas de um processo de imersão, com fins educativos:

*Para os praticantes de living history, o passado tem cores, sabores, texturas e cheiros. [...] nós aprendemos muitos mais quando fazemos alguma coisa na prática e quando a atividade mexe com todos os sentidos. Em outras palavras, uma experiência. [...] Living history é sobre pesquisa histórica e reconstruir uma determinada época da maneira mais fiel possível, o que inclui não só roupas e objetos, mas até o comportamento das pessoas: o jeito de andar, a postura, o vocabulário e até o modo de falar e os gestos.<sup>131</sup> (Sociedade Histórica Dhesterrense, on line, grifo no original)*

<sup>128</sup> Os nomes dos entrevistados não serão divulgados, para preservar suas identidades.

<sup>129</sup> Bebida açucarada resultante da fermentação do mel, típica dos vikings.

<sup>130</sup> Texto não assinado, informações retiradas do texto explicativo do evento no Facebook: <https://www.facebook.com/events/349741272151684/>. Acesso em 13 out. 17.

<sup>131</sup> Disponível em <http://shdetherrense.com/home/2017/08/25/o-que-e-living-history/>. Acesso em 20 out. 17. Texto não assinado.

Gumbrecht (1999) argumenta que aquilo que nos orienta em direção ao passado é o desejo de conhecer mundos que existiram antes de nosso nascimento e ter uma experiência direta com eles, experiência que deveria incluir a possibilidade de tocá-los, cheirá-los e prová-los através de objetos que os constituíram, caracterizando o que ele chama de aspecto sensual da experiência histórica. Para ele, algumas práticas da cultura histórica contemporânea parecem reatar este desejo de uma experiência imediata do passado, surgido dentro da nova e ampla dimensão do presente. É o desejo de presentificação na ânsia em preencher o presente com artefatos do passado.

Os encontros regulares entre participantes e os eventos promovidos servem como lugares de socialidade, troca de experiências e visibilidade de performances. Assim, por um lado, são grupos que vivem imersos na cultura tecnológica que lhes dinamiza o cotidiano, por outro, aquilo que se imagina ultrapassado é ressignificado de diversificadas formas, irrigando o imaginário, as sensibilidades e as performances dos participantes, materializando formas de estar-junto e temporalidades próprias.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

“Experimentar” o passado para aprender com ele parece uma das principais intenções dos participantes de grupos e eventos de ressignificação histórica, seja por meio do revivalismo, da performance, do entretenimento. Trata-se da “presentificação” de experiências tátteis, auditivas e olfativas de um passado ressignificado, ou a celebração materializada de atividades que potencializam emoções, como propõe Gumbrecht (2010). É a sensação de estar no mundo, no sentido de fazer parte de um mundo físico de coisas. Esse desejo de presença (presentificação) que favorece a dimensão espacial tem como autorreferência predominante o corpo, em suas negociações entre indivíduos e com as coisas do mundo. Por isso, indumentárias, comportamentos, trejeitos, linguagem, interações com personagens históricos, enfim, todo o conjunto de ações que compõe os eventos e encontros dessas culturas urbanas traduzem a materialização corporal da necessidade de relacionamento com outras temporalidades.

Jenkins (2013) afirma que o contemporâneo é marcado por uma propensão de consumo pelo passado, que ele chama de retroconsumismo, seja por interesses colecionistas ou nostálgicos. E a internet potencializa a facilidade de acesso a outros tempos, dando coerência e consistência ao que Straw (2007) chama de memórias embutidas, pois altera-se a relação subjetiva com o residual, através das estratégias de coleção e reciclagem do passado.

Entretanto, é com Huyssen (2000) que é possível analisar de forma mais complexa as interações contemporâneas com o passado. O autor argumenta que a percepção de temporalidade do homem intensifica a necessidade de práticas memoráveis e do medo de esquecer. No caso das culturas urbanas aqui apresentadas, nem sempre com uma ordem cronológica ou rigorismo histórico, mas muitas vezes idealizado ou marcado por interferências de outras épocas e também da cultura da mídia. As experiências deles lançam diferenciadas concepções de práticas memoráveis, pois, para eles, temporalidades diferentes da nossa servem para entreter, ensinar, refletir e, por que não, resistir às demandas de um presente acelerado.

### **Bibliografía**

- COMTE-SPONVILLE, A. (2000). *O ser-tempo*. São Paulo: Martins Fontes.
- GUMBRECHT, H. U. (2010). *Produção de presenza: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RIO.
- GUMBRECHT, H. U. (1999). *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record.
- HUYSEN, A. (2000). *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- JANOTTI JUNIOR, J.; SÁ, S. P. de (Org.). (2013). *Cenas Musicais*. São Paulo: Anadarco.
- JENKINS, H. (2013). Foreword: Any Questions? In: CARROTT, J. H.; JOHNSON, B. D. *Vintage Tomorrows*. (pp. vii-xv). A historian and a futurist journey through steampunk into the future of technology. Sebastopol, CA: Maker Media.
- STRAW, W. (2013). Cenas culturais e as consequências imprevistas das políticas públicas. (p.11-23 ) In: JANOTTI JUNIOR, J.; SÁ, S. P. de (Org.). *Cenas Musicais*. São Paulo: Anadarco.
- STRAW, W. (2007). *Embedded Memories*. In: ACLAND, Charles R. (Ed.). *Residual Media*. Minneapolis: University of Minnesota.
- STRAW, W. (ago. 2006). *Scenes and Sensibilities*. In: E-Compós, Brasília, COMPÓS, nº 6. Retirado de: <http://www.compos.org.br/e-compos>. Acesso em 27 out. 2011.



UNIVERSIDAD DE  
COSTA RICA

CICOM

Centro de  
Investigación en  
Comunicación

ALAIC



---

PATROCINADORES

---



Sistema Nacional de Acreditación  
de la Educación Superior



CONSEJO NACIONAL  
DE RECTORES



Te acompaña siempre.

